



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Psicologias da Libertação: uma análise das propostas de Alberto Merani, Ignacio

Martín-Baró e Hussein Bulhan

Guilherme Faria Ribeiro

Brasília

2025



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Psicologias da Libertação: uma análise das propostas de Alberto Merani, Ignacio

Martín-Baró e Hussein Bulhan

Guilherme Faria Ribeiro

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito final para obtenção de título de Doutor. Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Antunes da Costa

Brasília

2025

RESUMO

O objetivo geral desta tese foi analisar três propostas de Psicologias da Libertação, formuladas por Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró e Hussein Bulhan. A estrutura do trabalho compreende apresentação, introdução, objetivos geral e específicos, método e quatro capítulos, seguidos das considerações finais. O Capítulo 1 aborda o projeto de Psicologia da Libertação de Alberto Merani; o Capítulo 2, o de Ignacio Martín-Baró; o Capítulo 3, o de Hussein Bulhan; e o Capítulo 4, intitulado *Desdobramentos das Psicologias da Libertação para a Psicologia Brasileira*. Nos três primeiros capítulos, foram analisadas as trajetórias sociais dos autores, das quais se derivaram suas formulações de Psicologia da Libertação, identificando-se dois eixos principais, com suas respectivas categorias e conteúdos. O quarto capítulo foi dividido em dois tópicos: *Divergências e convergências na crítica e superação das Psicologias da Libertação e Desdobramentos críticos e superadores para a Psicologia hegemônica brasileira*. Os resultados evidenciaram convergências e divergências nas críticas formuladas pelos autores. As três propostas de Psicologias da Libertação emergiram nas periferias do modo de produção capitalista - América Latina e África -, abordando questões relativas à gênese colonial e dependente da psicologia; aos problemas científicos de ordem ontológica, epistemológica e metodológica da psicologia hegemônica; e às abordagens psicológicas vinculadas à ideologia e à alienação. Apesar das convergências, cada autor desenvolveu suas reflexões a partir de caminhos teórico-históricos distintos. No tocante às propostas de superação, observou-se consenso quanto à necessidade de um novo horizonte, uma nova epistemologia, uma nova práxis e práticas de organização popular e de enfrentamento. Por fim, quanto aos desdobramentos para a Psicologia brasileira, a tese apresentou a gênese e o desenvolvimento histórico da disciplina em sua particularidade nacional, além de propor caminhos de superação fundamentados nas Psicologias da Libertação e em bibliografia secundária.

Palavras-chave: Martín-Baró; Merani; Bulhan; Psicologia da Libertação; Psicologia Crítica.

ABSTRACT

The general objective of this thesis was to analyze three proposals of Liberation Psychologies, formulated by Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró, and Hussein Bulhan. The structure of the work includes a presentation, introduction, general and specific objectives, method, and four chapters, followed by the final considerations. Chapter 1 addresses Alberto Merani's project of a Liberation Psychology; Chapter 2, that of Ignacio Martín-Baró; Chapter 3, that of Hussein Bulhan; and Chapter 4, entitled *Developments of Liberation Psychologies for Brazilian Psychology*. In the first three chapters, the authors' social trajectories were examined, from which their formulations of Liberation Psychology were derived, identifying two main axes with their respective categories and contents. The fourth chapter was divided into two topics: *Convergences and divergences in the critique and overcoming within Liberation Psychologies of* and *Critical and transformative developments for hegemonic Brazilian Psychology*. The results revealed both convergences and divergences in the authors' critiques. The three proposals of Liberation Psychologies emerged from the peripheries of the capitalist mode of production - Latin America and Africa - addressing issues related to the colonial and dependent genesis of psychology; scientific problems of an ontological, epistemological, and methodological nature within hegemonic psychology; and psychological approaches linked to ideology and alienation. Despite their convergences, each author developed his reflections through distinct theoretical and historical paths. Regarding proposals for overcoming these limitations, there was consensus on the need for a new horizon, a new epistemology, a new praxis, and practices of popular organization and confrontation. Finally, concerning the implications for Brazilian Psychology, the thesis presented the genesis and historical development of the discipline in its national particularity, as well as proposed paths of transformation grounded in the Liberation Psychologies and secondary literature.

Keywords: Liberation Psychology; Merani; Martín-Baró; Bulhan; Critical Psychology.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em especial, à minha avó materna, Maria, que me criou e cuja partida ocorreu durante este processo. Sou profundamente grato pela sua vida!

À minha companheira, Juliana, pela vida compartilhada e pela presença constante em todas as etapas desta jornada.

Ao meu orientador, Pedro Costa, pelo acolhimento em 2023 e por se tornar uma das maiores referências em minha trajetória pessoal e profissional. Aos professores Filipe Boechat, Raquel Guzzo e Silvia Lordello, que integraram a banca e ofereceram contribuições fundamentais para este trabalho.

Por fim, à Universidade de Brasília (UnB), ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PsiCC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro e institucional, fundamentais para a realização desta pesquisa, e a todas as pessoas que estiveram comigo nesse percurso.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
APA	American Psychological Association
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMLN	Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUDOP	Instituto Universitario de Opinión Pública
LAPSUS	Laboratório de Psicanálise e Subjetivação
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer/Questionando, Intersexo, Asexuais/Arromânticos/Agênero e +
MTST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PPSICC	Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Cultura
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
QI	Quociente de Inteligência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TFD	Tratamento Fora do Domicílio
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UCA	Universidad Centroamericana José Simeón Cañas
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNB	Universidade de Brasília

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trabalhos selecionados e analisados quanto às três propostas da Psicologia da Libertação.....	29
Tabela 2 – Resultado da categorização de Alberto Merani: eixos e categorias.....	37
Tabela 3 – Resultado da categorização de Martín-Baró: eixos e categorias.....	74
Tabela 4 - Resultado da categorização de Hussein Bulhan: eixos e categorias.....	124

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	16
MÉTODO	24
CAPÍTULO 1.....	34
PROJETO DE PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO DE ALBERTO MERANI	34
1.1. Trajetória de Alberto Merani	34
1.2. Crítica à Psicologia alienada e alienante	38
1.3. Reflexões sobre a Psicologia da Libertação de Alberto Merani	63
CAPÍTULO 2.....	70
PROJETO DE PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO DE IGNACIO MARTÍN-BARÓ	71
2.1. Trajetória de Ignacio Martín-Baró	70
2.2. A miséria da psicologia latino-americana	74
2.3. Pressupostos da Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró	89
CAPÍTULO 3.....	121
PROJETO DE PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO DE HUSSEIN BULHAN.....	121
3.1. Trajetória de Hussein Bulhan.....	121
3.2. Psicologia da opressão euro-americana	125
3.3. Proposta de Psicologia da Libertação de Hussein Bulhan	149
CAPÍTULO 4.....	170
CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DAS PSICOLOGIAS DA LIBERTAÇÃO E.....	170
DESDOBRAMENTOS PARA A PSICOLOGIA BRASILEIRA	170
4.1. Convergências e divergências na crítica à psicologia hegemônica	174
4.1.1. A origem da psicologia nos marcos do capitalismo, colonialismo e dependência.....	175
4.1.2. Epistemologia e ontologia na psicologia hegemônica	181
4.1.3. Críticas às abordagens da psicologia hegemônica: ideologia e alienação.....	184
4.2. Convergências e divergências nas propostas de Psicologia da Libertação	189
4.2.1. Novo horizonte.....	189
4.2.2. Novas formas de conhecimento requerem uma nova práxis.....	194
4.2.3. Organização popular, ativismo social e prática de classe revolucionária	197
4.2.4. A Psicologia da Libertação como projeto ético-político.....	200
4.3. Desdobramentos críticos e superadores das Psicologias da Libertação para a psicologia brasileira.....	205
4.3.1 Apontamentos para a crítica e superação da psicologia brasileira a partir das propostas de Psicologias da Libertação.....	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
REFERÊNCIAS.....	234

APRESENTAÇÃO

Muito inspirado nos autores que aqui serão estudados, trago um pouco da minha trajetória e de minhas raízes, de modo que eu consiga me apresentar e mostrar de qual chão histórico eu faço parte.

Fui criado, junto com minha irmã, por nossa avó materna, Maria, mulher pobre, viúva, empregada doméstica e servente escolar. Dessa relação recebi o maior amor possível, além de afeto, lar, alimento e educação. Sou a continuação dela, de suas lutas e de sua força, ela que sangrou para que eu pudesse sorrir.

Comecei a trabalhar aos onze anos como entregador de farmácia e, mais tarde, como cobrador de plano de saúde, agente de endemias e agendador de exames no setor de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) na Secretaria de Saúde da minha cidade. Estudante de escola pública desde a pré-escola, eu chegava mais cedo para tomar leite quente com bolachas e contava os dias para comer galinhada na merenda. Diferentemente da minha avó, analfabeta, e dos meus pais, com pouca escolaridade, aprendi a ler e escrever. Cresci com poucas referências, vi minha mãe sofrer violência doméstica por anos e enfrentei o sofrimento causado pelos apelidos e pelo preconceito na escola por causa da minha forma física. O isolamento sempre foi uma constante na minha vida. Assim segui até concluir o ensino médio em Prata, Minas Gerais, pequena cidade onde nasci.

Na tentativa de mudar de vida, a pedido da minha avó, decidi continuar os estudos, mesmo sem ter qualquer noção ou referência de alguém que tivesse cursado o ensino superior. Eu não sabia o que era um cursinho pré-vestibular, tampouco qual curso escolher. Acabei me formando em Psicologia, ainda com pouca clareza sobre minha escolha, em uma faculdade particular financiada pelo FIES. O financiamento estudantil possibilitou a concretização da faculdade, já que meu salário não me permitia arcar com as mensalidades. Como é comum em muitas cidades pequenas do Brasil, eu me deslocava todos os dias de ônibus para

Uberlândia/MG para estudar. Saía às 17h, chegava por volta da meia-noite e, às 6h da manhã, já estava de volta ao trabalho.

Durante a graduação pensei diversas vezes em desistir. Enquanto muitos colegas pareciam ter certeza do que faziam ali, eu me sentia perdido, como sempre. Foi então que conheci um professor chamado Christiano, cuja maneira humanizada de dar aula me chamava a atenção. Essa aproximação foi o que me fez permanecer no curso e me levou à psicanálise, abordagem mais presente e dominante na grade curricular. Assim como minha avó, Christiano também se foi, vítima de um câncer, em 2019, com pouco mais de quarenta anos. Uma perda muito sentida! Em 2012 me formei, sem ser um aluno brilhante. Na verdade, nunca fui, mas consegui ser o primeiro da minha pequena família a conquistar um diploma universitário.

Após a faculdade, continuei trabalhando no TFD por mais um tempo, até que, em 2015, fui convocado em um concurso público em Campo Florido/MG, cidade vizinha da minha, para assumir o cargo de psicólogo em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Ali muita coisa mudou, inclusive financeiramente, pois passei a ganhar um pouco melhor, embora ainda em condições precarizadas de trabalho.

A experiência no CRAS despertou em mim diversas reflexões e me permitiu enxergar com mais clareza meus enraizamentos. Nesse processo, deparei-me com os limites da psicologia, especialmente da psicanálise. Cometi erros (e ainda cometo), reproduzindo violências psicológicas e injustiças, mesmo que movido por boas intenções. Percebi, tardiamente, que minha visão era fragmentada, o que resultava em práticas marcadas pela individualização, patologização e psicologização das questões sociais. Foi nesse contexto que comecei a participar de Conselhos Municipais, Conferências e outros espaços coletivos importantes que me ofereceram aquilo que sempre desejei, a experiência na militância. Foram cinco anos de muito aprendizado. Nesse mesmo período, comecei a sonhar com a universidade pública.

Depois de algumas reprovações, o acesso à universidade pública aconteceu em 2018, já aos 30 anos, quando fui aprovado no mestrado da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM – Uberaba/MG), com muito apoio de pessoas queridas. Nessa etapa, investiguei as trajetórias de estudantes e professores de um cursinho de educação popular, o único na região onde eu morava, que atendia jovens de escolas públicas e de baixa renda, tal como eu. Os dois anos de mestrado na UFTM foram importantes, embora os primeiros dias de aula tenham sido bastante desafiadores. Eu não tinha nenhuma habilidade em escrita científica e não havia ali ninguém com uma trajetória parecida com a minha, sentia-me totalmente deslocado, algo que acontece com frequência na minha vida.

Somente em 2020 publiquei meu primeiro artigo, baseado em uma experiência de trabalho. O texto era fraco, mas representou uma importante iniciação na escrita acadêmica. Depois, publiquei um dos trabalhos de que mais gosto, não pela qualidade, mas pela experiência que o originou, realizado com famílias que, por falta de moradia, ocupavam uma área rural próxima à cidade. Na ocasião, realizamos atendimentos às famílias desse território, e, a partir de um grupo operativo, escrevi um relato de experiência intitulado “Ocupação urbana, moradia e Psicologia”. Nesse manuscrito, apresentei pequenas indagações sobre a aproximação da psicologia com as políticas de moradia.

O que tornou meus dias mais leves na UFTM foi conhecer minha companheira, Juliana. Desde o primeiro dia, procurei me aproximar, e, de certo modo, minha péssima escrita acabou me ajudando nessa conquista, já essa era a justificativa que eu usava para pedir ajuda e encontrá-la (rsrs). Nossos encontros começaram na universidade e se transformaram em namoro depois de uma roda de samba. Bons tempos! Admiro profundamente a mulher que Juliana é e sou muito grato por sua companhia.

Em 2019, eu e Juliana já morávamos juntos, e, em agosto daquele ano, ela foi convocada para assumir um concurso em Brasília. Foi assim que chegamos aqui. Em 2020,

deixei Uberaba/MG e o trabalho no CRAS, chegando na capital em março, no auge da pandemia de Covid-19, sem emprego, sem família ou amigos por perto, e tendo que ficar submetido ao isolamento em um apartamento de 40m². Logo após a defesa do mestrado, comecei a ter crises de ansiedade e depressão. O medo tomou conta de mim. Medo de enlouquecer, de perder o controle, de não suportar o que acontecia à minha volta. Precisei buscar ajuda psiquiátrica. Quando o país começou a registrar cerca de quatro mil mortes diárias, colapsei. Nesse período, cheguei a enviar mensagens duras nos grupos de WhatsApp da minha família, que repetia o discurso do “novo normal”. Aquilo me revoltava. Não havia nada de normal em um contexto de negligência e morte em massa, era um verdadeiro genocídio em curso. Esse foi um dos períodos mais difíceis da minha vida em Brasília, marcado por sentimentos de impotência e indignação.

Um pouco mais estabilizado emocionalmente, em 2020, comecei a me aproximar da Universidade de Brasília (UnB) como aluno especial, ocasião em que conheci a professora Daniela Chatelard. Minha entrada ainda foi marcada pela influência da psicanálise, já que eu não possuía estudos na tradição marxista da psicologia. Como continuava estudando a psicanálise lacaniana (influenciado pela escola crítica argentina), fui acolhido pelo grupo de estudos do Laboratório de Psicanálise e Subjetivação (LAPSUS), vinculado ao Programa de Psicologia Clínica e Cultura (PPGpsiCC). Participei de algumas disciplinas como aluno especial e, pouco depois, me candidatei ao doutorado, sendo aprovado.

Iniciei o doutorado na modalidade online e, em 2022, pude finalmente conhecer a UnB presencialmente. Foi um grande encontro, a UnB me conquistou de vez! Ao longo dessa trajetória acadêmica, fui conhecendo novas pessoas, professores e referenciais teóricos. Nos momentos mais difíceis em Brasília e na UnB, dei início à militância, apesar das muitas dificuldades pessoais (timidez, inibição, passividade, submissão, falta de tempo e trabalhos

informais e precarizados), que são expressões concretas da minha história. Nesse período, me aproximei de movimentos sociais e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Essas novas experiências, tanto concretas quanto teóricas, refletiram diretamente na minha pesquisa de doutorado. No início, por participar de um grupo de estudos de orientação psicanalítica, tentei propor uma análise crítica dos fundamentos da psicanálise lacaniana. No entanto, essa proposta não se alinhava aos objetivos do grupo, o que resultou no fracasso dessa tentativa. Em comum acordo, eu e a professora Daniela Chatelard decidimos encerrar nossa parceria naquele momento. Sou profundamente grato à professora pela oportunidade de diálogo e pelas portas que ela gentilmente me abriu. Aquele foi um dos momentos mais críticos na UnB, mas sustentei a decisão do rompimento. Era a escolha mais honesta, tanto comigo quanto com meus interesses de classe e de pesquisador.

Foi diante dessa ruptura que encontrei o Pedro. Além de participar de suas disciplinas, já havíamos nos cruzado em outros espaços de militância. Sua contribuição para a minha formação acadêmica foi valiosa, mas o que mais me marcou foi que suas disciplinas formavam seres humanos. Quando o conheci, comecei a me aprofundar em todas as suas produções, livros e artigos. Nesse meio tempo nos aproximamos e eu o convidei para algumas conversas, nas quais compartilhei minha história e manifestei meu desejo de ser orientado por ele. Embora, por questões normativas do PPGPsiCC, ele não pudesse me orientar naquele momento, Pedro firmou um compromisso comigo, aceitando ser meu orientador. Lembro-me emocionado daquela cena e me sinto honrado em poder trabalhar ao seu lado!

Pedro é a maior referência que tenho, tanto na vida quanto na psicologia. Toda a apropriação teórica e prática que possuo hoje se formou, se forma e continua se formando a partir desse encontro. Confesso que a hierarquia muito presente na academia me atravessa na relação com ele. Não por sua postura, que, ao contrário, sempre foi pautada na horizontalidade e respeito, mas por me relembrar de lugares hierárquicos difíceis já vividos. Pedro também me

ajudou depois de uma rápida separação com Juliana, em 2023, doando-me alguns móveis. Lembrou-me de ter recebido sua mensagem ofertando essa ajuda tão generosa no mesmo dia em que retornava do enterro da minha avó Maria. Sua solidariedade ficou e ficará marcada para sempre. Quero registrar aqui todo meu agradecimento, Pedro! Espero um dia poder retribuir tamanho gesto de grandeza e sensibilidade!

O estudo do marxismo, a militância na luta antimanicomial e a pesquisa em Psicologia da Libertação vem se desenvolvendo desde então. Com ele, nesses espaços, tive a oportunidade de explorar possibilidades de um *quehacer* psicológico que é, ainda que parcialmente, menos alienado que o hegemônico. Diante dessa história, ainda que resumida, desdobra-se o tema deste estudo: “Psicologias da Libertação: uma análise das propostas de Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró e Hussein Bulhan”.

No processo de escrita dessa apresentação, percebi que a trajetória do doutorado foi marcada por diversas perdas e rupturas. Recentemente, eu e Juliana perdemos nossa afilhada, Maiê, filha dos nossos compadres Vinícius (irmão de Juliana) e Elliáh. O nome *Maiê*, inspirado em palavras de origem africana - *ayê* (vida) e *iyê* (mãe) -, remete ao significado de Mãe Terra, à manifestação da vida em conexão com o sagrado em toda a sua abundância. Toda a beleza e vitalidade do seu nome nos impactou e nos unirá para sempre. Sua breve passagem por aqui despertou em nós muito amor e alegria. Te amamos, Maiêzinha!

Essas perdas deixaram marcas profundas e me recordam da importância de manter viva a memória e o legado daqueles que partiram. Dedico, assim, este trabalho a vocês, encerrando com “Maria, Maria”, de Bituca, canção que simboliza minha avó, mulher que, apesar das muitas negações que enfrentou, afirmava-se pela força e pela fé.

Maria, Maria, é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta
Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta
Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possui
A estranha mania de ter fé na vida

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

INTRODUÇÃO

A psicologia em sua história tem precária contribuição na tarefa de libertação da classe trabalhadora. Além disso, ela tem servido de conhecimento e práxis à dominação ideológica e concreta (Guzzo, 2010). Nesse sentido, este estudo partiu da necessidade de analisar três formulações teórico-práticas da Psicologia da Libertação, as de Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró e de Hussein Abdilahi Bulhan, no intuito de propor “alternativas” à psicologia hegemônica estabelecida. Trata-se, portanto, de uma continuidade de outros esforços similares, muitos deles nos marcos da tradição marxista na psicologia brasileira - ou em diálogo com o marxismo -, dos quais não se pode deixar de citar a obra de Oswaldo Hajime Yamamoto, *A crise e as alternativas da psicologia* (1987), na qual se conclui sobre as “alternativas que não alternam” (p. 69). Por exemplo, em diálogo com a análise de Yamamoto (1987), estariam tais propostas, mesmo que críticas, reproduzindo posturas reformistas (de envolvimento e contribuição ao desenvolvimento de reformas sociais), gradualistas ou de redefinição teórico-prática da psicologia? Ou seriam propostas de *negação da própria psicologia*?

Analisando as Psicologias da Libertação na América Latina, a partir de Ignacio Martín-Baró, sinalizamos a importância dos esforços de Yayá de Andrade, Oswaldo Yamamoto e José Pinheiro (responsáveis pela primeira tradução e publicação de Martín-Baró no Brasil, no artigo *O papel do psicólogo*, em 1996), Raquel Guzzo (também grande impulsionadora de Martín-Baró e organizadora de eventos e materiais sobre sua Psicologia da Libertação), e de Fernando Lacerda Júnior, responsável pela tradução e publicação de boa parte das produções *baronianas* no Brasil (Costa & Mendes, 2022). Cabe ressaltar que, apesar do ganho de visibilidade e disseminação da vida e obra de Martín-Baró nos últimos anos, a presença de sua obra ainda é marginal nos cursos de graduação e pós-graduação e ainda há inúmeros temas não explorados, como, por exemplo: definições sobre Psicologia Social, Psicologia Política, Psicologia Popular,

pesquisas empíricas sobre classes sociais, e sobretudo os aspectos políticos de sua formulação sobre Psicologia da Libertação (Costa & Mendes, 2022; Lacerda Jr, 2017).

No caso de Alberto Merani, até o momento da escrita desta tese, somente as suas obras *Psicologia da Alienação*, *Psicologia Infantil* e *A Conquista da Razão* foram traduzidas em português e publicadas no país. São poucas as análises de sua obra e/ou menções a ele na psicologia brasileira, ficando restritas ao campo da psicologia do desenvolvimento, infantil e escolar, as interfaces entre psicologia e pedagogia, o atrelando bastante à vida e obra de seu mentor, Henry Wallon, quando não focando em Wallon. Ou seja, do pouco que se tem sobre Merani em nosso país, menos ainda é sobre Merani propriamente dito e sua práxis.

Alguns trabalhos sobre perspectivas críticas na psicologia brasileira mencionam a importância de Merani, como, por exemplo, os trabalhos com sindicatos e comunidades operárias em Osasco no final dos anos 1970, coordenados pela Profa. Silvia Lane e o Prof. Alberto Abib Andery, em que “leu-se Alberto Merani” (Bock et al., 2007, p. 48). Em *Contribuição a uma análise da psicologia*, Malheiro e Nader (1987) discorrem sobre a função social da psicologia a partir da análise do “espaço epistemológico” (p. 10), e as necessárias modificações nele, se aportando bastante nas análises de Merani em *Psicologia e alienação*. Ressalta-se também o trabalho de Luz, Meneses e Anache (2015), *Interlocuções entre psicologia crítica e método histórico*, em que analisam as considerações e concepções da história balizadoras das metodologias de Merani, Luís Cláudio Figueiredo e Max Horkheimer, sinalizando pistas para uma psicologia histórica. Abordando o livro *Psicologia e Alienação*, os autores apreendem da análise *meraniana* sobre o desenvolvimento da *psicologia a serviço do capital*. Neste ínterim, destaca-se também o trabalho de Pedro Henrique Antunes da Costa e Kíssila Teixeira Mendes em *Psicologia(s) da Libertação: costuras entre Alberto Merani e Ignacio Martín-Baró*, de 2022, que já apontaram convergências entre as formulações de

Martín-Baró e Alberto Merani, porém, sem adentrar a proposta de Psicologia da Libertação de Hussein Bulhan.

Acerca de Bulhan, não há nenhuma obra sua traduzida para o português brasileiro e publicada em nosso país. É possível se deparar com alguns poucos estudos que o abordam ou, simplesmente, mencionam o seu trabalho, dos quais, a maioria ainda o faz abordando as suas análises sobre Frantz Fanon, a partir de seu livro *Frantz Fanon and the Psychology of Oppression* (p. ex.: Bezerra, 2010; Ferreira, 2022). Dentre eles, destacamos o recente trabalho de Pedro Henrique Antunes da Costa e Kíssila Teixeira Mendes, intitulado “*Winds of Fanon in Psychology: Hussein Bulhan and Liberation Psychology*” (2025). O artigo discute a relação entre Fanon e a Psicologia, apresenta os elementos centrais da proposta de Psicologia da Libertação formulada por Bulhan e enfatiza, a partir do diálogo Fanon-Bulhan, a necessidade de ir além da Psicologia, em direção a uma práxis revolucionária. Ou seja, o foco não é Bulhan, mas Fanon; ou Bulhan é analisado a partir daquilo que analisa sobre Fanon. A partir do exposto, temos, na verdade, não *Bulhan*, mas *Fanon* por *Bulhan*.

Três exceções são importantes de serem mencionadas. Lacerda Jr (2018), em um capítulo de livro sobre a Psicologia da Libertação de Martín-Baró e a importância da história e de se historicizar, menciona também as formulações de Merani e Bulhan. Em uma análise sobre a luta insurgente contra o terrorismo de Estado no Brasil e na América Latina durante o regime ditatorial, e suas interfaces com a psicologia - como a Psicologia da Libertação -, Hur e Lacerda Jr. (2017), mencionam, em uma nota de rodapé, Bulhan a partir de sua práxis orientada à libertação: “[é] interessante ressaltar que, na África, a ideia de libertação entre teóricos ‘psi’ aparece associada com contextos em que lutas armadas contra a dominação imperialista ameaçavam a manutenção do status quo (Bulhan, 1982)” (p. 33). Já Guzzo (2011), no capítulo *Da Opressão à Libertação: uma perspectiva urgente para a Psicologia - a conclusão de um projeto, a abertura de perspectivas*, cita Bulhan e seu livro, e como a análise *bulhaniana*

“confirma o papel da Psicologia como instrumento poderoso servindo a diferentes causas sociais” (Guzzo, 2011, p. 15), dando continuidade ao que o autor inicia em sua obra sobre dois exemplos antagônicos de utilizações do campo psi no contexto colonial, o de Frantz Fanon e o de Hendrik Frensch Verwoerd, primeiro-ministro da África do Sul (1958-66) e criador do regime de apartheid sul-africano. Por fim, não se encontra na literatura brasileira análises sobre as formulações dos três autores.

Quanto aos três autores, cabem aqui algumas notas introdutórias, para que o(a) leitor(a) não tenha que esperar os capítulos sobre cada um deles e sua práxis. Começemos cronologicamente por Alberto Merani (1918-1984), que foi um psicólogo e filósofo argentino. Ele viveu a maior parte de sua trajetória pessoal e acadêmica na Venezuela. Ele não se limitou a criticar a psicologia alienada, mas propôs reflexões voltadas a uma Psicologia da Libertação fundamentada no materialismo histórico-dialético ou uma *antropologia concreta*, buscando compreender o ser humano em sua totalidade e orientar-se pelas necessidades e pela libertação humanas, em contraposição às exigências do modo de produção capitalista.

Ignacio Martín-Baró (1942-1989), espanhol de origem, foi padre jesuíta com formação em Filosofia, Letras, Teologia e Psicologia. Viveu grande parte de sua vida em El Salvador, onde se tornou vice-reitor da Universidade Centro-Americana José Simeón Cañas (UCA). Sua contribuição central foi o desenvolvimento de uma Psicologia da Libertação, inspirada em sua práxis revolucionária e em outros referenciais teórico-políticos. Uma psicologia voltada à libertação do povo salvadorenho. Em 1989, no contexto da guerra pela libertação do país, Martín-Baró foi assassinado pelo exército nas dependências da UCA.

Já Hussein Abdilahi Bulhan (1944-), natural da Somalilândia, na África, é atualmente professor e coordenador da Universidade Frantz Fanon, instituição que leva o nome de sua principal referência, o militante e psiquiatra Fanon. Além de sua atuação acadêmica, teve e continua tendo papel fundamental no processo de libertação da Somalilândia, para onde

retornou em 2015. Em 1985, apresentou suas formulações sobre a Psicologia da Libertação, denunciando a forma como as práticas da psicologia foram utilizadas para legitimar o colonialismo e o racismo, em alinhamento com a militância e os estudos de Fanon na psiquiatria.

Além dos pontos expostos, este estudo é produzido em um momento onde a psicologia brasileira vai cada vez mais se *democratizando*, nos marcos de uma *democratização pelo consumo* (Costa & Farias, 2022). Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2025), o país já ultrapassa a marca de 550 mil psicólogos(as) registrados, tornando-se o maior contingente mundial da profissão. Esse crescimento acompanha a explosão das matrículas em cursos de graduação, que mais do que dobraram entre 2010 e 2021, alcançando 112% de aumento (CFP, 2022). Apesar do discurso de acesso ampliado, observa-se que essa expansão é atravessada por contradições: trata-se de uma profissão jovem (metade dos profissionais têm até 39 anos), majoritariamente feminina (79,2%) e ainda profundamente marcada por desigualdades regionais, com concentração no Sudeste, especialmente em São Paulo (28%), e escassez no Norte do país (CFP, 2022).

Outro dado que problematiza essa “democratização” é a formação: 72% dos profissionais são egressos de instituições privadas, contra 27% de públicas, revelando a centralidade da lógica privatista na psicologia brasileira. O perfil também aponta uma categoria predominantemente branca (64%), com sub-representação de negros (8,5%) e indígenas (0,3%). Apesar de ser uma profissão massivamente feminina, com uma maioria de psicólogas, os dados censitários denotam que as condições de trabalho e salariais são desiguais, com menores remunerações às mulheres. Tudo isso evidencia a persistência do elitismo social, racial e de gênero na profissão, que, ao fim e ao cabo, remetem às nossas estruturas e relações sociais desiguais em termos de classe, racistas e sexistas (bem como LGBTfóbicas, capacitistas

etc.). No que tange à diversidade sexual, a grande maioria ainda se identifica como heterossexual (83,3%), com percentuais reduzidos para outras orientações (CFP, 2022).

Paralelamente, os dados de saúde mental brasileira reforçam, por um lado, uma generalização dos ditos transtornos mentais e, por outro, a naturalização do sofrimento psíquico de forma estritamente individualizada. O Brasil aparece como líder mundial em prevalência de transtornos de ansiedade (9,3%, frente a 3,6% da média global) e figura entre os primeiros em depressão (5,8%), sobretudo entre mulheres e idosos (Costa, 2025). Ao mesmo tempo, cresce alarmantemente o suicídio entre jovens negros, com índices 45% maiores que entre brancos, denunciando o peso do racismo (Costa, 2025).

A “democratização” da psicologia brasileira está diretamente relacionada aos altos índices daquilo que, hegemonicamente, se entende como saúde mental, especialmente depressão e ansiedade. Não é sem intenção que se vê o fomento cada vez maior à psicoterapia como panaceia a todos os problemas da vida – inclusive como forma de mistificar a própria determinação social do sofrimento, despolitizá-lo, circunscrito a uma privatização, psicologização e psicopatologização da vida. Nessa direção, vem se expandindo toda uma demanda de serviços psicológicos, com roupagem de democratização, sem se questionar que democracia ou democratização são essas (se são, de fato, democráticas) e a quem servem. Nunca se produziu e consumiu tanta psicologia, nas mais variadas formas. Parte deste consumo, por vezes, acaba nem sendo perceptível, pois ele não é feito de maneira direta, com os saberes psi e as mercadorias da psicologia também sendo consumidos e reproduzidos por outros campos do conhecimento e profissão (Costa & Farias, 2022). Dessa forma, questionamos: a “democratização” da psicologia, identificada com a maior oferta de serviços psicológicos e ampliação do alcance pelo barateamento do custo desses serviços, deve ser comemorada à revelia da qualidade e intencionalidade ético-política do que se realiza em nome

da profissão? Acreditamos que a pessoa leitora do trabalho até aqui já deve compreender que se trata de uma pergunta retórica, com a resposta a ela sendo negativa.

Tal situação contrapõe-se aos apontamentos de Martín-Baró (1986/2011), que defende a necessidade de a psicologia, sobretudo na América Latina, libertar-se dela própria e de sua escravidão para contribuir com a libertação das maiorias populares; aos de Merani (1972), que enfatiza a importância de a psicologia orientar-se pelas necessidades da classe trabalhadora e romper com seu caráter alienado e alienante; e aos de Bulhan (1985), que ressalta a urgência de romper com a violência colonial e o racismo que estruturam as bases da própria psicologia. Em face da cada vez maior psicologização da vida, em que a psicologia se apresenta (e é apresentada) como ferramenta de libertação, não estaria tal libertação no libertar-se da psicologia e na apropriação coletiva daquilo que é produção do próprio ser humano? Em suma, cada vez mais não se torna premente um horizonte de psicologia da libertação no sentido de se libertar da psicologia?

Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo é analisar as formulações teórico-práticas de Psicologia da Libertação de Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró e Hussein Bulhan. Buscamos realizar uma análise imanente dessas propostas, destacando seus fundamentos, significados e sentidos. Aliado a isso, nos propomos a examinar suas gêneses e funções sociais, explicitando convergências e divergências. Finalmente, buscamos extrair possíveis desdobramentos de tais contribuições para a Psicologia brasileira, de modo a “apreender como tais projetos se vinculam à totalidade de suas elaborações e práxis” (Costa & Mendes, 2022, p. 221).

O material está organizado da seguinte maneira: após essa breve introdução, apresenta-se o método e, no primeiro capítulo, a Psicologia da Libertação de Alberto Merani. Em seguida, o capítulo 2 aborda a Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró e o capítulo 3, a de Hussein Bulhan. O quarto capítulo discute as convergências e divergências entre essas

propostas, com possíveis desdobramentos para a psicologia brasileira. Por fim, são apresentadas as considerações finais. A sequência dos capítulos segue a ordem cronológica de desenvolvimento das propostas e das trajetórias de seus autores: primeiro Merani, depois Martín-Baró e, por último, Bulhan.

MÉTODO

Trata-se de um trabalho teórico, alinhado ao materialismo histórico-dialético, de modo a analisar três propostas de Psicologia da Libertação, explicitando também suas gêneses e funções sociais, tal como suas convergências e divergências e relevâncias à psicologia brasileira no presente. A importância da análise imanente como procedimento de pesquisa de textos conhecida como pesquisa “pura” tem como fundamento a necessidade de retorno ao estudo dos clássicos e de outros textos de importância decisiva em determinada pesquisa (Costa, 2009).

De acordo com Costa (2009), a análise imanente é um poderoso instrumento de investigação teórica que revela não só a interlocução do autor com o tema, mas também a realidade concreta apreendida com seus acertos e equívocos, impulsionando o movimento histórico do conhecimento. Faz-se necessário atentar à importância da análise imanente e seu papel social na desmistificação do momento histórico e sua gênese. A investigação de Marx tem permitido compreender o mundo em que vivemos, orientando o presente e incitando às possibilidades de transformação, o que nos leva à famosa décima primeira tese sobre Feuerbach, de que “os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*” (Marx, 1998, p. 103).

Segundo Chasin (2009), em contraposição às “hermenêuticas” da imputação e a debilidade da “especulação racionalista”, a postura da análise deve se inclinar ao compromisso com “a solidez dos vigamentos que caracterizam a chamada análise imanente” (p. 25). Tal análise encara o texto em sua consistência autossignificativa, compreendendo todo seu conjunto e suas bases. Extrai-se de seus fundamentos aspectos positivos ou negativos, suas conexões e suficiências, assim como lacunas e incongruências que o totalizam.

Nota-se que o procedimento analítico de análise imanente é radicalmente contrário a tudo que prega o epistemologismo e o viés gnosiológico, pois envolve de maneira essencial e

peculiar a questão ontológica. Uma ontologia sem parentesco com o saber absoluto e que recusa qualquer tipo de fundamento especulativo, a ontologia marxiana sustenta a possibilidade de um saber real, mas que é enraizado social e historicamente. Nesse ínterim, a análise imanente captura do texto seus próprios meios e preserva sua identidade “a partir do qual, e sempre no respeito a essa integridade, até mesmo em seu desmascaramento busca esclarecer o intrincado de suas origens e desvendar o rosto de suas finalidades” (Chasin, 2009, p. 40).

Para isso, serão selecionados trabalhos dos referidos autores que remetem às suas propostas de Psicologia da Libertação, com privilégio àqueles nos quais tais propostas estão colocadas, ou seja, que se trata da formulação de suas Psicologias da Libertação (Bulhan 1985; Martín-Baró, 1986/2011; Merani, 1972). Junto a estes, também serão analisados outros trabalhos dos autores em que estão presentes alguns dos germens ou fundamentos de tais propostas ou nos quais eles desenvolvem elementos constitutivos de suas Psicologias da Libertação. Nos casos de Martín-Baró e de Merani, esse exercício é mais complexo, dada a extensa produção dos autores. Contudo, uma parcela significativa de ambas as produções, por mais que relevante, fogem do escopo da presente pesquisa, tratando de temáticas ou se propondo determinados esforços analíticos que vão além de suas propostas libertadoras na e pela psicologia. Ainda quanto a estes dois, dar-se-á preferência para as versões em português brasileiro publicadas no país. Já quanto a Bulhan, evidenciamos de antemão uma dificuldade de acesso à sua produção, algo que não pode ser interpretado de forma dissociada ao colonialismo e ao racismo que o próprio denunciou.

Todas as buscas foram feitas *online*. No caso de Martín-Baró, há de ressaltar a facilitação da busca, em decorrência dos bancos de dados da Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA), que contém a produção baroniana, sendo, portanto, acessada na presente pesquisa. Para Merani, as consultas foram feitas no *Google*, bem como em trabalhos sobre sua vida e obra (p. ex.: Diaz, 1984; Bonfigli, 2009). Já quanto a Bulhan, as buscas

também foram feitas no *Google*, bem como em perfis acadêmicos do próprio autor. Os trabalhos não encontrados digitalmente foram descartados.

Ao mesmo tempo, como aponta Tonet (2013, p. 74), “Marx parte da gênese do ser social, do ato que funda a sociabilidade. É na análise desse ato que ele descobrirá a origem, a natureza e a função social essenciais do conhecimento científico”. Dessa forma, a análise imanente das formulações teórico-práticas contidas nas propostas de Merani, Martín-Baró e Bulhan será acompanhada de uma análise que vise apreender sua gênese e função sociais. Remetendo a Lukács (2020, p. 80), “as doutrinas não saíram dos livros para a realidade, mas da realidade para os livros”. Nesse sentido, é fundamental se debruçar sobre o solo histórico, em seu desenvolvimento contraditório, que se expressa dialeticamente em tais propostas - seja como afirmação ou negação. De acordo com Costa (2023, p. 43):

Junto da análise imanente, da dissecação da estrutura e lógica interna das teorias, da análise filosófica sobre categorias e conceitos, é necessário também se apreender e debater a gênese e a função social das teorias, das categorias e dos conceitos. Não só se os argumentos e a concatenação argumentativa são lógicos, são válidos, mas de onde vêm, a que e quem servem.

Grosso modo, buscamos apreender o que leva à formulação de três tentativas de construção de *Psicologias da Libertação*, para além de análises individualizantes, privatistas, ahistóricas, que imputam às ideias - soltas - vida própria ou, no máximo, a inserem em cabeças geniais, dissociando estas, bem como os seus indivíduos, da sua própria condição social, da sua historicidade. Isso não significa desconsiderar a singularidade de tais autores, mas, ao mesmo tempo, implica considerar que tais indivíduos e suas *práxis* não se fazem num vazio histórico, social. Já dando alguns indícios analíticos, mas que, por sua vez, remetem à *gênese social* e à *função social* que aqui buscamos apreender, podemos nos perguntar: por que três autores da periferia do capitalismo propuseram *Psicologias da Libertação*? Num momento histórico

semelhante? Dentro de um amplo movimento de *Libertação* que se expressa no plano acadêmico, teórico (filosofia, teologia etc.), atrelado aos avanços das lutas anticoloniais, antiimperialistas e de libertação nacional na periferia do capitalismo? Seria tudo isso um acaso? É à toa também que eles se fundamentem no marxismo ou, pelo menos - no caso de Bulhan - dialoguem com o marxismo?

Ainda em consonância com Tonet (2013, p. 68), “a elaboração de uma ontologia do ser social não é uma invenção de Marx”. Por mais que seja “uma construção teórica, mas, muito antes disso, é uma tradução ideativa, demandada pela classe trabalhadora, de uma realidade efetivamente existente” (p. 68). Dessa forma, sem negar a relevância dos indivíduos autores, buscaremos analisar como tais Psicologias da Libertação, para além de meras construções teóricas, são traduções ideativas e *práticas*, demandadas pela classe trabalhadora, de uma realidade efetivamente existente.

Para isso, analisaremos também literatura secundária sobre a vida e obra de tais autores, bem como sobre as realidades dos países, regiões, contextos sociais e históricos nos quais se desenvolvem e produzem suas elaborações na forma das Psicologias da Libertação. E quanto às implicações à psicologia brasileira no presente, também serão coletados e analisados trabalhos de caráter histórico sobre o desenvolvimento da psicologia em nossa formação social, bem como dados acerca do perfil atual da profissão, seus avanços, desafios e contradições, de modo a apreender sua dinâmica atual e dialogar com as proposições meranianas, baronianas e bulhanianas. Os dados e trabalhos serão reunidos de forma não sistemática, o que traz algumas limitações, já que não se busca aqui uma análise exaustiva e aprofundada da psicologia brasileira, mas sim captar indicações e implicações para ela a partir do diálogo com as propostas de Psicologia da Libertação. Contudo, também se ressalta a necessidade de coerência e rigor quanto à fundamentação ontológico-epistemológica (e ético-política) no diálogo com tais dados e produções.

Dessa forma, é possível realizar uma análise, ao mesmo tempo, sincrônica e diacrônica, apreendendo o movimento dialético do real. Ressalta-se, no entanto, as mediações necessárias em tal processo analítico, para que não se incorra em uma transposição descontextualizada de tais propostas para a psicologia brasileira, por meio de um movimento mecânico, como se 2025 fosse 1970, 1980, e o Brasil - e a psicologia brasileira - fosse mero reflexo das psicologias em El Salvador, da Argentina e da Venezuela, dos EUA, Somália e Somalilândia. Do mesmo modo, considerando o desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista, e a análise totalizante aqui proposta, as três formulações teórico-práticas de Psicologia da Libertação enquanto totalidade, e das particularidades de seu desenvolvimento na periferia do capitalismo, possibilitam o diálogo com a psicologia brasileira, explicitando como necessária tal aproximação.

Os trabalhos foram lidos na íntegra e analisados, com fichamentos acerca de seus conteúdos. A Tabela 1 apresenta os trabalhos selecionados e analisados quanto ao desenvolvimento das três propostas de Psicologia da Libertação: de Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró e Hussein Bulhan, considerando o título, o ano de publicação original e no Brasil, bem como o tipo de publicação.

Tabela 1 -

Trabalhos selecionados e analisados quanto às três propostas da Psicologia da Libertação

ALBERTO MERANI		
Títulos	Ano (Publicação Original/Publicação no Brasil)	Tipo de Publicação
Psicología Genética	1962	Livro
Naturaleza Humana y Educacion	1972	Livro
Psicologia e Alienação	1972	Livro
Historia crítica de la psicologia	1976	Livro
IGNACIO MARTÍN-BARÓ		
Títulos	Ano (Publicação Original/Publicação no Brasil)	Tipo de Publicação

Presupuestos psicosociales de una caracterología para nuestros países	1972	Artigo original publicado na Revista Estudios Centroamericanos
Antipsiquiatria y antipsicoanálisis	1973	Artigo original publicado na Revista Estudios Centroamericanos
Culpabilidad religiosa en un barrio popular	1975	Livro
El valor psicologico de la represión política mediante la violencia	1975	Artigo original na Revista Estudios Centroamericanos
Lecturas de Psicología Social	1975	Programa do Curso de Psicología Social disponível em Colección Ignacio Martín-Baró (UCA)
Del cociente intelectual al cociente racial	1977	Artigo original publicado na Revista Estudios Centroamericanos
Cien anos de psicologia	1979	Artigo original publicado na Revista Estudios Centroamericanos
Haciendo la Universidad	1979	Livro
O psicólogo no processo revolucionário	1980/2017	Manuscrito apresentado em uma exposição/Capítulo publicado em português no livro Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais (Lacerda Jr, 2017).
Raíces psicosociales de la guerra en El Salvador	1981	Livro
Psicología Social I	1982	Livro
Psicología Social II	1982	Livro
Psicología Social III	1983	Livro
Um psicólogo social frente à guerra civil em El Salvador	1982/2017	Artigo original na Revista de la Asociación Latinoamericana de Psicología Social/Capítulo publicado em português no livro Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais (Lacerda Jr, 2017)
Acción e Ideología: psicología social desde Centroamerica	1983	Livro
Entre o indivíduo e a sociedade (1983)	1983/2017	Capítulo original do livro Acción e ideología: psicología social desde Centroamerica/Capítulo publicado em português no livro Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais (Lacerda Jr, 2017)
Votar em El Salvador: Psicología Social da desordem política (1983)	1983/2017	Artigo original publicado na revista Boletín de la AVEPSO/Capítulo publicado em português no livro Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais (Lacerda Jr, 2017).
Psicología Social V	1984	Livro
Guerra e Saúde Mental	1984/2017	Artigo original publicado na revista Estudios Centroamericanos/Capítulo publicado em português no livro Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais (Lacerda Jr, 2017).
De la conciencia religiosa a la conciencia política	1985	Artigo original publicado en Boletín de Psicología

Hacinamiento residencial: ideologización y verdad de un problema real	1985	Artigo original publicado na revista <i>Psicología Social México</i> . Disponível em Colección Digital Ignacio Martín-Baró
La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo	1985/2017	Artigo original publicado no Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social/Capítulo publicado em português no livro <i>Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais</i> (Lacerda Jr, 2017).
Conflicto Social e Ideología Científica: do Chile a El Salvador (1985)	1985/2017	Artigo original publicado na Revista de Psicología de El Salvador. Disponível em Colección Digital Ignacio Martín-Baró/Capítulo publicado em português no livro <i>Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais</i> (Lacerda Jr, 2017).
O papel do psicólogo (1996)	1985/1996	Artigo original publicado no Boletín de Psicología UCA/Artigo publicado em português na Revista Estudos de Psicologia.
Psicología Social de grupos	1986	Livro
Para uma Psicologia da Libertação (1986)	1986/2011	Artigo original publicado no Boletín de Psicología UCA/Artigo publicado em português/Capítulo publicado em português no livro <i>Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação</i> (Guzzo & Lacerda, 2009).
O desafio popular à Psicologia Social na América Latina (1987)	1987/2017	Artigo original publicado no Boletín de Psicología UCA/Capítulo publicado em português no livro <i>Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais</i> (Lacerda Jr, 2017).
A pesquisa e a mudança social (1987)	1987/2017	Artigo original publicado na Revista Salvadorenha de Psicología/Capítulo publicado em português no livro <i>Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais</i> (Lacerda Jr, 2017).
O latino indolente: carácter ideológico do fatalismo latino-americano (1987)	1987/2017	Capítulo original publicado no livro <i>Psicología política latinoamericana</i> (Maritza Montero)/Capítulo publicado em português no livro <i>Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais</i> (Lacerda Jr, 2017).
Os grupos com história: um modelo psicossocial	1987/2017	Artigo original publicado na Revista de Psicología de El Salvador em 1992/Capítulo publicado em português no livro <i>Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais</i> (Lacerda Jr, 2017)
Da guerra suja à guerra psicológica: o caso de El Salvador	1987/2017	Artigo original publicado em um livro organizado por Adrienne Aron/Capítulo publicado em português no livro <i>Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais</i> (Lacerda Jr, 2017).
A violência na América Central: uma visão psicossocial	1987/2017	Artigo original publicado na Revista Costarricense de Psicología/Capítulo publicado em português no livro <i>Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais</i> (Lacerda Jr, 2017).

A violência política e a guerra como causas do trauma psicossocial em El Salvador	1988/2017	Artigo original publicado na Revista de Psicología de El Salvador/Capítulo publicado em português no livro Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais (2017).
La violencia política y la guerra como causas del trauma	1988	Artigo original publicado na Revista de Psicología de El Salvador
Sistema Grupo y poder: Psicología Social desde centroamerica II	1989	Livro
La institucionalización de la guerra	1989	Artigo original publicado na Revista de Psicología de El Salvador
Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana	1989/2009	Artigo original publicado no livro Martín-Baró, I. Retos y perspectivas de la psicología latinoamericana/Capítulo publicado em português no livro Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação (Guzzo & Lacerda Jr, 2009)
Psicología política del trabajo en America Latina	1989/2014	Artigo original publicado na Revista de Psicología de El Salvador/Artigo publicado em português na Revista Psicologia Política
Psicologia Política Latino-Americana	1990/2013	Artigo original publicado em uma compilação organizada por Bernard o Jiménez-Domínguez e Bernardo Pacheco/Artigo publicado em português na Revista Psicologia Política
O método em Psicologia Política	1991/2013	Capítulo original publicado no livro Acción y discurso: problemas de psicología política en América Latina (Montero)/Artigo publicado em português na Revista Psicologia Política.
Fundamentos teóricos y metodológicos de la investigación latino-americana	2010	Artigo original publicado na Revista de Salvadorenha de Psicología
HUSSEIN BULHAN		
Títulos	Ano (Publicação Original/Publicação no Brasil)	Tipo de Publicação
Frantz Fanon and the Psychology of oppression	1985	Livro
Stages of Colonialism in Africa: from occupation of land to occupation of being	2015	Artigo publicado no Journal of Social and Political Psychology

Fonte: elaborado pelo autor

Como é possível observar, há uma diferença entre a quantidade de trabalhos encontrados e analisados dos três autores. Isso pode significar um desbalanceamento na abordagem analítica e nas ênfases entre eles ou resultar em descon siderações de aspectos importantes, sobretudo de Bulhan e Merani. Por outro lado, diz também de elementos que serão

abarcados no decorrer do trabalho, como a aceitação e apropriação das produções dos autores, por um lado, e das marginalizações e desconhecimentos por outro.

Cabe ressaltar que, nos três casos, existe uma produção específica com a formulação sobre Psicologia da Libertação. Em Merani, as elaborações estão no livro *Psicologia e alienação* (1972). No caso de Martín-Baró (1986/2011), se trata do texto *Para uma Psicologia da Libertação*, fruto de uma conferência em Porto Rico. Já em Bulhan, no livro *Frantz Fanon and the Psychology of Oppression* (1985). Ressaltamos isto, pois o fundamental das análises se volta a tais produções, contudo, sem desconsiderar outros trabalhos que permitem contextualização, complementaridade e aprofundamentos.

Os resultados obtidos no processo analítico foram organizados de acordo com a ordem cronológica das propostas de Psicologias da Libertação e das trajetórias dos autores, conforme introdução. Ressalta-se de antemão que a organização por eixos e categorias, no que se refere à análise, apreensão e exposição do estatuto teórico (e prático) das três propostas, cumpre muito mais um propósito de organização e de facilitação na exposição e compreensão dos achados, sem a intenção de fragmentar o caráter totalizante delas. Após os capítulos sobre cada uma delas e da vida e obra de seus formuladores, o capítulo 4 discute as convergências, divergências e desdobramentos para a psicologia brasileira, não só para análise de nossa realidade, mas para sua transformação, assim como da própria psicologia.

Os capítulos estão estruturados em eixos, categorias e seus respectivos conteúdos, articulados por argumentos, concatenação lógica, gênese social e função social das propostas. O capítulo 1 aborda a Psicologia da Libertação de Alberto Merani, iniciando pela trajetória do autor, da qual se desdobra sua formulação, seguida pelos eixos: 1) Crítica à Psicologia alienada e alienante e 2) Reflexões sobre Psicologia da Libertação. O capítulo 2 trata da Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró, também precedida por uma breve trajetória do autor, e organizada nos eixos: 1) A miséria da Psicologia latino-americana e 2) Projeto ético-político

de Psicologia da Libertação. No capítulo 3, dedicado a Hussein Bulhan, apresenta-se igualmente uma breve trajetória do autor, seguida dos eixos: 1) Psicologia da Opressão euro-americana e 2) Psicologia da Libertação. Por fim, o capítulo 4, intitulado *Convergências e divergências das Psicologias da Libertação e desdobramentos para a psicologia brasileira*, organiza a análise estrutural-comparativa.

CAPÍTULO 1

PROJETO DE PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO DE ALBERTO MERANI

Neste capítulo, propomos analisar a Psicologia da Libertação proposta por Alberto Merani. Iniciaremos pela apresentação de sua trajetória, a fim de situar o contexto histórico, social e intelectual que influenciou suas formulações críticas à Psicologia, e os fundamentos de seu projeto de Psicologia da Libertação, aliado a algumas implicações passíveis de serem extraídas de sua propositura.

1.1. Trajetória de Alberto Merani

Alberto Leônidas Merani Colombo (1918–1984) foi um psicólogo e filósofo argentino e um importante personagem no movimento de crítica à psicologia latino-americana. Grande parte de sua obra foi desenvolvida durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. Estudou em diversos países, tendo sido aluno de Henri Wallon na França e de Nicolás Pende na Itália, posteriormente radicando-se na Venezuela, onde consolidou sua trajetória acadêmica. Estabeleceu-se em Caracas, inicialmente na Universidade dos Andes e, posteriormente, na Universidade Central da Venezuela (Bonfigli, 2009). Merani deu continuidade aos trabalhos de seu antecessor, Wallon, articulando-os a uma proposta de psicologia alinhada a uma perspectiva marxista mais ortodoxa (Costa & Mendes, 2022).

Em meados do século XX, tornou-se um dos psicólogos mais importantes da América Latina, com uma obra extensa, composta por quase 40 livros. Sua produção abrange diversos temas, como psicologia infantil, psicologia do desenvolvimento, psicologia genética, epistemologia da psicologia e da educação, além de reflexões ainda pouco exploradas sobre psicologia da libertação. Apesar de sua relevância na ciência psicológica e na educação e de

ser frequentemente citado na literatura científica, sua obra é de difícil acesso. Merani faleceu em 20 de agosto de 1984, em Caracas (Bonfigli, 2009).

A despeito da trajetória prolífica de Merani, ressaltamos que a constituição e o desenvolvimento da psicologia na Venezuela estão fortemente associados a dois expoentes: José Miguel Salazar, a partir da década de 1950, e Maritza Montero, a partir da década de 1970. As produções de ambos se inscrevem no campo da Psicologia Política, sendo que Montero se consolidou também como uma das principais referências da Psicologia Comunitária latino-americana.

Em contraste com o reconhecimento alcançado por esses autores, segundo Pavón-Cuéllar (2020), em decorrência da postura fortemente crítica de Merani à psicologia, mesmo com certa relevância de suas produções nos anos 1970, 80 e 90, sua obra foi progressivamente marginalizada e relegada ao esquecimento, tornando-se de difícil acesso e desprezada no meio acadêmico, o que pode justificar sua relativa marginalidade em relação a Salazar e Montero, conforme já apontado. De acordo com Osório (2017), citado por Costa e Mendes (2022), se “adiciona às motivações do apagamento de Merani, mesmo na psicologia dita crítica, o fato de ser marxista” (p. 222).

Quanto ao seu marxismo, Merani, se filia, por um lado, a uma tradição marxista na Psicologia que remonta ao contexto europeu, mais especificamente francês, com o nome de Wallon (que foi membro do Partido Comunista Francês), que foi seu orientador, se destacando. Não à toa, Merani avança no sentido de desenvolver uma psicologia genética, apreendendo à gênese do desenvolvimento humano, que para ele seria social e histórico. Por outro, fica nítida também a fundamentação marxiana no que se refere às análises de Marx sobre a alienação, em especial os seus tratados da juventude, como os *Manuscritos econômico-filosóficos*, entre outros. Sem querer reproduzir aqui análises sobre um suposto corte epistemológico em Marx, ao tomá-lo como totalidade, bem como suas continuidades e discontinuidades (na

continuidade), as apropriações e fundamentações meranianas estão mais localizadas no *jovem Marx*, sobretudo a sua interpretação sobre a alienação e a psicologia alienada. Assim, por mais que a crítica da economia política compareça na análise de Merani, em certa medida, encontra-se subsumida à sua análise da alienação e desta na/pela psicologia.

Aliás, sua elaboração sobre a alienação é um exemplo marcante de sua característica expositiva mais afirmativa, que assume uma série de coisas e não desenvolve tanto categorias que são centrais. Por mais que a alienação seja central para a sua reflexão e crítica da psicologia, e mesmo que fique subentendido como a sua concepção está vinculada à análise do jovem Marx, dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, sobre o trabalho alienado, o autor não desenvolve tanto a própria categoria. Mas isso não o impede de fazer derivações importantes sobre suas manifestações na/pela psicologia como ciência e profissão.

Cabe ressaltar que a forma meraniana de exposição de sua crítica à psicologia e à psicanálise também pode ter contribuído para sua marginalização, até mesmo na Venezuela, quanto mais no restante da psicologia latino-americana. Merani possui uma estilística direta e bastante afirmativa, se valendo de colocações peremptórias. Nisso, acaba incorrendo em certas simplificações, carecendo de mediações. Seus textos, por vezes, parecem muito mais produções de caráter agitativo, carecendo de maiores fundamentações, desenvolvimentos e exemplificações sobre aquilo que afirma. Não estamos aqui entrando no mérito se suas críticas estão corretas ou não, muito menos imputando ao autor desconhecimento sobre o que fala, diferentemente do que apregoam alguns de seus críticos, como Ardila (1970). O que estamos ponderando é que a forma como ele desenvolve e expõe suas ideias e como faz suas críticas pode ter contribuído também para certo rechaço ao autor.

Outro aspecto importante diz respeito a como a crítica e as elaborações meranianas, por mais que remetem à psicologia como ciência e profissão, dizem de uma trajetória mais centrada na academia. Isso remonta à própria formação do autor, da influência não só pensamento de

catedráticos como Wallon, mas da dinâmica de um certo marxismo também catedrático, mais acadêmico, muito influenciado por reflexões e debates relevantes na academia europeia.

A seguir, na Tabela 2, serão apresentados eixos e categorias que estruturam a proposta teórico-prática de Alberto Merani, na forma de uma Psicologia da Libertação. O Eixo 1, Crítica à Psicologia Alienada e Alienante reúne categorias que permitem compreender a profundidade e a abrangência da crítica de Merani: *História da Psicologia: Descartes e Revolução Industrial; Transformações requerem uma ideologia; Ideologia e Tecnocracia impregnada de Psicologia; Instrumentos de alienação; O problema da consciência e o surgimento da Psicanálise; Scientific Management e Psicologia; Publicidade e Propaganda; Racionalidade Tecnocrática; e Psicologia da Alienação*. Este eixo contempla a análise concreta da situação concreta, evidenciando como a realidade latino-americana aparece (ou não) na produção psicológica e como esta se manifesta de forma alienada e alienante.

Já o Eixo 2, Reflexões sobre a Psicologia da Libertação concentram as categorias: *Superação da alienação na Psicologia, Antropologia Concreta, Psicologia Genética, Humanismo Radical, Dialética, Ser histórico e consciente, Práxis e Superação da condição alienante do ser humano*, abordando os aspectos centrais do projeto de Merani, voltados à superação da psicologia vigente.

Para fins de sistematização e melhor compreensão do leitor, os eixos e categorias foram organizados na Tabela 2, oferecendo uma visão clara da estrutura do pensamento de Merani e da articulação das diferentes dimensões de sua proposta teórico-prática.

Tabela 2 -

Resultado da categorização de Alberto Merani: eixos e categorias

Eixos	Categorias
-------	------------

Crítica a psicologia alienada e alienante	Descartes, o criador da psicologia e a Revolução Industrial Transformações requerem uma Ideologia Tecnocracia impregnada de psicologia Instrumentos de alienação O problema da consciência e o surgimento da psicanálise O princípio da <i>scientific management</i> e a psicologia Métodos de publicidade e a influência da psicologia e psicanálise Racionalidade tecnocrática e a contradição homem e sociedade Psicologia da alienação
Reflexões sobre a Psicologia da Libertação	Superação da alienação na Psicologia Antropologia concreta Psicologia genética Humanismo radical Dialética Ser histórico e consciente Práxis Superação da condição alienada do ser humano

Fonte: elaborado pelo autor

1.2. Crítica à Psicologia alienada e alienante

Em síntese, este eixo mostra como Merani traça as origens das ideias psicológicas, desde a tradição grega e os pressupostos de Descartes até sua incorporação pela Revolução Industrial. Segundo ele, a psicologia passou a servir à produtividade, ao controle social e à manutenção da ordem vigente, apoiando-se na mensuração, na adaptação e em técnicas de dominação, em vez de buscar a compreensão da historicidade humana como antropologia concreta. Merani critica fortemente essas vertentes da psicologia, chamando-as de alienadas, pois suas bases sustentaram uma racionalidade tecnocrática associada ao *scientific management* e à *engineering human*, bem como aos métodos de publicidade e propaganda.

Merani investiga as raízes históricas da psicologia, buscando compreender como certas concepções se consolidaram ao longo do tempo. Inicialmente, ele destaca que a psicologia já existia, implicitamente, na Grécia pré-socrática. A disciplina foi se tornando explícita ao longo do tempo, com esforços voltados para a construção de uma antropologia concreta, baseada em fatos “individuais, observados e vividos, e não em ideias gerais” (Merani, 1972, p. 5). Colaboraram nesse processo os mitos, a filosofia, a teologia, a medicina, a antropologia, a biologia, bem como o ocultismo, a ética e a metafísica. Posteriormente, no século XVIII, o

termo “psicologia” foi criado, passando a designar a sistematização de conceitos sobre o ser humano.

Ainda assim, o homem permaneceu como o problema central da filosofia, exigindo uma distinção em relação ao estudo geral e histórico ao qual esteve submetido por séculos. O primeiro a perceber essa necessidade foi René Descartes, “reconhecido como o fundador da psicologia moderna, embora não tenha desenvolvido psicologia empírica ou teórica nos termos atuais” (Merani, 1972, p. 6).

Descartes constatou que a filosofia de seu tempo, marcada pela influência aristotélica, confundia o humano com o divino e o concreto com o abstrato, misturando a realidade do homem com concepções sobre ele. Tais definições, ao extrapolarem os limites da lógica e da razão, eram consideradas por ele absurdas. Para ordenar o caos das ideias sobre o homem, Descartes delimitou os fatos de maneira precisa, separando a matéria e os seres vivos, compreendidos como máquinas, do espírito, entendido como alma e pensamento (Merani, 1972).

Nessa perspectiva, o corpo humano, concebido como máquina e dotado de funções fisiológicas, insere-se no conceito de extensão, “é *res extensa* porque sua realidade é perceptível pelos sentidos” (Merani, 1972, p. 7). Em contraposição, o espírito, não determinado matematicamente, pertence ao terreno da qualidade, existe, mas não é percebido, “atua, mas não se manifesta como matéria ou força. Podemos conhecê-lo apenas como pensamento ou vida afetiva, são as paixões da alma, como diria Descartes. A *res cogitans* é a substância, o ser pensante, mas inexistente” (Merani, 1972, p. 07).

A divisão do humano em duas substâncias apresentou vantagens e desvantagens, inerentes a toda dicotomia. Ainda assim, é possível reconhecer nesse ponto o esboço de uma teoria sobre o homem. As ciências naturais assimilaram as vantagens da dicotomia, desvinculando-se da influência do espírito e concentrando-se exclusivamente na matéria (*res*

extensa) com segurança e precisão (Merani, 1972; 1976). Assim, a biologia moderna, que se tornaria a principal ciência dos séculos XIX e XX, pôde se desenvolver.

As desvantagens dessa dicotomia tornaram-se evidentes na psicologia, que oscilou entre filosofia e biologia, permanecendo em uma zona indefinida. Assim, fica claro que Descartes introduziu o que Merani chama de paralelismo psicofísico: corpo e alma coexistem, sendo a alma contida no corpo. Nos séculos XIX e XX, passou a ser possível conceber corpo e alma como um duplo vocabulário, cujos termos se explicam mutuamente, sem jamais se confundir (Merani, 1972; 1976).

Enquanto esses debates teóricos se desenvolviam, o contexto histórico também se transformava profundamente. Com a Revolução Industrial, que consolidou o predomínio da máquina e da técnica, tornou-se evidente que, para reduzir custos, era necessário exigir maior produtividade do trabalhador. Em 1883, ano da morte de Karl Marx, Georges Sorel defendia a necessidade de uma greve revolucionária internacional, enquanto o engenheiro norte-americano Frederick W. Taylor apresentava suas primeiras experiências industriais (Merani, 1972).

Entre suas proposições, Taylor enfatizava a importância da “atitude” do operário para o cumprimento das metas de produção, destacando a necessidade de canalizar todos os impulsos humanos para o aumento da produtividade. Nesse sentido, o *scientific management* constituiu a primeira expressão da sociedade de consumo contemporânea, ao buscar a forma mais eficiente de “consumir” a força de trabalho (Merani, 1972).

Tal racionalidade técnica exigia, por sua vez, uma ideologia capaz de legitimá-la, isto é, um conjunto relativamente consistente de ideias, crenças ou doutrinas apresentado por um grupo social como exigência racional, cujo objetivo real, entretanto, estava ligado à necessidade de estruturar empreendimentos voltados a atender interesses específicos e explorar a força de trabalho.

A ideologia necessária, ou, mais precisamente, a formulação intelectual que atendia às exigências da produção industrial, surgiria inicialmente na psicologia por meio do pragmatismo de William James e, na filosofia, com o espiritualismo de Henri Bergson. Essa ideologia não emerge “por acaso”, mas como uma resposta a determinadas “necessidades sociais”. “Na realidade, o *scientific management* precisava de algo além de fatos concretos para contestar o socialismo científico de Marx e o anarco-sindicalismo de Sorel” (Merani, 1972, p. 9).

Nesse contexto, não é fortuito que a ideologia tenha tido na psicologia sua principal base. O antigo objetivo da antropologia concreta, que buscava compreender o ser humano fora das abstrações gerais, foi deturpado pelas oscilações da economia política, tornando-se um véu que encobre a mercadoria (Merani, 1972). É nesse ponto de inflexão que o pragmatismo de James e o espiritualismo de Bergson encontraram, no início do século, terreno fértil. Se o ser humano é composto por duas substâncias distintas, conforme destacava Descartes, parece mais lógico e científico analisá-las separadamente (Merani, 1972; 1976).

Assim, a psicologia passou a priorizar a eficiência como objeto central de estudo, alinhada ao pragmatismo de William James, uma ciência voltada para otimizar as ações do trabalhador nas fábricas, com o intuito de maximizar a extração de mais-valia. Em contraponto, embora a consciência tenha sido inicialmente relegada pela psicologia científica, ela foi posteriormente resgatada e incorporada pelo espiritualismo de Henri Bergson. Nessa perspectiva, com o declínio da antropologia concreta, a dicotomia cartesiana mente/corpo se atualiza na oposição eficiência/consciência, de James e Bergson, configurando uma psicologia contemporânea cujo objetivo primordial é elevar a produtividade dos trabalhadores. Ora, a separação (metafísica) e a oposição (lógica) entre eficiência e consciência não seriam a contraface da separação (histórica) e a oposição (ideológica) entre o trabalho material e o trabalho intelectual? Não seriam elas, por si só, expressões de uma interpretação e compreensão alienada e alienante de uma realidade alienada e alienante? Desse modo, a dicotomia

contemporânea se estabeleceu entre, de um lado, James e Taylor, com a *scientific management* associada à *human engineering*, e, de outro, Bergson, cujas contribuições influenciaram as psicopatologias psicanalíticas e existenciais. Tal dinâmica persiste até os dias atuais, manifestando-se na cultura de eficiência operacional predominante nas corporações e indústrias.

Diante desse panorama, Merani (1972) afirmava não haver dúvidas de que a psicologia, enquanto “antropologia concreta”, possuía fundamentos sólidos para o estudo do ser humano. No entanto, a psicologia se afastou de sua função histórica e passou a se concentrar em especulações gerais, desvirtuando seu próprio princípio do saber, anulando-se como conhecimento científico e filosófico para transformar-se em uma “máscara humanizadora da tecnocracia” (Merani, 1972, p. 1-2).

Como resultado desse afastamento, os psicólogos, conscientes ou não disso, acabaram servindo à alienação, atuando por meio de uma psicologia que opera como instrumento de dominação. Esses profissionais manipulados pela indústria e por organizações de trabalho, são utilizados para sustentar uma hegemonia ideológica. Embora os psicólogos possam exercer funções úteis, com frequência deixam de cumprir seu papel enquanto intelectuais ao se envolverem em questões para as quais não estão preparados, interferindo nas estruturas humanas sem compreender suas causas reais e elaborando teorias arbitrárias e prejudiciais (Merani, 1972). Essa pressuposição de que, a psicologia é capaz de explicar diversos fenômenos da sociedade é muito comum à contemporaneidade. Contudo, como uma ciência parcelar, ela o faz não sem psicologizá-los e, nisso, frequentemente descaracterizá-los.

Essa limitação reflete-se também na própria configuração da psicologia, que, desde o início do século XX, encontra-se dividida em duas vertentes: a dos técnicos, que exercem uma função relacionada ao saber, e a dos tecnocratas, que desempenham um papel ligado ao poder. O público em geral e os próprios psicólogos, já alienados pelas escolas que os formaram, não

percebem essa divisão, tampouco suspeitam que ela resulta da influência do sistema industrial. Tornar isso evidente é um dever; denunciá-lo, uma exigência moral.

Quanto a isso, poder-se-ia supor que a referência de Merani e sua crítica ao “sistema industrial” e sua ênfase no consumismo como expressão da alienação capitalista o afastem e aproximem, ainda que indiretamente, das teorias da sociedade de consumo e da sociedade pós-industrial, amplamente difundidas a partir das décadas de 1950 e 1960. Se por um lado há um contingente de produções teóricas que irão proclamar o fim da sociedade industrial, de modo que viveríamos supostamente em outra sociabilidade (e, antes disso, em outro modo de produção), chocando-se com as análises meranianas – como se essas últimas também passassem a ser antiquadas e desatualizada. Por outro, a aproximação hipotética talvez ajude a explicar parte da descreditação de sua obra, sobretudo se considerarmos que essas formulações (associadas a autores como Bell, Touraine e Baudrillard) foram historicamente mobilizadas como ideologias durante a Guerra Fria, em oposição à teoria social marxiana. Nesse sentido, é possível conjecturar que, ao apoiar-se em categorias e diagnósticos oriundos desse campo teórico, Merani também possa ter contribuído para o enfraquecimento de sua posição crítica, aliado ao próprio ataque ao marxismo, ainda que sua intenção fosse denunciar a alienação capitalista¹.

É justamente dessa estrutura que decorre o tecnicismo predominante na psicologia, cuja prática evita o diálogo genuíno com outras áreas do conhecimento e permanece fiel ao pragmatismo que marcou o início do século. Mesmo com alguma flexibilidade, a aplicação da psicologia não consegue, de fato, ultrapassar sua base instrumentalista voltada à manipulação do ser humano (Merani, 1972).

¹ Agradeço ao Prof. Filipe Boechat pela reflexão quanto a este ponto feita durante a banca de defesa, com a qual concordamos e incorporamos no trabalho.

A partir dessa perspectiva, a psicologia passou a fundamentar discussões sobre aptidões, motivação, reflexos e consciência. Essas discussões permaneceram limitadas, sem alcançar uma compreensão mais profunda da realidade social e política vivida pela classe trabalhadora. Torna-se, portanto, necessário denunciar o uso da psicologia que reforça a alienação e cumpre funções de poder, ao mesmo tempo em que expõe seu humanismo baseado em uma falsa consciência (Merani, 1972).

Em contraste com a denúncia de Merani, Bergson, ao reforçar a alienação na/pela psicologia, propõe que, para compreender o ser humano, é necessário investigar a inteligência e a aptidão, considerando suas bases biológicas e funcionais, bem como a submissão às leis de estímulo e resposta. Após isso, torna-se necessário explorar a embriologia do comportamento e a psicofisiologia das funções, enquanto os aspectos relativos à consciência ficam sob a responsabilidade da filosofia do espírito (Merani, 1972).

Seguindo essa linha de pensamento, Benedetto Croce, conhecedor de Marx, Sorel e das questões sociais, convergindo com Bergson, sustentou que o ser humano, enquanto consciência de seu contexto, insere-se no âmbito da história. Essa posição evidencia um consenso ideológico amplo por volta da metade do século XX. Assim, o objetivo da psicologia tornou-se integrar as potencialidades humanas ao sistema capitalista de produção e consumo por meio de instrumentos que mensuram inteligência e aptidão, enquanto a consciência foi excluída e atribuída a outros campos do conhecimento (Merani, 1972).

Esse movimento abriu caminho para a primeira tentativa de instrumentalizar a psicologia, identificada por Merani (1972) na aplicação da escala métrica de Binet-Simon, posteriormente adaptada por Stanford, a milhares de soldados norte-americanos enviados aos campos de batalha na Europa. Esse processo expandiu-se durante a fase industrial, integrando gradualmente o ser humano a esse sistema. A energia empregada pelos operários nas fábricas e pelos camponeses no trabalho agrícola passou a constituir o principal bem de produção,

indispensável à indústria. Assim, necessidades são criadas nos indivíduos e atendidas pelos próprios bens produzidos no sistema, perpetuando um ciclo contínuo. Aqui cabe uma crítica ao capitalismo que coloca o consumo de mercadorias como natural, como se o ser humano precisasse delas por essência, ou seja, como se a fruição das necessidades humanas se desse naturalmente pela via do consumo de mercadorias e não de outras formas, com o acréscimo de que, como mercadorias, elas não só são produzidas e realizadas para as necessidades humanas mas para o lucro e conformação do ciclo do capital.

O ser humano passa, então, a viver para produzir e consumir, tendo sua existência reduzida a essa dinâmica. “Consequentemente, suas atividades, seus interesses vitais, tudo o que mantém a organização funcional de sua vida está submetido às mesmas leis que regem o ciclo econômico” (Merani, 1972, p. 13). Assim como a sociologia positivista reduziu a sociedade ao campo biológico, a ideologia pragmatista da psicologia identificou, na ação humana, uma correspondência com a lógica de oferta e procura, também compreendida em termos biológicos, por meio da relação estímulo-resposta.

A biologia do positivismo evolucionista desenvolveu, então, um vocabulário mecanicista e finalista para descrever a realidade social, sendo esse o discurso considerado “científico” na época. A associação entre a colmeia e a sociedade, bem como entre o ciclo vital e o funcionamento de uma máquina, cumpria, em nível ideológico, a função exigida pelo sistema de produção e consumo. Como os animais, o ser humano passa a produzir bens para consumi-los e, em seguida, voltar a produzir, adaptando seu ciclo de vida ao ritmo imposto pelo processo produtivo e de consumo (Merani, 1972).

Em consonância com essa racionalidade instrumental, John B. Watson, psicólogo vinculado à escola de Taylor, defendeu a experimentação como método na psicologia, ignorando os valores e significados humanos envolvidos. Enquanto Pavlov atribuía e investigava significados ao reflexo condicionado, Watson abordava os reflexos como meras

reações estímulo-resposta, dados imediatos da experiência assumida como realidade. Ao substituir o fenômeno pela ação de forma ingênua, Watson elimina a possibilidade de significação. Essa exclusão marca o percurso do método experimental “behaviorista”. Se, por um lado, a experimentação em psicologia elimina a superstição e a magia, por outro, institui uma nova forma de crença: a do fato positivo (Merani, 1972).

Com essa pretensão de cientificidade, a psicologia procurou alinhar-se aos moldes da física e da fisiologia, restringindo-se ao estudo da conduta (*behavior*) de seres humanos e animais. Não há dúvida de que o behaviorismo radical de Watson representa mais um programa ideológico do que propriamente uma metodologia da psicologia experimental. Com isso, a psicologia foi, pela primeira vez, inserida no campo da prática, deixando de ser uma antropologia, voltada ao conhecimento do ser humano, para transformar-se em um instrumento de alienação. “Era a teoria psicológica que faltava ao *scientific management*, e em 1914, quando foram publicadas as teses de Watson, a *human engineering* recebeu os instrumentos para produzir a alienação” (Merani, 1972, p. 15). Finalmente, o taylorismo foi aperfeiçoado, e a fórmula estímulo-resposta demonstrou-se, em sua lógica, mais eficiente que a simples medição do tempo e a adaptação do operário à máquina. A instrumentalização da psicologia significou um avanço apenas aparente, ao submeter o estímulo do indivíduo à lógica do sistema industrial, transformando-o em seu apêndice.

Como observa Merani (1972), é inútil recorrer à noção de coincidência: não se trata de teorias ou descobertas fortuitas que acabaram influenciando a vida social, mas de um movimento deliberado de integração ao sistema produtivo. “Trata-se de uma ideologia que desde o advento da Revolução Industrial domina o mundo com os conceitos de consumo e produção, correspondendo a necessidade capitalista de produzir e criar consumidores” (Merani, 1972, p. 15-16).

Mesmo com todos esses esforços, o behaviorismo, ou condutivismo, enquanto instrumento de alienação, mostrou-se incompleto. Na prática, sua aplicação restringiu-se a um grupo específico: aqueles indivíduos considerados úteis pela indústria para o processo de produção nas fábricas. A questão da consciência continuou a inquietar alguns psicólogos que se recusaram a relegá-la à filosofia ou a outros campos do conhecimento. Mesmo com a aplicação do condicionamento estímulo-resposta nas fábricas e nas instituições escolares, ainda havia brechas pelas quais alguns militantes rebeldes conseguiam escapar.

Após a Primeira Guerra Mundial, até então o maior conflito armado da história, marcado pela atuação explícita do capitalismo industrial sob o pretexto da “Liberdade e da Democracia”, emergiu um novo recurso psicológico destinado a atenuar a angústia dos sujeitos alienados. Enquanto Watson e Dewey atuavam sob a lógica da oferta e da demanda, um médico vienense identificava os fundamentos da psicanálise, termo atribuído a um método terapêutico voltado ao tratamento de transtornos mentais, especialmente das neuroses, que também passou a designar uma doutrina psicológica em contínuo desenvolvimento (Merani, 1972).

Sem entrarmos na exposição dos princípios da psicanálise, podemos dizer que Freud forneceu a *human engineering* quatro valiosos instrumentos de ação: *a regra da não omissão, a interpretação dos sonhos, a noção de recalque e a explicação da origem sexual das neuroses*. Em suma, toda uma teoria do inconsciente feita sob medida para a alienação. É preciso salientar ainda que a psicanálise não resiste a uma crítica epistemológica, isto é, uma crítica de seus princípios científicos e filosóficos (Merani, 1972, p. 19).

Para Merani (1972), a psicanálise constitui-se como um “credo” que demanda uma tomada de posição: ao aceitá-la, o sujeito é identificado como ortodoxo, ao recusá-la, herege ou incrédulo. Ela se apresenta como uma forma de teologia negativa, na medida em que não afirma de modo direto a essência das coisas, mas atua por negações, com a finalidade de

evidenciar a “falta” e a insuficiência dos conceitos empregados para apreender a realidade concreta. Dessa maneira, o homem não é uma coisa nem outra, tampouco guiado pelas normas da razão. Nossa natureza é, por essência, imperfeita, já que ao nascer somos, pura e simplesmente, “perversos polimorfos”, seres marcados pela incompletude em todos os aspectos: “temos tendências inatas à destruição, inclusive à própria, e devemos ser controlados e submetidos à constante vigilância para que possamos adaptar às regras da sociedade, cooperando e sobrevivendo com ela” (Merani, 1972, p. 19).

A sociedade em que Freud viveu é a mesma de Dewey, Watson e Taylor: o sistema capitalista da Europa Central no início do século XX, sustentado pela produção e pelo consumo de bens e que tinha na psicologia e, agora, na psicanálise, alguns de seus principais instrumentos. Para Freud, Bergson e Dewey, o indivíduo e a coletividade estão submetidos à lógica da oferta e da demanda, orientados pela dinâmica de estímulo e resposta e por uma forma de inteligência próxima ao instinto. Assim, suas reflexões configuram contribuições significativas ao regime industrial (Merani, 1972).

Na perspectiva psicanalítica, o aspecto dinâmico e determinado do ser humano é definido pelo inconsciente, composto por conteúdos psíquicos latentes que podem tornar-se conscientes, bem como por elementos reprimidos que necessitam de auxílio para emergir à consciência. O indivíduo encontra-se submetido ao inconsciente, e sua adaptação à sociedade é resultado dele, cuja elaboração depende do tratamento psicanalítico. Esse tratamento tem como objetivo transformar o inconsciente patogênico em consciência saudável, além de possibilitar o reconhecimento e a aceitação de nossa falha original e das frustrações que nos constituem, permitindo-nos conviver com elas sem agressividade (Merani, 1972).

Enquanto teologia negativa, a psicanálise se apropria de termos oriundos da biologia, da psiquiatria, da sociologia e da teologia do judaísmo, utilizando-os por meio da negação. Freud reinterpreta noções como vida, alma e punição, ajustando-as às exigências do regime

industrial. Ela se vale com eficácia do potencial de alienação contido nos conceitos formulados por Freud.

Como a consciência da classe trabalhadora precisa se ajustar às demandas do regime industrial, o indivíduo deve se moldar às expectativas que lhe são impostas. Nesse sentido, a regra da não omissão, no contexto psicanalítico, leva o paciente a aceitar um abandono completo de si como condição para o abrandamento de seus conflitos e para sua submissão. O ser humano passa, assim, a necessitar de um orientador de consciência, a quem deve se entregar plenamente (Merani, 1972).

Não basta que o indivíduo se entregue ao que é ou ao que reconhece em si; ele precisa também, entregar àquilo que imagina ser. A noção de recalque estabelece que tudo aquilo que a pessoa não conseguiu obter, desde pequenos desejos frustrados, como o sorvete negado na infância, até experiências mais marcantes, como a demissão do emprego, é reprimido no inconsciente. Todos os fracassos, reais ou imaginários, como os desejos não realizados, têm o potencial de gerar comportamentos destrutivos e atitudes de rebeldia. A função da terapia psicanalítica, então, seria identificar a origem dessas repressões com o objetivo de libertar e amansar o rebelde, conduzindo-o à domesticação (Merani, 1972).

Se o jovem Marx tivesse tido o privilégio de uma consulta psicanalítica, se tivesse se libertado das repressões, produtos de sua vida de judeu com sede de poder e de notoriedade, de seu desejo de figurar no meio da burguesia, que o levou a casar-se com uma moça de família importante, etc., etc., em lugar de ter redigido o Manifesto Comunista, teria sido um professor normal, respeitador das regras do jogo, teria sido no máximo um liberal ou um livre pensador, ou sendo genial, um brilhante pesquisador da noção de *epokhé* para os céticos, por exemplo, ou do *nôumeno* kantiano (Merani, 1972, p. 21).

Para Freud, o homem comum é, em essência, um neurótico, enquanto o normal, algo raro para a psicanálise, é apenas uma exceção considerada anormal. A neurose, segundo essa perspectiva, não é resultado dos inúmeros fracassos enfrentados nas tentativas de se viver mais humanamente, mas, são vistos apenas como parte da normalidade imposta pelos estímulos sociais. A verdadeira causa da neurose está na sexualidade reprimida que não foi adequadamente interpretada, pelo tratamento psicanalítico, numa combinação de fantasia e realidade. É a libido, nesse sentido, que aparece como a origem do sofrimento neurótico (Merani, 1972). “Se Che Guevara pudesse evitar o fracasso de suas repressões hoje seria um próspero e respeitável médico da elite argentina” (Merani, 1972, p. 21).

Nesse contexto, a terapia psicanalítica produz a irracionalidade ao fazer emergir uma forma de consciência por meio de interpretações de caráter especulativo. Para Merani (1972), trata-se de esclarecer os fatos, permitindo que o indivíduo aprenda a conviver com um “complexo”, assim como alguém com uma mutilação física aprende a aceitar sua condição e a viver com ela.

A conversão promovida pela psicanálise é de ordem política. Ela não é positiva, pois se fosse, provocaria transformações qualitativas profundas, mas é política na medida em que prepara o sujeito para competir dentro de uma sociedade que se mantém inalterada. Esse é o verdadeiro sentido e finalidade da tecnologia psicanalítica: um método sofisticado de alienação. Trata-se, portanto, de uma racionalidade que se estende da economia à subjetividade, tendo na organização do trabalho industrial um de seus campos privilegiados de expressão.

É nesse contexto que surge o *scientific management*, conhecido como sistema de Taylor, que se refere a um método de organização do trabalho industrial cujo propósito é aumentar a produtividade dos operários. Para isso, os movimentos são cronometrados e simplificados, tornando-se mais automáticos, o que permite sua repetição por períodos mais longos, sem considerar o desgaste físico e mental do trabalhador. A proposta consiste em

posicionar a pessoa certa na função adequada para elevar o desempenho. Porém, esse trabalhador ideal precisa ser formado, pois a natureza humana não se ajusta espontaneamente às exigências da indústria, como ocorre com as máquinas. Por isso, torna-se indispensável examinar as exigências do trabalho, as características do trabalhador e os objetivos de produtividade (Merani, 1972).

É nesse contexto que surge o tipo ideal de operário concebido pela lógica industrial, aquele que corresponde integralmente às demandas de eficiência e rendimento. Esse “troglodita” (Merani, 1972, p. 26), o operário adequado da seleção profissional, opera em um ritmo de 10/14, ou seja, dedica dez horas à produção de mais-valia e usa as quatorze horas restantes para recuperar energia visando suportar as próximas dez de trabalho. Esse exemplo evidencia, de forma clara, o absurdo e a desumanização presentes no sistema industrial.

Por outro lado, o contexto do *scientific management* permanece inalterado: trata-se de uma organização industrial na qual tudo, inclusive o aspecto subjetivo, é medido pelos mesmos critérios de custo e rendimento. Não que o antigo “troglodita” tenha deixado de ser funcional ao regime industrial, mas o sistema passou a exigir do trabalhador um mínimo de instrução e capacidade intelectual.

Essa mudança é impulsionada pelo avanço técnico, que, ao introduzir máquinas mais eficientes, afasta o operário das funções mais pesadas e o coloca em cargos com maiores responsabilidades. Os profissionais responsáveis pela seleção já não buscam um trabalhador desprovido de inteligência e dotado apenas de força física, sua atenção se volta, cada vez mais, ao aspecto psíquico, pois o sistema industrial demanda agora algo além da força: requer a disposição interna, a intenção do trabalhador (Merani, 1972).

A intenção humana refere-se a algo que se projeta como conduta e ação futuras. Por essa razão, conhecer certas intenções é uma forma de prevenir a concretização de determinados atos. O processo intencional envolve tanto o julgamento de ações ainda não realizadas, mas

possíveis, quanto a dedução de intenções a partir de atos já executados, com o objetivo de antecipar comportamentos futuros.

O trabalhador que manifesta aspirações culturais, ou que simplesmente possui um hobby, torna-se suspeito como um *reprimido* capaz de fazer reivindicações. A atitude revolucionária é apresentada como produto da revolta contra o pai onipotente e castrativo, simbolizado pela sociedade que, com suas regras, coage e comanda. Mais ainda, a atenção aplicada fora das horas de trabalho é um investimento malbaratado, uma perda de energia. A indústria exige de cada um de seus membros dedicação total, que só a fé, o amor... e principalmente a satisfação no trabalho alienado podem garantir (Merani, 1972, p. 26-27).

Até mesmo os conflitos amorosos dos executivos da alta tecnocracia são monitorados. Os segredos da vida íntima também passam a interessar aos negócios da produção, pois o sistema industrial deseja que tanto o operário quanto o chefe levem uma vida estável, sem grandes dificuldades conjugais. Isso porque, para que o indivíduo seja considerado o mais adequado para determinada função, espera-se que ele possua boas aptidões, uma família considerada adequada, amizades socialmente aceitas e, sobretudo, pensamentos adequados com o que se espera dele (Merani, 1972).

A condição humana acaba subordinada a critérios abstratos impostos pela seleção profissional, a qual, sob todos os aspectos, configura-se como um empreendimento lucrativo. Duas características centrais marcam a técnica do sistema industrial: a busca pelo lucro máximo e a lógica da oferta e da procura. Nessas duas fórmulas criadas por Taylor reside o segredo da escravidão espiritual contemporânea, uma forma de exploração ainda mais eficaz que a escravidão física (Merani, 1972).

Segundo Merani (1972), nesta nova forma de exploração, dois indivíduos com aptidões semelhantes podem apresentar desempenhos distintos. À medida que as exigências técnicas

aumentam, as diferenças individuais tornam-se mais evidentes. Nesse contexto, sem a necessidade de elevar o salário, é possível aproveitar um trabalhador que consiga encontrar soluções com mais rapidez do que outros, uma vez que, com tempo suficiente, qualquer um pode alcançar o mesmo resultado. Assim, dois operários com capacidades e níveis de inteligência equivalentes podem ser eficientes na forma e em tempos diferentes. Isso vai depender do grau de desenvolvimento da personalidade, da quantidade de energia consumida por problemas pessoais e sociais que afetam o trabalho alienado e, sobretudo, da orientação positiva do pensamento e da intenção em relação ao sistema industrial. Como afirma Merani: “refletir demasiado cria resistências” (1972, p. 28).

É nesse cenário que o regime industrial extrai o lucro máximo, e é nesse mesmo ambiente que se inicia a alienação da consciência do psicólogo, sua subordinação imediata e irrefletida ao capital. A ele é exigida a aplicação de normas empíricas ou experimentais, independentemente de sua real eficácia, desde que sirvam para selecionar o “conformista”, aquele que, reunindo o máximo de aptidões, elevada qualificação profissional, nível intelectual superior, condições de vida e intenções consideradas adequadas, consiga produzir mais recebendo o mínimo possível (Merani, 1972).

A aplicação prática da *scientific management* por meio da psicologia é um ponto central. Inicialmente, divulga-se a vaga, sabendo-se, desde o início, quais aptidões são realmente necessárias para exercê-la. Embora essas exigências não sejam reveladas de forma direta. O objetivo é atrair candidatos impondo requisitos muito superiores aos que a função de fato demanda: solicita-se inteligência, dinamismo e iniciativa, como se o processo seletivo buscasse encontrar um “super-homem” (Merani, 1972, p. 28). É preciso criar a impressão de que é o próprio candidato quem está avaliando a vaga de emprego, alimentando-se da aparente salubridade do cargo e da ingênua expectativa de futuras promoções. A segunda etapa do processo consiste em conhecer efetivamente o trabalho a ser desempenhado.

A terceira fase consiste na escolha dos candidatos. Embora os critérios variem conforme a empresa, a entrevista é o elemento central nesse processo. Para quem entrevista, o currículo é visto como a principal evidência das capacidades do candidato. Mas o que um currículo realmente revela sobre a pessoa? Pouco mais do que suas habilidades superficiais, já que o sistema industrial está mais interessado nas intenções do indivíduo. A entrevista vai além de uma simples conversa: funciona como uma espécie de “radiografia” da alma, buscando identificar os pensamentos e as intenções do candidato, bem como possíveis carências emocionais, na tentativa de antecipar eventuais comportamentos de contestação no futuro (Merani, 1972). “Assim é violado, com fins de seleção, o respeito à pessoa humana” (Merani, 1972, p. 29).

Nessa lógica, ainda há um agravante: o psicólogo que conduz a entrevista assume o papel de profissional que busca conquistar a confiança do entrevistado, que acredita que tudo o que for dito e registrado estará protegido pelo sigilo garantido pela ética da profissão. Ainda que isso ocorra, a entrevista resulta inevitavelmente em um diagnóstico. Esse diagnóstico, que teoricamente deveria ser de conhecimento exclusivo das partes interessadas ou de seus representantes, acaba sendo acessado, de fato, pelo regime industrial que, por financiar o serviço, assume o direito de se apropriar das anotações do psicólogo, incluindo todas as intenções do candidato que foram reveladas (Merani, 1972).

As empresas, à semelhança dos arquivos policiais, mantêm permanentemente essa radiografia espiritual, que pode ser consultada a qualquer momento. Informações fornecidas com honestidade podem acabar prejudicando o trabalhador. Se, futuramente, esse indivíduo buscar um novo emprego ou participar de uma greve, detalhes sobre seus hábitos, desejos, derrotas, conquistas e até aspectos íntimos poderão ser acessados por outras organizações. Com base nesses dados, o trabalhador poderá ser rotulado como aceitável, neutro ou indesejável. “Poderá perder o emprego, ter suas promoções adiadas, ser vigiado ‘preventivamente’ ou ir

para a cadeia. Sua vida estava hipotecada por uma entrevista que obedeceu aos critérios do sistema industrial” (Merani, 1972, p. 30).

A entrevista busca captar o nível de adaptação do indivíduo no momento atual, sua relação com experiências passadas e suas expectativas em relação ao futuro. Contudo, para atender aos objetivos imediatos da contratação, ela é complementada por uma quarta etapa: o exame psicológico, que, ao menos em teoria, serve para completar ou até substituir a formação profissional. Esse exame tem como finalidade apresentar, em um curto período, uma estimativa do potencial de desempenho do candidato. Sem entrar nos detalhes dos testes aplicados ou em seus fundamentos, é possível afirmar que os efeitos desse procedimento são diversos (Merani, 1972).

O exame ou teste psicológico inicia-se por meio de um outro tipo de entrevista: a indireta. Nessa abordagem, são feitas perguntas sobre temas diversos e aparentemente desconectados, com o objetivo de acessar informações que o entrevistado possivelmente teria dificuldade em responder de maneira direta e formal. Exemplos dessas perguntas incluem: “Você gosta de conversar com desconhecidos durante uma viagem?” ou “Sente medo de se perder à noite em um bairro desconhecido?”. Em seguida, são aplicados testes projetivos, cujas respostas são consideradas fundamentais, pois revelam aspectos profundos do ser e da forma como o indivíduo percebe o mundo. Acredita-se que, nos testes projetivos, devam ser observados, em termos quantitativos, a importância atribuída ao trabalho na vida do entrevistado e, em termos qualitativos, sua atitude e sentimento em relação a ele. No entanto, o mais relevante a ser analisado é a “intenção”, mais do que a capacidade em si (Merani, 1972). Após todas essas etapas, um número reduzido de candidatos é finalmente selecionado por serem considerados adequados à função. Resta, então, a decisão final do chefe de pessoal da empresa, que, com base em seus próprios critérios empíricos de aptidão e competência, pode acatar ou não as recomendações feitas pelo psicólogo. Importante notar também o quanto esse

complexo procedimento seletivo escamoteia o caráter estrutural do desemprego massivo no modo de produção capitalista. Transfere-se a responsabilidade pelo desemprego, por meio da seleção, aos trabalhadores, com estes passando a ser tratados como candidatos não aprovados no exame por conta de debilidades que seriam suas – e não pelo fato de que o desemprego é estrutural no capitalismo, não podendo haver emprego para todos.

Sem ingenuidade, Merani (1972) afirma que não se trata de uma contradição pela qual se paga caro e que se perpetua por inércia. Para o regime industrial, esse processo representa um grande investimento, pois conhecer a personalidade dos operários é considerado mais útil do que avaliar suas capacidades profissionais. O êxito da indústria moderna está diretamente ligado ao caráter burocrático das empresas, nas quais a capacidade técnica dos trabalhadores assume importância secundária. Isso porque uma das principais preocupações do regime é precaver-se contra possíveis rebeldes em potencial.

Mais do que em qualquer outra área, o prognóstico psicológico se expressa unicamente em termos de probabilidade. Está distante de uma antropologia concreta, pois representa uma regressão a ideias generalizantes. O indivíduo concreto, ao ser analisado pelo psicólogo, acaba reduzido a uma probabilidade e, ainda assim, é julgado com base nesse reducionismo. No sistema industrial, o êxito profissional não decorre diretamente da capacidade técnica do trabalhador, mas é resultado da investigação de suas intenções e da destruição intencional de sua personalidade, um processo de alienação ainda mais profundo do que a simples compra da força de trabalho (Merani, 1972). “O lucro das empresas está baseado na alienação perpétua da condição humana” (Merani, 1972, p. 32).

Assim, a aplicação da psicologia pelo regime industrial, em suas práticas concretas, configura uma forma de engenharia humana, uma estratégia voltada a extrair o máximo rendimento dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, torná-los passíveis de alienação (Merani, 1972). Nesse processo, a alienação deixa de ser apenas uma consequência do trabalho industrial

e passa a constituir-se também como produto da cultura de consumo. A publicidade e a propaganda aparecem como outros instrumentos de alienação. “Propaganda é tão velha quanto a humanidade e pode ser classificada entre seus mitos mais veneráveis. Fizeram propaganda Júlio César, em seu testamento, e São Paulo, no Areópago” (Merani, 1972, p. 34). A publicidade, diferentemente, é um fenômeno mais recente, surgido com a Revolução Industrial, sendo uma marca moderna dos mitos: busca criar necessidades que o produto anunciado pretende satisfazer. Enquanto a propaganda se insere no campo das ideias e da persuasão emocional, a publicidade está ligada aos bens de consumo e à imposição deles por meio dos fatos. A propaganda atua sobre ideias já existentes, direcionando-as para um propósito final comum, ao passo que a publicidade assume a função de impor, modificar e informar (Merani, 1972).

Não adianta debater os benefícios, prejuízos ou limites de uma em relação à outra. Tanto a propaganda quanto a publicidade exercem o papel de confundir e direcionar, impondo formas de pensar e se comportar. Segundo Merani (1972), a publicidade pode ser definida por quatro elementos fundamentais: atrair a atenção, gerar interesse, criar um desejo e adquirir o produto desejado. A efetividade da propaganda depende de três fatores que influenciam o público: relevância do que é anunciado, confiabilidade e simplicidade. Com o controle sobre as informações e a exploração dos temas, e considerando o caráter totalitário da publicidade, os indivíduos acabam perdendo seus referenciais e sua percepção da realidade. “Trata-se de distorcer a realidade do mundo em que se vive, de realizar uma autêntica lavagem cerebral que apaga as estruturas mentais que o indivíduo formou no contato com a realidade para substituí-las por crenças e suposições referentes a outro mundo irreal” (Merani, 1972, p. 35).

A publicidade não se limita a persuadir, mas busca transformar a percepção das pessoas, de modo que seus temas, ideias e sugestões se tornam parte natural da vida cotidiana. São criadas pseudo-personalidades e símbolos associados aos produtos, como carros, roupas e

alimentos, que são impostos ao indivíduo de forma idealizada, levando-o a rejeitar sua própria identidade. A função da publicidade é estabelecer valores e necessidades para vender os bens do sistema (Merani, 1972).

Esse processo publicitário conduz à distorção da realidade: o ser humano passa a ser tratado como objeto, com sua subjetividade alterada, e é nessa condição de objeto que se manifesta sua pseudo-personalidade. A personalidade verdadeira, aquela de um indivíduo aberto à relação com os outros, integrado a uma comunidade e orientado para uma vida autônoma, é destruída. Além disso, a racionalidade dos indivíduos é suprimida, e a irracionalidade dos seus comportamentos, controlados pela relação estímulo-resposta, conhecida como condicionamento, resulta na submissão e nas imposições de uma minoria burguesa (Merani, 1972).

Os métodos utilizados na publicidade, por serem simples e objetivos, baseiam-se sobretudo nos princípios da psicanálise. As orientações psicológicas são aplicadas pelo publicitário, que atua como especialista em relações públicas e técnico do simplismo psicológico. Sua função é empregar conceitos da psicologia moderna, especialmente da psicologia social e individual de inspiração psicanalítica (duas ou três lições) convertendo esses conhecimentos em estratégias de publicidade e relações públicas (Merani, 1972).

O primeiro princípio, fundamentado na psicanálise, é a importância central dos fenômenos afetivos. O ser humano não é essencialmente lógico ou racional; seu pensamento e discurso coerente estão ligados a desejos e medos profundos que o perturbam. O segundo princípio é o da resistência, conceito que recebe toda a atenção da publicidade e das relações públicas. Trata-se do que a psicanálise denomina “mecanismos de defesa” ou “repressões”, atitudes de desconfiança que podem impedir a participação aberta do público nas metas da publicidade, limitando sua expansão (Merani, 1972). A boa vontade gera o ambiente favorável, que também cria um estado de cooperação, onde o público se entrega e supera seus

“mecanismos de defesa”. Contudo, essa cooperação não é estável, pois ocorrem recaídas. Por isso, a publicidade deve ser constante e contínua, após criar o ambiente e vencer as resistências, é preciso mantê-los (Merani, 1972).

Apesar das semelhanças entre publicidade e relações públicas, existe uma distinção fundamental entre elas. A publicidade lida com elementos concretos, como a produção e comercialização de bens, ao passo que as relações públicas operam em uma esfera mais abstrata, voltada para o que está por vir. Enquanto a publicidade intervém nas condições econômicas, políticas e psicológicas do presente, as relações públicas moldam o ambiente do futuro. É importante reconhecer que ambas acabam por provocar uma distorção nas consciências. Sua fundamentação psicanalítica tem um propósito pedagógico, e não psicológico, sendo sustentada na conexão entre a natureza humana e a educação, em vez de se basear na compreensão da estrutura psíquica (Merani, 1972). Assim, a finalidade da publicidade, e mais especificamente das relações públicas, é promover a reeducação da classe trabalhadora por meio de um processo de psicanalização, ou seja, a alienação em seu estado puro. “A experiência individual do consultório do psicanalista é transposta para o grande público” (Merani, 1972, p. 39).

Como efeito desse processo, o homem alienado, desvinculado da história, transforma-se em uma continuidade inerte, repetindo-se de forma mecânica. Esse sujeito aprisionado vive à margem de sua própria trajetória, com virtudes e fragilidades percebidas como propriedades individuais, marcadas por um fatalismo psicológico que ignora a influência do meio em sua constituição (Merani, 1972).

Para Merani (1972), a ideia de história distanciou-se significativamente das aspirações concretas do humanismo positivista na psicologia. Essa visão reflete uma consciência alienada própria do sistema industrial, que busca atender às necessidades humanas apenas por meio de mudanças superficiais, isto é, aumentando a quantidade e a variedade de bens capazes de

satisfazer necessidades imediatas. Esse modelo de consumo demonstra a estagnação histórica e revela a eficácia do próprio sistema (Merani, 1972).

A racionalidade do sistema entra em contradição com sua própria natureza. Enquanto, por um lado, promove a transformação constante e a renovação dos modos de produção, criando necessidades artificiais com o objetivo de comercialização, por outro, sustenta a ideia de um homem imutável em sua forma de pensar e agir, transformando-o em um devoto da razão, incapaz de exercer a própria racionalidade (Merani, 1972).

A análise crítica revela que essa contradição é sustentada pela psicologia, que atua como parte integrante da ideologia do sistema. Como já mencionado, a psicologia tem como traço fundamental o substancialismo. Trata-se de uma doutrina que reconhece a existência de substâncias fixas, embora dotadas de qualidades passíveis de transformação. Isso se observa desde a psicanálise até o behaviorismo. Para a psicologia, o comportamento segue regras estritas de estímulo e resposta, ignorando a consciência como agente de sua própria ação e subordinando-se a elementos biológicos e psíquicos. Assim, a existência do sujeito é desvinculada dos fenômenos, das causas e dos efeitos de sua ação, restringindo-se à lógica da acomodação ou adaptação às condições externas (Merani, 1972).

Sendo assim, se entendermos a inteligência como a habilidade para solucionar problemas, e esses problemas dizem respeito à adaptação a uma sociedade considerada imutável, a única forma de resistência possível passa a ser o aprimoramento constante da eficiência dentro desse único modelo de vida. Dessa maneira, tornam-se visíveis as contradições entre o indivíduo e a sociedade: no primeiro, elas se referem ao processo de adaptação; na segunda, ao desenvolvimento. Com isso, a dimensão dialética é reduzida (Merani, 1972). Há, sim, avanço tecnológico, mas ele serve principalmente ao aperfeiçoamento prático do sistema, beneficiando a transformação e o acúmulo de riquezas por parte da classe dominante, sem representar, de fato, um progresso do gênero humano. Os objetivos

permanecem os mesmos: maximização do lucro na produção e no consumo, e a adaptabilidade dos indivíduos (Merani, 1972).

Desse modo, os problemas dos indivíduos “são de adequação a um meio que não tem condições de transformar, suas derrotas ocorrem quando não consegue adaptar-se às circunstâncias, seus triunfos decorrem das modificações de seus interesses de acordo com os estímulos recebidos” (Merani, 1972, p. 63). Nessa conjuntura, a substância psicológica é concebida como um ente psíquico autônomo, definido por si mesmo e portador, em si, das condições de sua própria existência. Por essa razão, seus conflitos são entendidos como questões do próprio ser, que permanecem junto à pessoa.

O ser humano fica reduzido a um microcosmo dentro da sociedade moldada pela técnica psicológica, que estrutura nossas dificuldades como pertencentes ao ser individual, mas não à existência humana, esta, por sua vez, compreendida como a relação dialética entre o indivíduo e a sociedade. Nesse sentido, a resolução dos problemas é deslocada da esfera das relações sociais para o indivíduo, cujos sofrimentos são atribuídos à sua dificuldade de se adaptar, e cujos sucessos decorrem de uma adaptação já consumada e, ao mesmo tempo, alienada ao sistema. Essa possibilidade de manipulação foi, inclusive, mais um recurso técnico que a psicanálise ofereceu ao sistema industrial.

Em conjunto, esses elementos configuram o que Merani (1972) denominou psicologia da alienação, a qual determina que qualquer pensamento científico em seu campo seja interpretado segundo as necessidades dos interesses mercadológicos. Não é surpreendente, portanto, que a psicologia, no contexto do sistema industrial, constitua uma verdadeira síntese de contradições metafísicas. “Só será aceita a psicologia que corresponda ao realismo imediato da produção, pois um racionalismo que corrige os juízos a priori, que é o caso da psicologia da consciência, não pode constituir um sistema sólido e útil” (Merani, 1972, p. 72).

Contudo, apesar desse quadro de alienação e instrumentalização do saber psicológico, Merani vislumbrou possibilidades de superação. Diante do exposto e no sentido de dar contornos finais a essa crítica, parafraseando Nietzsche, Merani (1972) afirma que o decisivo *nasce apesar de*. Desse modo, uma nova psicologia e um novo humanismo emergem a despeito das leis do regime industrial, da deformação do homem e do predomínio do irracionalismo técnico, pois toda experiência nova é capaz de superar os preconceitos estabelecidos pela experiência anterior. Cabe, assim, dar continuidade às reflexões e críticas de Merani concebendo, inclusive, a própria dinâmica do capitalismo e as nuances de seu desenvolvimento, que não deixa de ser industrial, mas se sofisticava por meios de uma reestruturação produtiva acentuada, intensa e veloz, cuja flexibilização tem se expressado nas mais variadas esferas de vida, com a psicologia não passando ilesa.

Quando o pensamento psicológico oscila entre polos opostos, como consciência/eficiência e racional/irracional, abre-se espaço para um novo elemento de renovação que escapa a esse dilema dualista. Não se trata de escolher entre um ou outro, fins de consumo ou de produção, mas sim de construir uma concepção do homem como realidade histórica e dialética (Merani, 1972). Por fim, a busca por uma nova psicologia aponta para a construção de um novo homem, em que o humanismo da irracionalidade seja substituído pelo humanismo da razão.

Para concluir, a crítica de Merani concentra-se nas diversas formas de alienação que a psicologia pode assumir. Assim, torna-se evidente que sua origem acompanha a própria formação do capitalismo em sua fase industrial. Por meio de diferentes estratégias, a psicologia passa a ter como função social atender às demandas do capitalismo, voltando-se ao aumento da produtividade, do lucro e da adaptação, em detrimento das necessidades humanas da classe trabalhadora. Nesse quadro, Merani mostra como a publicidade e a propaganda, os

instrumentos de seleção profissional, bem como as técnicas do behaviorismo e da psicanálise, atuam no sentido de ajustar o indivíduo ao sistema.

Em síntese, a psicologia acaba por assumir funções de poder, sustentando um humanismo marcado pela falsa consciência e desprovido de historicidade, configurando-se como uma ciência essencialmente alienadora. A superação dessa lógica exige que os indivíduos tomem consciência e assumam o próprio destino por meio da práxis transformadora, construindo sua libertação. Esse é o significado do humanismo radical proposto por Merani, que revela o caráter alienado e alienante de uma psicologia voltada a um ser e a um trabalho igualmente alienados. Romper com esses pressupostos constitui o desafio central, tema que será aprofundado no próximo eixo.

1.3. Reflexões sobre a Psicologia da Libertação de Alberto Merani

Neste eixo, apresentamos os fundamentos, horizontes e implicações da Psicologia da Libertação em Merani. Adiantamos que é por meio dela que, segundo Merani, era possível superar a condição alienada da psicologia, contribuindo para a desalienação do ser humano. Ou seja, a Psicologia da Libertação trata de uma psicologia não alienada, condizente com a condição humana e que se volta à realização humanizada deste ser humano de maneira não alienada. Temos, portanto, uma dupla libertação: da psicologia e do ser humano. Para isso, sua proposta sustenta um humanismo radical, centrado em um ser histórico e consciente, capaz de transformar a realidade por meio da ação-reflexão (práxis). Nessa perspectiva, o ser humano reconhece as estruturas como históricas, desenvolve consciência crítica e busca agir de forma livre, superando a submissão.

Esse movimento de conscientização e liberdade está intrinsecamente ligado à própria condição histórica do homem que o diferencia dos demais seres vivos. O ser humano se desenvolve e se “hominiza” quando encontra circunstâncias favoráveis. Nesse sentido, é

equivocada a ideia de que a humanidade possui essência única, fixa e imutável, independentemente do meio em que vive. O debate improdutivo entre os conceitos de *Nature* (predisposições genéticas) versus *Nurture* (ambientais) apenas suscita interesse teórico. Mesmo assim, a psicologia atual permanece atrelada a essas dicotomias, que persistem especialmente nas abordagens voltadas à eficiência (Merani, 1972).

Por esse caminho, ressurgem as antigas teorias epifenômicas, que reduzem os fatos psíquicos a simples modificações cerebrais e concebem a consciência como algo sem desenvolvimento, determinada apenas por processos orgânicos. Dessa forma, a tomada de consciência perde sua relevância e reaparecem os problemas característicos da psicologia da alienação (Merani, 1972). Considerar o aspecto psíquico isoladamente significa, então, admitir a imutabilidade e a impossibilidade de transformação, o que implica aceitar um destino previamente determinado. A sociedade, meio genuíno do homem, passa a ser vista de forma dissociada, sem exercer influência sobre seu desenvolvimento (Merani, 1972).

Entretanto, é inegável a força da consciência, cuja principal comprovação reside nos fatos históricos. Ela representa o conjunto do mundo objetivo interiorizado pelo ser humano, construído por meio de um processo contínuo de ação e reflexão.

A psicologia surge então, como o estudo desses fenômenos em que se manifestam as maneiras de ser e agir do homem, quer dizer, a ação e o pensamento. Portanto não podemos afirmar com o condutivismo – original ou atual – que o fato psicológico se esgota no comportamento, nem podemos admitir como a psicanálise, que a conduta e o pensamento são determinados por arquétipos, sejam eles os símbolos integrantes do inconsciente coletivo, condensando a experiência da alma primitiva, segundo Jung, ou a imagem primordial que configura os complexos, segundo Freud (Merani, 1972, p. 77).

Assim, para Merani (1972), a psicologia não deve ser concebida como um conjunto de sistemas estáticos que explicam o ser humano a partir de uma única característica psíquica, mas como uma práxis voltada à construção de um saber científico totalizante. Esse saber abrange tanto a representação subjetiva de si quanto os aspectos objetivos relacionados à estrutura biológica, como a atividade do sistema nervoso central (Merani, 1962), além das interações entre os indivíduos e a sociedade (Merani, 1972). Nessa perspectiva, o ser humano não constitui um universo fechado, determinado por elementos como conduta e comportamento, mas é formado por múltiplos polos, cuja unidade se expressa nas dimensões intelectuais, afetivas e práticas (Merani, 1972).

Esses polos atuam como núcleos de atração e condensação que, ao longo dos diferentes momentos da evolução e do desenvolvimento humano, refletem seu processo de crescimento. Com alternâncias, avanços e períodos de equilíbrio, os seres vivos são influenciados por fatores físicos e socioculturais. Em cada etapa do desenvolvimento, a ação conjunta desses processos se concentra em um dos polos, cujo predomínio é transitório; caso fosse permanente, acarretaria alguma forma de deformidade, conforme assinala Merani (1962; 1972).

Além disso, o predomínio de um polo não segue uma ordem previsível. Ocorrem retrocessos, saltos abruptos e transformações inesperadas. Ainda assim, tudo permanece ligado ao conjunto inicial, pois o processo de desenvolvimento humano não se caracteriza por separações, mas por integrações sucessivas. Cada polo possui uma direção própria, embora sua autonomia não seja isolada: sua atuação depende da cooperação com os demais, participando coletivamente na realização dos atos, das ações e na organização do pensamento (Merani, 1972).

Merani (1972) identifica uma concepção de homem genética e dialética, que consiste essencialmente em transformar o contingente em finalidade, algo que, à primeira vista, pode parecer fruto do acaso, mas que, na verdade, segue um plano futuro previsível. Tudo o que é

captado pelos sentidos se objetiva: todo corpo percebido é um objeto, e as ideias correspondem às relações que esse objeto estabelece com a consciência. Percebo o objeto porque ele se apresenta diante de mim, mas não percebo apenas ele, trata-se de uma percepção singular, que só adquire forma por meio da razão, entendida como consciência reflexiva em ação.

No que se refere à sociedade, ela também não possui substância própria, depende dos seres humanos para existir, assim como dependemos dela para nossa própria existência. A realidade do mundo social não transcende nossa subjetividade; sua objetividade requer nossa participação pessoal para adquirir corpo e essência. Dialeticamente, a objetividade do ser humano só se realiza por meio de sua participação real e concreta na vida social. Mais do que simples experiência, a vida constitui um processo dialético entre objetividade e subjetividade (Merani, 1972).

Essa indissociabilidade entre indivíduo e sociedade permite compreender que a dimensão psíquica não é um dado isolado, e também emerge de uma base biológica que se concretiza nas condições históricas e sociais em que o sujeito vive. Em última instância, a constituição biológica do ser humano (Merani, 1962) carrega todos os elementos primários que compõem o psiquismo. Essa base biológica é partilhada com os animais superiores e, a depender do tipo de sociedade em que se desenvolva, pode conduzir o ser humano à plena realização de sua humanidade ou à regressão animal. A psicanálise, ao identificar na criança, inclusive antes do nascimento, as estruturas dos complexos, e ao definir o homem como “perverso polimorfo”, resgata, ainda que com certo pessimismo, a imagem dos meninos selvagens retratada pela literatura romântica, de um ser humano a-histórico (Merani, 1972).

A psicologia genética e dialética, em oposição ao objetivismo estrito de cunho positivista do condutivismo, que pretende reduzir o comportamento a algo congelado, uniforme para todos e modificável apenas pela quantidade de estímulo, revela que a

vida psíquica é fruto da ação, de um esforço para transformar as circunstâncias mobilizadores das forças vivas da consciência (p. 80).

Essa é a concepção de psicologia em Merani (genética e dialética) na qual o pensamento não se encontra alienado, ao contrário, configura-se como uma ação que reivindica o direito de transformar as condições existentes, buscando para a humanidade a plenitude, isto é, a liberdade. Assim, em oposição à psicologia moldada pelos interesses do sistema industrial, voltada aos estados patológicos resultantes da alienação, Merani (1972) propõe uma psicologia da libertação que reconhece o ser humano como consciente e histórico.

Nesse contexto, o debate sobre técnicas psicológicas vai além de uma mera discussão metodológica ou da avaliação da compatibilidade de um sistema psicológico com o ser humano na sociedade industrial. O objetivo não é analisar a variedade de métodos psicológicos disponíveis para o sujeito contemporâneo. O ponto central consiste em refletir se devemos assumir a liberdade ou a submissão de nossas ações diante dos elementos que, no contexto histórico atual, moldam a mente humana (Merani, 1972, p. 81). Assim:

Para Merani (1972), a libertação da psicologia alienada não se resume à sua autonomização em relação à filosofia, pois essa libertação só pode ser alcançada na existência em si e para si. “A liberdade será atingida pelo exercício pleno e livre de todas as capacidades humanas que se resumem pela ação na história” (Merani, 1972, p. 81). Quanto às capacidades humanas, o psíquico constitui apenas um de seus aspectos, sendo a expressão da capacidade de integrar funções complexas, originalmente distintas, que, ao se unirem de forma dialética, dão origem ao processo mental (Merani, 1972).

Quando os meios disponíveis são utilizados para captar os processos mentais e direcioná-los conforme as exigências do sistema industrial, em vez de atender às necessidades humanas, a psicologia torna-se alienada. Deixa de ser um instrumento de conhecimento e se transforma em ferramenta de controle de um mundo previamente determinado. Contudo, existe

uma contradição: esse mundo nunca está totalmente formado; não há escolha ou determinismo absoluto, pois jamais seremos meras coisas, somos, essencialmente, consciência reflexiva (Merani, 1972).

Nessa perspectiva, a alienação² não constitui um destino inevitável, mas uma condição passível de transformação, já que a servidão do sujeito alienado em um trabalho alienado resulta de múltiplas causas que mobilizam os aspectos frágeis e negativos de seu psiquismo. Mesmo as influências mais intensas e persistentes, porém, não conseguem se impor por completo. Instrumentos de alienação como a psicologia, nem sempre alcançam seu efeito total. Muitos indivíduos se preservam por meio da consciência de classe, que lhes permite compreender sua posição no mundo. A alienação, portanto, não é absoluta, e a libertação do ser humano ocorre quando ele reconhece que as estruturas sociais são construções históricas e que, em vez de se submeter a elas, deve assumi-las conscientemente, colocando-as a seu favor (Merani, 1972).

Diante dessas reflexões, concluímos que a Psicologia da Libertação proposta por Merani representa um esforço teórico e prático para reconectar a psicologia à condição histórica, consciente e transformadora do ser humano, numa antropologia concreta. Ao recusar reducionismos e dicotomias que isolam o psíquico de sua base biológica e social, Merani afirma uma psicologia genética e dialética capaz de compreender a vida psíquica como processo, movimento, integração e práxis. Assim, libertar a psicologia da alienação implica reconhecer sua inserção nas contradições do mundo capitalista e, simultaneamente, desalienar a potência humana para transformar essas condições. Nesse horizonte, a liberdade não se traduz em abstração, mas emerge do exercício crítico da consciência e da ação histórica, reafirmando a

² Não é nosso intuito adentrar no debate sobre alienação em Marx e na esteira da tradição marxista, justamente pela sua complexidade e, inclusive, pelas distintas apreensões. No entanto, pontuamos que Merani não faz qualquer distinção entre estranhamento (*Entfremdung*) e alienação (*Entäusserung*).

possibilidade de uma psicologia comprometida com a liberdade e com a realização plena da humanidade.

É nesse ponto que Merani aprofunda sua compreensão de liberdade, concebendo-a como processo de libertação das condições alienantes do trabalho e da vida sob o capitalismo, exigindo da psicologia um movimento de autocrítica de suas bases desumanizantes. Trata-se, nas palavras de Merani (1972, p. 69-73), de “construir uma psicologia radicalmente humana, pautada em um humanismo radical, que coloque o homem e o humano no centro dos interesses individuais e coletivos”. Nessa direção, a Psicologia da Libertação de Merani funda-se no encontro com o ser social concreto e na crítica materialista histórico-dialética, afirmando a necessidade de libertar a psicologia de sua condição alienada para que possa contribuir com a desalienação e libertação humana. Ainda que limitada por situar sua crítica nos marcos acadêmicos e profissionais da disciplina, e por se colocar a salvar a psicologia, sua proposta mantém relevância ao oferecer uma alternativa teórica e ética frente à psicologia da alienação. Sem diminuir em nada suas contribuições, no entanto, a pergunta que fica é como podemos ir ainda mais além, num movimento dialético de superação (ou suprassunção), superando a própria psicologia, ao compreendermos que sua existência, mesmo que menos alienada, ainda é alienada.

CAPÍTULO 2

PROJETO DE PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO DE IGNACIO MARTÍN-BARÓ

Assim como no capítulo dedicado a Alberto Merani, neste, apresentamos a trajetória pessoal e intelectual de Martín-Baró, além dos dois eixos de discussão que evidenciam suas críticas à psicologia hegemônica e a construção teórico-prática de sua psicologia da libertação.

2.1. Trajetória de Ignacio Martín-Baró

Longe de qualquer pretensão biográfica, este estudo busca, em consonância com outros autores (Ibanez, 1998, citado por Pereira, 2013; Lacerda Jr., 2017), contextualizar historicamente e de forma dialética a trajetória pessoal e intelectual de Martín-Baró, articulando-a a uma análise sintética da gênese social entre 1970 e 1989, ano de seu assassinato e da consolidação de sua proposta de uma Psicologia da Libertação.

Ignacio Martín-Baró (1942-1989) nasceu na Espanha, onde iniciou seus estudos jesuítas. Ingressou na Companhia de Jesus, em 1959, indo para Equador e Colômbia estudar humanidades, Filosofia e Letras. Em seguida, se mudou para El Salvador, onde naturalizou-se e se formou em Teologia e Psicologia, colando o grau de mestre em Ciências Sociais, na Europa, em 1979, numa breve passagem. Finalizou o doutorado em Psicologia Social nos Estados Unidos e, ao retornar a El Salvador, assumiu a função de vice-reitor da Universidade Centro-americana José Simeón Cañas (UCA), dentre outras iniciativas de destaque, como a criação e coordenação do Instituto Universitario de Opinión Pública (IUDOP) (Lima et al, 2023; Costa & Souza, 2020; Oliveira, Guzzo, Tizzei & Silva Neto, 2014).

El Salvador, pequeno país da América Central, foi colônia espanhola e passou por governos da oligarquia do café por um século. Durante esse período, o empobrecimento e a desigualdade social aumentaram significativamente, deixando o país na miséria. Com a crise

de 1929, o militarismo enquanto braço de tal oligarquia e do imperialismo estadunidense se hegemoniza pela violência extrema, com roubo de terras indígenas, massacre de povos inteiros e repressão de todo tipo de insurgência e atos reformistas. Na década de 1970, o país teve eleições fraudulentas com intervenções norte-americanas. Após ataques a movimentos populares, uma reação coletiva popular culminou na criação de organizações guerrilheiras. Com a união dos movimentos populares, surgiu a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) (Lima et al., 2023; Costa & Souza, 2020; Oliveira, Guzzo, Tizzei & Silva Neto, 2014).

A Frente combateu fortemente a repressão ditatorial e se tornou um dos movimentos de maior expressão e habilidade na América Latina. Em 1979, com a guerra civil em curso, a FMLN confrontou assiduamente o governo ditatorial. De acordo com Lima et al. (2023) é nesse ínterim que:

A práxis de Martín-Baró vai se radicalizando em prol das maiorias populares (classe trabalhadora) salvadorenhas, desmascarando ideologias dominantes fortalecendo processos de construção do poder popular e fornecendo ferramentas a população, às ciências e à Psicologia (Lima et al., p. 220).

No que tange às contribuições à psicologia, Martín-Baró propõe e desenvolve uma proposta de Psicologia da Libertação tendo como base a Teologia da Libertação, a pedagogia de Paulo Freire, o marxismo, teoria crítica, dentre outros referenciais teórico-políticos, “[n]uma apreensão histórica e concreta do ser humano enquanto ser social” (Lima et al., 2023 p. 221). A Teologia da Libertação emergiu em meio a um intenso contexto de agitação social e política na América Latina, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970. Esse período foi marcado por profundas desigualdades econômicas, repressão política e pela instauração de ditaduras militares em diversos países latino-americanos, do norte ao sul da região. Enquanto a maioria da população vivia em condições de extrema pobreza, pequenas elites concentravam riqueza e

poder, frequentemente sustentadas por regimes autoritários que recorriam à violência para preservar a ordem vigente. No plano prático, a Teologia da Libertação teve como principal forma organizativa as Comunidades Eclesiais de Base, que reuniam fiéis para refletir, para além da fé, sobre essa realidade social. Essas comunidades buscavam transformar os pobres em sujeitos ativos de sua própria libertação, por meio da conscientização e da organização popular (Gutiérrez, 1971).

É nesse contexto que se observa o que Goes, Ximenes e Moura Júnior (2015) trataram por *escola da libertação*, com múltiplas ramificações, como, por exemplo: a Teologia da Libertação, a Filosofia da Libertação e a Psicologia da Libertação, a partir de Martín-Baró. Contudo, essa escola também se expressou em outros campos do saber-fazer mesmo que tais movimentos não tenham trazido consigo a termo libertação, como é possível ver na economia, na sociologia e até mesmo na literatura e demais expressões artístico-culturais latino-americanas. Ademais, foi-se além dos campos do saber-fazer tradicionais, exercendo um amplo impacto nas lutas revolucionárias latino-americanas. Não à toa, foram (e são) bastante combatidas, sendo caso da Teologia da Libertação e dos teólogos da libertação o mais evidente, considerando que foram excomungados e expulsos da Igreja Católica.

Em meio aos esforços de libertação do povo salvadorenho, em 16 de novembro de 1989, junto de seis jesuítas e duas trabalhadoras, Martín-Baró foi assassinado pela elite do exército e assessores estadunidenses nas dependências da Universidade Centro Americana (UCA)³. Ele e todas as vítimas, ironicamente, preferiam dormir na universidade naquela noite, pois temiam suas vidas na periferia de São Salvador durante a ofensiva político-militar da (FMLN) contra o governo oligárquico de Alfredo Cristiani (Lacerda Jr, 2016).

Após sua morte, a obra política e acadêmica do salvadorenho foi sendo disseminada, sobretudo na América Latina. Contudo, tal desenvolvimento e apropriação não se deu sem

³ Recentemente, foi comprovada a culpa do então presidente, Alfredo Cristiani.

usurpações e descaracterizações, com a figura de Martín-Baró sendo falseada e neutralizada, suprimindo dela e de sua psicologia todo o radicalismo marxista e a luta pela libertação dos povos latino-americanos (Dobles, 2016). Processos parecidos ocorreram com Vigotski, na Psicologia Histórico-Cultural, e com Frantz Fanon, que minimizaram ou negaram os fundamentos marxistas de suas contribuições, bem como suas radicalidades (Lima et al. 2023).

Por fim, ressaltamos que Ignacio Martín-Baró e Alberto Merani são importantes nomes no movimento de crítica à psicologia hegemônica latino-americana. Parte substancial da obra de Merani foi realizada na Venezuela, conforme mencionamos, enquanto Martín-Baró desenvolveu o seu projeto de Psicologia da Libertação no mesmo período histórico, em El Salvador (Costa & Mendes, 2022), considerando também suas passagens por outros países latino-americanos. Apesar de Martín-Baró e Merani terem vivido e produzido seus projetos em períodos e contextos similares (Martín-Baró com passagens na Venezuela, onde Merani morava), até onde se sabe os dois nunca se encontraram, “não consolidaram relação, assim como não se encontrou trabalhos que abordassem conjuntamente suas elaborações, em especial, de suas Psicologias da Libertação” (Costa & Mendes, 2022, p. 220).

A seguir, apresentamos o eixo 1, A Miséria da Psicologia Latino-Americana, no qual se analisa a história dos povos latino-americanos e a condição de miséria da psicologia, com atenção especial à realidade concreta de El Salvador e da América Latina, destacando como essa situação é (ou não) considerada no campo psicológico. Para essa análise, foram definidas cinco categorias: *Martín-Baró e a realidade histórica de El Salvador*; *Mimetismo cientificista*; *Ausência de epistemologia adequada*; *Falsos dilemas*; e *Fatalismo*. No eixo 2: Pressupostos da Psicologia da Libertação, discutem-se as tarefas e caminhos a serem assumidos pela psicologia, organizadas nas categorias: *Novo Horizonte*; *Nova Epistemologia*; *Nova Práxis*; *Recuperação da Memória Histórica*; *Desideologização do Senso Comum e da Experiência*

Cotidiana; Potencialização das Virtudes Populares; Conscientização e Sindicalismo, Organização Popular e Prática de Classe Revolucionária.

Cabe ressaltar que, diferentemente de Merani, há uma proposta mais consolidada de Psicologia da Libertação em Martín-Baró, com pilares constitutivos ou eixos reafirmados pelo próprio autor. Somado à sua estilística esquemática, sem ser simplista ou mecanicista, a categorização, em certa medida, exprime o que o próprio autor já “categorizou”. A Tabela 3 apresenta a sistematização dos eixos e categorias que foram organizados neste capítulo, proporcionando uma visão clara da estrutura do pensamento de Martín-Baró e sua proposta teórico-prática.

Tabela 3 -

Resultado da categorização: eixos e categorias

Eixos	Categorias
A miséria da psicologia latino-americana	Martín-Baró e a realidade histórica de El Salvador
	Mimetismo cientificista
	Ausência de epistemologia adequada
	Falsos dilemas
	Ideologia
	Fatalismo
Pressupostos da Psicologia da Libertação	Novo horizonte
	Nova epistemologia
	Nova práxis
	Recuperação da memória histórica
	Desideologização do senso comum e da experiência cotidiana
	Potencialização das virtudes populares
	Conscientização
	Sindicalismo, organização popular e prática de classe revolucionária

Fonte: elaborado pelo autor

2.2. A miséria da psicologia latino-americana

Neste eixo, apresentamos o que Martín-Baró denominou “Miséria da Psicologia latino-americana”. Assim como Karl Marx, na obra *Miséria da Filosofia* (1847) - na qual critica a

teoria do valor dos economistas clássicos e a oscilação de Proudhon entre idealismo e materialismo -, o autor salvadorenho expõe o caráter colonial-dependente da psicologia hegemônica praticada na América Latina, reflexo da própria realidade que conforma a região.

Martín-Baró (1986/2011) destaca quatro razões principais que conformam esse caráter: (a) mimetismo cientificista, ou seja, a reprodução acrítica de modelos científicos estrangeiros, sem a devida contextualização nas realidades latino-americanas; (b) ausência de uma epistemologia adequada, como a falta de uma base teórica que responda às particularidades históricas, culturais e sociais da região; (c) falsos dilemas, disputas teóricas que não abordam as questões concretas das maiorias populares, resultando em debates estéreis entre diferentes correntes psicológicas e; (d) fatalismo, em que as pessoas passam a perceber sua realidade como algo imutável, inevitável e determinado por forças externas, como destino, sorte, vontade divina ou estruturas sociais “naturais”.

Em primeiro lugar, o mimetismo cientificista diz respeito à adoção acrítica de modelos científicos estrangeiros, especialmente da psicologia norte-americana, que são transplantados para a realidade latino-americana sem considerar suas particularidades históricas, sociais e culturais. Ao reproduzir essas abordagens, a psicologia perde a capacidade de responder aos problemas locais, restringindo-se à produção de conhecimentos estéreis que não refletem as necessidades reais das maiorias populares (Martín-Baró, 1986/2011).

Na busca por reconhecimento e legitimidade científica, a psicologia norte-americana voltou-se para as ciências naturais, adotando métodos e conceitos que lhe conferissem validação. Paralelamente, negociou seu papel de modo a atender às demandas do poder instituído, assegurando seu *status* e posição social (Martín-Baró, 1980/2017; 1983a/2017; 1986/2011). Nesse movimento, “o que a Psicologia latino-americana fez foi voltar seu olhar ao *big brother*, a quem já era respeitado científica e socialmente, e a ele pediu emprestada a sua bagagem conceitual, metodológica e prática” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 185).

Assim, “[...] o que é claro é que a quase totalidade de seus esquemas teóricos e práticos foi importada pelos Estados Unidos” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 185). Inicialmente, os enfoques psicanalíticos e organicistas predominaram, em grande parte devido à dependência da psicologia às escolas psiquiátricas. Posteriormente, houve a ascensão do comportamentalismo ortodoxo, caracterizado por seu forte viés positivista e enfoque no individualismo metodológico (Martín-Baró, 1980/2017; 1983a/2017; 1986/2011).

O impasse não está, essencialmente, na importação desses modelos. Mas sim na forma como foram/são incorporados. A realidade norte-americana é distinta do contexto latino-americano. Desse modo, o verdadeiro dilema reside na aceitação acrítica desses modelos, sem a devida mediação. “O problema não se radica tanto nas virtudes ou defeitos que possam ter o comportamentalismo ou as teorias cognitivistas, mas, sim, no *mimetismo* que nos leva a aceitar os sucessivos modelos vigentes nos EUA” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 185).

Diante do exposto, o mimetismo cientificista contribuiu significativamente para a manutenção da ordem estabelecida, respondendo prioritariamente aos interesses da burguesia norte-americana, cuja experiência é apresentada como universal. Ao sustentar uma ciência fundada em princípios individualistas e marcadamente enviesados, sob a aparência de estar a serviço da coletividade, legítima e reproduz as necessidades e vivências do sujeito capitalista (Martín-Baró, 1980/2017; 1983a/2017).

Nessa perspectiva, a psicologia funciona de acordo com as necessidades daqueles que detêm o domínio político, econômico e ideológico do mundo, convertendo-se em uma ciência a serviço de seus interesses de classe e posicionando-se, na luta de classes, ao lado dos grupos dominantes. Outro ponto destacado por Martín-Baró (1983a/2017; 1986/2011; 1987a/2017) diz respeito à formação metodológica. Embora a ciência debata pressupostos metodológicos, desenvolva ou refute teorias, o problema central permanece sem solução.

A metodologia científica, de modo geral, tende a analisar fatos históricos a partir de teorias previamente elaboradas em laboratórios e escritórios universitários. Assim, os cientistas partem da teoria (esquemas e modelos teóricos estáticos) para interpretar a realidade, ajustando esta aos marcos conceituais existentes. Martín-Baró (1987a/2017), porém, propõe a inversão desse movimento: os problemas reais, situados em um contexto histórico específico, devem constituir o ponto de partida para a formulação de teorias e métodos de intervenção.

Esse desdobramento traz implicações sérias para a realidade latino-americana. Não se trata de rejeitar os fundamentos metodológicos e epistemológicos que compõem a formação, mas de reconhecer a necessidade de também priorizar e incorporar aspectos ontológicos. O foco central da investigação metodológica deve ser o ser humano e sua ação histórica, pois é ele quem antecede e orienta qualquer análise sobre a existência. Nessa perspectiva, torna-se visível a influência marxista na obra de Martín-Baró, evidenciada em diversos trechos de seus escritos, especialmente nas reflexões sobre docência e formação universitária:

Em outras palavras, trata-se de trocar nosso tradicional idealismo metodológico por um *realismo crítico*. Aos psicólogos latino-americanos nos faz falta um bom banho de realidade, especialmente dessa realidade que oprime e angustia as maiorias populares. Por isso aos estudantes que me pedem uma bibliografia toda vez que necessitam analisar um problema, recomendo, primeiro, que deixem-se impactar pelo problema mesmo, que se envolvam na angustiosa realidade cotidiana que vivem as maiorias salvadorenhas, para então, perguntarem-se sobre conceitos, teorias e instrumentos de análise (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 65).

O tradicional idealismo metodológico acarreta outros problemas além dos já mencionados, o que está longe de ser mero acaso. A amplamente defendida “neutralidade metodológica” é um deles, revelando-se uma falácia quando se reconhece o caráter ideológico presente na instrumentalidade da psicologia. Além disso, tais questões são frequentemente

ocultadas e reproduzidas de forma acrítica por estudantes e profissionais, que muitas vezes desconhecem suas reais implicações.

Nessa perspectiva, a aplicação “neutra” de referenciais teórico-metodológicos encobre um mecanismo alienante que mediatiza o acesso do psicólogo latino-americano à realidade, obscurecendo a compreensão de sua historicidade. Sem reconhecer essa dinâmica, corre-se o risco de analisar o sofrimento de um brasileiro no agreste nordestino da mesma forma que o de um estadunidense, ignorando as particularidades históricas e sociais de cada contexto e individualizando o problema. Esse processo ofusca a relação entre alienação pessoal e opressão social, desconsiderando o contexto social, político e econômico que sustenta as condições de opressão e exploração (Martín-Baró, 1987a/2017).

Nesse contexto, é importante destacar que a expansão da psicologia está vinculada à função que ela passou a desempenhar na sociedade, constituindo-se como uma “ideologia de reconversão” (Martín-Baró, 1986/2011; 1996). Essa função tem fortalecido, direta ou indiretamente, as estruturas opressivas ao deslocar os problemas reais para fatores individuais e subjetivos, configurando-se como mais um desdobramento da miséria da psicologia latino-americana (Martín-Baró, 1996).

Atribuir a causalidade dos fenômenos aos indivíduos e suas características, em última instância, decorre da ideologia política liberal burguesa. Assim, problemas sociais são convertidos em problemas de pessoas, e questões políticas, em questões de caráter ou personalidade. Esse personalismo permeia todos os níveis, explicando tanto o êxito quanto, especialmente, o fracasso: os conflitos estruturais de fundo dão lugar à “vadiagem” dos camponeses, às tendências paranoicas dos políticos ou à sociopatia dos terroristas. As soluções sociais e políticas sugeridas por essa abordagem costumam tratar o sistema social como intocável e promover a docilidade do indivíduo perante suas exigências (Zuniga, 1976, citado por Martín-Baró, 1983a/2017, p. 108).

Esse processo constitui um dos principais obstáculos à consolidação da psicologia como ciência e profissão na América Latina, ao mascarar interesses de dominação e gerar uma falsa consciência social. Ao distorcer a realidade concreta e sua representação na consciência, a psicologia instrumentalizada reforça as estruturas de poder, promove a psicopatologização das experiências individuais e obscurece as condições sociais que moldam a vida, perpetuando a alienação.

Toda essa dinâmica se articula diretamente com a ausência de uma epistemologia adequada, categoria amplamente debatida e criticada por Martín-Baró (1986/2011). Essa fundamentação repousa sobre cinco pressupostos centrais: o positivismo, o individualismo, o hedonismo, a visão homeostática e o a-historicismo.

Inicialmente, a crítica ao positivismo refere-se à sua tendência em fragmentar a existência humana, reduzindo-a a aspectos observáveis e mensuráveis, esvaziando-a de seus valores e significados mais profundos. Ao focalizar em dados empíricos, o positivismo desconsidera a riqueza das dimensões sociais e históricas que moldam o ser humano. É por isso que essa abordagem se acomoda confortavelmente no ambiente controlado onde os experimentos se concentram em variáveis isoladas e estatísticas, ignorando a complexidade e a totalidade da condição humana.

O positivismo científico, em sua essência, busca exercer "controle" sobre o homem, tratado como um "dado". Ao ser considerado um objeto fixo e separado de sua realidade, o ser humano é destituído de seu papel ativo e sujeito histórico (Martín-Baró, 1983a/2017; 1986/2011; 1996). A psicologia positivista e seu idealismo metodológico, ao adotar essa perspectiva, tende a se apresentar como a “verdadeira” ou “pura” ciência, sustentando a premissa de que a neutralidade do cientista, supostamente distanciado de seu objeto de estudo, garante a validade de suas conclusões. Esse distanciamento, porém, desconsidera que o próprio psicólogo está inserido em um contexto histórico, social e de classe, e que o conhecimento

produzido jamais é totalmente isento de valores (Martín-Baró, 1983a/2017; 1985a/2017; 1986/2011; 1996).

Em segundo lugar, o individualismo fundamenta a psicologia hegemônica ao conceber o indivíduo (autônomo-liberal) a unidade última da análise, entidade isolada e separada da realidade circundante (1983a/2017; 1983b/2017; 1986/2011; 1996). Um exemplo claro é a proliferação de diagnósticos psicopatológicos, que tratam o sofrimento como algo exclusivamente individual. O fazer do psicólogo não pode restringir-se ao indivíduo isolado, mas deve necessariamente enfrentar os fatores sociais que constituem e atravessam toda forma de individualidade humana (Martín-Baró, 1996). “O contexto social converte-se assim em uma espécie de natureza, um pressuposto inquestionável, frente a cujas exigências ‘objetivas’ o indivíduo deve buscar a solução para seus problemas de modo individual e ‘subjetivo’” (Martín-Baró, 1996, p. 13).

Já o hedonismo, outro desdobramento dessa categoria, pressupõe que todo comportamento humano é motivado pela busca de prazer e pela evitação do desprazer, evitando o sofrimento ou aquilo que exige esforço. Essa concepção aparece de forma mais evidente na psicanálise e no comportamentalismo, mas também está presente nos modelos psicológicos vigentes de modo geral:

No entanto, eu me pergunto se com o hedonismo é possível entender adequadamente o comportamento solidário de um grupo de refugiados salvadorenhos que, sem nada saber sobre o recente terremoto que devastou o centro de San Salvador, abriram mão de toda sua reserva de alimentos e a enviou para as vítimas da zona mais atingida (Martín-Baró, 1986/2011 p. 187).

A visão homeostática, por sua vez, parte do pressuposto de que qualquer mudança constitui um desequilíbrio, de modo que crises ou rupturas são interpretadas negativamente, como algo a ser evitado. Essa perspectiva desconsidera o movimento histórico e as

contradições individuais-coletivas, reforçando a ideia de estabilidade como sinônimo de saúde. Seu efeito é o enrijecimento do comportamento humano, tornando-o mais previsível e controlável.

Nessa lógica, mudanças profundas, descontinuidades, radicalismos, ódio e agressividade devem ser evitados e, quando não o são, acabam patologizados e tratados como distúrbios psicológicos. A psicologia hegemônica, assim, atua intensamente para neutralizar e “amansar” qualquer forma de resistência ou tentativa de ruptura, difundindo tendências controladoras, repressivas e moralizantes (Martín-Baró, 1983a/2017; 1986/2011; 1996).

O último, e mais grave pressuposto, é o a-historicismo. Essa abordagem ignora as particularidades históricas e culturais, adotando uma perspectiva que vê a natureza humana como universal e homogênea. Nesse sentido, o cientificismo dominante tende a desconsiderar as diferenças históricas e sociais, tratando indivíduos de realidades tão distintas como se fossem essencialmente iguais (Martín-Baró, 1986/2011; 1996).

Aceitamos, de forma a-histórica, os esquemas teóricos de pensadores como Maslow, Freud, Lacan e Skinner, considerando a natureza do homem capitalista como universal. Essa perspectiva resulta em visões distorcidas e reducionistas. A formação acadêmica que se concentra em habilidades técnicas, como administrar testes de inteligência, realizar orientação vocacional e disciplinar ratos em laboratórios, aplica essas mesmas técnicas a seres humanos (Martín-Baró, 1983a/2017; 1996).

Ignora-se toda a resistência, virtudes e a sabedoria popular dos povos latinos, condicionando-os à cultura e costumes estrangeiros de grande carga ideológica. “O que faz ou o que tem feito o psicólogo diante do desemprego massivo das maiorias latino-americanas? Existe uma abundante bibliografia sobre a Psicologia do Trabalho, mas não sobre a Psicologia do Sem-trabalho” (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 59).

O que tem feito os cientistas sociais frente aos métodos de tortura empregados, historicamente, na maioria popular latino-americana, seja pela “Segurança Nacional” nos períodos ditatoriais em praticamente todos os países latino-americanos? (Martín-Baró, 1986/2011). A psicologia contemporânea dedica muito de sua atenção aos processos de submissão, obediência e conformismo. “É significativo que a Psicologia Social tenha adotado prioritariamente a perspectiva do dominador e apenas excepcionalmente tenha contemplado o processo a partir da perspectiva do dominado – isto é, a desobediência, o inconformismo e a mudança social” (Martín-Baró, 1983a/2017, p. 104).

Sempre que os povos latino-americanos buscaram sua libertação, propondo mudanças radicais para enfrentar violências, opressões e a alienação histórica, a ciência em geral, e a psicologia em particular, mostrou-se distante e indiferente. Em muitos casos, a psicologia revelou pouco interesse pelo sofrimento humano e pelo resgate da dignidade e da experiência vivida por indivíduos e comunidades (Martín-Baró, 1983a/2017; 1983b/2017; 1985a/2017; 1996).

Contraditoriamente, vários estudos são realizados sobre como adquirir motivação, melhorar o desempenho e erradicar a procrastinação, visando aumentar a produtividade. No entanto, essas abordagens frequentemente ignoram a realidade das pessoas, especialmente no contexto de um sistema socioeconômico absurdamente desigual e excludente. “O leitor latino-americano não deixa de sentir que os aspectos mais básicos de sua existência, de sua própria história não são nem mesmo tangencialmente considerados e, muito menos, estudados em profundidade” (Martín-Baró, 1983a/2017, p. 86).

Torna-se, portanto, indispensável e urgente, revisar profundamente os pressupostos epistemológicos da psicologia. Essa revisão não pode ocorrer no conforto de nossos escritórios e laboratórios acadêmicos, ela deve ser realizada por meio da “práxis” comprometida com os setores populares. Somente assim poderemos alcançar perspectivas mais autênticas sobre o

que, de forma positiva, as pessoas de nossos povos representam, bem como compreender os potenciais não realizados que, negativamente, são cerceados pelas condições históricas que vivem (Martín-Baró, 1983b; 1986/2011; 1996).

Nesse contexto, torna-se compreensível por que a psicologia latino-americana tem se ocupado com falsos dilemas. Esses dilemas são considerados falsos porque não respondem às necessidades reais, nem reconhecem as potencialidades latino-americanas. A história da América Latina não aparece (ou aparece muito pouco) nessas discussões. Grande parte desses debates se organiza em torno de oposições teóricas, como psicanálise *versus* comportamentalismo ou humanistas *versus* materialistas, que acabam produzindo divisões entre abordagens (Martín-Baró, 1986/2011).

É importante reconhecer que cada teoria apresenta acertos e limitações, que variam conforme a situação. No entanto, o debate teórico precisa ser redirecionado para uma psicologia que responda diretamente aos desafios e necessidades das maiorias oprimidas, abandonando a abstração de abordagens fragmentadas e assumindo uma prática comprometida com a transformação social (Martín-Baró, 1983a/2017; 1986/2011; 1987a/2017).

Outro falso dilema é a oposição entre psicologias progressistas e reacionárias. Embora pareça uma distinção clara, ela não se sustenta completamente na prática. As chamadas progressistas têm como objetivo auxiliar as maiorias populares a avançarem em direção ao protagonismo social, buscando caminhos de libertação. Por outro lado, as psicologias reacionárias são aquelas que, em sua aplicação, asseguram a manutenção e a perpetuação das desigualdades, legitimando estruturas de poder (Martín-Baró, 1983a/2017; 1986/2011; 1987a/2017).

O problema desse dilema é que ele reduz uma questão que é, na verdade, mais complexa: a prática psicológica, mesmo quando considerada “progressista”, permanece insuficiente e limitada. Ao classificar as psicologias como progressistas ou reacionárias, corre-

se o risco de ocultar que, em diversas situações, teorias e práticas que se apresentam como progressistas podem acabar reproduzindo, ainda que de forma não intencional, os mesmos mecanismos de controle e dominação. Por isso, o foco deve recair sobre uma ciência genuinamente comprometida com a transformação social, que ultrapasse categorias binárias e se envolva diretamente com os instrumentos de luta da classe trabalhadora (Martín-Baró, 1983a/2017; 1986/2011; 1987a/2017).

Nessa perspectiva, o que torna uma psicologia progressista ou reacionária não é sua origem, mas sua capacidade de revelar ou encobrir a realidade e, sobretudo, de reforçar ou transformar a realidade social (Martín-Baró, 1986/2011, p. 189). Como consequência, perde-se a autonomia na definição dos problemas prioritários e a liberdade para escolher quais esquemas ou teorias podem ser úteis e válidas diante de necessidades concretas. É a práxis, e não ideias teóricas estabelecidas previamente, o que confirmará a utilidade desses esquemas.

O dogmatismo é outra consequência dos falsos dilemas. Essas posturas revelam o caráter dependente da ciência latino-americana, que acaba por ignorar o compromisso social necessário. Em outra passagem, o autor salvadorenho destaca a gravidade do contraste entre os dogmatismos provincianos e a realidade histórica da América Latina:

O grave nesse contraste entre a realidade histórica vivida em nossos países e a realidade apresentada nos textos de Psicologia Social é que parece existir mais coerência no mundo fantasmagórico dos livros do que no mundo dilacerado da vida cotidiana (Martín-Baró, 1983a/2017 p. 86).

Diante do exposto, ressaltamos que a psicologia deve se centrar no que realmente importa: a libertação dos povos latino-americanos, ao invés de apenas defender ou recusar esquemas idealistas. É justamente a partir desse chamado à centralidade da libertação que podemos avançar para outro elemento crucial na crítica baroniana, a ideologia.

Nessa perspectiva, Martín-Baró entende que o objeto de estudo da psicologia social deve ser a materialização da ideologia na vida cotidiana, visando contribuir para a liberdade social e coletiva. Para ele, a ação humana é ideológica, sendo, portanto, o objeto de estudo da psicologia social (Martín-Baró, 1983b/2017). Embora apresente momentos de contradição em sua formulação, o autor distingue duas concepções de ideologia: uma funcionalista, que a considera um sistema coerente de valores e normas sociais; e outra marxista, que a define como falsa consciência⁴ que encobre e justifica a dominação de classe. Ao longo de sua obra, ele transita entre as duas, empregando a primeira ao discutir visões de mundo e a segunda ao tratar do ocultamento da realidade - como nos falsos dilemas entre abordagens psicológicas que precisam, portanto, ser desideologizadas e, nisso, desideologizar a realidade, o senso comum. Quanto à segunda, observa-se também, num primeiro momento, uma aproximação e diálogo com a concepção de ideologia de Louis Althusser, mas com o próprio Martín-Baró se distanciando dela ao longo de sua trajetória, tomando-a de maneira mais mediada e dinâmica ao considerar a centralidade da práxis humana (Mendonça, 2013; Mendonça, Souza e Guzzo, 2016).

Essa segunda acepção permite articular ideologia, alienação e conscientização em Martín-Baró. Enquanto a alienação expressa a ideologia na consciência individual, a conscientização constitui seu movimento contrário. Como apontam Mendonça, Souza e Guzzo (2016), em alguns momentos ideologia e alienação parecem se confundir na obra baroniana.

Diferentemente das categorias discutidas anteriormente, o fatalismo não foi abordado de forma direta por Martín-Baró em seu texto canônico *Para uma Psicologia da Libertação*

⁴ Também não é nosso intuito adentrar nos debates de outra categoria central ao marxismo, a ideologia, mas que, ao mesmo tempo, está longe de expressar sentido unívoco. Apenas ressaltamos aqui que quando compreendida como “falsa consciência”, tal como Martín-Baró a entende em determinados momentos de suas elaborações e práxis, não é no sentido simplista de uma mentira, que a educação ou outras iniciativas podem simplesmente desfazer. Essa falsidade não é um erro oposto à verdade, mas um momento necessário e contraditório no processo histórico, como Hegel e Marx pensaram. Ela é uma forma parcial, porém real, de entender o mundo, que só se dissolve quando as condições materiais e as práticas sociais que a sustentam são transformadas.

(1986/2011). Contudo, ele surge de forma recorrente em sua obra (1983b/2017; 1985b/2017; 1987b/2017; 1996) e, a nosso ver, também se expressa indiretamente na condição miserável da psicologia latino-americana. O termo tem origem no latim, derivado de "*fatum*", que significa profecia, vaticínio ou destino inevitável. Nesse sentido, o fatalismo se refere à ideia de que a existência humana está subordinada a um destino inescapável, algo que os indivíduos não têm o poder de mudar ou controlar (Martín-Baró, 1987b/2017).

Dentro dessa perspectiva, o fatalismo implica que nada resta aos seres humanos além de aceitar passivamente seu destino, submetendo-se à própria sorte. Essa é uma visão que coloca o indivíduo em posição de impotência diante dos acontecimentos da vida. Nessa direção, para Martín-Baró (1983a/2017; 1985b/2017; 1987b/2017; 1996), o fatalismo expressa um modo particular de atribuir sentido às experiências e à relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo. Esse modo de interpretar a realidade restringe a capacidade de ação e de transformação, perpetuando uma atitude resignada e conformista diante das condições sociais e políticas que organizam a vida das pessoas, sobretudo em contextos de opressão, como na América Latina.

A maior parte dos estudos sobre o fatalismo latino-americano tende a explicá-lo reduzindo-o a um traço psicológico:

[...] as explicações oferecidas sobre o fatalismo latino-americano tende a enfatizar o papel determinante dos fatores psicológicos, seja como parte dos traços de um suposto *caráter* latino americano, seja como parte das características de *personalidade* que se desenvolvem no interior da cultura latino-americana [...] (Martín-Baró, 1987b/2017, p. 161).

De modo semelhante ao que ocorre com o conceito de “*caráter latino-americano*”, a síndrome fatalista acaba recaindo em uma sutil psicologização, que inclui a submissão e a suposta falta de rebeldia atribuída aos povos originários destas terras, como os indígenas. Um

exemplo ilustrativo são os estudos de base psicanalítica que afirmam que os indígenas não se revoltaram contra a pobreza porque, por meio dela, teriam preservado certo grau de independência. Nessa mesma lógica, a submissão aos povos “civilizados” é interpretada como uma estratégia de sobrevivência destinada a evitar a própria destruição. “Assim, aparentemente, confirma-se que as vantagens secundárias obtidas pelo fatalismo tendem a perpetuá-lo como elemento cultural e traço psicológico” (Martín-Baró, 1987b/2017, p. 165).

Diante dessa perspectiva, uma vez instaurada, a síndrome fatalista adquire uma autonomia funcional que a sustenta e reproduz. O fatalismo estaria mais enraizado no psiquismo das pessoas do que nas estruturas econômicas, políticas e sociais. Mesmo com mudanças nas condições de vida, o latino-americano continuaria a manifestar seu traço fatalista (Martín-Baró, 1983a/2017, 1985b/2017; 1987b/2017; 1996).

Em oposição a essa psicologização, Martín-Baró (1987b/2017) argumenta que as relações sociais, econômicas e políticas privam grande parte da população latino-americana de uma dignidade mínima de vida. Assim, o fatalismo não surge do indivíduo, mas é internalizado a partir de um contexto histórico marcado pela opressão e pela desigualdade, restringindo as possibilidades de ação:

Por meio do fatalismo, é possível dar sentido, por mais deplorável que seja, à inevitabilidade de condições que não abrem qualquer alternativa para a vida das pessoas para além da submissão ao seu destino. (Martín-Baró, 1987b/2017, p. 171).

Assim, crianças, adolescentes e famílias que vivem em favelas ou áreas marginalizadas internalizam o fatalismo não como traço psicológico ou algo herdado entre gerações, mas resultado direto de suas experiências de opressão. Homens e mulheres aprendem que seus esforços pouco significam, já que ocupações como vendedor ambulante, vigilante de carro ou engraxate são tão mal remuneradas que não permitem uma vida digna. Seus sonhos acabam sufocados, e as metas que formulam tornam-se inalcançáveis. A submissão e a sensação de

impotência, portanto, não decorrem da transmissão de valores, mas da constatação concreta da ineficácia de seus esforços diante de uma realidade injusta e desigual (Martín-Baró, 1987b/2017; 1996). Na esteira dessa ideia, mencionamos a ideologia meritocrática essencial à mistificação liberal capitalista e muito difundida na contemporaneidade latino-americana, que sustenta a ideia individual de sucesso, sem levar em conta as condições sociais.

Destacamos também que o universo simbólico que sustenta o senso comum latino-americano foi, e ainda é, predominantemente de caráter religioso. Nessa perspectiva, as coisas são vistas como determinações da vontade divina, e à humanidade cabe apenas aceitar, sem questionar ou exigir mudanças. Como forma de consolo, persiste a esperança de que Deus, em outro mundo, corrigirá as injustiças e recompensará os pobres e marginalizados por seu sofrimento, obediência e resignação. Desse modo, a responsabilidade pela salvação imediata do mundo é atribuída a Deus, restando ao homem apenas aceitar. Esse destino, visto como inevitável, leva à conformidade e subordinação, uma vez que o objetivo não é transformar a realidade, mas preparar o indivíduo para receber a salvação divina (Martín-Baró, 1985a/2017; 1985b/2017; 1987b/2017).

Diante do exposto, a forte religiosidade presente entre os povos latinos converge com o fatalismo, podendo contribuir de forma significativa para a manutenção da “estabilidade social” (Martín-Baró, 1987b/2017).

Quando a submissão frente às condições de vida é interpretada como obediência à vontade de Deus e a docilidade social é convertida em virtude religiosa, tudo aquilo que poderia modificar os núcleos fundamentais do ordenamento social é excluído como objeto de mudança (Martín-Baró, 1987b/2017, p. 173).

Em síntese, concluímos que o fatalismo, o mimetismo cientificista, a ausência de uma epistemologia adequada e os falsos dilemas configuram as expressões centrais da miséria da psicologia latino-americana, reforçando o positivismo, o individualismo, o hedonismo, a visão

homeostática e o a-historicismo como mecanismos de adaptação, submissão e psicopatologização das maiorias populares. Ao individualizar desigualdades estruturais, adotar modelos importados de forma acrítica e empregar instrumentos alienados que desconsideram as contradições históricas da região, essa psicologia cumpre uma função ideológica que deslegitima toda insurgência e perpetua a ordem burguesa. A superação desse quadro demanda o resgate da memória histórica e a ação coletiva, caminhos que serão aprofundados no próximo eixo, dedicado à Psicologia da Libertação proposta por Ignacio Martín-Baró como projeto de emancipação enraizado na realidade latino-americana.

2.3. Pressupostos da Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró

Neste eixo apresentamos a proposta de “Psicologia da Libertação” de Martín-Baró. Ela tem como objetivo superar a psicologia miserável, mas sem deixar de ser psicologia, incorporando "novos horizontes" alinhados à sua libertação. O autor propõe uma abordagem que supere as limitações da psicologia hegemônica, apresentando os seguintes pilares em sua formulação: (a) uma nova epistemologia - que compreenda as particularidades dos contextos latino-americanos; (b) uma nova práxis - que esteja intimamente ligada à ação social e à transformação das condições de vida das populações marginalizadas; (c) recuperação da memória histórica - essencial para entender o passado de opressão e projetar um futuro de libertação; (d) desideologização do senso comum e da experiência cotidiana - para expor e superar as ideologias dominantes que naturalizam a opressão; (e) potencialização das virtudes populares - valorizando os saberes e as resistências do povo; (f) conscientização - promovendo a tomada de consciência crítica sobre as condições de exploração e desigualdade; (g) sindicalismo, organização popular e prática de classe revolucionária - como ferramentas coletivas essenciais para a mobilização das maiorias populares em direção à emancipação humana.

Somente por meio de uma ação prática, coletiva e comprometida com a mudança social será possível construir uma psicologia genuinamente libertadora, capaz de responder às necessidades reais das populações. “Se a Psicologia latino-americana quer se lançar pelo caminho da libertação, ela tem de romper com a sua própria escravidão. Em outras palavras, realizar uma Psicologia da Libertação exige, primeiro, *alcançar uma libertação da Psicologia*” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 190).

Em primeiro lugar, mais do que buscar prestígio científico ou social, a psicologia deve direcionar-se à construção de um novo horizonte comprometido com a classe trabalhadora. “Daí o imperativo de examinar não só o que somos, mas o que poderíamos ter sido, e, sobretudo, o que deveríamos ser frente às necessidades de nossos povos, independentemente de contarmos ou não com modelos para isso” (Martín-Baró, 1996, p. 13-14).

Diante das necessidades mais urgentes, o psicólogo latino-americano deve assumir um compromisso social e crítico; ignorar as injustiças que afligem o povo não pode ser uma opção. Essas injustiças constituem o ponto de partida do trabalho científico, sob uma perspectiva distinta da hegemônica. Entre as necessidades cruciais que marcam a vida das maiorias latino-americanas estão a fome e a miséria, que impõem uma existência desumana, privando-as de autonomia e da possibilidade de projetar um futuro (Martín-Baró, 1986/2011; 1996).

Nesse caso, o psicólogo deve abandonar a suposta imparcialidade frente a essas necessidades, assumindo um compromisso ético-político. Não deve isolar-se em seu escritório, mas cultivar uma profunda liberdade de espírito, visando construir, de forma coletiva, a verdade e o horizonte almejado para superação da fome, da miséria e outras necessidades (Martín-Baró, 1996).

Esse deve ser o horizonte da psicologia e a postura que o psicólogo necessita adotar. Para isso, é fundamental que ele assuma uma nova identidade. É essencial repensar sua imagem profissional, abandonando estereótipos habituais e confrontar o saber psicológico com os

problemas reais (Martín-Baró, 1996). Mesmo com lacunas formativas, o foco não é buscar justificativas para essas limitações. Mas sim, adotar uma postura responsável e ativa diante da ausência de conhecimento e das demandas sociais urgentes. A identidade do psicólogo deve estar alinhada com a situação histórica dos povos e suas necessidades, priorizando essas questões em detrimento da definição de escopos restritos à psicologia que, embora importantes, não são os mais urgentes nem os mais relevantes neste contexto. (Martín-Baró, 1985a/2017; 1986/2011; 1996).

Portanto, o enfrentamento mais radical da psicologia latino-americana reside na escolha entre obter benefícios do sistema opressor ou promover uma confrontação crítica contra ele. Didaticamente, isso se traduz em aceitar/acompanhar ou não as maiorias oprimidas “em sua luta por constituir-se como povo novo em uma terra nova” (Martín-Baró, 1996, p. 23). Assim:

Não se trata de abandonar a psicologia; trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos (Martín-Baró, 1996, p. 23).

Diante desses desafios, algumas tarefas precisam ser realizadas. Martín-Baró (1987a/2017), destaca três: a formulação de problemas, a definição dos esquemas teóricos e a manutenção da objetividade científica. Resumidamente, “trata-se de abordar como definir cientificamente os problemas, como analisá-los e como resolvê-los” (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 61). Aceitar o desafio popular exige que a psicologia latino-americana construa um novo horizonte, definindo novos objetivos, elaborando um programa de tarefas e, principalmente, estabelecendo formas concretas de ação (Martín-Baró, 1983a/2017; 1987a/2017; 1996). Essas tarefas devem ser executadas a partir de uma práxis comprometida,

tendo como meta a libertação histórica dos povos latino-americanos. Um horizonte compartilhado por Chile, Brasil, México e El Salvador:

É claro que este horizonte é uma utopia: mas somente movida por um ideal assim, a psicologia social latino-americana poderá superar o mimetismo teórico e a marginalidade prático. Porque para a psicologia contribuir para a libertação dos povos latino-americanos, ela deve ser libertar de sua própria dependência intelectual, assim como de uma submissão social (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 69).

Nessa perspectiva, alguns psicólogos já vêm desenvolvendo ações significativas, mesmo diante das condições precárias que marcam grande parte dos países latino-americanos. Há profissionais que atuam em comunidades marginalizadas, oferecem suporte a refugiados climáticos e atendem vítimas de tortura. Além disso, muitos têm contribuído ativamente com sindicatos, comitês locais, partidos políticos e outras formas de organização popular, demonstrando um compromisso efetivo com a transformação social e o enfrentamento das realidades opressoras (Martín-Baró, 1987a/2017; 1996).

Propor à psicologia um novo horizonte requer, igualmente, um novo modo de produzir conhecimento. A verdade latino-americana não se encontra em seu presente de opressão, mas em seu futuro de libertação. Portanto, essa verdade não deve apenas ser descoberta, mas sim exigida. Isso implica, ao menos, duas tarefas fundamentais: adotar uma nova perspectiva e desenvolver uma nova práxis. (Martín-Baró, 1986/2011; 1996).

“A nova perspectiva tem de ser a partir de baixo, das próprias maiorias populares oprimidas” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 192). Várias questões precisam ser levantadas nessa nova perspectiva. Entre elas estão: como os processos psicossociais são percebidos pela vertente dos dominados, em vez da percepção dos dominadores? Já tentamos delinear a psicologia educativa do ponto de vista dos analfabetos, a psicologia do trabalho pela

perspectiva dos desempregados e a psicologia clínica a partir da experiência dos marginalizados? (Martín-Baró, 1986/2011).

“Observem que se diz ‘a partir’ do analfabeto, do desempregado, do colono, da senhora e não ‘para eles’” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 192). Não se trata de pensar por eles, de impor nossos esquemas ou de resolver seus problemas; trata-se, na verdade, de pensar e teorizar com eles, a partir de suas experiências. Uma psicologia a serviço da libertação deve reconhecer que somente a partir da experiência dos oprimidos é possível erguer a verdade existencial dos povos latino-americanos (Martín-Baró, 1986/2011; 1996).

Paulo Freire acertou em sua intuição pioneira ao desenvolver uma pedagogia do oprimido, e não voltada "para" o oprimido. A proposta consistia em que a própria pessoa ou comunidade são sujeitos da ação, no caso, da alfabetização conscientizadora, “que deveria aprender, em diálogo comunitário com o educador, a ler sua realidade e a escrever sua palavra histórica” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 192-193). Da mesma maneira, a Teologia da Libertação destacou que apenas a partir do pobre é possível encontrar o Deus anunciado por Jesus. Dessa forma, uma Psicologia da Libertação precisa reconhecer que apenas a partir de “*Nuestra América*” é possível construir uma nova perspectiva (Martín-Baró, 1986/2011).

Assumir essa nova perspectiva não significa que todos os conhecimentos adquiridos serão imediatamente descartados; ao contrário, implica tencioná-los com a realidade concreta. Por meio de uma revisão crítica das teorias e modelos, é possível demonstrar sua validade ou deficiência, sua utilidade ou inutilidade. O objetivo é avaliar se as técnicas aprendidas têm potencialidades libertadoras ou se, ao contrário, perpetuam a submissão. Essa é a primeira tarefa do psicólogo revolucionário: assegurar uma revisão crítica de sua bagagem teórico-prática tradicional (Martín-Baró, 1980/2017).

Nesse sentido, a redefinição da ciência psicológica latino-americana, mediante o desafio das maiorias populares, também requer atenção. Para evitar que ela se transforme em

"psicologia nacionalista", rejeitando indiscriminadamente qualquer referencial teórico estrangeiro, é necessário analisar criticamente quais modelos contribuem para a libertação dos povos. Dessa forma, deve-se evitar a chamada Psicologia do Coqui, termo criado pela psicóloga Milagros López, em referência a uma rã típica de Porto Rico.

Cabe ao psicólogo mediar essas apropriações, de modo a evitar tanto uma psicologia nacionalista quanto a adoção irrefletida de teorias estrangeiras (Martín-Baró, 1987a/2017).

López (1985) destaca, com razão, que a adoção deste patriotismo psicológico pode levar à aceitação de um projeto sociopolítico dos setores dominantes. A Psicologia do Coqui “distorce o problema da responsabilidade social que deve ser assumida e o transforma em um mero problema envolvendo o que é daqui e o que é de lá” (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 65).

Ainda sobre a redefinição da psicologia, Martín-Baró (1986/2011) observa que o problema é mais de natureza epistemológica do que conceitual. O que apresenta falhas não são os conceitos teóricos da psicologia, mas o momento dialético de sua aplicação. “O que distorce a análise da realidade não é tanto a teoria utilizada, mas o objeto ao qual ela é aplicada. Por isso, minha proposta consiste em uma inversão marxiana do processo” (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 65). Segundo o autor, os conceitos não devem forçar a realidade a se adequar neles; ao contrário, a realidade deve convocar os conceitos. Não são as teorias que devem definir os problemas reais, mas sim os problemas que devem exigir e determinar sua própria teorização, dialeticamente.

Adotar uma perspectiva dialética é essencial para uma psicologia da libertação. O termo dialética, muitas vezes, tem sido reduzido à simples interação entre o homem e a sociedade (entidades autônomas e separadas), o que representa uma explicação superficial. “O método dialético, tal como o compreendemos aqui, assume que o objeto é constituído pela mútua negação entre polos e que isso ocorre em processo histórico” (Martín-Baró, 1983a/2017, p.

109). Pouco ou quase nada, no caso da psicologia, se aplica o método dialético no estudo dos problemas sociais. Sua aplicação parte do pressuposto de que a pessoa e a sociedade não apenas interagem, mas se constituem mutuamente, e que a mútua negação resulta na afirmação de ambos. A pessoa se torna quem é porque existe uma sociedade (não individual) que a forma, mas a sociedade é o que é porque existem indivíduos (negação da sociedade) que a moldam e conferem realidade a ela (Martín-Baró, 1983a/2017). Assim, de acordo com Martín-Baró (1983a/2017, p. 109):

No método dialético não podemos compreender os processos ideológicos das pessoas sem tomar a estruturação social como parte essencial. Nesse sentido, a ação humana é, por natureza, ideológica, já que ela é intrinsecamente configurada por forças sociais que operam em uma determinada história. A ação, cada ação concreta, traduz e configura simultaneamente as duas realidades, sociedade e pessoa, em um fazer que é fazer-se e ser feito.

O enfoque dialético analisaria a tortura, a loucura e o comportamento não apenas a partir do dado imediato ou individual, mas como desdobramentos dentro de uma estrutura sociopolítica específica. Dessa forma, uma análise dialética destacaria não apenas o contexto em que ocorre um determinado comportamento ou ação, como a tortura, ou a relação entre torturador e torturado, mas também as características do grupo no poder e a necessidade de utilizar a tortura como um instrumento de controle social.

Outro exemplo é estudar os sindicatos salvadorenhos sob a ótica de teorias organizacionais hegemônicas, que assumem, entre outros aspectos, marcos de sociedades industrializadas, algo bem distinto de considerar a especificidade histórica dos sindicatos locais. Enquanto os sindicatos em sociedades industrializadas são entidades poderosas dentro do sistema social, os sindicatos salvadorenhos são organizações voláteis, com forte

característica de organização medieval, e constantemente perseguidos por forças econômicas e políticas, que buscam cooptá-los ou destruí-los. (Martín-Baró, 1987b/2017).

Nesse ínterim, o mesmo sindicato que garante defesa e direitos das sociedades industrializadas pode ser violador de direitos do operário salvadorenho. Por isso, a perspectiva de Martín-Baró sobre o realismo histórico (ou realismo crítico) na prática do psicólogo demanda a redefinição e a formulação de novos pressupostos básicos para a ciência psicológica. “Essa tarefa teórica, para a qual, segundo o estereótipo, nós latinos seríamos tão pouco inclinados, deve ser um objetivo prioritário dos psicólogos latino-americanos nos próximos anos” (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 66).

Outro pressuposto da nova epistemologia, destacado por Martín-Baró (1987a/2017) é o da objetividade científica. Trata-se de um tema delicado e frequentemente discutido, especialmente com a exposição crítica do positivismo pseudoasséptico. Rejeitar o positivismo e o paradigma das ciências naturais em favor de metodologias qualitativas de base histórica pode recolocar a psicologia no campo do subjetivismo, do qual muitos autores têm se esforçado arduamente para afastá-la. Por isso, se observa a persistência da concepção hegemônica das ciências naturais. Assume-se maior “objetividade” nas formulações que empregam terminologia causal em comparação àquelas que utilizam termos intencionais. No entanto, à medida que o conceito de "causalidade" tende a reificar o objeto, e esse objeto é o ser humano, tal abordagem se torna menos objetiva, ou seja, menos adequada ao seu objeto, em comparação a outras formas de conceitualização (Martín-Baró, 1987a/2017).

Nas ciências sociais e humanas, o cientista não pode se distanciar dos fenômenos que estuda, pois esses fenômenos também o afetam diretamente. Ele não pode se abster de tomar posição frente a determinadas questões, uma vez que a parcialidade na tomada de decisão não invalida a objetividade. Ser imparcial diante de temas como violência, abuso sexual, tortura, entre outros, é um contrassenso absurdo. Historicamente, essa suposta

"imparcialidade/objetividade" nos levou a ignorar as perspectivas das maiorias populares, além de, na prática, não ser imparcial.

Essa “imparcialidade” não deve sequer ser considerada objetiva, pois negligencia a necessidade de priorizar os problemas mais urgentes, além de desconsiderar as organizações populares, enquanto instrumentos de luta. Adotar a imparcialidade significa, na verdade, aceitar um instrumento científico de poder e submissão, descomprometido com a libertação do povo latino-americano (Martín-Baró, 1983a/2017; 1985b/2017; 1987a/2017).

“Como assumir a perspectiva das maiorias populares? ” (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 68). Não se trata, obviamente, de atender de forma automática e mecânica às demandas populares. A consciência popular, sendo fruto de contradições históricas e influenciada por valores da classe dominante, pode levá-las a desejar aquilo que as aliena e perpetua sua opressão. A responsabilidade de diferenciar o que é autêntico e o que é alienante dentro da consciência popular é uma questão complexa. Não é algo facilmente resolvido, nem mesmo por aqueles que emergem das próprias classes populares, mas que, ao se tornarem guardiões da ideologia dominante, muitas vezes perdem o contato com as bases existenciais do povo, incluindo a própria (Martín-Baró, 1983a/2017; 1987a/2017).

Nesse sentido, cabe ao psicólogo uma postura crítica diante dos processos históricos, deixando de ser a racionalidade dos guardiões ideológicos e se tornando guardião da racionalidade social. Nesse contexto de compromisso crítico, a pesquisa-ação (Fals Borda, 1985 citado por Martín-Baró, 1983a/2017) poderia ser apreciada. Uma vez que, para esse tipo de metodologia, o critério de verdade não reside nas realidades existentes, mas sim, nas realidades que a própria ação das maiorias populares cria e desenvolve.

É necessário, portanto, reexaminar pressupostos epistemológicos, teorias e modelos específicos da práxis psicológica. O que não implica descartar todo o conhecimento acumulado, mas revisá-lo a partir de uma perspectiva crítica popular. Embora seja uma tarefa

desafiadora e indispensável, essa revisão deverá proporcionar uma alternativa original e válida aos modelos dominantes. O psicólogo precisará modificar sua forma de comunicação, seu conhecimento, sua postura, sua forma de convivência e identidade, assim como a maneira de teorizar. (Martín-Baró, 1987a/2017).

Diante de todos os apontamentos apresentados, Martín-Baró (1987a/2017) destaca três grandes tarefas que se impõem à psicologia latino-americana, orientadas pelo ideal de libertação popular, chamadas de “tarefas libertadoras”. A primeira delas é o estudo sistemático das formas de consciência popular. Esse estudo não deve seguir um modelo experimental-positivista, mas sim uma pesquisa-ação original que ultrapasse os dados abstratos da realidade imediata e abra caminho para novas potencialidades históricas. Em outras palavras, é uma modalidade de trabalho conscientizador, no sentido freireano do termo. Segundo Martín-Baró (1987a/2017), uma análise especial deve ser dedicada às formas de consciência religiosa popular, dado a importância da religião para amplos setores das maiorias populares e suas virtualidades, que contribuem tanto para a alienação quanto para a libertação histórica.

A segunda tarefa consiste no *resgate e na valorização das virtudes populares*. A maioria dos instrumentos psicométricos não é capaz de captar os recursos humanos que possibilitaram aos povos latino-americanos sobreviver a situações de extrema miséria e manter viva a esperança mesmo sob condições intensas de opressão, como destaca Martín-Baró (1987a/2017)

Assim, nada mais urgente que resgatar toda essa riqueza popular e preservar todo sedimento humano que tornou historicamente possível a solidariedade dos pobres diante da exploração, a entrega à causa da comunidade frente ao individualismo, o saber popular frente ao imperialismo cultural (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 71).

A terceira tarefa refere-se à *análise das organizações populares como instrumentos de libertação histórica*. Pouco adiantaria a tomada de consciência acerca da própria identidade e

dos recursos disponíveis se não forem construídas formas organizativas capazes de conduzir os interesses das maiorias populares ao enfrentamento social.

Segundo Martín-Baró (1987a/2017), para muitos psicólogos latino-americanos, o problema não está na falta de interesse em responder às necessidades das maiorias populares, “mas em uma carência de ideias sobre como concretizar essa vontade de forma realista” (p. 71). Daí decorre a necessidade e a urgência de contar com experiências sistemáticas, como as mencionadas, a fim de romper com o círculo vicioso de nossa dependência mental em relação aos centros de poder e unir-se aos nossos povos na luta por nossa libertação histórica.

Além disso, três revisões críticas podem ser destacadas abrindo importantes perspectivas para o âmbito da pesquisa: “a visão da realidade social como construção, a concepção de realidade social como conflitiva e o papel político da psicologia” (Martín-Baró, 1983a/2017, p. 127).

Compreender a realidade social como uma construção histórica, em vez de um marco estrutural previamente dado, é uma característica mais presente nas abordagens de orientação marxista do que nas abordagens funcionalistas. Por isso, não surpreende que a perspectiva histórica da sociedade tenha estado ausente da psicologia, especialmente nos Estados Unidos. Com raras exceções, predominava uma visão reativa e adaptacionista. No entanto, diversos autores europeus que emigraram para os EUA contribuíram para preparar o terreno da crítica a essa visão dominante. O marxismo e a fenomenologia foram as correntes de maior influência neste movimento. Assim, emergiu a noção de relatividade histórica da sociedade, compreendida como produto do processo humano e, portanto, passível de mudança e transformação (Martín-Baró, 1983b/2017).

A segunda revisão crítica questiona a concepção de realidade social como unidade harmoniosa, onde grupos ou indivíduos se adaptam ou não. Contraditoriamente, a realidade social deve ser vista como o produto de uma confrontação de forças sociais e a ordem social

hegemônica passa a ser entendida como resultado da imposição de certas forças sobre outras. “A sociedade não contém uma população que é simplesmente distribuída ao longo de um contínuo de características, mas é constituída por grupos que se enfrentam entre si a partir de interesses contrapostos” (Martín-Baró, 1983a/2017, p. 130).

A visão conflitiva da sociedade é predominantemente uma perspectiva marxista, com autores europeus que abriram caminhos para essa ideia no campo da psicologia. O movimento da antipsiquiatria foi fortemente influenciado pela visão conflitiva, resultando na confluência de múltiplas determinações teóricas e práticas. Segundo Basaglia (1972), citado por Martín-Baró (1983a/2017), a psiquiatria se tornou um dos instrumentos mais poderosos utilizados pela classe burguesa para impor seu poder e manter a ordem social. Nesse contexto, as instituições psiquiátricas desempenharam e ainda desempenham uma função paralela à das prisões e senzalas, e foram elas, por meio de seu poder opressor e carcereiro, que geraram o mal que supostamente buscavam eliminar. “Os autores do movimento antipsiquiátrico talvez tenha sido aqueles que melhor explicitaram como a psiquiatria e as ciências psicológicas em geral foram instrumentos a serviço do poder estabelecido” (Martín-Baró, 1983a/2017, p. 131).

Este ponto é, precisamente, a terceira revisão crítica que define o novo enfoque da psicologia, o seu papel político. Toda a psicologia, buscando reconhecimento e estatuto científico, inclinou-se a uma exagerada e radical cisão de suas raízes filosóficas, uma submissão excessiva as limitadas fronteiras do método experimental e uma assepsia científica que a situa acima das preocupações e conflitos concretos da vida, poupando o psicólogo da difícil necessidade de escolher seu lado político.

Todas essas limitações teóricas, axiológicas e práticas fizeram com que a Psicologia Social se limitasse ao estudo daquilo que o sistema exigia e da forma que o sistema exigia, reduzindo-se a um *servilismo social* que, por causa do âmbito em que se movia e dos instrumentos que utilizava, era incapaz de questionar. Ela estudava a submissão

e o conformismo, não a independência e a rebeldia (Gergen 1973 citado por Martín-Baró, 1983a/2017, p. 131).

A revisão crítica desse enfoque reside na necessidade urgente de a psicologia retomar a tarefa de teorizar, em vez de se limitar à elaboração de modelos de curto alcance, submetendo seus métodos e teorias aos problemas concretos. Além disso, cabe ao psicólogo tomar consciência de seu enraizamento social e, conseqüentemente, dos interesses históricos que, por escolha ou por desconhecimento, está contribuindo para efetivar (Martín-Baró, 1983b/2017).

Ainda assim, é possível que alguns psicólogos escolham se colocar a serviço da ordem social vigente por diferentes motivos - sejam eles interesses de classe, convicções ou razões pessoais. No entanto, a opção por uma postura libertária permanece em aberto, não apenas no plano da intenção subjetiva ou nas aplicações teórico-práticas, mas, sobretudo, na própria configuração do saber/fazer científico do psicólogo latino-americano (Martín-Baró, 1983a/2017; 1987a/2017). Diante do exposto, devemos, portanto, redefinir os próprios fundamentos da ciência psicológica. Não existem fórmulas prontas para isso, mas o essencial é adotar uma perspectiva popular alinhada a uma práxis comprometida (Martín-Baró, 1980/2017; 1985a/2017).

Essa nova práxis implica a interligação dialética entre ação e reflexão, uma atividade transformadora da/na realidade, que possibilita compreendê-la em sua totalidade, "não apenas no que é, mas no que não é, e isso ocorre à medida que buscamos orientá-la para o que deve ser." (Martín-Baró, 1986/2011, p. 193).

Historicamente, o psicólogo tem se inserido nos processos sociais por meio de instâncias de poder e controle. Abandonar o papel de superioridade profissional e tecnocrática para atuar de forma colaborativa com os movimentos sociais não é tarefa simples. No entanto, se não nos engajarmos nessa práxis transformadora, dificilmente conseguiremos desenvolver uma psicologia latino-americana comprometida com a libertação (Martín-Baró, 1986/2011).

Cabe ao psicólogo exercer seu papel com humildade, sem buscar impor-se por meio de seu conhecimento, mas colaborando na construção do caminho histórico do povo, que também lhe pertence. Essa nova práxis coloca em questão a politização da psicologia, tema delicado, porém essencial (Martín-Baró, 1980/2017; 1983a/2017; 1985a/2017; 1987a/2017). Obviamente, assumir a práxis popular é tomar partido. A ideia de "asepsia científica" sugere que tomar partido implica renunciar à objetividade, confundindo parcialidade com falta de rigor. Porém, a parcialidade é uma escolha ética, totalmente vinculada aos nossos interesses de classe e coerente com nossos próprios valores. Frente à tortura, assassinato, violência e guerras, é necessário tomarmos partido, o que não significa que a objetividade na compreensão dos fatos históricos não possa ser alcançada. Logo:

[...] as perguntas críticas que os psicólogos devem se formular a respeito do caráter de sua atividade e, portanto, a respeito do papel que está desempenhando na sociedade, não devem centrar-se tanto no onde, mas no *a partir de quem*; não tanto em como se está realizando algo, quanto *em benefício de quem*; e, assim, não tanto sobre o tipo de atividade que se pratica (clínica, escolar, industrial, comunitária ou outra), mas sobre quais são *as consequências históricas concretas* que essa atividade está produzindo (Martín-Baró, 1996, p. 22).

Para intervir objetivamente e propor mudanças, é crucial que o psicólogo não se limite a acompanhar os acontecimentos históricos de forma passiva ou marginalizada, incapaz de compreendê-los. O psicólogo deve ser capaz de prever, não isolado, mas imerso na vida real, os eventos fundamentais que impactarão as pessoas e a si mesmo, no processo de libertação. Cabe a ele não apenas antecipar esses eventos, mas também orientar os povos em sua evolução, facilitando e apoiando a concretização das necessidades da nova ordem social que se almeja. (Martín-Baró, 1980/2017).

Existem diversas necessidades imediatas que o psicólogo deve enfrentar ao lado dos povos latino-americanos. É essencial atender às angústias, ao pânico e ao estresse coletivo, ajudando-os a enfrentar a repressão e a desumanização social. Além disso, é preciso transformar essas experiências em oportunidades para fortalecer a ação, o protesto e a organização popular. O psicólogo deve contribuir para a construção de um novo ser humano dentro de uma nova ordem social (Martín-Baró, 1980/2017). Independentemente da abordagem adotada, o mais importante é o comprometimento com as maiorias populares. Se o objetivo é contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de uma democracia popular e auxiliar o povo a governar a si mesmo, o primeiro passo é unir-se a eles, assumindo seus interesses e necessidades como próprios (Martín-Baró, 1980/2017; 1985a/2017). Assim, os psicólogos precisarão aprender a incorporar novas formas de sociabilidade e organização do trabalho. Elas não devem se basear no domínio ou na superioridade, como já mencionado, mas no respeito, na solidariedade e no companheirismo (Martín-Baró, 1980/2017).

A recuperação da memória histórica é outro fundamento postulado por Martín-Baró em sua psicologia da libertação. A luta diária pela sobrevivência leva as maiorias populares a experimentar um constante presentismo. Um "aqui e agora" sem passado ou futuro. Isso resulta em uma realidade que se apresenta como natural, facilitando sua simples aceitação sob o domínio da classe dominante (Martín-Baró, 1986/2011).

Diante de um presentismo a-histórico, é impossível extrair lições de experiências passadas e, mais importante ainda, encontrar as raízes da própria identidade. Isso é essencial tanto para interpretar o sentido do que se é atualmente, quanto para vislumbrar alternativas para o que se pode ser. “Por isso, a recuperação de uma memória histórica supõe a reconstrução de certos modelos de identificação que, ao invés de encadear e alienar os povos, lhes abrirão o horizonte para sua libertação e realização” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 195).

A imagem predominantemente negativa que o latino-americano tem de si reflete a interiorização subjetiva da opressão, configurando um fatalismo conformista que é crucial para a manutenção da ordem. Não se pode fazer psicologia na América Latina sem assumir uma plena responsabilidade histórica, ou seja, sem tentar contribuir para mudar prisões mentais que mantêm as maiorias populares desumanizadas, conscientemente alienadas e com suas identidades históricas bloqueadas (Martín-Baró, 1996).

Essa recuperação também foi descrita por Martín-Baró, inspirado por Paulo Freire e Frantz Fanon como caminho para a superação da resignação fatalista. Segundo Freire (1970), o fatalismo exerce um papel ideológico na vida dos oprimidos: imersos em uma realidade de despojamento e impotência, sentem que pouco podem fazer. Assim, quando não compreendem as raízes históricas de sua própria situação, o fatalismo se instala em sua consciência. Além disso, o oprimido tende a interpretar sua impotência como um problema estritamente individual, em contraste com o opressor, que aparece como alguém capaz de tudo (citado por Martín-Baró, 1987b/2017).

Nessa mesma direção, Fanon sustenta que a crença na imutabilidade do próprio destino está diretamente vinculada ao grau de controle que cada pessoa exerce sobre sua existência. Quanto maior o domínio que indivíduos e grupos têm sobre sua realidade, menor tende a ser sua convicção fatalista (Martín-Baró, 1987b/2017). Assim, tanto em Fanon quanto em Martín-Baró, a superação do fatalismo não se dá de forma isolada, como se fosse possível escolher entre transformar o indivíduo ou modificar as condições sociais. A mudança exige uma relação dialética entre a pessoa e o mundo. O resgate da memória histórica é indispensável, mas, por si só, não basta: é necessário que haja transformações concretas no cotidiano das classes populares, possibilitando que vivenciem e reconheçam a emergência de uma nova realidade possível. “Trata-se de um processo dialético em que a mudança das condições sociais e a

mudança das atitudes pessoais vão se possibilitando mutuamente” (Martín-Baró, 1987b/2017, p. 174).

Resgatar o que há de mais valioso na história de nossos povos é projetá-lo com o objetivo de construir uma nova história. A identidade nacional de um povo não é um dado abstrato, mas sim um produto histórico de realidades materiais e sociais, de lutas, erros, acertos e insurgências. É fundamental reconhecer a necessidade de que a voz própria das maiorias populares surja, em vez de silenciamentos e desmobilização (Martín-Baró, 1987b).

Outro aspecto postulado pelo salvadorenho para superação da psicologia hegemônica é a desideologização do senso comum e da experiência cotidiana, que consiste em questionar o que há de ideológico na ação humana. Considerando que forças e interesses sociais influenciam o comportamento de indivíduos e grupos, torna-se essencial “começar essa tarefa analisando o *quefazer* dos próprios psicólogos sociais, buscando, assim, esclarecer o que há de ideológico na própria psicologia social” (Martín-Baró, 1983b/2017, p. 142).

Em primeiro lugar, essa autoanálise constitui requisito essencial para a psicologia e sua ação política, pois a perspectiva adotada é decisiva para definir o que se vê e como se vê. Por isso, o psicólogo deve se perguntar a partir de “onde” pretende analisar o *quefazer* político, o que exige a revisão de pressupostos e de perguntas iniciais da análise, bem como das unidades de análise, tanto conceituais quanto metodológicas, utilizadas nas reflexões. A questão não se resolve com a imposição de uma teoria única para a análise psicossocial. O fundamental é reconhecer o papel determinante do “desde quem” de nossa análise e atuação, como princípio epistemológico (Martín-Baró, 1983a/2017).

Martín-Baró (1983a/2017) apresenta uma revisão das principais publicações científicas da psicologia social (e da psicologia como um todo), evidenciando que o paradigma predominante atualmente é o da análise da atribuição. Essa abordagem tem origem na concepção de “psicologia ingênua” de Fritz Heider que considera o funcionamento humano

com base em critérios psicológicos normativos. Tomar esse funcionamento psíquico como referência implica aceitar as exigências ideológicas do poder vigente, universalizando sua visão particular de ser humano e, dessa forma, isentando de análise e deixando de questionar a relação entre forma e conteúdo, entre o psíquico e os processos sociais.

Em síntese, se o objetivo é construir uma “psicologia social da política” (Martín-Baró, 1983b/2017, p. 144) que represente uma contribuição significativa, o ponto de partida deve ser a compreensão da ideologização da própria psicologia, dos interesses e forças que distorcem a análise, ainda que seja apenas para reconhecer seus limites e, assim, evitar apresentar como história universal “o que não passa de fofoca provinciana” (Martín-Baró, 1983b/2017, p. 144).

Em segundo lugar, o conhecimento, como construção social, pode estar imerso em mentiras que ocultam elementos fundamentais da realidade, especialmente nos países periféricos. Os meios de comunicação de massa atuam como poderosos disseminadores do "garrotaço cultural" das classes dominantes, criando um senso comum fictício, ilusório e alienador, que sustenta as estruturas sociais de exploração e conformismo. Um exemplo disso são as eleições em El Salvador, que pareciam um triunfo democrático, mas, para Martín-Baró, foram uma farsa manipuladora que usou medo, ilusão de paz e falsa escolha para desmobilizar o povo salvadorenho, beneficiando a oligarquia e os EUA em plena guerra civil (Martín-Baró, 1983a/2017).

Este senso comum normativo é terreno privilegiado da ideologia, pois ele consiste no conjunto de pressupostos que viabilizam a vida cotidiana e a interação entre as pessoas, baseados em sistemas simbólicos assumidos como evidentes e, portanto, raramente questionados. Aquilo que é geralmente considerado senso comum é percebido como “natural” desvinculado da história. Quando as demandas objetivas de uma sociabilidade se articulam como exigências subjetivas, pode-se afirmar que essa sociabilidade conseguiu se enraizar (Martín-Baró, 1985b/2017).

Nesse contexto, também é papel da psicologia rejeitar uma postura neutra e expor os vínculos que conectam os atores sociais aos interesses de classe. Cabe a ela revelar as mediações que transformam as necessidades de uma classe social dominante em imperativos universais, internalizados pelas pessoas. É necessário dismantelar a rede de forças objetivas em uma ordem social que manipula os indivíduos através de mecanismos de falsa consciência. Cabe a psicologia latino-americana a função de desideologizar o senso comum (Martín-Baró, 1996).

Desideologizar significa recuperar a experiência autêntica de grupos e indivíduos, com objetivo de construir uma consciência baseada em sua própria realidade, questionando e validando o conhecimento recebido. A desideologização deve ocorrer, preferencialmente, através de um processo de participação crítica na vida das pessoas, o que implica uma ruptura com métodos dominantes de pesquisa e análise (Martín-Baró, 1986/2011).

O caráter crítico da ciência deve conduzir a um constante esforço de desideologização. Esse esforço busca desfazer as mentiras que ocultam a realidade e dismantelar a consciência ilusória, tanto individual quanto coletiva, das maiorias populares. Em contextos de opressão, desideologizar implica ver a si mesmo e ao opressor como realmente são. Assim, o conhecimento psicológico mais relevante não é o saber formal e explícito, mas sim o saber enraizado na prática cotidiana. Esse saber pode ou não se alinhar com as realidades objetivas, que humaniza ou desumaniza, permitindo ou impedindo que as pessoas mantenham o controle sobre suas vidas (Martín-Baró, 1980/2017; 1985a/2017; 1996). Dessa forma, o compromisso crítico da ciência psicológica implica uma racionalidade capaz de revelar novas alternativas históricas, aquelas que ainda não existem por serem barradas ou negadas pela opressão dominante (Martín-Baró, 1987a/2017).

As condições objetivas (que são barreiras materiais à autenticidade) principalmente as econômicas e sociais, representam os principais entraves à autenticidade das maiorias

populares. No entanto, as condições subjetivas (barreiras ideológicas à autenticidade) tornam-se obstáculos mais imediatos, pois restringem o campo de sentido, alienam os referenciais e dificultam possíveis processos de mudança (Martín-Baró, 1985b/2017). Cabe ressaltar que elas se relacionam dialeticamente e se produzem uma na outra, por mais que não sejam idênticas.

Sobre as condições subjetivas, por sua natureza, a psicologia pode promover processos de desideologização, ou seja, desmascarar o “senso comum que operacionalizam e justificam um sistema social explorador e opressivo” (Martín-Baró, 1985b/2017, p. 51). A psicologia deve examinar o que há de ideológico também no comportamento humano, tanto individual quanto coletivo, assumindo que toda ação humana é uma tentativa de articular os interesses sociais com os individuais.

Logo, o conhecimento produzido pela psicologia deve atuar como um espelho no qual o povo possa ver refletida a sua própria imagem, assumindo uma postura crítica que possibilite objetivar sua realidade e sugerir transformações. Exemplo de como o conhecimento pode contribuir para a desideologização do senso comum é o uso das “palavras geradoras” no método de alfabetização de Paulo Freire (Martín-Baró, 1985b/2017). O método visa selecionar palavras que refletem a realidade concreta, extraídas do universo simbólico, do senso comum cotidiano das pessoas. Quando essas palavras são devolvidas dialeticamente à mesma comunidade, por meio do diálogo e do encontro, podem desmascarar as ilusões que distorcem a realidade e abrir novas possibilidades de transformação. Assim pode ser possível remover os véus que dificultam a consciência popular, impedindo que as pessoas assumam o controle de suas próprias vidas, além de desvelar a assepsia do próprio conhecimento psicológico, permitindo que ele contribua efetivamente para as lutas populares por justiça, paz e democracia (Martín-Baró, 1985b/2017).

Frantz Fanon também traz importantes contribuições no uso do conhecimento para desideologização. Ele participou ativamente dos processos de libertação do povo argelino e

percebeu a profundidade alcançada pela colonização na estrutura somato-psíquica do colonizado. De acordo com Fanon citado por Martín-Baró (1987b/2017, p. 171):

A violência imposta pelo colonizador é introjetada pelo colonizado, ficando ancorada em sua musculatura como uma tensão reprimida e em sua mente como culpa assumida. O colonizado vive a submissão como um estado de inibição que, como compensação psíquica, conduz aos “sonhos musculares, sonhos de ação, sonhos agressivos” (Fanon, 1972, p. 45) ou às explosões periódicas de violência contra seus iguais. Sua culpa “não é uma culpabilidade assumida, mas uma espécie de maldição, uma espada de Dâmocles” (p. 46) que continuamente pende sobre sua cabeça e bloqueia seus impulsos libertadores.

As contribuições de Freire e de Fanon são importantíssimas, revelam como a dominação penetra profundamente no próprio dominado, sendo sustentada pela ideologia dominante. A negação da própria humanidade e da existência enquanto pessoa negra, segundo Fanon, impede que o colonizado tome controle de sua vida. Assim, enquanto ele não refletir sobre essa negação, a inibição e a culpa psíquica atuarão como prisões, mantendo-o confinado dentro dos limites impostos pela lógica colonial (Martín-Baró, 1987b/2017).

Em relação direta com a desideologização, Martín-Baró discute a categoria de conscientização. À medida que a psicologia abandona seu reducionismo e assume como objetivo específico os processos de conscientização, ela deverá considerar o conhecimento que as pessoas têm sobre si mesmas, como sujeitos ativos em seus processos (Martín-Baró, 1983a/2017; 1987b/2017; 1996).

Por exemplo, o ato de aprender não deve se concentrar apenas em reforços positivos de estímulo/resposta, mas promover formas de relação do estudante com o ambiente, onde ele encontre e ocupe um lugar no mundo. Trabalhar não significa apenas aplicar conhecimentos e habilidades de forma mecânica, mas, acima de tudo, é um processo de construção de si mesmo,

que transforma o indivíduo e o mundo ao mesmo tempo, através do encontro autêntico com essa atividade. Nos dois casos, nota-se que os comportamentos são construções históricas, e que é insuficiente compreendê-los ou medi-los de forma superficial (Martín-Baró, 1996). “À luz desta visão da psicologia, pode-se afirmar que a conscientização constitui-se no horizonte primordial do *quefazer* psicológico” (Martín-Baró, 1996, p. 15).

O termo "conscientização" foi designado por Paulo Freire para descrever os processos de transformação pessoal e social dos latino-americanos no contexto da alfabetização (Martín-Baró, 1996). Segundo Freire:

[...] alfabetizar-se não consiste simplesmente em aprender a escrever em papéis ou a ler a letra escrita; alfabetizar-se é sobretudo aprender a ler a realidade circundante e a escrever a própria história. O que importa não é tanto saber codificar e decodificar palavras estranhas, mas aprender a dizer a palavra da própria existência, que é pessoal, mas, sobretudo, é coletiva (Freire, p. 1970; 1971, citado por Martín-Baró, 1996, p. 16).

O fundamental não é somente codificar e decodificar palavras, mas sim aprender a expressar a própria palavra, a própria história a partir da experiência de vida. Por isso, a conscientização promovida pelo método de alfabetização de Paulo Freire (1970) e, mais recentemente, pela reflexão e práxis cristã das Comunidades Eclesiais de Base contribuiu para desencadear movimentos de libertação popular que abalaram os alicerces dos regimes estabelecidos, destacou Martín-Baró, (1985b/2017). Deve-se dedicar especial atenção às formas de consciência religiosa popular, considerando o papel central da religiosidade para amplos setores dos povos latino-americanos, cujas potencialidades podem servir tanto à alienação quanto à libertação histórica (Martín-Baró, 1985b/2017; 1987a/2017).

A conscientização não se resume a uma simples mudança de opinião sobre a realidade, tampouco a uma transformação subjetiva que deixe inalterada a situação objetiva. Ela implica uma mudança nas pessoas à medida que transformam sua relação com o meio e, sobretudo,

com outras pessoas. Não existe saber verdadeiro que não esteja vinculado a um conhecimento transformador da realidade, assim como não há transformação da realidade que não envolva a mudança nas relações entre as pessoas (Martín-Baró, 1996).

Segundo Martín-Baró (1996), o processo de conscientização envolve alguns aspectos. Primeiro, o ser humano transforma a si mesmo ao modificar sua realidade. Esse movimento dialético, ativo e pedagógico não pode ocorrer através de imposições, mas do diálogo. Em segundo lugar, por meio da decodificação processual de seu mundo através das palavras, a pessoa reconhece os mecanismos que a oprimem e desumanizam, superando a falsa consciência que naturaliza sua realidade, permitindo abrir novos horizontes e possibilidades de ação. Por fim, ao se apropriar de uma consciência crítica em relação à realidade e aos outros, cria-se a possibilidade de uma nova práxis e dialeticamente novas formas de consciência. Portanto, essa nova forma de consciência e práxis em relação à sua realidade conduz a pessoa a um novo saber sobre si e sobre sua identidade social. Ela começa a se descobrir, transformando sua ação e seu papel ativo nas relações com os outros. “Tudo isso lhe permite não só descobrir as raízes do que é, mas também o horizonte do que pode chegar a ser” (Martín-Baró, 1996, p. 16).

Cabe à psicologia adotar a conscientização como seu horizonte primordial, para que seu trabalho busque a desalienação de pessoas e grupos, auxiliando-as a alcançar um saber crítico sobre si mesmas e sua realidade. Ao incorporar a conscientização em sua prática, a psicologia reconhece a necessidade de afastar-se da visão do indivíduo isolado ou dissociado do social, compreendendo-o como correlato dialético da sociedade. “Afim, não há pessoa sem família, aprendizagem sem cultura, loucura sem ordem social, assim como não pode existir um ‘eu’ sem um ‘nós’ um saber sem um sistema simbólico, uma desordem que não se remeta a normas morais e a uma normalidade social” (Martín-Baró, 1996, p. 17).

O horizonte conscientizador exige que a psicologia ofereça respostas concretas aos grandes problemas que afetam o povo latino-americano, como a desigualdade social, guerra,

violência e desemprego. A conscientização reage a situação de injustiça com o propósito de promover uma consciência crítica sobre as raízes históricas, objetivas e subjetivas. Embora a conscientização sobre a realidade não seja suficiente para transformá-la, dificilmente haverá mudança sem ela. A conscientização pode facilitar a transformação, revelando esquemas fatalistas que sustentam ideologicamente a alienação, rompendo com o "natural" do senso comum. O processo dialético que possibilita ao indivíduo se encontrar e se afirmar como pessoa exige uma transformação profunda nas relações sociais. Assim, a conscientização está diretamente ligada à questão da identidade, seja ela pessoal, social ou nacional. Essa tomada de consciência conduz as pessoas a resgatar sua "memória histórica", a valorizar o mais autêntico de seu passado, a purificar o que há de genuíno em seu presente e a projetar esses elementos em um propósito futuro (Martín-Baró, 1996).

Não se pode fazer psicologia hoje na América Latina sem assumir um compromisso histórico sério, ou seja, sem procurar contribuir para a transformação das condições que mantêm a classe trabalhadora desumanizada e afastada de sua identidade histórica. No entanto, como ressalta Martín-Baró (1996), essa contribuição deve ocorrer a partir de nossa atuação enquanto psicólogos.

Por exemplo, em processos de aprendizagem, orientação vocacional ou qualquer tipo de aconselhamento terapêutico, dificilmente se pode promover o desenvolvimento ou a realização pessoal sem considerar o indivíduo em seu contexto social. Dessa forma, torna-se essencial abordar a questão de sua autenticidade⁵ como membro de um grupo, de uma cultura e de um país. Para muitos psicólogos latino-americanos, o desafio pode não estar tanto em aceitar a perspectiva conscientizadora, mas em aplicá-la efetivamente nestas práticas.

⁵ “Autenticidade” aqui compreendida como a qualidade de quem é autor. A palavra autenticidade vem do latim *authenticus*, que por sua vez vem do grego *authentikós*, significando “original”, “genuíno”, “de primeira mão”, formado por *autós* (si mesmo) e *hentes* (aquele que faz/age), ou seja, “aquele que age por si mesmo” ou “o autor da própria obra”, recebendo depois o sufixo *-idade*, que indica qualidade ou estado, resultando em “qualidade de ser autêntico”.

Martín-Baró (1996) apresenta dois exemplos de atuação da psicologia considerando o contexto de guerra em El Salvador. Observava-se a presença de soldados e civis feridos ou inválidos, traumatizados pelas experiências nos campos de batalha. Além disso, havia populações aterrorizadas pelos bombardeios, operações contra insurgentes, massacres e crueldades repressivas, vítimas do terror e da tortura, assim como crianças órfãs em meio à violência bélica. Sem dúvida, essa população não apenas necessitava de itens básicos como alimentação, abrigo, saúde e trabalho, mas também de outras demandas, menos urgentes porém igualmente graves, relacionadas ao desenvolvimento pessoal e a relações humanizadoras de amor, esperança, identidade e significação social.

Nesse sentido, um dos principais objetivos dos psicólogos seria acolher as vítimas de guerra, independentemente de quem fossem. As clínicas deveriam se abrir para os grupos majoritários, aqueles que mais sofriam com os efeitos da guerra, mas não só. A atenção às vítimas deveria constituir um processo de conscientização, devolvendo a voz ao povo, individualmente, mas também como parte de um povo (Martín-Baró, 1996). A psicoterapia deveria apontar o desaparecimento da identidade social cultivada pela dicotomia oprimido e opressor, buscando uma nova identidade. A superação dos traumas de guerra exigia uma tomada de consciência sobre toda a realidade, e a origem do conflito (Martín-Baró, 1996).

No contexto educacional, a psicoterapia orientada à escola deveria se empenhar em oferecer modelos sociais alternativos, preservando a capacidade crítica e criativa dos estudantes. Não se trataria apenas de ensinar conforme currículos fixos, mas, sobretudo, de capacitar os estudantes a confrontar a realidade e sua própria existência com pensamento crítico e questionamento (Martín-Baró, 1996). Assim, o trabalho do psicólogo, seja no contexto clínico ou escolar, exigia uma mudança significativa na perspectiva profissional. No campo clínico, algumas das experiências promovidas pelo movimento da antipsiquiatria podiam oferecer contribuições importantes para as transformações necessárias, já que alterações no

trabalho psiquiátrico foram implementadas a partir de concepções diferentes sobre a natureza do transtorno psíquico e, conseqüentemente, de uma práxis terapêutica distinta (Basaglia, 1972; Cooper, 1972; Moffat, 1975, citado por Martín-Baró, 1996). Já na área da psicologia escolar, a própria prática da educação conscientizadora evidencia um caminho possível, especialmente em contraste com a proposta desescolarizadora (Illich, 1971; Reimer, 1973, citado por Martín-Baró, 1996).

Por fim, não se trata de renunciar à profissão e ao papel técnico, mas de abandonar pressupostos teóricos adaptacionistas e formas de intervenção que se baseiam em posições de poder. "Em que consiste, então, essa nova abordagem teórica e prática do trabalho psicológico conscientizador? Em nossa opinião, não se trata de limitar-se a uma única área de atuação, mas de estabelecer um horizonte para a prática profissional, independente da área em que se atue" (Martín-Baró, 1996, p. 21-22).

A potencialização das virtudes populares é outro aspecto emancipador para a superação da miséria da psicologia latino-americana. Infelizmente, os psicólogos latino-americanos conhecem pouco o rico potencial de virtudes populares e, de forma consciente ou inconsciente, voltaram seu olhar para outras culturas ao definir seus objetivos e ideais.

A história da América Latina é marcada por um espírito de solidariedade, pela capacidade de entrega e sacrifício para o bem coletivo, assim como pela fé e esperança em um futuro que frequentemente é negado de maneira brutal. Essas virtudes, mesmo diante das opressões e negações diárias, permanecem vivas nas tradições populares e na religiosidade, sustentando a sobrevivência dos povos e a crença em dias melhores (Martín-Baró, 1986/2011).

A maioria dos instrumentos psicométricos da ciência psicológica é insuficiente para captar a potencialização das virtudes populares que possibilitam aos povos latino-americanos resistirem a circunstâncias precárias e, ainda assim, manterem a esperança viva. Torna-se urgente, assim, resgatar essa riqueza popular e preservar o material humano que historicamente

sustentou a solidariedade dos pobres, o comprometimento com a causa comunitária frente ao individualismo, e o saber popular frente ao imperialismo cultural norte-americano e europeu (Martín-Baró, 1987a/2017).

Se a psicologia quer atender às demandas das maiorias populares, um horizonte adequado é aproximar-se das organizações populares, entre elas o sindicalismo. Observa-se, contudo, que o trabalho com sindicatos não tem sido prioridade nas pesquisas e atuações de psicólogos latino-americanos. No caso do psicólogo industrial/organizacional, frequentemente opta-se por alinhar-se aos empregadores ou, no melhor dos cenários, atuar como mediador entre as partes em conflito (Martín-Baró, 1987a/2017). É possível que psicólogos acreditem que os problemas sindicais não dizem respeito à psicologia, mas sim à sociologia ou à ciência política. Outros podem considerar o sindicalismo um aspecto secundário na vida das pessoas, inclusive dos trabalhadores. Há ainda aqueles que veem o estudo ou a atuação no sindicalismo como uma tarefa ingrata, sem retorno financeiro, marcada pela hostilidade e violência. Seja por essas ou outras razões, a psicologia, enquanto ciência e profissão, dedicou pouca ou nenhuma atenção aos problemas sindicais e às questões políticas de maneira geral (Martín-Baró, 1987a/2017).

A abordagem predominante nos estudos sobre o sindicalismo tem sido aquela que favorece a manutenção da ordem estabelecida. Os sindicatos têm sido utilizados como ferramentas para integrar trabalhadores insatisfeitos e agitadores ao sistema, contribuindo para seus objetivos de produtividade e eficiência, promovendo a adaptação social. Se os estudos e os interesses dos psicólogos em relação ao sindicalismo são limitados, a psicologia os têm abordado a partir da perspectiva dos setores dominantes. Poderíamos listar vários outros problemas políticos, econômicos e sociais da classe trabalhadora, como o desemprego, que não são do interesse dos psicólogos (Martín-Baró, 1996).

No caso do sindicalismo, a redefinição da psicologia deve alcançar duas coisas: (a) que o sindicalismo é um problema de grande importância, ao qual se devem dedicar os melhores de nossos esforços; e (b) que o sindicalismo pode constituir uma trama sistêmica para os interesses de classe do trabalhador (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 63). Do ponto de vista popular, o sindicalismo tem sido um dos poucos meios disponíveis para que os setores das maiorias populares possam organizar seus interesses de classe. Nesse contexto, o sindicato se configura como um instrumento de luta de classe, no sentido mais genuíno da palavra, por meio do qual as pessoas podem superar sua condição de marginalização social e participar de forma ativa na definição das condições para um futuro, tanto como indivíduos quanto como membros de uma classe social.

Assim, tudo que tem relação com o sindicalismo e formas organizativas da classe trabalhadora adquire grande importância para o *quefazer* do psicólogo. Muitas questões podem ser levantadas e analisadas pelo novo horizonte da psicologia

[...] o que leva um trabalhador a se incorporar ou não à luta sindical, o que representa para o trabalhador a identidade sindical em uma dada circunstância histórica, em que medida o sindicato constitui uma instância socializadora, até que ponto estimula a consciência de classe de seus membros ou oferece um espaço para experiências diferentes, como funciona o sindicato, como se estabelece a liderança sindical e tantas outras questões que afetam a vida de um sindicato (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 63).

Além dessas questões, outras podem ser integradas à prática psicológica, como, por exemplo, quando um sindicato realmente responde às necessidades da classe trabalhadora. Até que ponto a dinâmica sindical, para não sucumbir à irrelevância, mas também para não se autodestruir no confronto social, exige que o trabalhador vá além da consciência reivindicatória imediata e situe suas demandas trabalhistas dentro do contexto mais amplo do confronto histórico entre as classes? (Martín-Baró, 1987a/2017).

Todas essas questões se distinguem daquelas que tratam da importância do sindicato na promoção da produtividade e da eficácia, ou da dinâmica sindical na adaptação do trabalhador à empresa ou ao sistema hegemônico. No entanto, esses novos questionamentos não podem surgir apenas da mente do psicólogo individualmente, como se ele fosse um porta-voz dos interesses populares, mas sim, devem ser questões a serem definidas em constante diálogo com os interesses das maiorias populares (Martín-Baró, 1987a/2017).

A análise das organizações populares como instrumentos de libertação histórica deve estar presente no horizonte de uma psicologia da libertação, uma vez que, de nada adianta a conscientização sobre a própria identidade e a realidade concreta, se não forem encontradas formas organizativas que direcionem os interesses das maiorias populares para o confronto social (Martín-Baró, 1987a/2017).

Os sindicatos desempenham um papel fundamental na luta de classe, embora não sejam os únicos instrumentos. Contudo, é importante distinguir, em cada momento histórico, a adequação ou inadequação da dinâmica sindical para promover os interesses do povo latino-americano. Essa diferenciação pode ser feita a partir da “distância positivista ou do compromisso crítico, que busca, na prática, o desenvolvimento organizativo do povo” (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 71).

Assim como o sindicalismo, toda forma de organização popular tem como potencial a superação do individualismo e do fatalismo, ou seja, da ideia de que cada indivíduo deve enfrentar, isoladamente, suas condições de vida, e que o sucesso ou fracasso depende exclusivamente de suas ações, sem conexão com o coletivo. A organização popular parte da consciência de que há uma profunda comunidade de interesses entre todos os povos oprimidos e de que a aparente imutabilidade do mundo se deve, em grande parte, à divisão e ao isolamento promovidos pelo individualismo (Martín-Baró, 1987b/2017).

Outro ponto fundamental é a prática de classe. Não basta uma consciência histórica que não se concretize na busca por uma nova identidade pessoal e social, nem uma organização que não se materialize em ações concretas capazes de romper o círculo vicioso que mantém as maiorias populares na passividade, submissão e marginalização.

Somente uma práxis revolucionária, vinculada aos movimentos populares e contrária ao individualismo fatalista, pode permitir aos povos latino-americanos alcançar a emancipação humana. Isso significa romper com a rigidez opressiva das estruturas econômicas, políticas e psicossociais que os mantêm à margem da história e presos a um destino percebido como insuperável. Em diversos países latino-americanos, é possível observar o papel significativo das organizações populares, não apenas partidos políticos, como elementos que impulsionam a iniciativa dos oprimidos, permitindo-lhes renascer de sua submissão e passividade históricas em direção à ação autônoma e aos seus próprios interesses, em oposição ao *status quo*. (Martín-Baró, 1987b/2017).

Em síntese, como forma de concluir o capítulo, ressaltamos que os pressupostos da Psicologia da Libertação de Martín-Baró se configuram como os mais elaborados entre os autores estudados. Em nossa avaliação, há em Martín-Baró, se não uma sistematização, ao menos um esboço dela em termos de um projeto ético-político de psicologia, na forma de Psicologia da Libertação. O próprio texto *Para uma Psicologia da Libertação* é um manifesto político que sumariza este projeto.

Em contraposição à miséria da psicologia tradicional, a superação aponta para um novo horizonte: uma ação prática comprometida com as necessidades das maiorias populares. Dessa forma, o psicólogo deve abandonar sua suposta “imparcialidade” e o isolamento acadêmico, atuando de forma responsável e ativa junto às populações oprimidas. Sendo assim, cabe-lhe promover a confrontação crítica ao sistema capitalista, assumindo como suas as urgências mais prementes das maiorias. Para tanto, deve-se debruçar sobre uma nova epistemologia,

formulando problemas reais e esquemas teóricos a partir da perspectiva e das experiências populares. Para Martín-Baró, essa epistemologia segue a inversão dialética marxiana, onde a realidade convoca as teorias, em vez de ser encaixada em moldes apriorísticos. Além disso, a psicologia deve investigar as consciências populares, resgatar e valorizar as virtudes de solidariedade, fé e resistência, bem como analisar as organizações e instrumentos de luta.

A recuperação da memória histórica é igualmente fundamental para superar o presentismo fatalista, resgatando uma identidade coletiva que fundamente um futuro melhor. Por fim, a desideologização do senso comum e da experiência cotidiana, o horizonte conscientizador e a participação popular constituem pressupostos indispensáveis para que a psicologia se aproprie de novas formas de práxis, não de cima para baixo, mas lado a lado com a classe trabalhadora, prevendo e elaborando seus anseios na construção de um novo homem em uma nova terra. A função social da Psicologia da Libertação é, portanto, transformar-se em instrumento que possa contribuir à emancipação humana, mesmo que se saiba que tal emancipação não advirá pela psicologia. Para isso, é necessário dissolver ideologias e fortalecer sujeitos históricos capazes de protagonizar sua própria libertação.

A questão que fica é se “uma Psicologia da Libertação requer uma libertação prévia da psicologia” (Martín-Baró, 1968/2011, p. 196), o horizonte prático não seria a própria emancipação da humanidade da psicologia? Ou seja, a edificação de uma sociabilidade na qual a psicologia não seja mais necessária ou não faça mais sentido? Tanto que aquilo que é tomado como objeto da psicologia, como se fosse sua propriedade privada, seu monopólio, passe a ser reconhecido como o que é realmente, produção humana, social, coletiva e, portanto, propriedade do próprio ser humano como ser social e, de maneira mais específica, do sujeito histórico classe trabalhadora? Evidentemente que este horizonte não cairá em nossos colos automaticamente. Ele precisa ser conquistado. Para isso, o próprio Martín-Baró nos fornece caminhos por meio de sua Psicologia da Libertação; uma psicologia que não só aponte para a

libertação humana e se ponha a auxiliar neste processo, considerando as suas próprias limitações e contradições, mas que, nisso, ao mesmo tempo, vá se libertando de si mesma, libertando o ser humano dela e de sua condição alienada e alienante de apreensão da realidade e sua abordagem. Temos, assim, a libertação como horizonte e processo, como meio e fim (que se renova); como substância, não num sentido genérico-abstrato, mas como aquilo que remete ao próprio movimento, ao processo do *ir sendo*: um processo de libertação que vai libertando, que deve ser libertador e implica a libertação em seu próprio movimento, bem como no seu horizonte.

CAPÍTULO 3

PROJETO DE PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO DE HUSSEIN BULHAN

No capítulo 3, apresentamos uma síntese da história pessoal e intelectual de Hussein Bulhan, dando contorno aos caminhos percorridos pelo autor para construção das suas ideias, e organizando a análise em dois eixos que estruturam suas críticas à Psicologia e os pilares teórico-práticos de sua Psicologia da Libertação. Diferentemente de Merani e Martín-Baró, lidamos aqui com um autor relativamente desconhecido a psicologia brasileira, de modo que uma limitação com a qual nos confrontamos é a dificuldade de acesso à sua produção. Até mesmo por conta disso, o presente capítulo tem também um intuito de apresentação e, ao mesmo tempo, um maior nível de profundização e detalhamento sobre suas elaborações.

3.1. Trajetória de Hussein Bulhan

Hussein Abdilahi Bulhan, natural de Somalilândia⁶, em África, é atualmente professor e coordenador da Universidade Frantz Fanon, uma instituição que ele ajudou a fundar e que homenageia um de seus maiores influentes: o revolucionário e psiquiatra argelino Frantz Fanon. Psicólogo de formação, Bulhan possui doutorado em Filosofia pela Universidade de Boston, doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade Harvard e em Psicologia Clínica pela Universidade Wesleyan. Antes de retornar à África, atuou como professor titular e diretor interino do programa de Psicologia Clínica da Universidade de Boston (EUA), consolidando uma carreira acadêmica e profissional de destaque internacional.

Autor de diversos trabalhos e de oito livros, incluindo o amplamente reconhecido *Frantz Fanon e a Psicologia da Opressão* (1985), Bulhan recebeu prêmios de destaque como

⁶ Localizada em uma região de importância militar e comercial, Somalilândia já declarou independência e luta por reconhecimento político dos outros Estados do mundo.

o Achievement Against the Odds, da International Union of Psychological Science (2020), e o Frantz Fanon Lifetime Achievement Award, da Caribbean Philosophical Association (2021), em reconhecimento às suas valiosas contribuições acadêmicas. Bulhan também desempenhou um papel fundamental na introdução dos primeiros cursos de graduação e pós-graduação em psicologia e psiquiatria na sociedade somali, abrangendo tanto a Somalilândia quanto a Somália, fortalecendo a formação e o desenvolvimento nessas áreas na região.

Além de suas contribuições acadêmicas, Bulhan teve um papel crucial na liderança do acordo de paz durante a guerra civil na Somalilândia, entre 1994 e 1997. Ele também prestou assistência a milhares de vítimas de guerra e acompanha pacientes psiquiátricos desde 1995 até os dias atuais. Nesse período, fundou o grupo de reflexão e centro de pesquisa conhecido como “Academia para a Paz e o Desenvolvimento na Somalilândia”, consolidando seu compromisso com a reconstrução social e o fortalecimento da saúde mental em contextos de conflito e pós-conflito.

Bulhan introduz pressupostos de uma Psicologia da Libertação em 1985, em seu manuscrito mais conhecido, “Frantz Fanon e a Psicologia da Opressão”. Neste estudo, ele apresenta de forma contundente a vida e obra de Fanon, explorando profundamente o impacto do colonialismo europeu sobre os povos africanos. Bulhan expõe como as práticas da psicologia e psiquiatria foram instrumentalizadas para justificar e manter um sistema sociopolítico dominado pelo colonialismo, imperialismo, racismo e outras formas de opressão e exploração. Sua análise revela como esses sistemas de poder não só moldaram as estruturas sociais, mas também influenciaram de maneira duradoura as formas de compreender e tratar as questões psicológicas e psiquiátricas dentro das sociedades colonizadas.

Bulhan (1985) realiza uma análise histórica profunda da psicologia diante da situação colonial africana. A psicologia da opressão refere-se à psicologia hegemônica euro-americana, parte de três pressupostos principais:

Subjacente a grande parte da teoria e da prática psicológicas dominantes estão: a ética do individualismo, o ideal da autonomia individual, uma concepção particular das necessidades humanas básicas, bem como uma ênfase exclusiva na mudança individual, que, em conjunto, refletem preconceitos culturais e de classe fundamentais (Bulhan, 1985, p. 254).

Nesse sentido, a psicologia da opressão foca na análise do indivíduo de forma isolada, desconectada de seu contexto histórico e social. Ou seja, ela trata o ser humano como um ente abstrato e genérico, sem considerar a realidade concreta em que está inserido. Nessa abordagem, conceitos como inconsciente, instintos, comportamento, ambiente e diagnósticos desempenham papéis centrais, mas geralmente são aplicados de maneira desvinculada das condições sociais e relacionais do indivíduo, ignorando as influências e dinâmicas que moldam sua experiência de vida.

A psicologia também se concentra na busca pelo equilíbrio, ajustamento, adaptação e melhoria de desempenho e competências, com ênfase na produtividade. Essas intenções têm raízes históricas profundas na evolução cultural e econômica dos países europeus e norte-americanos, sendo assim, a psicologia que emerge nesses contextos é chamada de psicologia euro-americana. O ideal do individualismo se manifesta nela, configurando uma psicologia da opressão, voltada para os interesses do opressor ou colonizador (Bulhan, 1985).

A superação de uma psicologia da opressão se daria, portanto, por meio de uma Psicologia da Libertação, que Bulhan (1985) resume da seguinte forma:

Uma condição prévia essencial para uma Psicologia da Libertação é reformular a perspectiva psicológica, as necessidades humanas básicas e os focos de mudança de forma a ter em conta as prioridades e frustrações dos oprimidos (Bulhan, 1985, p. 254).

A mudança deve ser buscada não apenas no indivíduo, mas também no contexto social. Os oprimidos, como indivíduos, só podem reabilitar-se e transformar sua situação de opressão

à medida que reabilitam e desalienam sua práxis. Este deve ser um dos horizontes da psicologia libertadora. “O trabalho psicológico com os oprimidos que não seja sobre a desalienação⁷ da práxis e a reconquista do poder, tende a produzir objetos moralmente aprisionados e comprometidos, e não sujeitos libertos e criativos” (Bulhan, 1985, p. 275).

Assim, é reintegrando o indivíduo aos coletivos, sindicatos e movimentos que ele passa a desejar e se desenvolver, além de se conhecer melhor e compreender o mundo. As formulações de uma Psicologia da Libertação desenvolvidas por Bulhan têm como horizonte o resgate da história, da liberdade, do poder e da coletividade, para, assim, construir uma nova história. Logo abaixo, serão expostos dois eixos centrais dos desenvolvimentos de Hussein Bulhan em sua proposta de Psicologia da Libertação.

A seguir, o eixo 1: A psicologia da opressão euro-americana inclui seis categorias de análise: *A psicologia reprime sua própria história; A origem da Psicologia: da Tradição Grega à Revolução Burguesa; A opressão na/pela Psicologia; Psicologia de Homens Brancos: do Particular ao Universal; O Encontro de Fanon com a Psicanálise e o Racismo de Mannoni; Psicologia Maniqueísta: Ferramenta Sutil e Eficaz da Opressão*, nas quais Hussein critica a Psicologia euro-americana, que reflete o imperialismo e a supremacia branca, universalizando conceitos, métodos e instrumentos de uma minoria de homens brancos de classe média. Já no eixo 2: Pressupostos da Psicologia da Libertação, cinco categorias se constituíram: *Do individualismo ao bem-estar coletivo; Dos instintos às necessidades humanas; Do ajustamento ao empoderamento; Psicopráxis: da auto capacitação ao ativismo social; e Psicologia da Libertação*. Aqui, Bulhan propõe uma psicologia da libertação que vai do individualismo ao bem-estar coletivo, reconhecendo que o desenvolvimento humano está intrinsecamente ligado à sociedade.

⁷ Desalienação no sentido de desindividualização.

Apresentaremos a Tabela 4, que sistematiza os eixos finais da análise de Hussein Bulhan, organizando de forma clara suas respectivas categorias. A tabela oferece uma visão estruturada das críticas à Psicologia euro-americana e dos pressupostos da Psicologia da Libertação, permitindo compreender como os diferentes elementos se articulam no conjunto da proposta teórico-prática do autor.

Tabela 4 -

Resultado da categorização de Hussein Bulhan: eixos e categorias

Eixos	Categorias
A psicologia da opressão euro-americana	A psicologia reprime sua própria história A origem da psicologia: da tradição grega à Revolução Burguesa A opressão na/pela psicologia Psicologia de homens brancos: do particular ao universal Psicologia maniqueísta: ferramenta sutil e eficaz da opressão Colonialismo e racismo da/na psicologia
Pressupostos da Psicologia da Libertação	Do individualismo ao bem-estar coletivo Dos instintos às necessidades humanas Do ajustamento ao empoderamento Psicopraxis: da auto capacitação ao ativismo social Racialização para a desracialização

Fonte: elaborado pelo autor

3.2. Psicologia da opressão euro-americana

Neste eixo, apresentamos a crítica de Hussein Bulhan à psicologia da opressão, originada da imposição violenta europeia sobre os povos dominados. Bulhan denuncia que as teorias e práticas psicológicas euro-americanas são racistas e sustentaram desigualdades por meio de ideologias como a eugenia e o determinismo biológico. Ele também evidencia o papel do imperialismo e da supremacia branca na universalização dos métodos e conceitos psicológicos, aplicados de forma acrítica a outras culturas. Sua crítica estende-se à psicoterapia tradicional, voltada à adaptação e ao controle que reforça a opressão de pessoas negras, pobres e imigrantes.

Começamos pelo fato de que a psicologia reprime sua própria história. A imposição da perspectiva eurocêntrica sobre os povos governados e dominados constitui um dos fatos mais graves da história mundial. Essa dominação tem alcance global, e a psicologia também está envolvida nessa conjuntura. Desde suas origens até o presente, ela está profundamente emaranhada com a imposição violenta. Esse aspecto é frequentemente minimizado e amplamente evitado pelos profissionais da área. Nesse sentido, “a psicologia não surgiu num vácuo social sem relação com a história de conquista e violência da Europa” (Bulhan 1985, p. 52).

Para uma disciplina que se dedica a revelar o reprimido, essa "resistência" em abordar tal imposição e seu papel nesse contexto é, no mínimo, intrigante. Para investigar a psicologia da opressão, é essencial iniciar pela história de violência que moldou os caminhos da vida humana, os limites das experiências individuais e o próprio desenvolvimento da psicologia (Bulhan, 1985).

A imposição histórica de países e continentes, por meio do colonialismo e do neocolonialismo, sobre as regiões periféricas do mundo foi amplamente destacada por Bulhan (1985; 2015). Segundo o autor, é reconhecido que nenhum país tenha sido capaz de afirmar plenamente sua soberania em razão dessa dominação. Tal realidade se manifesta em todas as esferas, econômica, social, cultural, ideológica e psíquica, abrangendo desde os bens essenciais, como alimentação e vestuário, até os avanços tecnológicos mais sofisticados. O problema da guerra e da paz não se limita à aquisição de armamentos ou às questões econômicas, mas também provoca impactos na psique, onde indivíduos se confrontam, dominam ou influenciam uns aos outros.

A riqueza de alguns países está intrinsecamente ligada à pobreza de outros; a cultura de uns se sustenta na negação cultural de outros; e o bem-estar de certos grupos depende do sofrimento de outros. Essa unidade oposta, imposta e desprovida de reciprocidade, onde poucos

ganham e a maioria perde, não é uma realidade natural e inevitável. É necessário investigar as origens dessa opressão bem como analisar de que forma ela se desdobrou na psicologia (Bulhan, 1985; 2015). Eis um dos efeitos do próprio colonialismo e do racismo: apagar a si mesmo. A psicologia, nesse interregno, especialmente a hegemônica, acaba expressando essa complexa engenharia por meio de uma negação de sua própria história que, ao fim e ao cabo, é da sociedade que a faz psicologia e se faz nela/por ela.

Para romper com essa negação, é importante ir na gênese da psicologia. Consequentemente, Bulhan vai analisar o desenvolvimento psi da tradição filosófica grega às revoluções burguesas. Nessa perspectiva, as raízes iniciais da psicologia euro-americana se encontram na tradição da filosofia grega. Foi naquela civilização que se estabeleceram fundamentos para abordar questões que permaneceram na psicologia euro-americana, como o dualismo mente-corpo, o debate entre natureza e criação, a ênfase no individualismo e o deslumbre pelos números. Esses pilares estão profundamente integrados à base da psicologia euro-americana.

Com o avançar da história e o declínio da civilização grega, outras instituições assumiram o protagonismo, entre elas a Igreja. Sob sua influência e doutrinação, consolidou-se a visão de um mundo marcado pela doença e pelo pecado, fazendo da culpa uma preocupação central na cultura europeia. Posteriormente, a consolidação da revolução burguesa promoveu reformas sociais e mudanças em diferentes âmbitos, além de intensificar os conflitos nas relações de classe e raça. O fascínio pela razão impulsionou a busca pelo lucro. As investigações sobre a natureza humana, a relação entre mente e corpo e os debates sobre classe e raça ganharam novo impulso com a expansão comercial nas Américas. Esse processo resultou na escravidão, nos deslocamentos socioculturais provocados pela industrialização, na migração do campo para as cidades e, por fim, na imposição colonial sobre as populações de cor (Bulhan, 1985).

A psicologia desenvolveu-se nessas transformações, e seus principais pensadores, durante seu surgimento, ofereceram:

amplas racionalizações para justificar a exploração da classe trabalhadora na Europa e das raças inferiores no estrangeiro. Tais racionalizações e a estatura dos seus proponentes tiveram, por sua vez, um impacto formativo no futuro desenvolvimento e amnésia da psicologia euro-americana”. (Bulhan, 1985, p. 64).

Durante muito tempo, a psicologia, vinculada à filosofia, dedicou-se ao estudo da ética e das emoções humanas por meio da erudição e da introspecção. Já no final do século XVIII, com a revolução burguesa, passou a se desenvolver sob a influência da fisiologia experimental (Bulhan, 1985).

Desse modo, outros temas foram incorporados ao seu escopo, como a sensação, a aptidão, o tempo de reação e as funções do córtex. Os primeiros experimentos ocorreram em laboratórios acadêmicos e ambientes controlados, embora alguns pesquisadores, ocasionalmente, se aventurassem a investigar o mundo real. Esses estudos iniciais anteciparam o que mais tarde se tornaria uma marca da psicologia estabelecida: o fascínio pela experimentação voltada a “problemas técnicos limitados” (Bulhan, 1985, p. 64).

O surgimento da psicologia científica é comumente associado a 1879, quando Wilhelm Wundt fundou seu laboratório em Leipzig, na Alemanha. Ele destacou a relevância de estudar questões psicológicas por meio de métodos fisiológicos e experimentais. Nesse sentido, para que a psicologia fosse considerada científica, deveria “focar na manipulação de variáveis mensuráveis, em condições controladas, com os resultados avaliados com base em critérios empíricos” (Bulhan, 1985, p. 65). O êxito de Wundt em consolidar a psicologia como ciência de laboratório fez com que outros aspectos da disciplina se tornassem menos relevantes.

Quando Watson entrou em cena, a psicologia experimental já estava desvinculada da fisiologia. Nesse cenário, ele optou por se afastar dos estudos sobre consciência e experiências

subjetivas, priorizando a experimentação com animais, considerada uma abordagem confiável e promissora, enquanto as pesquisas com seres humanos perderam credibilidade. “À medida que o foco mudou para o comportamento e sua quantificação, duvidou-se da utilidade de conceitos como mente e consciência. No entanto, alguns dos antigos debates em psicologia persistiram” (Bulhan, 1985, p. 65).

Um dos debates mais persistentes e politicamente relevantes é o da natureza *versus* criação, ou melhor, *Nature* e *Nurture*. Esse tema transcende o âmbito acadêmico. Bulhan (1985) observa que o pano de fundo dessa discussão está implicitamente colocado na seguinte questão:

[...] o que de fato deve ser feito com os pobres, os despossuídos e aqueles considerados de alguma forma desviantes? Serão estes seres miseráveis simplesmente os verdadeiros produtos da hereditariedade inferior ou serão vítimas redimíveis de um ambiente deletério? (p. 65).

Esse é o cerne da longa e intensa discussão sobre natureza *versus* criação. Os jargões técnicos produzidos acabaram por ocultar o caráter sociopolítico dessa controvérsia. Há duas abordagens clássicas: de um lado, os que defendem a primazia das predisposições herdadas; de outro, os que destacam as influências do ambiente. Em geral, a escolha por uma dessas posições não elimina totalmente a outra, mas reflete uma questão de ênfase e das conclusões decorrentes de cada perspectiva. Ao longo dos séculos, os debates interacionistas variaram em intensidade, alcançando maior destaque em períodos marcados por críticas e agitações no campo social e da psicologia (Bulhan, 1985).

Assim, é fundamental apreender os desdobramentos dessas agitações no contexto das pessoas de cor (não-brancas) e a forma como a psicologia estabelecida justifica a opressão, sobretudo pelo racismo, nas suas múltiplas maneiras. A forma predatória ou reformista das classes dominantes, isto é, da sociedade burguesa, tem persistido de maneira violenta ao longo

da história. As disputas teóricas e acadêmicas que se desenvolveram na psicologia enquanto ciência estão atravessadas por essas formas. A lista de defensores da posição da “natureza” na psicologia é extensa, especialmente no que se refere às pessoas de cor (Bulhan, 1985). Entre os nomes citados estão Thomas Malthus, David Hume, Herbert Spencer, Francis Galton, Karl Pearson, G. Stanley Hall, Lewis Terman e Cyril Burt, todos com uma visão sombria e depreciativa em relação aos pobres e despossuídos. “Cada um deles justifica a opressão” (Bulhan, 1985, p. 66).

Considerado um dos mais influentes, Thomas Malthus defendia que toda forma de melhorar a situação dos pobres não era apenas antipatriótica, mas também contra Deus e a natureza. As doenças e a morte de pobres não deveriam ser evitadas, mas sim potencializadas (Bulhan, 1985). Já, David Hume, justificou a escravatura e a subjugação dos negros em seus estudos, se tornando um porta-voz da visão de que o negro é inerentemente inferior ao branco.

O impacto do racismo de Hume foi significativo para outros pensadores. Kant, influenciado por ele, afirmou que o homem de cor era “bastante negro da cabeça aos pés” (Bulhan, 1985, p. 66), o que, segundo ele, comprovava sua estupidez (Bulhan, 1985). Bulhan (1985) também destacou como a teoria da seleção natural, formulada por Malthus e consolidada por Darwin, se incorporou no âmbito dos debates sociais, morais e políticos. Spencer interpretou a sociedade e a psicologia sob a perspectiva da “luta pela sobrevivência do mais apto” (Bulhan, 1985, p. 66). Suas ideias, alinhadas ao darwinismo social, foram rapidamente utilizadas para impedir reformas sociais na Europa e na América, incluindo avanços essenciais em educação, saúde, saneamento e a criação de sindicatos. Como consequência, muitos capitalistas comerciais consideraram suas ideias as mais apropriadas e avançadas. Bulhan (1985) evidencia que este é um exemplo claro de como capitalistas e acadêmicos uniram forças para defender o *status quo*.

O trabalho de Francis Galton, primo de Darwin e herdeiro de grande fortuna, teve consequências mais duradouras para a psicologia. Dez anos após a publicação de *A origem das Espécies*, Galton lança seu *Gênio Hereditário*, no qual defendia que a grandeza individual é herdada e encontrada em famílias endinheiradas (Bulhan, 1985). “Galton foi o pai da eugenia e da tradição psicométrica em psicologia” (Bulhan, 1985, p. 67). Sendo assim:

Galton via a questão natureza versus criação como um problema social prático para o qual o seu movimento eugênico proporcionava uma solução eficaz para a eliminação dos “inaptos”. A ilusão de Galton em relação à “ameaça da poluição racial” rapidamente se popularizou e mais tarde formou o edifício intelectual para a propaganda nazista e o genocídio. Foi também o ímpeto e a justificação para numerosas legislações sobre a esterilização compulsória dos pobres e oprimidos na América (Bulhan, p. 67).

Na esteira do eugenismo de Galton, foi se dando o desenvolvimento e a aplicação de testes de inteligência que proporcionaram à psicologia uma nova identidade profissional, além de conferir-lhe respeitabilidade científica e função social lucrativa. Um dos episódios mais marcantes na história dos testes foi seu uso durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, o que levou a psicologia para além dos laboratórios acadêmicos. Na Primeira Guerra, psicólogos foram recrutados para realizar a classificação e triagem de soldados nas forças armadas. Posteriormente, após os conflitos, o uso de testes se expandiu rapidamente, sendo amplamente adotado em escolas e na sociedade em geral (Bulhan, 1985).

A aplicação de testes psicológicos em imigrantes europeus, que resultou na deportação de milhares sob a alegação de baixos índices de QI, conferiu aos psicólogos novos poderes e o papel de guardiões sociais. De acordo com Bulhan (1985), na Segunda Guerra Mundial, pelo menos 1.500 psicólogos americanos atuaram nas forças armadas. Eles assumiram papéis psicoterapêuticos cada vez maiores, a fim de devolver o maior número possível de homens ao

combate. A psicologia, suas teorias, métodos e instrumentos, floresceu posteriormente e os alunos nos cursos aumentaram exponencialmente, de modo que novas fontes de financiamento e aparentemente inesgotáveis, privadas e públicas, tornaram-se cada vez mais acessíveis para investigação e formação.

Nessa perspectiva, os testes psicológicos e a psicoterapia contribuíram para a consolidação da psicologia como uma profissão de reconhecimento público e economicamente lucrativa, contrastando com a psicologia acadêmica tradicionalmente vinculada a laboratórios. A psicometria e psicoterapia tiveram origens distintas, mas posteriormente se fundiram na psicologia euro-americana (Bulhan, 1985).

No núcleo da tradição psicométrica, a primeira a se desenvolver, também estavam a intolerância dos protestantes brancos anglo-saxões, a fantasia de superioridade e a intenção de manter pessoas racializadas subjugadas ou mesmo eliminá-las. Galton, juntamente com seu discípulo Karl Pearson, criou métodos e aplicou a matemática para sustentar o racismo científico. Assim, os testes psicológicos, especialmente os de inteligência, consolidaram-se como ferramentas poderosas para avaliar o "valor" das pessoas com base em sua origem e posse. Aqueles que não pertenciam às elites econômicas eram frequentemente classificados como "inaptos", correndo sério risco de esterilização (Bulhan, 1985).

Ainda, no que diz respeito à escola psicométrica, a introdução da noção de testes mentais ocorreu em 1890 por meio de James MacKeen Cattell. Posteriormente, Alfred Binet e Théodore Simon expandiram seu uso para incluir amostras mais amplas de comportamentos. Henry Goddard, discípulo fervoroso de Galton, levou o teste de Binet para os Estados Unidos. Contudo, foi com a revisão da escala Binet, conduzida pelo eugenista Lewis Terman - conhecida como Escala de Inteligência Stanford-Binet - que esses testes ganharam significativa influência entre os americanos. Terman estava firmemente convencido de que "espanhóis, indígenas, mexicanos e negros possuíam inteligência geneticamente inferior". Para ele, "as

crianças desses grupos deveriam ser segregadas em classes especiais e receber apenas instrução concreta e prática" (Chase, 1977, p. 235, citado por Bulhan, 1985, p. 68).

No entanto, não é “apenas” o racismo, a eugenia e a influência desses homens que são intencionalmente silenciados na história da psicologia. Ressaltamos que raramente foram exploradas as privilegiadas redes sociais que conectam esses psicólogos ao poder e às conveniências desonestas da era do capital. Um exemplo emblemático é do Sir Cyril Burt, reconhecido como o psicólogo mais influente da Grã-Bretanha por cerca de meio século. Burt conduziu estudos extensivos e supostamente rigorosos com gêmeos para reforçar a primazia da hereditariedade sobre o ambiente, apresentando conclusões consideradas impecáveis, apesar das críticas de seus opositores criacionistas (Bulhan, 1985).

Outro exemplo adicional é o já mencionado Terman, que ocupou a presidência da American Psychological Association (APA). Outro caso notório é o de G. Stanley Hall, professor e mentor de Goddard e Terman, que presidiu a APA em duas ocasiões. Como se observa, não são “casos isolados”. Esses nomes, junto a inúmeros outros que seguiram suas ideias, deixaram como legado para a psicologia euro-americana uma significativa herança de racismo e eugenia, algo que apenas uma amnésia severa pode tentar apagar (Bulhan, 1985; 2015).

Assim, os psicólogos que defendiam a primazia dos fatores genéticos no debate entre natureza e criação, demonstravam clara unidade e alinhamento ideológico, sendo frequentemente mais fanáticos, inflexíveis e organizados do que os chamados criacionistas (Bulhan, 1985). Mas quais seriam as razões para tal postura? "Eles têm os magnatas, o seu capital e a violência estatal em simpatia e cumplicidade com os seus objetivos sinistros. Opõem-se à reforma social e defendem a desigualdade social como a ordem natural da vida" (Bulhan, 1985, p. 69). Atribuem características inerentes e imutáveis de deficiência aos negros e pobres, justificando e perpetuando a desigualdade.

Implícita em seus instrumentos está a crença de que os mais ricos merecem sua riqueza e poder devido a uma suposta hereditariedade superior. Essa convicção influenciou profundamente a psicologia, moldando seus temas prioritários e metodológicos, isto é, a totalidade do seu arcabouço teórico e intelectual. Esses psicólogos estabeleceram importantes revistas acadêmicas e desempenharam papéis de destaque em organizações profissionais, mas também usaram sua reputação e convicções para barrar reformas sociais destinadas a beneficiar os pobres, deficientes e negros. Desse modo, reforçaram o preconceito em sua prática teórica e aplicada, perpetuando desigualdades (Bulhan, 1985).

Do lado oposto aos defensores da natureza, encontravam-se os teóricos da criação, que, embora menos coesos, também são marcados por certa inflexibilidade. Esses teóricos não negam a relevância da genética ou hereditariedade, mas discordam da ideia de que os genes sejam distribuídos com base em padrões sociais ou raciais. Contudo, os criacionistas carecem de uma posição clara sobre como enfrentar as desigualdades que afetam os pobres e os negros, refletindo, em grande parte, suas posturas contraditórias.

Mesmo compartilhando alguns acordos teóricos gerais, os defensores da criação enfrentaram contradições internas, ambivalências, indecisões e exibem atitudes paternalistas e, por vezes, um racismo disfarçado. Quando confrontados com questões políticas, suas pesquisas frequentemente atendem às demandas de agências financiadoras. Essa postura *laissez-faire* acaba, na prática, tornando-os aliados pouco confiáveis dos "condenados da terra" (Bulhan, 1985).

Um dos desdobramentos mais significativos da escola criacionista é o desenvolvimento das psicoterapias, especialmente a psicanálise e a perspectiva comportamental. A psicanálise, como tradição dinâmica, deve muito a Sigmund Freud, um judeu assimilado que “experimentou pessoalmente as angústias do fanatismo, do estatuto de minoria e da exclusão

social” (Bulhan, 1985, p. 70). Porém, ao contrário de Marx e Fanon, a postura de Freud em relação ao *status quo* da opressão era essencialmente assimilacionista.

A perspectiva hermenêutica da psique, na qual Freud foi pioneiro, tem raízes parcialmente judaicas, derivadas de experiências de opressão, numa estrutura social percebida como imutável. Dessa abordagem, surge a ideia de que mudanças no âmbito subjetivo são fundamentais para melhor adaptação e assimilação ao *status quo* dominante. Enquanto a vertente protestante da psicologia se distingue pela intolerância e pela intrusividade, com ênfase no empirismo e no controle de variáveis externas, a influência judaica em Freud valoriza a introspecção como forma de reconciliar o *self*, historicamente fragmentado por uma sociedade opressiva (Bulhan, 1985).

O início modesto de Sigmund Freud, marcado por sua condição como minoria na sociedade burguesa, foi gradualmente obscurecido à medida que seus esforços e pioneirismo ganharam reconhecimento social. Conforme sua reputação crescia e seus discípulos se espalhavam pela Europa, o sucesso diminuiu o que Bulhan (1985) denomina de seu "impulso de vítima" (p. 71). Freud consolidou sua identidade de classe à medida que seu assimilacionismo em relação à burguesia se concretizou.

Embora suas críticas à repressão sexual, que causaram impacto significativo em sua época, persistiram por certo tempo, suas ideias continuaram profundamente enraizadas em perspectivas europeias de classe média. Essa influência foi ainda mais reforçada pela classe social de seus próprios pacientes, fator que impactou decisivamente na formulação de sua teoria. Nesse sentido, desenvolveu-se uma psicanálise que, com frequência, cumpre a função de racionalizar a opressão, em um contexto parcialmente vinculado às melhorias sociais conquistadas pela comunidade judaica nos Estados Unidos, refletindo em como as dinâmicas sociais e históricas moldaram a aplicação e o direcionamento da psicanálise, afastando-a de suas origens críticas e alinhando-a com os interesses dominantes (Bulhan, 1985).

Por fim, no que se refere à psicanálise, Bulhan (1985) destacou em diversos momentos de sua obra que um dos primeiros projetos de pesquisa de Fanon consistiu em identificar quais de seus elementos poderiam ser úteis à população negra. Nesse início, seu estudo teve como foco o racismo presente na literatura psicanalítica. Em sua obra inaugural, *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952), Fanon cita importantes psicanalistas, como Sigmund Freud, Carl Jung, Alfred Adler, Anna Freud, Otto Rank e Jacques Lacan. Embora recorresse a esses autores, adotou uma postura crítica diante de suas concepções. Posteriormente, influenciado pela luta de libertação da Argélia, Fanon abandonou essas referências e desenvolveu uma psicologia transformadora, a sociogenia, livre do viés solipsista da classe média branca europeia (Bulhan, 1985).

Em contrapartida, a abordagem behaviorista foi introduzida mais tarde na prática psicoterápica, desenvolvendo-se a partir de diversas influências. Entre seus principais nomes estão um russo, um sul-africano branco e dois americanos: Ivan Pavlov, cunhado como o pai do “condicionamento clássico”; John B. Watson, que cunhou o termo behaviorismo e limitou-se a comportamentos observáveis; Burrhus F. Skinner, americano de origem republicana; e Joseph Wolpe, um sul-africano branco criado como judeu ortodoxo (Bulhan 1985).

Nessa perspectiva, a abordagem comportamental rapidamente se consolidou como uma força relevante. Sua simplicidade e eficiência a tornaram alinhada aos interesses de uma consciência tecnocrática. Essa abordagem pode ser ensinada e aplicada com relativa facilidade, o que a torna atrativa para aqueles que disputam a mesma clientela, para pacientes com recursos financeiros e indivíduos que ocupam posições de poder na sociedade. O behaviorismo sintetiza duas principais tendências da psicologia: manipular variáveis objetivas e promover o ajuste pessoal. Porém, essa perspectiva enfrenta um problema essencial: seus conceitos fundamentais de comportamento, controle e ambiente carecem de base histórica e conteúdos sociais, políticos e humanos. "O conhecimento obtido em ratos e pombos experimentais é extrapolado para a

experiência humana" (Bulhan, 1985, p. 71-72). Sendo assim, o comportamento é reduzido a mera resposta reativa, mensurável e controlado num intervalo de tempo específico, destituído de intencionalidade, sentidos e significados (Bulhan, 1985).

O controle é reduzido ao que antecede ou sucede um determinado comportamento, se avaliando apenas o imediato, o mensurável e o quantificável. O poder da classe burguesa e o controle que ela impõe se tornam, portanto, complexos e irrelevantes para esse paradigma. "Esquece-se também, que a violência do racismo é muitas vezes mais perniciosa quando encoberta do que quando aberta. Além disso, questões como quem controla quem e para que fim são ignoradas", (Bulhan, 1985, p. 76). Nas conclusões de Skinner, todo controle é recíproco, o escravo negro controla seu proprietário, o que implica que nenhum deles é agente nesta sociabilidade (Bulhan, 1985).

O uso behaviorista do termo "meio ambiente" suprime todo o potencial e conteúdo humano. Assim como ratos e pombos, o experimentador busca manipular pessoas conforme seus desejos e caprichos. Os humanos são tratados como objetos passivos ou tábula rasa, capazes apenas de receber impressões externas. Skinner e Wolpe não questionam se o ambiente ou os sistemas de controle são racistas ou opressivos; ao contrário, defendem maior eficácia em suas investigações. Suas concepções e práticas visam ampliar o poder e a eficiência dos grupos burgueses dominantes, garantindo um controle mais efetivo sobre os oprimidos. Quando confrontados com questões humanas e éticas, consideram-nas irrelevantes (Bulhan, 1985).

Dessa forma, torna-se evidente que os especialistas cuja profissão é dar sentido à loucura e tratar feridas psíquicas encontram-se imersos na própria opressão histórica. A psicologia euro-americana configura-se como um verdadeiro arsenal de guerra, no qual seus praticantes violentam crianças, negros e pobres. Há uma cultura de silêncio em torno das imposições violentas da Europa e um "recalque conveniente" entre os psicólogos do

establishment. Do mesmo modo, aqueles que escreveram a história da psicologia também participam de uma desatenção seletiva (Bulhan, 1985).

Os ataques coloniais da Europa, dentro e fora de suas fronteiras, são ignorados como se nunca tivessem ocorrido. A intolerância, o racismo, a eugenia e a cumplicidade dos pioneiros que definiram prioridades, temas e métodos da psicologia hegemônica são omitidos. A história e as ideias são higienizadas, as teorias psicológicas são despojadas e a opressão catalogada. Inovações técnicas são criadas para promover a economia da desigualdade e fortalecer a ideologia de dominação. Ademais, a amnésia do terapeuta contribui para a amnésia do cliente. Tanto o opressor quanto o oprimido acabam apreciando a autodestruição - cada um a seu modo e a sua maneira (Bulhan, 1985; 2015).

Como era de se esperar, a psicologia estabelecida transformou-se em uma indústria vasta e lucrativa, com livros e periódicos inundando o mercado. Uma verdadeira confusão e profusão de estudos. Escolas e dogmas proliferam na literatura, cada um com suas orientações teóricas e subespecialidades, acompanhadas de conceitos e técnicas próprias. Uma abordagem frequentemente condena outra. Nesse cenário, torna-se difícil isolar o núcleo essencial da psicologia. Mas, por trás dessas especialidades fragmentadas e contraditórias, encontra-se uma visão de mundo compartilhada, de metodologia comum que fundamenta a ciência psicológica (Bulhan, 1985). O pano de fundo da psicologia da opressão euro-americana é sua minoria de homens brancos de classe média. Esse engrandecimento e a supremacia dessa minoria se manifestam, encontram validação e são justificados na prática (Bulhan, 1985).

A psicologia do *establishment* fundamenta-se em uma base eurocêntrica, branca e de classe média, o que se vê em seus conceitos, instrumentos, pressupostos e perspectivas. Expandiu-se rapidamente por áreas como educação, saúde, organizações, trabalho e política social. Ela foi amplamente incorporada por grande parte do mundo não europeu e não ocidental, de forma acrítica e descontextualizada (Bulhan, 1985). Nesse cenário marcado pela

diversidade cultural e racial, tal difusão constituiu um verdadeiro imperialismo na/pela psicologia.

O fato de esta psicologia dominar os estudos contemporâneos da psique humana não é de forma alguma um acidente na história. A ascendência e a globalização da psicologia euro-americana estão de fato correlacionadas com a ascendência e a globalização do poderio militar, econômico e político euro-americano (Bulhan, 1985, p. 79).

Desta forma, a psicologia representa mais um meio de imposição cultural sobre a maioria não-branca. Curiosamente, a psique humana de uma remota aldeia africana é, atualmente, definida, estudada e mistificada por meio de técnicas e instrumentos da psicologia branca. Assim como ditaram ataques violentos em diversas partes do mundo, os europeus também determinaram as teorias, métodos de compreensão e os princípios fundamentais da psicologia humana (Bulhan, 1985).

Mesmo os mais ardorosos defensores da psicologia admitem que a área não cumpriu os objetivos e promessas de desenvolvimento esperados. Foram dedicados muitos recursos e tempo, gerando inúmeros estudos com resultados desiguais e avanços restritos. Esses próprios defensores procuraram explicar tais limitações, atribuindo-às sobretudo às divergências entre escolas e correntes de pensamento (Bulhan, 1985).

Bulhan (1985) observou outras justificativas para os limitados avanços dessa ciência. Para ele, deriva do caráter essencialmente solipsista de seus fundamentos básicos. O solipsismo é a visão segundo a qual apenas a existência do “eu” pode ser comprovada. Dessa forma, a psicologia dominante está fundada e imbuída da perspectiva de que: (a) a visão de mundo euro-americana é a única ou a melhor visão de mundo (solipsismo presumido); (b) o positivismo ou neopositivismo é a única ou melhor abordagem para a condução da investigação científica (solipsismo metodológico); e (c) as experiências dos homens brancos de classe média são as únicas ou as mais válidas experiências no mundo (solipsismo experiencial). Esses três tipos de

solipsismo se interpenetram e se influenciam, pois, juntos, formam os alicerces da psicologia eurocêntrica (Bulhan, 1985).

O solipsismo presumido se revela por meio de preconceitos, tais como: o preconceito eurocêntrico de controle e predição, o analítico-reducionista de comparação de características e o de estabilidade e equilíbrio (Bulhan, 1985). A base reside na suposição de que a única realidade humana válida é a eurocêntrica, de classe média e masculina. Contudo, o que quase nunca se discute é que essa realidade, vinculada a uma cultura, classe e gênero específicos, é apenas uma entre muitas outras realidades humanas (Bulhan, 1985).

Ainda assim, essa perspectiva é imposta globalmente, frequentemente por meio da violência, e elevada como modelo exemplar da condição humana. Uma minoria reifica e universaliza essa psicologia para toda a humanidade, reconhecendo apenas o "eu" dessa elite como ideal. Todos os demais são relegados à condição de bárbaros e incivilizados. O que é considerado verdadeiro ou benéfico para essa minoria branca é automaticamente aplicável a todas as outras pessoas (Bulhan, 1985).

A adoção acrítica desta psicologia nos países periféricos, e sua ênfase no controle, resulta em uma cumplicidade voluntária na manutenção da opressão. Esse processo, além de reforçar estruturas de dominação, impede que os psicólogos compreendam a realidade psicológica da maioria não-branca e pobre do mundo. O viés analítico-reducionista parte do pressuposto de que as complexas experiências humanas podem ser melhor estudadas e compreendidas quando reduzidas a unidades simples de comportamento. Esse enfoque reflete a identificação excessiva da psicologia com as ciências naturais, ao adotar seus métodos e técnicas. Contudo, os problemas psicológicos e as vivências humanas são, por natureza, complexos e dinâmicos, raramente passíveis de experimentação controlada ou de serem reduzidos a números precisos (Bulhan, 1985).

Essa aproximação com as ciências naturais gera dois reducionismos característicos, segundo Bulhan (1985). O primeiro é o reducionismo ao nível individual ou a elementos menores e quantificáveis. O segundo é a prática, bastante disseminada, de reduzir a psicologia humana ao seu denominador animal mais elementar. Assim, os indivíduos passam a ser tratados como ratos, enquanto os ratos de laboratório são vistos como humanos e, entre esses ratos experimentais, predominavam os de cor branca. “E uma vez que alguns humanos são considerados mais parecidos com animais do que outros, quem senão as pessoas de cor, especialmente as tribos primitivas podem fornecer análogos mais simples da complexa psicologia dos euro-americanos?” (Bulhan, 1985, p. 82).

Ainda sobre o reducionismo, o viés de comparação de traços na psicologia euro-americana tem como foco a avaliação de aptidões ou habilidades. Contudo, elas são alvo de controvérsias, por assumirem características estáveis e duradouras. Considerados constructos ou entidades, esses traços são frequentemente analisados de maneira descontextualizada, desvinculados de seus determinantes sócio-históricos. Desse modo, há vários debates, testes e instrumentos de quantificação destes traços, quanto ao seu grau de confiabilidade e validade. Intencionalmente, a análise descontextualizada tem como objetivo beneficiar pessoas brancas de classe média e em prejudicar os pobres, negros, despossuídos e culturalmente diferentes. Já o preconceito estabilidade-equilíbrio tem uma função prática de contribuir com o controle social e no desejo de manter o *status quo*. Estabilidade e equilíbrio são traços bem vistos pelos psicólogos eurocêntricos, mais do que conflito, mudança e rebeldia (Bulhan, 1985).

Isso também se reflete na concepção de saúde e doença. A saúde passa a ser entendida como um estado de equilíbrio perfeito, enquanto a doença é associada ao desequilíbrio ou à presença de forças em conflito. Nesse sentido, agitações entre indivíduos e grupos, manifestações e insurgências são vistas como aberrações subjetivas. Para restaurar o equilíbrio, desenvolvem-se diversas técnicas, muitas vezes aplicadas em atendimentos individuais

privados, centrados em *insights*. Essa valorização da estabilidade desconsidera que o conflito, as contradições e as mudanças fazem parte da dinâmica humana e não devem ser tomadas como negativas. Assim, não surpreende que tal tendência atraia aqueles que se beneficiam, uma vez que impede transformações inevitáveis (Bulhan, 1985).

O solipsismo metodológico, por sua vez, se manifesta em duas formas dominantes e concorrentes: o subjetivismo e o positivismo (objetivismo). Superficialmente, as duas abordagens parecem opostas, com visões irreconciliáveis sobre conhecimento e investigação. O subjetivismo tem na introspecção sua base, partindo da ideia de que tudo o que existe é mental, com influências de Descartes, Kant e Berkeley. A abordagem positivista tem suas raízes nas obras de Hume e demais empiristas, sendo central nela o princípio de verificabilidade. Segundo essa perspectiva, toda realidade psicológica é reduzida ao que pode ser codificado, contado e computado. O desejo de alcançar respeitabilidade científica leva a adesão rígida e quantificável, suprimindo a importância da história e experiência humana (Bulhan, 1985).

O solipsismo metodológico das duas abordagens se juntam quando se considera a perspectiva dos oprimidos, dos negros e dos culturalmente diferentes. No subjetivismo, as interpretações pessoais dos psicólogos são imputadas violentamente com a máxima validade na mente dos clientes. O que o terapeuta afirma adquire primazia, independentemente de os clientes desejarem ou não aceitar suas interpretações:

Assim, o operário fabril que resiste às ordens de um supervisor cruel e explorador pode ser informado de que o seu principal problema é *a homossexualidade latente e não resolvida*. A mulher vítima de violência pode ser instada a reconhecer e resolver o *seu desejo inconsciente de violação*. O paciente negro é declarado imune à psicoterapia por suposta *falta de insight ou articulação verbal*. Qualquer cliente que se oponha a tais injunções é considerado neurótico ou delirante. Qualquer profissional que questione

tais afirmações passa a ser conhecido como herege ou sem instrução nos mistérios da psique (Bulhan, 1985, p. 83).

Na abordagem positivista, a experiência humana é reconhecida apenas a partir de definições operacionais. Como mencionado anteriormente, essa experiência é reduzida a números, com exceção dos próprios psicólogos. Essa prática faz com que as definições operacionais e a análise supostamente isenta de valor criem a ilusão de ciência pura e objetiva. No entanto, o que raramente se admite é que tanto os conceitos e instrumentos quanto os psicólogos que os utilizam estão imersos numa visão de mundo específica, moldada por valores e interesses particulares (Bulhan, 1985).

Além disso, a psicologia enfrenta o solipsismo experiencial. As populações que servem de base para suas teorias, os pacientes que utilizam suas técnicas terapêuticas e os sujeitos cujas respostas sustentam os dados de pesquisa e os testes psicológicos são, majoritariamente, euro-americanos brancos de classe média. As dificuldades existenciais dessa minoria são universalizadas, assim como as classificações diagnósticas e as intervenções. Os dados de pesquisas obtidos a partir de amostras brancas de classe média e os testes psicológicos padronizados nesse mesmo grupo são aplicados indiscriminadamente a populações não-brancas, desconsiderando suas realidades específicas (Bulhan, 1985).

Um exemplo digno de nota do solipsismo experiencial é a amostra de padronização da Escala de Inteligência Stanford 193,7, que consistia em mais de 3 mil indivíduos brancos. As versões subsequentes sofreram poucas alterações, assim como outros testes que tradicionalmente excluía pessoas de cor e populações rurais. Apesar de revisões reconhecerem essas limitações, nenhuma mudança significativa foi implementada. Ainda assim, essas escalas continuam sendo amplamente utilizadas para avaliar pessoas não-brancas e em situação de pobreza. Da mesma forma, teorias e técnicas psicoterapêuticas, embora concebidas e refinadas sob contextos sócio-históricos específicos, são assumidas como

universais. “Benjamim Brody examinou os 145 casos tratados por Sigmund Freud e demonstrou que os pacientes nos quais a teoria psicanalítica foi desenvolvida eram extraídos exclusivamente das classes alta e média” (Bulhan, 1985, p. 84).

Ainda, Bulhan (1985) reconhece que a psique humana compartilha características comuns entre raças, classes e culturas. Contudo, ele alerta que seria extremamente perigoso ignorar o solipsismo presente no imperialismo da psicologia euro-americana. Essa dominação não se limita aos aspectos econômicos e políticos, mas também se estende à esfera psicológica.

Como a comunidade oprimida e alienada pode reconstruir sua identidade e recuperar a confiança necessária para enfrentar o colonizador externo e interno? Bulhan (1985) indicou pelo menos cinco razões para afirmar que a psicoterapia não seria o caminho, criticando o seu caráter maniqueísta e sua função como ferramenta sutil e eficaz de opressão. Em primeiro lugar, a psicoterapia, em sua forma tradicional, é concebida para tratar psicopatologias individuais. Quando expandida, pode alcançar pequenos grupos e famílias. Em segundo lugar, o problema em questão não é de ordem psicopatológica, mas sim de opressão: não se trata de conflitos intrapsíquicos, instintivos ou subjetivos, mas de disputas concretas entre opressores e oprimidos. “Qualquer tentativa que reduza os problemas de opressão a problemas instintivos, subjetivos ou de psicopatologia corre o risco de culpabilizar a vítima” (Bulhan, 1985, p. 139).

Em terceiro lugar, a psicoterapia tradicional, com sua base branca, masculina e de classe média eurocêntrica, é orientada para a adaptação, o ajuste e o controle social. Em quarto lugar, essa abordagem carrega visões racistas e solipsistas tanto na teoria quanto na prática. Por fim, a psicoterapia transformou-se em uma mercadoria, sendo comprada e vendida. Desse modo, ela é acessível apenas a alguns, enquanto os pobres e impotentes raramente se tornam o foco dos psicólogos.

O maniqueísmo segue segmentando o mundo e classificando as pessoas em categorias distintas. A divisão não é recíproca, mas fundamentada em opostos irreconciliáveis, como bem

versus mal, belo *versus* feio, inteligente *versus* estúpido, branco *versus* negro, humano *versus* subumano. Nessa lógica categórica, um dos polos é sempre considerado supérfluo e inaceitável, no caso, o feio, o estúpido, o negro e o subumano (Bulhan, 1985).

Essa dualidade maniqueísta é interdependente: cada termo se define em relação ao seu oposto, e cada identidade se constrói na negação da outra. Dentro dessa lógica, é crucial preservar a linha de demarcação claramente delimitada, pois, sem ela, a psicologia maniqueísta colapsaria.

Em situações de opressão, a psicologia maniqueísta divide o mundo em dois polos opostos, permeando o ambiente e o cotidiano. De um lado, está o bairro ou a cidade do opressor, com casas grandes e espaçosas, ruas bem iluminadas, árvores cuidadas e sem lixo visível, transmitindo paz, ordem, organização e zelo; as avenidas amplas evitam qualquer sensação de confinamento, e os moradores, limpos, bem alimentados e vestidos, são educados entre si desde que compartilhem a mesma raça e classe; a polícia é cordial com eles, mas torna-se violenta e intimidadora contra intrusos que cruzam barreiras de cor e classe, tendo como função principal mantê-los fora de vista.

Em contraposição, há o gueto dos oprimidos, onde as pessoas vivem amontoadas em cortiços, casebres e barracos em ruínas; as ruas, se pavimentadas, são cheias de buracos, mal iluminadas e ameaçadoras à noite; a coleta de lixo é esporádica, sem latas disponíveis, espalhando garrafas e resíduos por toda parte; os habitantes, mal alimentados e vestidos, mostram boa disposição apenas com conhecidos de confiança, e o espaço revela a devastação de uma guerra não declarada, com desorganização, apatia e negligência refletidas no comportamento e nos objetos ao redor; enquanto negarem essa realidade, persiste o caos; a polícia é invariavelmente hostil e desconfiada, instalada em fortalezas enormes, pronta a usar bastões e pistolas ao menor suspeita, gerando nervosismo constante entre moradores, policiais e soldados (Bulhan, 1985).

Nessa perspectiva, o opressor é associado à beleza, enquanto os oprimidos são vistos como feios. Os primeiros são considerados civilizados e portadores de valores superiores; sua cor de pele e seus costumes são exaltados, ao passo que essas mesmas características, quando presentes nos oprimidos, são desprezadas e vinculadas ao mal e à impureza. O oprimido é representado como alguém destituído de valor e de ética, cuja existência só se justifica pela anulação, seja por meio da erradicação ou da conversão cristã. Em suma, o opressor é elevado acima da condição humana, enquanto os oprimidos são reduzidos à subumanidade (Bulhan, 1985).

Dessa maneira, o oprimido assume o papel que lhe é imposto dentro da psicologia maniqueísta, porém de maneira ambígua e carregada de raiva. Ele percebe o opressor como um "outro", que personifica tudo o que despreza, mas também aquilo que, em certa medida, inveja. O oprimido é retratado como um ser animalizado e desprovido de inteligência, incapaz de expressar publicamente sua raiva até que esteja preparado para transcender o maniqueísmo. Esse papel não o deixa intacto, pois, na mesma medida em que o opressor se fortalece, o oprimido é enfraquecido. A felicidade e satisfação do opressor resultam diretamente na infelicidade e na fúria do oprimido (Bulhan, 1985).

Estes são os imperativos da psicologia maniqueísta. E enquanto esta psicologia prevalecer, os oprimidos estarão num estado de tensão permanente. Seu sonho imediato é o de mudar de papéis: “sentar-se à mesa do colono, dormir em sua cama, se possível com sua esposa” (Fanon, 1968, p. 32 citado por Bulhan, 1985, p. 142).

Essa forma de dividir o mundo e classificar as pessoas em diferentes categorias reforça a violência. As depreciações, os quartéis militares, a brutalidade policial, a história alienante, o hino nacional imposto, as estátuas de generais e o racismo são todos desdobramentos dessa violência. “Na verdade, é difícil abusar e assassinar outra pessoa na ausência da psicologia maniqueísta” (Bulhan, 1985, p. 142).

Para piorar, essa psicologia é difícil de ser neutralizada uma vez que se enraíza no tecido social. O opressor se beneficia dessa estrutura, pois sua identidade torna-se mais segura, seu respeito próprio é preservado, sua confiança permanece firme e ele desfruta de vínculos coletivos mais harmoniosos. Além disso, possui um senso de história e certo controle sobre si mesmo. Tudo isso se sustenta sobre o aniquilamento e a desumanização do oprimido. Paradoxalmente, os oprimidos vivem repletos de dúvidas, carregam um sentimento de inferioridade, baixa autoestima, pouca confiança e relações fragilizadas. Sua história é apagada, e eles não têm controle sobre suas próprias vidas e destinos, sentindo-se vitoriosos apenas na medida em que conseguem escapar da morte (Bulhan, 1985).

Quando a psicologia maniqueísta se estabelece nas relações sociais, a paranoia coletiva se dissemina. De um lado, estão as elites privilegiadas e poderosas; do outro, as não-elites ou escravizados, menos privilegiados e destituídos de poder. Os grupos dominantes relacionam-se com os dominados por meio da projeção, enquanto os dominados se vinculam aos opressores por meio da identificação. Os dominantes detêm o controle sobre ideias, crenças e instituições, o que confirma e reforça seu narcisismo, senso de superioridade e privilégios. Dessa forma, “desvalorizam os dominados e os utilizam para atender a seus próprios interesses” (Bulhan, 1985, p. 58).

A psicopatologia também surge como um desdobramento dessa psicologia, sendo um tema amplamente contestado e controverso. A literatura está repleta de tentativas de isolar as causas do sofrimento no próprio sujeito, por meio de abordagens coercitivas e violentas. A cura é frequentemente buscada através da modificação do indivíduo, seja alterando seu cérebro, sua atitude ou seu comportamento, também de forma violenta. Vários são os debates se a psicopatologia é um problema médico ou diagnóstico moral e até que ponto é hereditário ou do ambiente. “Muitas vezes esquecido, porém, é que a coerção e a vitimização caracterizam a

experiência daqueles rotulados como anormais e que uma característica central da paciente psiquiátrica é a negação e/ou abdicação da liberdade” (Bulhan, 1985, p. 179).

Deixando de lado, momentaneamente, as discussões sobre a validade da psicopatologia, destacamos que os transtornos mentais não estão distribuídos aleatoriamente entre as populações. Com frequência esses transtornos ocorrem de maneira mais intensa e grave em determinados grupos. Existe uma vasta literatura apontando associações significativas entre estes transtornos com classe social, migração e etnia (Bulhan, 1985).

Também existem diversos estudos comparando a prevalência de transtornos mentais entre negros e brancos nos Estados Unidos. Embora os resultados sejam, por vezes, inconsistentes, a maioria das pesquisas em epidemiologia psiquiátrica indicam taxas mais altas e mais graves de transtornos mentais entre os negros. Há indícios de que a classe social desempenha um papel etiológico mais significativo do que a raça. Porém, como a população negra está majoritariamente inserida na classe trabalhadora, a distinção entre os impactos da raça e classe na psicopatologia torna-se, muitas vezes, um debate acadêmico. Na realidade, os negros, nos Estados Unidos e no restante do mundo, enfrentam uma dupla opressão: por pertencerem a uma raça historicamente marginalizada e a uma classe social dominada (Bulhan, 1985).

Por fim, outro dado relevante diz respeito às taxas de hospitalização. De acordo com Bulhan (1985), além de apresentarem maiores índices de diagnósticos, os negros também registravam taxas significativamente mais altas de internação em hospitais psiquiátricos públicos, chegando a 75% em algumas regiões dos Estados Unidos. Esses dados comprovam como o diagnóstico e a hospitalização são instrumentos racistas de violência e opressão, e a psicopatologia, muitas vezes, se reduz a uma dinâmica de dominação do que uma questão meramente médica.

Em síntese, Bulhan denuncia a psicologia da opressão euro-americana, masculina, branca, racista e de classe média, que reprime sua origem ao negar a própria história colonial e racista que a forja. Fundamentada na tradição grega até a revolução burguesa, essa psicologia se revela como construção científica e prática que serviu à perpetuação do racismo nos marcos do sistema capitalista. A denúncia de Bulhan, a partir de Fanon, é crucial por desmascarar a psicologia como instrumento sutil e eficaz de opressão, que legitima violências múltiplas, reforça vieses reducionistas e maniqueístas. Nesse contexto, o autor enfatiza o apagamento do eu e da história dos oprimidos e colonizados. Não por acaso, sua obra permanece a mais desconhecida e inexplorada entre os três autores aqui estudados, ilustrando seu próprio apagamento, ainda que Bulhan tenha uma trajetória prestigiosa nos EUA. Mesmo que Merani e Martín-Baró façam críticas parecidas à psicologia hegemônica, Bulhan se destaca por oferecer evidências mais robustas dos processos violentos sofridos por populações colonizadas, especialmente os negros, denunciando a função social da psicologia enquanto mecanismo de manutenção do racismo e colonialismo contemporâneo.

3.3. Proposta de Psicologia da Libertação de Hussein Bulhan

Como resposta e superação às principais críticas do eixo anterior, Bulhan propõe uma Psicologia da Libertação fundada nas necessidades humanas fundamentais. Da opressão racista à libertação negra, sua proposta delinea caminhos que vão do individualismo ao bem-estar coletivo, reconhecendo que o desenvolvimento humano está profundamente vinculado à vida em sociedade. Desloca-se, assim, o foco dos instintos para as necessidades humanas, levando em conta fatores sociais, culturais e históricos. Do mesmo modo, há uma passagem do ajustamento ao empoderamento, ressaltando a capacidade do sujeito de agir sobre sua própria realidade. Nessa perspectiva, a psicopráxis articula a auto capacitação ao ativismo social, promovendo transformações concretas e emancipadoras. A Psicologia da Libertação de

Bulhan, portanto, integra análise crítica, consciência histórica e ação transformadora, orientando-se pela busca de liberdade e justiça social.

Para isso, é fundamental fazer a passagem do individualismo ao bem-estar coletivo. Ao lidar com realidades humanas, a psicologia passa a incorporar a história e a cultura de seu tempo e lugar. Nesse contexto, um traço marcante da psicologia hegemônica é a ênfase no individualismo. A maior parte das intervenções terapêuticas tem como objetivo a “liberdade individual”, e as diferentes teorias da personalidade seguem essa lógica, considerando o indivíduo como a unidade última de análise e preocupação (Bulhan, 1985). Esse individualismo, e/ou ideal de liberdade individual, possui raízes históricas na evolução política e econômica da Europa e da América do Norte (Bulhan, 1985; 2015).

A descolonização e a desracialização da psicologia exigem o abandono dessas limitações, incorporando passos fundamentais, entre os quais se destaca a conquista da liberdade coletiva dos negros e dos oprimidos (Bulhan, 2015). O problema não está na individualidade ou no ideal de autonomia pessoal, mas na forma como sua relevância se condiciona à posição ocupada no tecido social. Enquanto os ricos podem exercer a ética da liberdade porque sua liberdade coletiva já se encontra consolidada, os oprimidos dificilmente a alcançarão enquanto sua liberdade coletiva continuar sendo sistematicamente negada e usurpada (Bulhan, 1985; 2015).

A ciência psicológica encontra-se permeada por desigualdades e ideologias que não refletem as prioridades dos oprimidos. Se as considerasse, daria centralidade à conquista da liberdade coletiva, a qual só pode ser alcançada por meio da organização popular. Por essa razão, a psicologia deve valorizar a conscientização e a ação organizada como instrumentos para a sua transformação e da realidade (Bulhan, 1985; 2015).

Portanto, não se nega a existência das diferenças individuais, nem se considera inadequado aspirar à individualidade. A questão central reside no fato de que a sociabilidade,

a interdependência humana e a intersubjetividade podem oferecer contribuições mais significativas para uma psicologia da libertação do que a ênfase no individualismo. Internalizar uma sociabilidade fundamentada em necessidades coletivas proporciona uma base mais sólida e humana para a psicologia da libertação, uma vez que a coletividade abre caminhos mais dignos para os oprimidos, fortalecendo suas lutas e promovendo sua emancipação (Bulhan, 1985).

Aliada à coletivização daquilo que é humano e, portanto, coletivo, temos a necessária passagem dos instintos às necessidades humanas. Bulhan (1985; 2015) destaca os estudos de McDougall (1908) acerca do chamado “instinto de submissão”, associado aos negros, bem como a lista das cinco necessidades humanas elaborada por Maslow (1970). Na psicanálise, embora a noção de instintos tenha sido preservada, foi gradualmente problematizada, levando muitos teóricos a substituí-la pelo conceito de necessidades. Além disso, a ideia de traços fixos, que tende a minimizar a relevância do contexto social e, ao mesmo tempo, restringir as possibilidades humanas, vem sendo amplamente questionada e considerada insustentável.

Os instintos e necessidades com frequência postulados pela psicologia tradicional refletem o contexto histórico e social em que foram formulados, revelando-se muitas vezes tendenciosos em relação às realidades de determinados grupos. Por isso, torna-se essencial repensar a categoria de necessidade humana na construção de uma psicologia da libertação, reformulando-a de modo a incluir não apenas as frustrações, mas também as possibilidades dos oprimidos (Bulhan, 1985; 2015).

Fato fundamental, muitas vezes negligenciado, é a luta por comida e água em diversas regiões do mundo, uma realidade que a psicologia não pode ignorar. A fome e a escassez de recursos são constantes, ressaltando a importância da saciedade e da não privação alimentar. Isso evidencia que uma parcela significativa da população mundial ainda não recebeu a devida

atenção nestes aspectos. “Qualquer tentativa de lidar com a psicologia da opressão é incompleta sem levar em conta a luta incessante pela comida” (Bulhan, 1985, p. 262).

Nesse sentido, as experiências em situação de opressão sugerem as seguintes necessidades e/ou poderes básicos das pessoas: “(a) necessidades biológicas das quais a necessidade de alimentação é a mais básica, (b) sociabilidade e enraizamento, (c) clareza e integridade de si mesmo, (d) longevidade e imortalidade simbólica, (e) auto reprodução na práxis e (f) máxima autodeterminação” (Bulhan, 1985, p. 262).

Esses atributos básicos devem ser compreendidos em dois níveis: as necessidades humanas essenciais e os poderes humanos fundamentais. Cada necessidade, para se afirmar, deve ser satisfeita e, ao ser atendida, transforma-se em um poder (Bulhan, 1985; 2015). As necessidades representam desafios a serem superados, enquanto os poderes são potencialidades a serem realizadas. Assim, Bulhan propõe o conceito de "necessidade-poder" (p. 262) em vez de "instintos". Embora as necessidades-poder possam ser listadas em determinada ordem, elas devem ser compreendidas em suas inter-relações orgânicas e dialéticas, em vez de serem organizadas hierarquicamente em termos de importância (Bulhan, 1985).

O desejo de satisfação das necessidades parece evidente, mas a sociabilidade e o enraizamento são igualmente fundamentais para a existência humana. Diferente dos animais, cujo comportamento é amplamente guiado por instintos, os seres humanos necessitam da cultura para desenvolver e manter sua humanidade. A cultura tem como fundamento a sociabilidade, uma vez que adquiri-la envolve o aprendizado, o ensino, quanto o desenvolvimento da interdependência e da intersubjetividade (Bulhan, 1985; 2015).

A cognição, o afeto e os próprios sentidos básicos se desenvolvem em razão da nossa natureza social. Ao nascer, a criança representa um conjunto de possibilidades e alternativas sociais e de autorrealização. Enquanto a falta de satisfação das necessidades biológicas pode resultar em doença ou morte física, a ausência de contato humano, comunicação e afirmação

(e até mesmo oposição dos outros) pode levar a fome e/ou morte social e psicológica, igualmente dolorosa. Nossa conexão com o mundo social é tão profunda que os efeitos do isolamento, do cárcere e das experiências em campos de concentração evidenciam seu impacto devastador (Bulhan, 1985).

Apontamos, anteriormente, que negros e oprimidos apresentam taxas mais elevadas de morbidade e mortalidade em comparação aos opressores. Tal situação decorre da expropriação de seu espaço, tempo, energia, mobilidade, vínculos e identidade, conduzindo à morte psicológica e social. É importante destacar que a mera satisfação das necessidades biológicas não é suficiente para sustentar a vida humana. A história e as experiências individuais fornecem diversos relatos de pessoas que, em determinadas circunstâncias, preferiram renunciar à vida física a enfrentar a morte social e psicológica (Bulhan, 1985).

No que se refere à longevidade, a imortalidade simbólica dificilmente pode ser alcançada sem algum tipo de envolvimento intencional por meio da práxis, que se define como atividade dotada de consciência e propósito. Embora os psicólogos frequentemente associem práxis ao comportamento, esses conceitos não são equivalentes. Enquanto o comportamento é geralmente descrito como qualquer atividade observável e mensurável de humanos e animais, muitas vezes sem considerar sua dimensão relacional e intencional, a práxis se distingue pelo seu significado e importância. Em primeiro lugar, porque se refere exclusivamente à atividade humana; em segundo, porque não se limita a qualquer tipo de atividade. “A práxis são atividades orientadas para objetivos e socialmente significativas que tornam as pessoas agentes ativos em um mundo que elas transformam; e que, por sua vez, as transforma” (Bulhan, 1985, p. 265).

Bulhan (1985) destaca diferentes formas de práxis. O trabalho produtivo representa a expressão máxima da práxis, pois é por meio dele que as pessoas estabelecem relações sociais e satisfazem suas necessidades fundamentais. Além disso, permite ao indivíduo expressar sua

identidade, objetivá-la e, coletivamente, transformar o mundo ao seu redor. É por meio da práxis que as pessoas se reproduzem no mundo concreto, afirmando sua identidade e validando a si mesmas e seus conhecimentos.

As experiências de trabalho alienado ou de desemprego, comuns na vida de negros e oprimidos, não apenas frustram necessidades básicas e sociais, mas também provocam um impasse ontológico e uma estagnação existencial. A satisfação dessas necessidades, portanto, só se concretiza na medida em que se afirma a autodeterminação (Bulhan, 1985).

A busca e a luta pela autodeterminação são tão essenciais quanto qualquer outra necessidade. Não é por acaso que o direito à autodeterminação figura como princípio fundamental na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Autodeterminação refere-se ao processo e à capacidade de escolher, decidir sobre o próprio comportamento e modificar o próprio destino. Dessa forma, pressupõe a consciência das possibilidades humanas, das limitações existentes e o engajamento ativo com o próprio mundo (Bulhan, 1985).

Soma-se a isso, o fato de a autodeterminação estar profundamente ligada à experiência de liberdade. Não somos tão livres quanto gostaríamos, pois existem restrições históricas, mas também não somos tão determinados como tememos ser. Possuímos uma certa medida de escolha e controle sobre o que nos acontece ou sobre o que desejamos fazer. O contexto apresenta alternativas e restrições. Podemos escolher agir ou não. Mesmo quando as alternativas no mundo são escassas, temos a capacidade de interpretar e reinterpretar as situações, adotando uma atitude ou outra. Sem a autodeterminação, somos reduzidos a comportamentos rígidos e automáticos, vivendo uma vida e destino desprovidos do desejo e da liberdade humana (Bulhan, 1985).

Enfim, sabemos que, sob determinadas condições históricas, pessoas pegam em armas e arriscam suas vidas para manter ou reivindicar seu direito à autodeterminação. "Ignorar esse

fato, como infelizmente tendem a fazer os psicólogos, é omitir uma dimensão humana crucial e um motivo crítico da história" (Bulhan, 1985, p. 266). Focar exclusivamente em aspectos internos ou inconscientes, ou em determinismos ambientais, ignorando a importância da agência humana consciente e organizada, equivale a negar a autodeterminação.

Nesse interregno, fica também a necessidade de superação de uma lógica de ajustamento em direção ao empoderamento, ou fortalecimento dos indivíduos e grupos. As disputas sobre qual abordagem psicoterapêutica seria superior perdem relevância quando se trata de negros e oprimidos, pois esses grupos têm sido, até o momento, os menos beneficiados (Bulhan, 1985). Os psicólogos voltados ao alívio dos sintomas subjetivos defendem com convicção que tais mudanças repercutem no comportamento e na vida social. No entanto, o fato deles priorizarem a modificação de sintomas, comportamentos e traços de personalidade, sem confrontar as instituições e estruturas sociais, revela, em certa medida, sua própria posição de classe.

Sobre o uso do termo *empoderamento*, no campo da psicologia social crítica e social comunitária (Montero, 2009), há um debate em torno de sua conotação individualista e liberal, frequentemente desvinculada das condições materiais. Ademais, o verbo transitivo *empower* vai na direção de autorizar, habilitar ou permitir, passando uma ideia de que existe alguém capaz de autorizar ou dotar de poder outrem, ou que o próprio indivíduo se empodera, independentemente das suas condições concretas e de mudanças nela, bem como na sociedade. Por essa razão, é mais adequado adotar a noção de *fortalecimento*, entendida como o processo pelo qual os membros de uma comunidade constroem, de forma coletiva e consciente, os meios para satisfazer suas necessidades.

Concordamos com Costa e Mendes (2025) ao afirmar que, no pensamento de Bulhan, o termo *empoderamento* aproxima-se mais dessa concepção de *fortalecimento*. Assim, segundo os autores:

Para Bulhan (1985, p. 277): “[u]ma psicologia da libertação daria primazia ao empoderamento dos oprimidos por meio da atividade organizada e socializada com o objetivo de restaurar biografias individuais e uma história coletiva descarrilada, atrofiada e/ou tornada apêndice das de outros”. Concretizando tais tarefas, a psicologia pode contribuir para o objetivo de Fanon: a libertação dos *condenados da terra* e a produção de um novo ser e uma nova sociedade.

Essas questões são essenciais no trabalho com pessoas negras e demais grupos e indivíduos oprimidos pelo racismo de nossa sociedade e demais estruturas e relações de opressão. Embora o direito à psicoterapia não deva ser negado a ninguém, é fundamental considerar não apenas a mudança dos sintomas, mas também suas causas, priorizando a prevenção além do tratamento. É crucial fortalecer as vítimas para se apropriarem o máximo possível das condições de entendimento e lida referentes aos seus próprios problemas, em vez de mantê-las em estado de dependência e impotência. Da mesma forma, deve-se promover a ação coletiva, evitando a privatização autodestrutiva das dificuldades. Todas essas questões precisam ser abordadas no atendimento aos oprimidos (Bulhan, 1985).

A psicologia do *establishment* pode até oferecer aprendizados valiosos no trabalho com vítimas individuais. Destacam-se a compreensão do inconsciente, a influência das experiências infantis, e a manipulação de condições ambientais para modificar comportamentos e desenvolver novas habilidades. Porém, certas fronteiras cruciais ainda permanecem inexploradas, como a maneira de motivar as vítimas da opressão a agir de forma coordenada para transformar a si mesmas e suas condições históricas. É justamente nesse aspecto que se encontra uma das contribuições pioneiras de Fanon.

Intervenções em contextos de opressão frequentemente enfrentam duas armadilhas demandando atenção cuidadosa. A primeira, bastante comum, ocorre quando a psicoterapia voltada aos pobres e oprimidos foca exclusivamente no sofrimento imediato e individual,

perdendo de vista o coletivo (Bulhan, 1985). Nessa abordagem, os psicólogos falham em considerar a realidade concreta e patogênica, acabando por sancioná-la. "Mais cedo ou mais tarde, percebe-se que o trabalho do psicoterapeuta com os oprimidos é semelhante ao trabalho de Sísifo" (Bulhan, 1985, p. 268). Os indivíduos retornam constantemente à mesma posição de opressão.

A segunda armadilha, igualmente frequente, é que os psicólogos engajados na mudança social muitas vezes ignoram que as pessoas são os verdadeiros sujeitos da história. Por um lado, concebem a transformação de maneira abstrata, distanciando-se do material humano concreto; por outro, buscam gerar impactos objetivos e materiais por meio de terceiros. Como resultado, esses reformadores acabam não reconhecendo a contradição de defenderem a justiça social, ao mesmo tempo que desconsideram, ou limitam o potencial de pessoas reais (Bulhan, 1985).

Ambas as armadilhas refletem uma falha central: a ausência de uma perspectiva dialética. A primeira concentra-se exclusivamente nas vítimas e em seus problemas imediatos, sem considerar o contexto concreto e vivido. Essa abordagem equivale a tentar reabilitar uma biografia sem qualquer ancoragem histórica, resultando numa visão minimalista de mudança ou, pior, em uma perspectiva conservadora que responsabiliza a vítima. A segunda, por sua vez, analisa o contexto mais amplo, mas desconecta o reformador das pessoas em nome de quem a mudança é buscada, limitando-se a ativistas e líderes. Isso equivale a construir uma narrativa histórica sem biografias, levando, no melhor dos casos, a uma mudança imposta de cima para baixo, com um viés paternalista em relação aos oprimidos, ou, na pior hipótese, a uma forma velada de tirania (Bulhan, 1985).

O autor também examina o niilismo terapêutico, destacando que a psicoterapia tradicional atende apenas a determinados grupos e que a busca por um modelo único, fixo e universal é inútil. O mais adequado, segundo ele, seria questionar quais tipos de problemas dos

pacientes se ajustam melhor a determinadas técnicas, terapeutas e contextos. Nenhum método ou abordagem, por mais ampla ou sofisticada que seja, pode apresentar a mesma eficácia para diferentes grupos em distintos contextos sociais. O próprio Freud advertiu sobre o perigo de utilizar a psicanálise como uma panaceia, mesmo entre os pacientes para os quais sua teoria foi originalmente formulada.

Há uma tendência recorrente de supor que a técnica eficaz para determinados grupos ou problemas produzirá os mesmos resultados em todas as pessoas e situações. Em sentido oposto, observa-se também a tendência de considerar uma modalidade terapêutica irrelevante para todos, caso não responda às necessidades de um grupo específico com o qual alguém se identifica. A primeira expressa o imperialismo terapêutico, enquanto a segunda revela o niilismo terapêutico (Bulhan, 1985). “Para que cada grupo social possa forjar ou recuperar suas biografias e histórias autênticas, deve definir seus próprios problemas, buscar suas próprias soluções e escolher seus próprios meios” (Bulhan, 1985, p. 269).

Embora reconheça que seja possível aprender com as experiências, erros e percepções de outros, Bulhan (1985) enfatiza que ninguém pode apropriar-se dos problemas e soluções alheias para construir sua própria trajetória. O mesmo princípio aplica-se à psicoterapia e a outras esferas da vida. Os métodos desenvolvidos para atender os “neuróticos brancos de classe média não podem satisfazer igualmente as necessidades e prioridades dos pobres, dos impotentes e/ou culturalmente diferentes” (Bulhan, 1985, p. 269-270). Supor o contrário não apenas representa uma aplicação inadequada e indevida, mas também incorre em etnocentrismo e solipsismo, como já discutido.

Outro aspecto relevante é a reconhecida ineficácia terapêutica em relação aos oprimidos e suas múltiplas causas. Bulhan (1985) aponta algumas delas e enfatiza a necessidade urgente de alternativas. Os serviços de psicoterapia voltados a populações oprimidas são escassos e, quando existentes, geralmente apresentam baixa qualidade. Pacientes pertencentes a classes

socioeconômicas mais baixas enfrentam maiores barreiras de acesso ao atendimento psicológico. Como consequência, esses indivíduos são mais frequentemente institucionalizados, submetidos a intensa medicação, apresentam altas taxas de abandono do tratamento ambulatorial, permanecem por períodos mais longos em instituições do que pacientes brancos e, em muitos casos, são atendidos por profissionais com menor experiência.

Entre os fatores que limitam a eficácia terapêutica com pessoas negras estão os obstáculos relacionados à raça e à classe, que dificultam a formação da chamada aliança terapêutica. Diversos desafios atravessam o encontro entre terapeutas brancos e pacientes negros, afetando ambos, em razão de sua cor e de sua posição social (Bulhan, 1985). O terapeuta branco pode presumir que todos os negros estão completamente presos a uma psicologia da opressão, como marca imutável, ou, ainda, culpabilizar o negro pela opressão que sofre, evitando assim qualquer discussão sobre o racismo.

O autor aponta também que há dificuldades na aliança terapêutica entre terapeutas negros e pacientes negros, as quais giram, em grande medida, em torno da questão da identidade (Bulhan, 1985). O terapeuta, ao lidar com sua própria condição racial, pode apresentar uma forma de “negação de identificação” (Bulhan, 1985, p. 270) que se mostra contraproducente, ou, ao contrário, assume uma postura de identificação excessiva. Mesmo quando o terapeuta não possui conflitos com sua negritude, sua posição de classe e seus valores podem despertar desconfiança no paciente negro.

Nessa direção, a psicoterapia dominante também se mantém presa a dicotomias, como a separação entre sujeito e objeto, e permanece marcada pelo reducionismo epistemológico que fundamenta o pensamento ocidental. Estas dicotomias impedem, ou, na melhor das hipóteses, abordam, apenas de forma parcial, a tarefa simultânea dos oprimidos de transformar a si mesmos e as suas condições sociais. Além disso, psicoterapeutas de diferentes orientações frequentemente não alcançam plenamente suas competências ao "tratar" pacientes negros.

Aqueles que enfatizam a mudança interna tendem a reforçar um estereótipo arraigado de que negros e pobres são imutáveis (Bulhan, 1985).

Os que focam nos fatores externos geralmente se limitam a modificar o comportamento do indivíduo, sem se comprometer com qualquer ação voltada para a transformação das condições sociais patogênicas. Para os primeiros, há pouco ou quase nada a ser feito diante das dificuldades enfrentadas pelos pacientes já o segundo grupo reforça controles sociais mais rígidos, contribuindo para a manutenção da opressão (Bulhan, 1985).

Com o intuito de superar esse cenário, lições valiosas provenientes do movimento comunitário de saúde mental nos Estados Unidos mostraram-se especialmente relevantes. É importante destacar que a efervescência desses movimentos na década de 1960, aliada à ampla disponibilidade de recursos financeiros, atraiu muitos profissionais que, em outras circunstâncias, provavelmente não se arriscariam a atuar nos guetos ou a enfrentar as questões raciais. Nesse contexto, ocorreram mudanças nas atitudes desses profissionais, os princípios tradicionais da psicologia passaram a ser reavaliados e algumas práticas inovadoras foram incorporadas (Bulhan, 1985).

Infelizmente, o apelo pela comunidade e pela prevenção foi rapidamente silenciado à medida que os recursos públicos se esgotaram e um clima político conservador passou a dominar o país. Os profissionais de saúde mental, mais uma vez, afastaram-se dos pobres e das comunidades, retornando aos consultórios privados, às instituições de defesa de classe e a diversos empreendimentos lucrativos. Nesse cenário político e econômico, tanto a pesquisa quanto a prática psicológica foram ajustadas, e as noções de comunidade e prevenção, mais debatidas do que efetivamente aplicadas, perderam seu sentido de urgência e acabaram relegadas a segundo plano (Bulhan, 1985).

Nessa perspectiva, os oprimidos não podem depositar nos outros a responsabilidade por encontrar suas próprias soluções. “Outra lição é que nenhum montante de financiamento

externo, nenhuma medida de *mea culpa* profissional e nenhuma enxurrada de promessas de reformadores bem-intencionados podem substituir a autocapacitação e o ativismo social dos oprimidos” (Bulhan, 1985, p. 271). Caso isso ocorra, grandes decepções aguardam os oprimidos que deixam seu destino ou suas necessidades às elites profissionais ou burocráticas cuja função é a manutenção do *status quo*. É nesse sentido que reside a necessidade, segundo Bulhan, de ultrapassar uma perspectiva de autocapacitação, numa perspectiva liberal, para o ativismo social.

Ao considerar as justificativas pseudocientíficas que legitimam a opressão, a elite burguesa só volta sua atenção aos oprimidos quando estes manifestam inquietação e rebeldia. Para manter seus privilégios e poder, recorre a bombardeios e outras formas de violência. Nesse processo, os oprimidos são “pacificados” pela força ou por meio de reformas pontuais, geralmente conduzidas por membros dessa mesma elite, sensíveis à justiça social, mas sem propor soluções definitivas. Para Bulhan (1985), em contextos de opressão, o que se faz necessário é uma organização que articule ações internas e externas, tanto no plano individual quanto no coletivo. Os oprimidos estão demasiado pressionados econômica e socialmente para esperar indefinidamente por uma visão independente das realidades vividas.

Como pode uma intervenção psicológica libertar o paciente da opressão social “quando a própria relação terapeuta-paciente está impregnada de desigualdades, não reciprocidade, elitismo, sadomasoquismo, da ordem social opressiva?” (Bulhan, 1985, p. 272). Com quais artifícios ou ilusões seria possível promover mudanças fundamentais na personalidade, nas relações interpessoais e nas condições sociais dos oprimidos, se a própria relação de “cura” reproduz, em miniatura, o *status quo* da opressão? (Bulhan, 1985). Não é, portanto, surpreendente que os oprimidos não tenham buscado, em grande número, os serviços de psicologia e saúde mental e, quando recorrem à psicoterapia, tende a ser o último recurso, do

qual frequentemente desistem, retornando às suas antigas demandas e necessidades (Bulhan, 1985).

Os psicólogos têm se dedicado ao estudo de inúmeros aspectos da loucura, mas deixaram de lado o que é mais evidente e imediato. A relação entre loucura e opressão, marcada pela negação ou renúncia à liberdade, característica essencial de ambas, assim como a reprodução acrítica da “terapia” das desigualdades e das relações de poder presentes na sociedade, são elementos centrais que têm sido sistematicamente negligenciados. Embora as abordagens biomédicas e psicológicas hegemônicas possam oferecer contribuições relevantes, e, de fato, oferecem muitas, o problema da loucura em sua ligação com a opressão continuará a escapar à compreensão enquanto persistirem as evasões das questões de desigualdade, raça, poder e liberdade (Bulhan, 1985).

Como a sociedade reage diante daqueles considerados loucos ou anormais? Essa reação costuma vir acompanhada de ansiedade e de uma sensação constante de ameaça. Pouco importa se o indivíduo não representa perigo para si ou para os outros uma vez diagnosticado como louco, ele é automaticamente percebido como selvagem e perigoso. Diante disso, a sociedade adota medidas rápidas e violentas com o intuito de se proteger desse suposto louco ameaçador. “A comunidade se sente segura quando mata o desviante identificado e realiza nele uma psicocirurgia brutal, mantém-no acorrentado, tranca-o ou força-o a tomar medicamentos potentes” (Bulhan, 1985, p. 273).

É inegável que os mistérios da loucura, incluindo sua possível “cura”, foram investigados a partir de características individuais do paciente, desconsiderando de forma séria a dialética psicossocial. Os negros, além de terem atendido às demandas econômicas dos brancos, como no caso da escravidão, também passaram a ocupar o lugar de bode expiatório. Para além da opressão objetiva evidente, o genocídio e a intensa alienação vivida pela população negra nos Estados Unidos cumprem uma função psicossocial e profilática para os

brancos. No mínimo, a crença de que o negro é um indivíduo perigoso, o "homem selvagem" contra o qual os brancos devem se unir, cumpre funções integradas tanto psicologicamente quanto socialmente para os brancos. A indagação que Bulhan (1985) propõe é: até quando os negros continuarão a sofrer sob a opressão concreta e o canibalismo psicológico? E qual o papel dos psicólogos na transformação dessa realidade?

Apesar de muitas mudanças nas atitudes dos brancos e nos comportamentos dos negros nos Estados Unidos, antigos estereótipos e práticas de exclusão ainda persistem. Alguns negros continuam presos a representações como a do homem selvagem, do Calibã ou do sambista. Os estereótipos construídos e as práticas institucionais alimentam um ciclo vicioso. “Incorporar os estereótipos e aderir às normas é validar o *status quo* da opressão, e, portanto, subverter os interesses do indivíduo e do grupo. Rejeitá-los e resistir-lhes é convidar ao confronto com forças que procuram impor e perpetuar o *status quo*” (Bulhan, 1985, p. 274).

Dessa forma, uma pessoa negra que resiste abertamente a se conformar aos estereótipos corre o risco de ser rotulada com diagnósticos como “personalidade antissocial” ou “esquizofrenia paranoide”. Por outro lado, aquela que aceita viver segundo os estereótipos buscando evitar o confronto, enfrenta o risco da autoalienação, da traição aos interesses do seu grupo e da ruptura psicoafetiva que ambas as posturas implicam.

Dado este potencial de ser um “criminoso” ou “louco”, os oprimidos não alcançarão sua libertação por meios individuais, espontâneos e desprovidos de consciência. Para resistir ou até mesmo ceder diante de um *status quo* opressor sem ser rotulado como criminoso ou louco, é essencial estar vinculado a um coletivo que harmonize percepções internas e externas. Vale destacar que nenhum programa de melhoria ou reabilitação, por mais bem-intencionado que seja, pode gerar consequências duradouras e transformadoras sem o empoderamento do vínculo coletivo e ativo entre os oprimidos (Bulhan, 1985).

Segundo Bulhan (1985; 2015), os oprimidos são marcados pela impotência e desmoralização, seja em clínicas psiquiátricas, prisões, favelas ou sob o controle de normas sociais internalizadas. Desse modo, tanto na psicoterapia quanto em qualquer outra intervenção voltada aos oprimidos, é fundamental reconhecer a relevância central dos objetivos coletivos e da práxis social. A psicologia tende a favorecer a cognição e a processos intrapsíquicos em detrimento da práxis, quando, na realidade, apenas a atividade intencional, organizada e socializada é a base para a transformação psicológica e da vida, bem como para validação de conhecimento e consciência.

Apesar de avanços científicos, teóricos e práticos da psicologia, a ênfase em comportamentos isolados, desprovidos de conteúdo relacional e intencional, ainda representa armadilhas, em vez de favorecer a compreensão de atividades humanas organizadas e intencionais. O behaviorismo não apenas descontextualiza a atividade humana, mas também negligencia a agência e a consciência inerentes a ela. Em contrapartida, a práxis exige um grau de consciência e agência, que, ao mesmo tempo, são transformadas pelos próprios resultados dessa prática (Bulhan, 1985).

Romper com esses chamados “avanços científicos” por meio da práxis pode reconectar as pessoas através de ações organizadas em torno de objetivos comuns, restaurando sua identidade e recuperando os direitos que lhes foram negados. A psicopráxis deve ter como horizonte o objetivo de se pautar numa práxis socializada. A mudança deve ser procurada não só na pessoa, mas também no meio social (Bulhan, 1985).

Os oprimidos só poderão reabilitar-se e transformar sua condição histórica ao desalienar e resgatar sua práxis. Espaço, tempo, energia, mobilidade, vínculos e identidade não podem ser restaurados pela inatividade promovida pela psicoterapia. A passividade cotidiana, a apatia corrosiva, o individualismo autodestrutivo e a estagnação impõem aos oprimidos um alto custo

de morte física, social ou psicológica. O trabalho psicológico deve enfatizar a importância da atividade organizada e coletiva como caminho para a recuperação do poder e da liberdade.

O foco da intervenção deve ser crítico, possibilitando revelar, por meio de atitudes ativas e da exposição do mundo social, aspectos como o caráter autodestrutivo das relações, a tendência à traição de si e dos outros, a internalização do fracasso e da inércia, bem como o medo de assumir posições ou de exercer a própria liberdade. Outro eixo central da intervenção deve consistir na compreensão e no aprimoramento de estratégias e táticas que favoreçam a recuperação do poder e da liberdade (Bulhan, 1985). “O trabalho psicológico com os oprimidos, que não trata da desalienação da práxis e da recuperação do poder, tende a produzir objetos moralmente aprisionados e comprometidos e não sujeitos liberados e criativos” (Bulhan, 1985, p. 276).

É na ação com os outros, seja em cooperação ou oposição, que nossos desejos se manifestam, nosso conhecimento se expande, nossa personalidade se concretiza e mudanças nas pessoas e nas condições históricas são realizadas. A reinserção dos oprimidos em coletivos permite que, por meio de ações com e em nome do grupo, até mesmo uma paranoia, antes privatizada e patológica, possa ser compartilhada e ressignificada de forma não patológica (Bulhan, 1985). Não devemos nos surpreender com os diversos sistemas de crenças dos oprimidos, pois, quando reconhecidos apenas por um indivíduo, podem ser considerados loucura, mas, quando defendidos por um coletivo, são legitimados ou justificados (Bulhan, 1985).

O poder e a liberdade não são concedidos, mas sim exigidos, conquistados e assumidos pelos oprimidos. Quando oferecidos, são, na melhor das hipóteses, condicionais, superficiais e facilmente revogados. A luta por poder e liberdade, assim como o resgate de uma biografia e de uma história autêntica, exige enfrentar tanto as forças que sustentam o *status quo* quanto os controles internalizados. Em situações de opressão, essa luta dupla não pode se realizar dentro

dos limites estritos impostos por instituições ou religiões. Frequentemente, as demandas dos oprimidos por seus direitos são rapidamente condenadas como ilegais, desafiadoras ou simplesmente atos de grosseria. “Os oprimidos só podem avançar se estiverem conscientes e convencidos de leis e moralidade mais elevadas do que aquelas que os aprisionam na servidão” (Bulhan, 1985, p. 276).

Desse modo, a ação organizada, consciente e coletiva é um antídoto para a alienação e suas formas. Já que canaliza energias psíquicas para fins construtivos, reestabelece relações entre pessoas e continua a ser o meio mais confiável para autodeterminação. Fanon, em sua obra “Doença e Colonialismo”, observa que, durante a luta argelina pela liberdade, uma comunidade radicalizada, ativa e determinada a assumir o controle de suas vidas, libera um vasto reservatório de energia e criatividade. Nesse contexto, Fanon demonstra como as biografias individuais se enriquecem à medida que o coletivo se engaja na construção de sua própria história. Oprimidos que por muito tempo sofreram em silêncio ou internalizaram seus problemas passaram a enfrentar a luta pela liberdade com coragem e senso de pertencimento. À medida que sua história era resgatada e as tradições e crenças recuperavam vitalidade, suas biografias individuais também retomavam seu curso natural de desenvolvimento (Bulhan, 1985).

A relação entre as pessoas - homens e mulheres, marido e esposa, pais e filhos, líderes e liderados - também sofre transformações significativas. O desejo de forjar um destino coletivo substitui papéis rígidos associados à família, à autoridade e aos papéis tradicionais. De maneira importante, uma vez que os oprimidos assumem o controle de sua história, eles rapidamente assimilam, de maneira autêntica, sentidos, ideias e tecnologias que anteriormente eram estranhos e rejeitados. Isso ocorre porque, em condições de opressão, quando a reciprocidade e a igualdade são negadas, o oprimido tende a resistir às influências do outro.

Caso tais influências sejam assimiladas, tendem a ser distorcidas, inclusive pela medicina ocidental, sob condições de opressão (Bulhan, 1985).

Superar a situação de opressão exige dos oprimidos um enfrentamento firme e resolutivo contra os opressores externos, que frequentemente se mostram imunes a apelos racionais ou compassivos. Além disso, requer um confronto igualmente determinado com o opressor interno, cuja violência latente pode gerar comportamentos autodestrutivos, comprometendo não apenas o indivíduo, mas também outros membros do mesmo grupo. Sem essa dupla confrontação, a busca de harmonia pessoal permanece distante e a loucura pode ser um desdobramento através da normalidade sancionada. A violência interpessoal persiste mesmo entre pessoas próximas e a morte simbólica em suas várias formas se generaliza.

A atividade organizada e as instituições burocráticas do opressor devem ser contrariadas com a reorganização coletiva dos oprimidos. Com objetivos bem definidos, programas devem ser desenvolvidos para alcançá-los e os oprimidos devem ser contaminados para a ação organizada. O verdadeiro significado da violência, do crime, da luta e da liberdade são frequentemente confundidos pelo opressor, assim os oprimidos se sentem enredados em confusões e proibições internas que os fazem ser derrotados. Os oprimidos são condenados a um ciclo vicioso de morte social, psicológica e física (Bulhan, 1985).

Os psicólogos da libertação comprometidos com a causa dos oprimidos devem incorporar em suas intervenções psicológicas estratégias que promovam o que Pinderhughes (1972) chamou de “táticas de confronto” e Pierce (1970) denominou “mecanismos ofensivos” (Bulhan, 1985, p. 278). Bulhan (1985) também destaca que Fanon defendia essa perspectiva, embora adaptada às circunstâncias específicas de sua época, marcada por uma opressão brutal que se mostrou insensível a qualquer abordagem que não fosse a contraviolência.

A escolha das táticas de confronto ou dos mecanismos ofensivos deve levar em conta o tipo de opressor a ser enfrentado, os recursos disponíveis e a análise cuidadosa do momento

mais oportuno para agir. Contudo, independentemente de serem empregados meios pacíficos ou violentos, é apenas por meio da luta organizada que os oprimidos podem transformar a si mesmos e a sua condição histórica, rompendo com as estruturas que perpetuam a opressão (Bulhan, 1985).

Se não há luta, não há progresso. Aqueles que professam ser a favor da liberdade, e ainda assim depreciam a agitação, são homens que querem colheitas sem arar a terra. Eles querem chuva sem trovões e relâmpagos. Eles querem o oceano sem o terrível rugido das suas muitas águas [...]” (Fonder, 1986, p. 61 citado por Bulhan, 1985, p. 278).

Em síntese, e para concluir, a Psicologia da Libertação proposta por Bulhan enfatiza a passagem das categorias de instinto para necessidades-poderes, do individualismo para o ativismo social, e do ajustamento para o empoderamento dos oprimidos por meio de práticas organizadas e socializadas, que promovam uma autodeterminação do sujeito, de modo que a psicologia seja uma práxis social, voltada à emancipação e transformações concretas na sociedade. Seu propósito é restaurar biografias individuais e uma história coletiva frequentemente atrofiada ou subordinada à de outros, mobilizando mecanismos de confrontação e táticas de enfrentamento diante da opressão, com horizontes de descolonização e da desracialização. Para nós, as formulações de Bulhan apontam para a necessidade última de o sujeito buscar a organização popular como estratégia de enfrentamento da opressão em busca da liberdade.

Essas constatações nos fazem refletir sobre um aspecto fundamental. Apesar da necessidade de se formular uma Psicologia da Libertação, ela, enquanto psicologia, possui contradições e limitações, que são evidenciadas quando submetidas a um horizonte de transformação da realidade que a forja e é por ela forjada. Nesse sentido, não seria a psicologia parte do caráter colonial-dependente dos países periféricos? Sendo a importação da psicologia

nestes contextos mais um mecanismo colonizador? Se assim for, podemos concluir que, apesar da necessidade de uma Psicologia da Libertação, é preciso ir além dela, tomando-a como um meio de superar a própria psicologia, ao passo que esta superação será concretizada também e sobretudo por fora da psicologia. Uma Psicologia da Libertação é, portanto, orientada para a libertação da psicologia.

CAPÍTULO 4

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DAS PSICOLOGIAS DA LIBERTAÇÃO E DESDOBRAMENTOS PARA A PSICOLOGIA BRASILEIRA

No presente capítulo, analisamos as convergências e divergências das três propostas de Psicologia da Libertação elaboradas por Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró e Hussein Bulhan, bem como seus possíveis desdobramentos para a psicologia brasileira. O objetivo é examiná-las e propor diálogos que contribuam para a crítica e a transformação da psicologia como um todo, orientando-a às necessidades dos povos explorados e oprimidos.

Primeiramente, cabe extrair importantes sinalizações das próprias trajetórias dos três autores. Em ambos os casos há um movimento de ir em direção aos contextos de opressão, na periferia do capitalismo. O caso mais evidente é o de Martín-Baró, que não somente migra da Europa, da Espanha, para a América Latina, como se radica no território latino-americano, num contexto de efervescência política, naturalizando-se inclusive salvadorenho. O caso de Bulhan é também bastante interessante. Ele sai dos Estados Unidos, onde obteve sua formação e certo prestígio intelectual, retornando à sua terra de origem, com transitoriedade em contextos de guerra em África nesse ínterim. Ou seja, ele também migra do contexto hegemônico, de um país imperialista, para materializar em sua terra, Somalilândia, a crítica que postulou à psicologia hegemônica. Em suma, as propostas de Psicologia da Libertação de ambos não ficaram apenas no plano teórico, da proposição, mas, em certa medida, foram e têm sido (no caso de Bulhan) efetivadas junto aos *condenados da terra*. E mais, em contextos formais e declarados de guerra e/ou disputas por libertação nacional. As trajetórias de Martín-Baró e Bulhan já denotam como suas propostas de Psicologia da Libertação centram-se na práxis.

No caso de Merani, a trajetória também possui semelhanças, sobretudo com a de Bulhan, a partir do momento em que ele se muda para a Europa, para a sua formação e, posteriormente, retorna à América Latina, para dar continuidade à sua carreira. No entanto,

diferentemente dos outros dois, sua atuação se restringe mais ao âmbito acadêmico, à disputa das ideias, algo que, em hipótese alguma, estamos dizendo que é irrelevante.

Ademais, duas dessas propostas foram desenvolvidas no contexto latino-americano, as de Alberto Merani e Ignacio Martín-Baró, enquanto a de Hussein Bulhan teve como base os estudos de Frantz Fanon, militante e psiquiatra martinicano que combateu o colonialismo em África, experiência que radicalizou seu saber e sua prática psiquiátrica. A crítica de Fanon à medicina, especialmente à psiquiatria, foi ampliada por Bulhan para o campo da psicologia. Além disso, Bulhan viveu grande parte de sua trajetória nos Estados Unidos, onde atuou como professor e produziu reflexões sobre a realidade negra norte-americana. Assim, uma convergência relevante é o fato de que não é casual que as três propostas tenham surgido, em certa medida, na periferia do capitalismo, especificamente na América Latina e na África.

O surgimento dessas formulações no chamado Terceiro Mundo⁸ – ou, pelo menos, o amplo diálogo com os processos de luta e libertação nele – evidencia o caráter combinado e desigual do modo de produção capitalista, em que o desenvolvimento do centro se sustenta sobre o “subdesenvolvimento” da periferia, marcada por heranças coloniais, escravistas e dependentes, atravessadas por profundas desigualdades econômicas e sociais. Dialeticamente, também denota que este desenvolvimento não é determinista, mecanicista, e que há agência do sujeito coletivo chamado classe trabalhadora, do conjunto dos explorados e oprimidos, atravessando até mesmo a psicologia, em meio às duas contradições internas.

Soma-se a isso outro ponto de convergência entre Bulhan e Martín-Baró. Suas Psicologias da Libertação foram profundamente influenciadas por Fanon, compartilhando

⁸ Por *Terceiro Mundo* não estamos aderindo ou reproduzindo máximas de equivalência dos ditos *dois mundos*: o socialista, representado sobretudo pela União Soviética, e o capitalista. Nossa intenção aqui é a de jogar luz em algumas das particularidades da periferia capitalista, e o contexto de lutas revolucionárias por libertação nacional e com caráter socialista que se deram e se dão nelas, e como estas nos possibilitam pensar uma superação de nossa condição dependente, colonizada, mas a própria superação do modo de produção capitalista e, nele, da psicologia, de modo a não incorrerem em transposições descontextualizadas ou perspectivas unidirecionais que tendem a apagar justamente as particularidades de tais realidades.

premissas e fundamentos, refletindo horizontes práticos comuns e expressando um contexto fortemente marcado pelas lutas anticoloniais e pelas experiências de libertação nacional na periferia do capitalismo (Costa & Mendes, 2025).

Outro aspecto digno de nota é a presença do marxismo. Em Merani, de forma mais ortodoxa, por mais que numa nítida filiação mais humanista, em que o autor dialoga bastante com as elaborações sobre a alienação do jovem Marx; em Martín-Baró, de modo heterodoxo e, até mesmo, eclético; e, no caso de Bulhan, embora não se trate de um autor marxista, observa-se um diálogo com o marxismo por meio de Fanon (Costa & Mendes, 2022; Costa & Mendes, 2025). Nessa direção, é possível observar que os três autores erigiram suas propostas de psicologia a partir do materialismo histórico e dialético, cada qual com caminhos próprios. Merani deu continuidade ao legado de seu mestre Henri Wallon, mas elaborando contribuições originais; Martín-Baró apresentou uma trajetória mais diversificada, que incorporou, além do marxismo, aportes da Teologia da Libertação, teoria crítica e da pedagogia de Paulo Freire, resultando, a nosso ver, na formulação mais acabada de uma proposta de Psicologia da Libertação (Costa & Mendes, 2022); e, Bulhan, por sua vez, elaborou uma perspectiva fortemente influenciada por Fanon, mas que vai além, ao desenvolver sua própria teoria da psicologia. “Temos, assim, um diálogo, uma síntese dialética *Bulhan-Fanon*” (Costa & Mendes, 2025, p. 03).

Importante ressaltar que isso também não se trata de algo ocasional. Como a história demonstra, o grosso das experiências de libertação nacional ocorridas na periferia do capitalismo (em África, na Ásia e nas Américas) se deu a partir do marxismo, fossem elas explícita e conscientemente marxistas, que passaram a ser marxistas no seu desenrolar ou que ao menos dialogaram com o marxismo (Prashad, 2019). Isso se torna ainda mais importante de ser ressaltado quando consideramos o contexto de vida dos autores, o momento histórico de suas formulações concernentes à Psicologia da Libertação, nos anos 1960, 70 e 80. É neste solo

histórico que vemos o avançar (e o retroagir, sobretudo a partir da violência imperialista e colonialista) de inúmeras experiências anticoloniais no chamado Terceiro Mundo. Assim, as três propostas aqui abordadas não podem ser analisadas de maneira dissociada do chão que as produziu, que se expressou, nas suas contradições nelas e por elas, ao passo que elas não apenas o refletiram, mas também o forjaram, incidiram nele, o alargando, conformando-o.

Num cenário em que cada vez mais se clama por perspectivas de descolonização da psicologia, acreditamos que o resgate histórico, tal como ensinou Martín-Baró, se torna ainda mais fundamental, até para que não se reproduza apagamentos hegemônicos só que com novas roupagens supostamente críticas de descolonizadoras, resultando em invenções de roda que desconsideram o próprio acúmulo dos condenados da terra. Ainda, a importância também remete ao fato de que a crítica da psicologia não é um exercício dissociado da própria realidade, como se fosse um mero esforço de transpor conceitos, criar termos, tudo no mundo das ideias, nos reinos dos gabinetes, em artigos e demais produções acadêmicas. Não que estes esforços não sejam importantes, dependendo de como são feitos, a que e a quem servem. Contudo, as três propostas de Psicologia da Libertação aqui analisadas, situadas no contexto sócio-histórico que as forjam e é produzido por elas, bem como a própria trajetória dos autores, sobretudo as de Martín-Baró e Bulhan, nos revelam que a crítica, a descolonização e até a superação da psicologia passa pelas lutas concretas de quem deve lutar não apenas para sobreviver, mas para se libertar. Ou melhor, as lutas por libertação e pela emancipação humana passam pela psicologia. A descolonização da psicologia é, antes de tudo, a descolonização da realidade. Não há descolonização daquela sem a desta. Portanto, este movimento deve ser pensado por dentro, mas também por fora da psicologia.

Escrevemos isto, aliás, num contexto em que há um movimento concreto de descolonização, de libertação nacional, de luta anticolonial, a despeito de quase oito décadas de invasão, de *apartheid*, de limpeza étnica e avanço genocida. Estamos falando da resistência

e da luta Palestina. Inspirados pelos exemplos de Martín-Baró, de Bulhan e de Merani, questionamos: como pensar uma Psicologia da Libertação sem considerar a centralidade da luta Palestina? Sem que a construção desta psicologia passe necessariamente pela solidariedade ativa e altiva com o povo palestino e o consequente rechaço ao colonialismo e imperialismo israelense, estadunidense e de todas as potências que chancelam esta barbárie? Não à toa, os laços terceiromundistas de crítica à psicologia, em busca da superação de sua miséria colonial-dependente também se espriam pelo território palestino, como é o exemplo da Psicologia Comunitária palestina, fortemente influenciada por Martín-Baró, Freire, Fanon e outros (Makkawi, 2017). Eis os condenados da terra lutando também por dentro da psicologia, contra a psicologia, mas sobretudo por fora dela.

As análises aqui realizadas partiram da leitura imanente das obras desses autores e da extração de suas bases teórico-práticas já apresentadas anteriormente, bem como do diálogo com comentadores e fontes secundárias sobre suas trajetórias e produções, situando tais contribuições no interior da tradição marxista de crítica à psicologia. O capítulo está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresentamos as convergências e divergências a respeito das críticas dos três autores à psicologia hegemônica; em seguida, realizamos a mesma análise em torno das propostas de superação, entendidas como Psicologias da Libertação. Os autores concordam em grande parte de suas postulações, ainda que dessas convergências surjam divergências e singularidades significativas. Por fim, ainda que sem a pretensão de esgotar o tema, apontam-se possíveis desdobramentos dessas formulações para a crítica da psicologia brasileira, e possíveis superações, considerando que o Brasil não é El Salvador e nem África. O propósito é apenas fomentar novos movimentos de análise e reflexão crítica.

4.1. Convergências e divergências na crítica à psicologia hegemônica

Em primeiro lugar, as reflexões sobre a crítica à psicologia só podem ser compreendidas à luz das condições e contradições históricas, filosóficas e sociopolíticas que a atravessam. Nesse contexto, Merani (1972), Bulhan (1985) e Martín-Baró (1986/2011) apresentaram contribuições relevantes, ainda que situadas em diferentes contextos e perspectivas analíticas, designadas de: alienada (Merani), miserável (Martín-Baró) e opressora (Bulhan). Para tanto, foram definidas algumas categorias de análise: a origem da psicologia; problemas científicos: ontologia, epistemologia e metodologia da psicologia hegemônica; e abordagens psicológicas: ideologia e alienação.

4.1.1. A origem da psicologia nos marcos do capitalismo, colonialismo e dependência

Apesar das diferenças de enfoque, os três autores convergem ao afirmar que a psicologia não surge de forma neutra ou isolada, como se fosse fruto de um “vácuo social”. Ao contrário, ela é forjada como uma necessidade sócio-histórica orientada à reprodução da sociabilidade capitalista. Em primeiro lugar, Merani (1972) reconhece, ainda que implicitamente, a presença de uma psicologia já na Grécia pré-socrática, atribuindo a René Descartes a fundação da psicologia moderna. A partir da dicotomia cartesiana, a psicologia se consolidou na vertente experimental e psicométrica, ambas alinhadas às ciências naturais e, posteriormente, às psicoterapias centradas no estudo da consciência. Tal conformação respondeu às exigências da burguesia no contexto da Revolução Industrial, marcado pelo predomínio das máquinas e pela intensificação da exploração da mais-valia da classe trabalhadora.

Bulhan também reconhece as raízes da psicologia na tradição grega, mas as amplia ao situar sua implicação na imposição colonial europeia sobre o restante do mundo. Assim, afirma que sua origem está diretamente vinculada à violência do colonialismo e do neocolonialismo exercidos sobre povos dominados. Suas teorias, instrumentos e práticas racistas não apenas

ignoraram essa realidade, mas contribuíram para encobri-la, tornando-se dispositivos de violência dirigidos ao povo negro no entrecruzamento entre raça e classe. Essa crítica dialoga com Martín-Baró (1986/2011), que localiza as origens da psicologia no contexto latino-americano colonial-dependente. Para ele, a psicologia não apenas expressa essa posição subordinada das sociedades da região, como também a reproduz ao legitimar um modernismo científico e tecnológico que oculta desigualdades e violências históricas.

Na contramão dos autores, não por acaso, os “historiadores da psicologia” costumam situar sua origem na criação do laboratório de Wundt, em 1879, quando ainda era tratada como um ramo da filosofia. Suas explicações para a suposta “libertação” da psicologia apoiavam-se em um curso pretensamente “natural” do conhecimento, segundo o qual diferentes disciplinas teriam se autonomizado, como a biologia no século XIX, e, posteriormente, a própria psicologia no final daquele século. Desse modo, a evolução do conhecimento é apresentada a partir de seus próprios limites, como se possuísse uma dinâmica interna e autônoma (Yamamoto, 1987).

Contudo, mesmo reconhecendo os avanços científicos, não é possível compreender a psicologia sem situá-la em um contexto histórico mais abrangente, considerando sua natureza fundamental: a de técnica de poder e/ou força produtiva (Yamamoto, 1987). É nas sociedades capitalistas europeias do final do século passado (XIX) que se deve buscar suas bases, assim como a forma de conceber o estudo do comportamento humano e o psicólogo como profissional dessa função. Ora, em tais sociedades que temos, por exemplo, a consolidação do modo de produção capitalista, seus estágios mais avançados em tais períodos, num movimento de reprodução ampliada do capital que se dá na/pela colonização de países das Américas, Ásia e África.

Assim, em nossa avaliação, a psicologia como tal, isto é, como uma ciência parcelar, que se faz psicologia autonomizando-se da filosofia e das demais ciências parcelares, nos

marcos da divisão técnica e social do modo de produção capitalista, já diz de uma forma alienada de se estudar e compreender o ser humano ou aquilo que o constitui. É nesse sentido que Yamamoto (1987) a caracterizará como ciência burguesa, aliado ao fato de que as ciências nesta sociabilidade acabam subsumidas aos desígnios e necessidades do próprio capital - o que não significa que não existam brechas e contradições internas para disputa, tensionamentos, melhorias.

Não à toa, a psicologia se ancora na própria alienação indivíduo-sociedade, como se ambos se produzissem de maneira fragmentada, dicotômica - no máximo, um influenciando o outro - com a primeira instância cabendo à psicologia, como se fosse sua propriedade privada, e a segunda à sociologia. Dessa forma, está na própria natureza (social) da psicologia ser alienada, reproduzindo, justificando e naturalizando a própria alienação capitalista. Com isso, não estamos aqui adentrando em nenhum debate moral, do *bom* ou do *mau*, apenas constatando o caráter social e histórico da psicologia e como a sua crítica é, ao fim e ao cabo, uma crítica de dupla face: a ela e à sociabilidade que a forja, que a faz psicologia e se faz e reproduz nela/por ela.

Nessa perspectiva, para conferir maior concretude a essas origens, é importante destacar que, embora a psicologia tenha surgido no interior do sistema capitalista, esse sistema não é homogêneo e carrega a marca de sua desigualdade combinada em escala global. Assim, para superarmos a noção de um capitalismo abstrato ou clássico, torna-se necessário definir, ainda que de modo resumido, a forma como esse sistema se conforma nas regiões periféricas. Diferentemente do que ocorre no restante do mundo, o capitalismo nos países periféricos, especialmente nos latino-americanos, está vinculado à gênese colonial-escravista, sendo forjado pelos países centrais para o escoamento de mercadorias e a concentração de riqueza mediante a espoliação das próprias periferias. Nestes marcos, há uma inserção tardia e subordinada na divisão internacional do trabalho, conformando uma condição de dependência

que, ao mesmo tempo, diz de países que conseguiram sua independência política formal, mas sem romper com uma condição de subordinação, expressando uma relação dialética de subdesenvolvimento no/pelo desenvolvimento dos países centrais (Bambirra, 2013; Marini, 2017).

Muitos entraves assolam as regiões periféricas, entre eles estruturas econômicas dependentes, desiguais e injustas, sustentadas por regimes autoritários e repressivos, historicamente ancorados em oligarquias e dirigidos por militares. Soma-se a isso a hegemonia imperialista, sobretudo dos Estados Unidos, que intervém em nossas regiões conforme seus interesses, convertendo países inteiros em satélites moldados por relações de dependência econômica, política e cultural. Esses elementos configuram os impasses estruturais de uma sociabilidade organizada em classes. À classe trabalhadora é negado o fruto de seu trabalho, reduzindo seu horizonte à mera sobrevivência e à reprodução da força de trabalho, tendo como categoria central a superexploração da força de trabalho - até mesmo como mecanismo de compensação da perda de valor nas trocas com os países e economias centrais (Marini, 2017). A opressão torna-se ainda mais intensa para aqueles não incorporados ao sistema produtivo formal, como os desempregados, ou superpopulação relativa, frequentemente utilizados para pressionar e rebaixar salários. Soma-se a isso a violência estrutural dirigida às mulheres, à população negra, indígena, LGBTQIA+ e ao campesinato, expressões de uma violência capitalista que é sistemática e normalizada, e ainda mais brutal no capitalismo dependente.

É nesse contexto de capitalismo dependente que a psicologia se origina e se expande, configurando-se hegemonicamente como uma ciência e profissão da e para as classes dominantes. A inexistência de um marco conceitual compatível com essa realidade resultou em um enfoque reducionista e esvaziado de significação, marcado por um servilismo social. Seu reducionismo metodológico desconsidera o contexto histórico-social e converte problemas concretos em abstrações idealistas, distanciando a psicologia das condições reais de vida das

maiorias populares. Nessa perspectiva, durante o período colonial, os saberes psicológicos hegemônicos reproduziram ideias racistas que contribuíram para a dominação e disciplinarização de povos originários e africanos (Antunes, 2012), legitimando e justificando a colonização. Já nos contextos marcados pela industrialização tardia, a psicologia reforçou lógicas higienistas e eugênicas de marginalização das maiorias populares, sobretudo das populações não brancas, além de servir de instrumento de maior extração de mais-valia dos trabalhadores nas fábricas (Costa & Mendes, 2021).

Além disso, a psicologia, em *Nuestra América*, cumpriu desde suas origens a função de promover adaptação e ajustamento. Não surpreende, portanto, que sua relevância aumente à medida que as condições de vida se deterioram: quanto mais adversa a realidade, mais útil ela se torna para a manutenção da ordem vigente. Esse fato deveria nos alertar tanto para a psicologia quanto para a sociabilidade que a produz e dela necessita, ao mesmo tempo em que evidencia a urgência de disputá-la. Por isso, uma análise histórico-concreta de sua existência e de suas origens torna-se indispensável, sobretudo na América Latina e nas demais regiões periféricas (Mendes & Costa, 2022).

Nesse ponto, aliás, uma particularidade distintiva da proposta de Psicologia da Libertação de Martín-Baró diz respeito a como ela pode ser compreendida como a mais *latino-americanista* das três, a mais *nuestra* delas. Isso se dá justamente por ela se nutrir mais diretamente das lutas e dos processos revolucionários empreendidos na região. Quer dizer, ela mesma diz destes movimentos, não apenas reproduzindo-os e os expressando, mas, em certa medida, faz parte deles; também “é” eles. Não à toa a sua fundamentação na Teologia da Libertação, da Filosofia da Libertação e diálogo com outras iniciativas que se espalham no solo histórico latino-americano e que vão muito além da produção teórica e acadêmica.

Em síntese, a psicologia, concebida hegemonicamente como instrumento técnico-científico e de poder para o controle do comportamento dos trabalhadores nas fábricas,

emergindo da necessidade de ampliar a mais-valia nos países centrais, deve, na periferia, ser compreendida à luz da imposição colonial violenta, dependente e racista, ainda que também cumpra funções no período desenvolvimentista de industrialização tardia. Nesses contextos, o saber psicológico atuou também como instrumento ideológico, cuja utilidade aumenta à medida que a vida se torna mais precarizada.

Por outro lado, com a existência e consolidação da psicologia, como podemos transformá-la, efetivando mudanças nela, para que, mesmo como psicologia, nas suas contradições e limitações, consigamos produzir outra psicologia, num movimento de superação, a ponto de que ela se volte às necessidades das maiorias populares? Esta foi e é a pergunta que Martín-Baró, Merani e Bulhan fundamentalmente se fizeram, desde as particularidades das realidades que acessaram e dando ênfase a determinados elementos constitutivos delas. Trata-se de evitar, ao mesmo tempo, posturas sectárias, de simples rechaço à psicologia, desresponsabilizando-a inclusive, e que desconsideram as contradições imanentes a ela como ciência parcelar e profissão autônoma nos marcos da divisão social e técnica do trabalho no capitalismo, e suas particularidades no capitalismo dependente brasileiro, incorrendo em mais psychologização e sua utilização como instrumento de mistificação da realidade e de controle da classe trabalhadora. Conforme Martín-Baró (1980/2017, p. 26), o psicólogo(a), “[n]o curto prazo, terá que atender os ‘traumas’ do conflito e da desintegração social. A médio e longo prazos, deverá colaborar na edificação de um homem novo, baseado em necessidades menos individualistas e em objetivos que partem da justa solidariedade”. A questão que fica, em nosso entendimento, é que neste processo dialético, de mediar contradições, atuando nelas e com elas, a psicologia, ao colaborar na edificação de um ser humano novo, baseado em necessidades menos individualistas e em objetivos que partem da justa solidariedade, estará também colaborando na edificação de uma nova forma de apreender a abarcar tais necessidades novas - não mais pela psicologia.

4.1.2. Epistemologia e ontologia na psicologia hegemônica

Outro ponto de convergência nas críticas dos três autores à psicologia hegemônica diz respeito aos impasses epistemológicos que, por sua vez, também se configuram como impasses ontológicos próprios da psicologia (Costa & Mendes, 2022; Lacerda Jr., 2010). Nessa direção, Martín-Baró (1986/2011) destacou que a ausência de uma epistemologia adequada resulta em uma psicologia latino-americana miserável, escravizada, que desconsidera a sabedoria e as virtudes populares, alinhando-se à perspectiva do dominador. Entre os elementos que compõem essa ausência estão o positivismo, o individualismo, o hedonismo, a visão homeostática e o ahistoricismo.

Na mesma linha crítica, Merani (1972) denuncia falhas metodológicas da psicologia hegemônica, entendendo-as como instrumentos de alienação a serviço dos interesses industriais e capitalistas, os quais ignoram o contexto histórico, a consciência humana e o diálogo interdisciplinar. Suas críticas incidem sobre abordagens reducionistas, positivistas e instrumentalizadas. Para ele, a redução do ser humano a métricas quantificáveis transforma a psicologia em ferramenta de controle econômico, limitando o indivíduo ao papel de produtor/consumidor. Por seu turno, Bulhan (1985) evidencia abordagens metodológicas que, ao se alinharem a interesses coloniais e neocoloniais, perpetuam o racismo e a opressão. Segundo o autor, essa psicologia caracteriza-se por um solipsismo metodológico que reduz experiências humanas, universalizando as perspectivas de brancos de classe média e negando as realidades vividas por povos negros e afrodescendentes.

Em síntese, percebe-se que as principais convergências entre os três autores dizem respeito à negação da concretude dos indivíduos que não são das classes dominantes, isto é, a classe trabalhadora e, nela, as maiorias populares. Isso fica ainda mais evidenciado e recrudescido quando se trata de tais populações no contexto da periferia capitalista, como é o

caso da América Latina e, de maneira ainda mais particular, dos indivíduos e grupos que fogem do universal branco, europeu, os negros. As abordagens epistemológicas e metodológicas da psicologia hegemônica apagam sua história e se mostram reducionistas e funcionalistas. Trata-se, portanto, de uma crítica à universalização de um indivíduo não apenas burguês, porque oriundo da sociedade burguesa, mas também eurocêntrico, branco e, acrescentamos, homem cis e heterossexual. O foco desloca-se para o indivíduo, para a psicologização, para a extração da mais-valia e para a reprodução do racismo.

Essa dinâmica articula-se diretamente ao desenvolvimento capitalista na/pela colonização e a condição dependente dos países periféricos, anteriormente mencionado, que se configurou de modo simultaneamente físico e epistemológico. Ao eliminar um corpo que também pensa, elimina-se sua história e sua cultura. A colonização significou a negação de qualquer forma de expressão humana considerada “incivilizada”, constituindo-se como o maior saque e genocídio da história. Não surpreende, portanto, que, além da dominação física, a colonização tenha se estendido à cultura, aos valores e às epistemologias científicas no período neocolonial. É nesse horizonte que Neusa Santos Souza, em *Tornar-se Negro*, examina os conflitos vividos por pessoas negras em ascensão social. Segundo a autora, tais conflitos decorrem da divergência entre o eu atual (negro) e o ideal de eu - modelo referencial de constituição subjetiva -, uma vez que esse ideal perseguido é branco (Souza, 2021). Ela aponta que esse ideal de eu branco é resultado da colonização e do apagamento das histórias e contribuições das pessoas negras, algo que também marcou a própria trajetória de Bulhan na psicologia.

Sueli Carneiro, por sua vez, denomina esse apagamento como epistemicídio, entendido como a busca contínua pela deslegitimação do conhecimento produzido por povos dominados. Para a autora, o epistemicídio anula e desqualifica saberes de povos subjugados, produz indigência cultural por meio da negação do acesso à educação, reforça a inferiorização cultural,

opera por mecanismos de deslegitimação do negro como produtor de conhecimento e reduz sua capacidade cognitiva. Assim, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do negro, sequestrando sua capacidade de aprender e ensinar (Carneiro, 2023). Muitos outros autores e intelectuais negros e negras se dedicaram a analisar os efeitos do colonialismo e do epistemicídio; entre eles, além das já mencionadas, destacam-se Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento e Aimé Césaire.

Na esteira do colonialismo epistemológico que impactou populações negras, algo semelhante ocorreu com os povos indígenas, cujos saberes já existiam muito antes da chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis. As culturas mesoamericanas, conforme aponta Pavón-Cuéllar (2022), vivenciam a mesma história: desde a colonização, sofreram violência etnocida, colonial e neocolonial, capitalista e imperialista, que lhes causou danos severos e irreparáveis. Ainda assim, mesmo nas condições mais adversas, conseguiram resistir e subsistir até hoje, preservando grande parte de seu patrimônio cultural. É comum que intelectuais e profissionais latino-americanos, especialmente psicólogos, tenham concebido a subjetividade apenas por meio de perspectivas teóricas europeias e estadunidenses. O indígena foi reiteradamente tratado como objeto, e não como sujeito teórico ou metodológico. Seu apagamento cultural também se constituiu como parte desse processo. Tais exemplos são fundamentais por conferirem concretude aos problemas epistemológicos que atravessam as regiões periféricas e que, ao mesmo tempo, são problemas ontológicos de um ser social negro, indígena e marginalizado. Entretanto, como se pode perceber, não se trata de uma ontologia abstrata, genérica ou idealista, mas de uma ontologia social e histórica, pois diz respeito ao ser social; nos termos fanonianos, uma sociogênese.

Ademais, embora as críticas epistemológicas à psicologia sejam relevantes, há um excesso de discussões centradas apenas nelas, quando o debate fundamental deveria incidir sobre a ontologia, isto é, sobre como a psicologia compreende o ser humano, o que é o ser

humano, qual é sua natureza social e histórica e quais são as implicações disso. Não é o caso dos três autores citados, mas, conforme argumenta Lacerda Jr. (2024), esse epistemologismo típico da crítica à psicologia leva a inflexões que chegam a descaracterizar o próprio sentido da epistemologia, como se ela se reduzisse a uma mera substituição de conceitos, sem fundamentação e/ou coerência ontológica. A libertação da psicologia passa, portanto, por uma crítica ontológica que se espraia em uma práxis política.

Em suma, as análises teórico-práticas da psicologia e de suas condições de surgimento raramente partem de uma discussão explicitamente ontológica. No entanto, essa ausência não elimina a concepção de ser nem a complexa relação entre sujeito e objeto. No caso das teorias psicológicas, seus fundamentos ontológicos revelam-se fictícios, como a noção de uma individualidade desvinculada do meio (Martín-Baró) ou a ideia de um indivíduo que responde apenas a estímulos mecanizados (Merani) (Lacerda Jr., 2010). Soma-se a isso o apagamento de determinados indivíduos, de epistemologias vinculadas às sabedorias e potencialidades populares, especialmente de povos negros e indígenas, como resultado do plano colonial imperialista que confirmam o desenvolvimento capitalista. Desse modo, permanecem vigentes epistemologias e abordagens estrangeiras que apagam e alienam qualquer possibilidade de resgate das culturas e saberes populares. A discussão sobre ideologia e alienação será desenvolvida adiante.

4.1.3. Críticas às abordagens da psicologia hegemônica: ideologia e alienação

Especificamente quanto às críticas às abordagens psicológicas (a psicanálise, o behaviorismo e a tradição psicométrica), os três autores convergem ao compreendê-las como instrumentos ideológicos que mediatizam o acesso do psicólogo à realidade concreta, porém de modo fetichizado e mistificado, promovendo sua alienação e reproduzindo a alienação própria do modo de produção capitalista. Diferentemente dos instrumentos psicométricos,

alinhados às ciências naturais, as psicoterapias, voltadas à introspecção, à percepção e aos aspectos da consciência, configuram-se como outra forma de domesticar e adaptar as maiorias populares.

Essa crítica inicial articula-se diretamente ao entendimento de Martín-Baró (1985/2011) de que os intensos debates entre diferentes abordagens psicológicas configuram falsos dilemas. Para ele, tais discussões são estéreis e incapazes de responder às demandas urgentes das populações. Na mesma direção, e ainda no âmbito da ideologia e da alienação, o autor observa que o latino-americano é frequentemente caracterizado como fatalista, concepção tratada como um traço psicológico que limitaria sua capacidade de ação e inibiria a rebeldia das maiorias populares - um exemplo claro de psicologismo ideologizante. Para Martín-Baró, tais análises são reducionistas e equivocadas, pois ignoram e ocultam os obstáculos sociais e econômicos objetivos que aprisionam as maiorias populares, convertendo-se, simultaneamente, em “ideologia de reconversão”.

A crítica de Merani (1972) reforça esse diagnóstico ao indicar que a psicanálise, o behaviorismo e a psicomетria, embora apresentadas como avanços científicos, constituem expressões ideológicas de uma psicologia alienada voltada à manutenção da ordem social e à adaptação do indivíduo ao capitalismo. Além disso, destaca o papel da psicologia como base da publicidade e propaganda, instrumentos centrais de manipulação da consciência. Nesse processo, a identidade própria é substituída por símbolos idealizados vinculados ao consumo, alimentando um psicologismo irracional que atribui valor excessivo ao saber psicológico e oculta as relações desiguais de dominação. Sobre esse prestígio exacerbado, Merani (1976, p. 12) afirma:

Nossa sociedade está farta de psicologia, seus conhecimentos e formas de ação.
Consumimos psicologia querendo ou não, mesmo que não estejamos fazendo

psicoterapia, análise, ou mesmo nos servindo por interesse e vontade próprios de serviços psicológicos

Na mesma linha crítica, Bulhan (1985) acrescenta outro eixo fundamental ao denunciar que as principais correntes da psicologia ocidental são expressões cientificamente racistas. Segundo ele, tais abordagens se baseiam em concepções reducionistas, maniqueístas e descontextualizadas do ser humano, derivadas de perspectivas brancas e burguesas alinhadas à imposição violenta europeia sobre o restante do mundo. Nesse quadro, a psicopatologização da vida e os processos de cura tornam-se coercitivos e violentos, reforçando a função social ideologizante e alienante da psicologia enquanto ciência e profissão.

Esse debate sobre ideologia amplia-se ao considerarmos que, além de ser um termo polissêmico nas ciências sociais e humanas, a ideologia ocupa lugar central na história da psicologia crítica latino-americana. Para além de Martín-Baró, Bulhan e Merani, destacam-se as contribuições de Silvia Lane e Maritza Montero. Lane (1984) identifica a psicologia hegemônica, marcada por modelos norte-americanos, como uma ciência ideológica, ao tomar como universal a particularidade das classes dominantes. Para ela, a ideologia corresponde à concepção de homem e de ideias que sustentam o modo de produção capitalista, sendo a alienação sua expressão individual. Montero (1990), em consonância, entende a ideologia como distorção da consciência que mascara as relações sociais e impede que os indivíduos reconheçam sua exploração.

Algumas ponderações são necessárias neste ponto. As críticas dos autores devem ser tidas de maneira contextualizada, isto é, situadas em seu tempo histórico. Nas últimas décadas, as próprias correntes ou abordagens da psicologia e do campo psi têm se questionado quanto ao que os autores criticavam. Isso, por sua vez, só denota a validade da crítica dos três. Não é nossa pretensão analisar como tais críticas têm se dado, mas é possível conjecturar que podem estar resultando em mudanças na direção de psicologias e psicanálises mais condizentes com a

concretude da realidade e, nela, da classe trabalhadora a qual tomam como objeto e com a qual trabalham. Contudo, mesmo com as modificações internas, as quais não são irrelevantes, ao ainda serem psicologia ou psicanálise, avaliamos que a crítica quanto ao caráter alienado, ideológico se mantém pertinente.

A partir do exposto, podemos constatar que tais divergências são muito mais em termos das ênfases que os autores darão para determinadas implicações concretas da práxis psi ou quanto à algumas de suas mediações e determinações. Não se trata de uma divergência de fundo. Sendo assim, ao serem dialogadas, possibilitam complementações e uma apreensão mais abrangente e totalizante da psicologia. Por exemplo, Bulhan evidencia de modo contundente o racismo na e pela ciência psicológica euro-americana, suprimindo lacunas e carências nas apreensões de Martín-Baró e Merani. No caso do primeiro, há uma relevância à questão camponesa e ao camponês. No entanto, há também uma desconsideração ou minimização da questão racial, o racismo e suas implicações, por mais que sejam mencionados e criticados em alguns textos (p. ex. Martín-Baró, 1973/2022). Já em Merani, isso é ainda mais lacunar e problemático.

Segundo Bulhan, a psicologia é psicologia porque é racista, no sentido de reprodução de uma estrutura racista. Diante do exposto, concluímos que as convergências entre os autores indicam que a psicologia está intrinsecamente vinculada às classes dominantes e à manutenção do sistema capitalista. Sua origem na modernidade está relacionada à espoliação colonial-racista europeia nas regiões periféricas, como a América Latina e a África, e, posteriormente, à superexploração do trabalho, potencializando a extração de mais-valia nessas mesmas regiões, bem como no próprio centro econômico deste modo de produção. Logo, se não existe capitalismo sem racismo, a psicologia como ciência típica do capitalismo, como ciência burguesa, também tem reproduzido racismo, sido racista.

Entretanto, um ponto crítico em Bulhan diz respeito ao que Costa e Mendes (2025) denominam “psiquiatrização da psicologia”. Segundo eles, Bulhan reduz sua crítica à psicoterapia, reflexo da influência de Fanon e do contexto em que escreveu, marcado por limites às críticas à psicologia nos EUA quando comparadas às produzidas na América Latina.

Por fim, um ponto de divergência relevante entre os autores aparece na obra de Martín-Baró (1990) ao tratar do patriarcado e do machismo. O autor analisa a opressão da mulher salvadorenha e descreve a família tradicional burguesa como um cárcere ao desenvolvimento feminino, estruturada por crenças estereotipadas que naturalizam a divisão sexual do trabalho e atribuem à mulher o papel exclusivo de cuidadora. Tais crenças compõem o que ele denomina “ideologia familiar dominante”. Esse cárcere se evidencia nas condições concretas de vida de muitas mulheres (mães solas, vítimas de violência sexual, empobrecidas e submetidas ao isolamento doméstico), o que empobrece suas possibilidades de existência. Assim, a família burguesa se mostra como espaço de prisão. As alternativas, segundo o autor, passam por reconhecer o caráter histórico da família e redefinir a divisão social e sexual do trabalho, ampliando a autonomia das mulheres.

Em síntese, concluímos que os autores convergem ao afirmar que as origens da psicologia e sua necessidade teórico-prática estão vinculadas ao sistema capitalista e, de modo específico, à sua face colonial-dependente nos países periféricos, marcada pela disciplinarização, pelo racismo, pelo eugenismo e pela patologização. Somam-se a isso os impasses epistemológicos e metodológicos decorrentes do apagamento e da desconsideração de saberes populares, negros e indígenas, um apagamento físico, cultural e epistemológico. Embora não identifiquem explicitamente a ontologia como questão central, entendemos que ela constitui o núcleo do problema do ser social na periferia do mundo. Assim, a psicologia se revela não apenas branca e racista, mas também alienada, produzindo falsas consciências como expressão da realidade que a constitui. Nesse sentido, destacam-se duas divergências

fundamentais: a necessidade de uma racialização consciente da psicologia, conforme propõe Bulhan, e a centralidade das questões de gênero e da condição de aprisionamento da mulher, evidenciada pelas contribuições de Martín-Baró. A seguir, apresentamos as formulações orientadas à superação dessa psicologia, como as Psicologias da Libertação.

4.2. Convergências e divergências nas propostas de Psicologia da Libertação

De modo semelhante ao tópico anterior, optamos por expor as convergências e divergências entre os autores em torno das propostas de Psicologias da Libertação, compreendidas como formulações de superação, isto é, alternativas à psicologia hegemônica, ainda que permaneçam como psicologias. De modo geral, os três autores defendem uma psicologia da libertação orientada à construção de um novo horizonte, de uma nova epistemologia e de uma nova práxis, comprometida com o resgate da memória histórica, com as potencialidades populares, com a organização coletiva e com táticas de confrontação. Em síntese, propõem um projeto ético-político, coletivo, que se articule a projetos emancipatórios alternativos mais amplos.

4.2.1. Novo horizonte

Diante do papel desumanizante que a psicologia assume, torna-se necessário que ela construa um novo horizonte: para si e, ao mesmo tempo, societário, humano. Essa mudança exige que a psicologia latino-americana se descentralize de si, deixando de priorizar a defesa de seu *status* científico para voltar-se às necessidades e potencialidades das maiorias populares. Nesse sentido, a questão crucial, desde Martín-Baró (1986/2011), permanece sendo a miséria exploratório-opressiva que marca a região e, nela, as maiorias populares, agravada pela crescente precarização da vida, do trabalho e a espoliação dos direitos conquistados. Trata-se de uma condição de dependência marginalizante que impõe uma existência inumana e limita

ainda mais a autodeterminação dos sujeitos. Por isso, o(a) psicólogo(a) deve tomar partido e se implicar na transformação do mundo, pois a neutralidade científica é uma ilusão que sustenta a ordem vigente — ainda mais em uma realidade capitalista e com particularidades dependente e colonial, que oprime e violenta sobremaneira pessoas pobres, negras, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e apaga culturas e saberes populares.

Embora a psicologia tenha historicamente enfatizado a libertação individual, como se ela fosse possível, defendendo que cada pessoa controla a própria vida e alcança as suas metas, ela pouco avançou na compreensão da relação entre ideologia pessoal e coletiva, tampouco em processos de desalienação. Frequentemente, contribuiu para obscurecer o vínculo entre alienação pessoal e opressão social. Por isso, torna-se indispensável a conscientização do *quefazer* (práxis) psi. Martín-Baró e Bulhan evidenciaram como a opressão social se expressa na opressão psicológica e como sua libertação dependia da superação dessa dinâmica.

A partir do exposto, devemos refletir: a partir de quem (o onde), em benefício de quem e, nisso, como vemos os processos? Com quem e para quem está trabalhando? Coloca-se, então, a necessidade de revisão crítica e reelaboração da psicologia, processo que só pode ser feito com a adoção da perspectiva das maiorias populares (Martín-Baró, 1986/2011; 1996; Lima et al. 2023). Isso não significa que devemos falar ou fazer por elas, numa reprodução de *psicologia bancária* - parafraseando a educação bancária criticada por Paulo Freire -, mas fazer uma imersão em suas realidades, numa construção dialógica e coletiva para que a psicologia impulse verdadeiramente suas demandas e projetos de futuro. Cabe assumir as maiorias populares como sujeitos históricos, não meros objetos, e, nisso, suas necessidades como as da Psicologia.

A conscientização também constitui um elemento fundamental para desalienar o senso comum e a experiência cotidiana. Por meio dela, torna-se possível superar o reducionismo que restringe o campo psicológico a traços de conduta ou personalidade, recolocando a consciência

humana no centro da ação. Essa concepção amplia o alcance da intervenção psicológica, pois a conscientização não se limita a uma mudança subjetiva, mas pode transformar as condições objetivas de vida. Logo, o horizonte conscientizador exige respostas e posturas claras do psicólogo diante da desigualdade social, do desemprego, da guerra, da tortura, do racismo, da violência de gênero, da lgbtfobia, do genocídio negro e indígena, reposicionando sua atuação frente às injustiças sociais e intervindo diretamente nelas.

A conscientização, articulada a esse reposicionamento, evidencia também o caráter ideológico presente tanto nos esquemas psicológicos quanto no cotidiano das maiorias populares. Tal ideologia pode ser superada mediante uma inversão metodológica: antes de intervir, o psicólogo deve perguntar quem é o sujeito e de onde ele fala, em vez de recorrer automaticamente a técnicas padronizadas e universalizantes. Como o instrumento psicológico é uma construção social, ele está imerso em distorções que ocultam elementos fundamentais da realidade, como a origem das pessoas, suas necessidades e seu território. Assim, o horizonte conscientizador possibilita desideologizar falsas concepções, recuperando a experiência autêntica de grupos e indivíduos, reconhecendo o oprimido e o opressor no que realmente são e compreendendo o que a psicologia tem sido, o que não tem sido e o que ainda pode vir a ser (Martín-Baró, 1986/2011; 1996).

Nesta direção, o(a) psicólogo(a) também será convocado a atuar nas e com as condições objetivas de produção da vida, até porque não há uma dicotomia entre elas e como são subjetivadas, mas uma relação dialética, processual que remete à ação humana. Queremos aqui dizer que a práxis psi orientada a processos de conscientização não significa abordar os modos de subjetivação, desconsiderando o resto, o que nos leva a incorrer em subjetivismos típicos da psicologia. Numa realidade tão desigual como a nossa, isso significará *sujar as mãos, pisar com os pés nos chãos* onde a própria vida é produzida. Em alguns momentos, será requerido até mesmo algo de assistencialismo, já que as pessoas não têm nem mesmo os direitos mais

básicos garantidos. Contudo, estas são mediações, muitas das vezes infelizmente necessárias, e que não findam em si.

Desse modo, o saber psicológico mais relevante não é necessariamente o formal, mas aquele enraizado na prática cotidiana (Martín-Baró, 1986/2011; 1996). Isso porque as condições objetivas, sobretudo econômicas e sociais, configuram os principais obstáculos à autenticidade das maiorias populares, ao passo que as condições subjetivas, mais imediatas, limitam o campo de sentido e dificultam processos de transformação. Nesse cenário, a psicologia pode desempenhar um papel relevante ao assumir o horizonte conscientizador, promovendo a desideologização do senso comum de forma análoga ao uso das palavras geradoras na teoria terceiro-mundista de Paulo Freire.

Em consonância com Martín-Baró, Bulhan (1985) também propõe a construção de novos horizontes, ainda que seus apontamentos se concentrem especialmente na psicoterapia e na clínica. Para ele, é fundamental reconsiderar a categoria de necessidades humanas, ao invés de instintos, pois tais necessidades expressam não apenas frustrações, mas também potencialidades dos oprimidos, como o acesso à água, ao alimento e ao trabalho, e não podem ser ignoradas pela psicologia. Esse novo horizonte deve igualmente valorizar a sociabilidade, o enraizamento e a cultura, elementos centrais da vida social e contrapostos ao individualismo. A ausência de contato humano, observa o autor, conduz à morte social e psicológica. Assim, a busca pela autodeterminação dos povos pobres e negros constitui uma necessidade tão essencial quanto aquelas mais básicas, por estar intrinsecamente ligada às experiências de liberdade.

Ainda no âmbito da psicoterapia, Bulhan defende uma “psicopraxis” que devolva aos oprimidos sua capacidade de ação, que ultrapasse a intelectualização da experiência ou o alívio momentâneo da dor e se realize em atividades organizadas e coletivas, capazes de restaurar identidade, agência e poder aos sujeitos. Sua análise, fortemente influenciada por Fanon,

mostra que a cura não pode ocorrer no isolamento, mas apenas na reinserção dos indivíduos em processos coletivos que desalienam sua prática cotidiana e reconstituem os vínculos sociais.

Além disso, em Bulhan esse horizonte ganha contornos ainda mais radicais. Ele sustenta que a psicologia deve ser conscientemente racializada, assumindo uma racialização crítica e deliberada da disciplina - com o horizonte de desracialização dela e da própria realidade. Como argumentam Costa e Mendes (2025), a psicologia já é racializada, mas, ao não reconhecer tal condição, reproduz o racismo como forma de opressão. Por isso, torna-se necessário promover um movimento de racialização consciente que reconstrua a identidade e a subjetividade negra a partir de uma perspectiva crítica e descolonizadora. Essa proposta deve articular-se a uma práxis comprometida com as reais necessidades do povo negro, e isso não pode ser feito no isolamento dos laboratórios, mas na luta cotidiana pela descolonização da realidade, que não ocorrerá de forma mágica, e sim por meio de um enfrentamento persistente e contínuo (Costa e Mendes, 2025). Entre os três autores analisados, apenas Bulhan enfatiza explicitamente a centralidade de se enfrentar e superar o racismo presente na psicologia. Dessa forma, o diálogo com a proposta de Bulhan complexifica e aprimora as outras duas propostas de *Psicologias da Libertação*, de Merani e Martín-Baró, num sentido de possibilitar a apreensão de mais determinações, em direção a uma síntese que expresse o real na sua concretude, no caso, racializada e racista, para a sua transformação.

Quanto a Merani (1972), por sua vez, o novo horizonte da psicologia se configura como uma psicologia humanizada, voltada à apreensão do ser em sua concretude histórica e social, buscando atender às necessidades humanas. Sua proposta converge com as formulações de Martín-Baró e Bulhan ao defender uma psicologia comprometida com a transformação das condições concretas de vida da classe trabalhadora. Assim, embora cada autor destaque diferentes ênfases, seus horizontes são convergentes, pois se orientam pelas demandas da classe

trabalhadora e se opõem ao alinhamento da psicologia hegemônica às necessidades sociais e ideológicas do capitalismo.

Em síntese, diante de uma realidade em que opressão e exploração recaem sobre as maiorias populares, psicólogos e psicólogas não podem manter uma postura espectadora, como se isto não se referisse a eles e elas. Não se trata de seguir os acontecimentos a reboque, presos à incapacidade de compreendê-los, mas de atuar com consciência, tomando partido das maiorias populares em suas necessidades - não por elas, mas com elas - e contribuindo para desalienar o vínculo entre opressão social e alienação pessoal. Essa atuação não se limita ao laboratório ou ao escritório universitário, mas exige uma práxis comprometida com os acontecimentos que afetam e continuarão afetando a vida das pessoas. Assim, a psicologia deve assumir como próprias as necessidades e potencialidades da classe trabalhadora (negros, pobres, mulheres), orientando-se por um horizonte de nova ordem social humanizada, humanizante, anticolonial e antirracista, integrada a um amplo movimento de emancipação.

4.2.2. Novas formas de conhecimento requerem uma nova práxis

Essa nova epistemologia exige uma perspectiva que “seja a partir de baixo, das próprias maiorias populares oprimidas” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 192). Assumi-la não implica descartar os conhecimentos já produzidos, mas submetê-los a uma revisão crítica desde o ponto de vista das maiorias populares, de modo que as técnicas aprendidas revelem suas potencialidades libertadoras ou, ao contrário, seus efeitos de submissão.

Diante de uma realidade capitalista, nas suas particularidades dependente, colonizada, que se reproduz na psicologia e é por ela reproduzida, adotar essa perspectiva significa realizar um movimento da periferia ao centro, desalienando e descolonizando os conhecimentos produzidos pela disciplina. Essa tarefa requer articulá-la às lutas e aos movimentos de libertação na África, América e Ásia, circunscrito à luta geral da classe trabalhadora em se

emancipar, emancipando a própria humanidade (Costa & Mendes, 2025). Para evitar um epistemologismo abstrato, como já mencionado, é necessário reconhecer que a desalienação e a descolonização da psicologia se realizam na luta: uma luta anticolonial, antimanicomial, antirracista e anticapitalista (com horizonte socialista). Não há criação de novas formas de conhecimento sem esse comprometimento e sem tomar partido pela classe trabalhadora na práxis concreta, fazendo de suas necessidades as necessidades da própria psicologia. Tal práxis deve estar vinculada ao resgate da memória histórica e ao fortalecimento das virtudes e saberes populares, isto é, à centralidade das lutas históricas dos explorados e oprimidos. “E mesmo que ela seja psicologia nesse processo, que seja uma psicologia popular, num movimento da e para a realidade da classe trabalhadora, um instrumento tático para sua libertação, o que por sua vez, passa pela libertação da psicologia” (Costa & Mendes, 2025, p. 58).

Evidentemente, que esta luta se dá sobremaneira *por fora* da psicologia, no bojo dos esforços dos explorados e oprimidos se libertarem de seus próprios grilhões. Quanto a isso, cabe a psicologia também se indagar em termos do que ela pode contribuir, mesmo que tal contribuição seja tímida e pequena.

Além disso, outra forma de produzir novos conhecimentos presentes nas propostas é a orientação pelo materialismo histórico-dialético, ou ao menos o diálogo com ele. Essas afinidades indicam que os caminhos para a superação da psicologia não se encontram em seu interior, ainda que as disputas e transformações internas da disciplina não devam ser ignoradas, mas devem ser buscadas *fora* de seus limites tradicionais (Costa & Farias, 2022).

Para Merani (1972), o homem não pode ser concebido como entidade fixa, dotada de essência imutável, mas como um ser histórico cuja constituição ocorre na interação com as circunstâncias sociais que possibilitam sua “hominização”. Por isso, a psicologia genética e dialética proposta por ele compreende a vida psíquica como desdobramento da ação concreta,

o esforço humano de transformar as circunstâncias em um movimento contínuo de ação-reflexão.

Martín-Baró (1983a), por sua vez, aprofunda a compreensão da perspectiva dialética para além da mera interação entre indivíduo e sociedade. Para ele, a dialética não pode ser reduzida à concepção de que pessoa e sociedade são entidades autônomas que apenas se influenciam ocasionalmente. Sua proposta parte do pressuposto de que indivíduo e sociedade se constituem reciprocamente em um processo histórico marcado por negação e afirmação mútuas. A ação humana é, ao mesmo tempo, individual e social, pois traduz e conforma ambas as realidades em um movimento contínuo de ser feito e fazer-se (Martín-Baró, 1983a).

A proposta de Bulhan (1985), por sua vez, constitui um desdobramento da sociogenia de Fanon, como o próprio autor afirma:

Reagindo contra a tendência constitucionista em psicologia do fim do século XIX, Freud, através da psicanálise, exigiu que fosse levado em consideração o fator individual. Ele substituiu a tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos que a alienação do negro não é apenas uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a Sociogenia (Fanon, 1952/2008, p. 28).

Nessa perspectiva, a sociogenia fanoniana afirma a primazia da história sobre a ontogenia e a filogenia, ao mesmo tempo que reitera o caráter e a condição social do ser humano. Abre-se caminho para uma teoria dialética que, em vez de ajustar o indivíduo à ordem vigente, se fundamenta na autodeterminação dos explorados e oprimidos, considerando as particularidades e determinações da colonização e do colonialismo (e neocolonialismo), do racismo, das distintas formas de opressão patriarcal etc., em uma práxis coletiva de libertação.

Em síntese, para que a psicologia produza novas formas de conhecimento, deve assumir a perspectiva das maiorias populares e de suas necessidades, não de modo abstrato, mas na práxis concreta. A desalienação e a descolonização da psicologia ocorrem pela transformação

da própria realidade que a forja e por ela é forjada. Além disso, a perspectiva dialética constitui um elemento central e indispensável nas formulações dos três autores, articulando-se às teorias terceiro-mundistas, como a pedagogia freireana e a sociogenia de Frantz Fanon. Em conjunto, essas propostas evidenciam que somente uma psicologia popular, dialética e sociogênica pode enfrentar os desafios impostos por contextos racistas e opressores, contribuindo para a construção de um horizonte verdadeiramente libertador. A nosso ver, estes são (ou deveriam ser) princípios constitutivos ou horizontes de uma práxis a partir do marxismo.

4.2.3. Organização popular, ativismo social e prática de classe revolucionária

Entendemos que esse é um dos elementos mais relevantes de superação propostos pelas Psicologias da Libertação. Especialmente Martín-Baró e Bulhan convergem quanto à necessidade de que os psicólogos não apenas estudem, mas também se engajem em organizações populares⁹, sindicatos e outras formas de prática coletiva de classe. Merani, por sua vez, não aborda diretamente essa dimensão em suas reflexões. Desse modo, para Martín-Baró (1987b/2017), a Psicologia da Libertação comprometida com as maiorias populares, não pode ignorar a análise e a participação nas formas de organização coletiva, sendo o sindicalismo uma de suas expressões mais significativas.

Nessa perspectiva, nenhuma conscientização é efetiva sem formas organizativas que canalizem os interesses populares para o confronto histórico de classes. O sindicalismo, embora não seja a única instância de luta, é um espaço privilegiado para superar o individualismo e o

⁹ Por vezes, parece haver certa romantização do poder terapêutico e libertador dos grupos nos autores, sobretudo em Martín-Baró e Bulhan. Porém estamos em convergência com Costa (2024) ao afirmar, por exemplo, que a militância nas organizações populares também pode reproduzir violências que remetem às nossas estruturas, se tornando até instrumentos de opressão. Nas instituições sociais, das quais citamos a família, isso é ainda mais evidenciado, com elas podendo ser, ao contrário do que se diz e se espera espaço de violências que operam como barreiras ao desenvolvimento multidimensional dos seres humanos. Portanto, assumir a potencialidade da práxis coletiva, da organização e da utilização tática dos espaços e instituições coletivos não significa ignorar que, contraditoriamente, também podem ser (e são) “alienantes”. A questão é que a saída para os problemas coletivos, por mais que se expressem singularmente, é coletiva ou pode ser ainda mais fortalecida coletivamente.

fatalismo, possibilitando que os trabalhadores reconheçam sua inserção e ação histórica em uma comunidade de interesses que ultrapassa o âmbito privado.

A contribuição de Bulhan (1985; 2015) converge amplamente com a de Martín-Baró, especialmente ao diagnosticar que a psicologia do *establishment*, marcada pelo individualismo, falhou em se alinhar ao ativismo social. Por isso, ela deve promover a auto-organização, a ação conjunta e o fortalecimento dos laços comunitários. A organização popular, nesse sentido, não é apenas um meio estratégico, mas a única via para superar a impotência, a apatia e a dependência que marcam a vida sob regimes de opressão (Bulhan, 1985; 2015).

Há, portanto, uma linha de continuidade entre Martín-Baró e Bulhan: ambos reconhecem que, sem organização coletiva, não há possibilidade de libertação, e que a psicologia, ao privilegiar o indivíduo isolado, acaba por legitimar a ordem vigente. Para Martín-Baró, a prática de classe é a mediação entre a consciência histórica e a organização popular; para Bulhan, a organização coletiva é condição para a cura psicológica, pois a desalienação só se concretiza no vínculo ativo com o coletivo (Martín-Baró, 1986/2011; Bulhan, 1985; 2015).

O resgate da memória histórica, aliado à valorização das virtudes populares e à mobilização de mecanismos de confrontação, é outro ponto de convergência entre Martín-Baró e Bulhan. Isso se torna especialmente relevante ao considerarmos que os povos latino-americanos e negros, historicamente submetidos à violência colonial-racista, mantiveram em seu cotidiano um potencial de resistência que escapa às interpretações da psicologia hegemônica.

O salvadorenho destaca que a história do continente é marcada por solidariedade, fé, esperança e disposição para o sacrifício em nome do bem comum, virtudes que, mesmo sob condições brutais de opressão, sustentaram a sobrevivência dos povos e sua capacidade de projetar futuros possíveis. Contudo, a psicologia em grande parte negligenciou tais virtudes,

voltando-se a parâmetros culturais externos. Sabemos pouco sobre as potencialidades históricas de nossos povos e tendemos a reduzi-las a estereótipos como fatalismo, religiosidade excessiva ou machismo. Essa postura empobrece a análise, desconsidera a riqueza cultural das maiorias populares e ignora que sua força vital reside justamente no entrelaçamento entre fé, tradição, solidariedade e resistência comunitária.

Bulhan (1985) enfatiza que a libertação exige resistência e enfrentamento direto das forças que sustentam a opressão. Do mesmo modo, a recuperação das virtudes populares e da memória histórica possibilita que os povos reconheçam sua própria resistência e potencialidades. Assim, o resgate das identidades e biografias, aliado ao desenvolvimento de mecanismos de confrontação, torna-se indispensável. O poder e a liberdade não são concessões, mas conquistas forjadas no conflito. A resistência implica enfrentar as estruturas institucionais da dominação e os mecanismos internalizados que mantêm os oprimidos subordinados. Como observou Fanon no processo de libertação argelina, é no calor da luta que surge uma energia criativa e transformadora, em que as biografias individuais se entrelaçam com a construção coletiva de uma nova história (Bulhan, 1985).

A convergência entre Martín-Baró e Bulhan reside no reconhecimento de que a resistência depende simultaneamente da valorização das virtudes populares, do resgate de suas biografias e memórias e do enfrentamento ativo da opressão. Martín-Baró aposta no resgate e na potencialização de um patrimônio histórico-cultural que sustenta práticas solidárias, comunitárias e de esperança. Bulhan, embora também valorize memória, biografia e tradição, enfatiza que, sem confrontação, seja por meios pacíficos ou, em determinadas circunstâncias, por formas de contraviolência, não há transformação efetiva. Enquanto Martín-Baró defende o reconhecimento e a valorização do povo em suas virtudes e potencialidades, Bulhan enfatiza a necessidade de desenvolver táticas ofensivas de confrontação que desafiem as estruturas opressoras, rompendo com a expectativa de concessões espontâneas dos dominadores.

Em consonância com Costa e Farias (2022), é preciso cautela para não incorrer em irrealismos ao tentar resgatar o passado como se fosse plenamente reconstruível no presente, o que pode levar a uma visão fetichizada ou essencializada da história. Nesse sentido, os autores afirmam:

Lembremos do alerta que nos fez Frantz Fanon (1980) - psiquiatra e revolucionário martinicano, que lutou pela libertação nacional da Argélia -, de que esse retorno à tradição possui importância subjetiva, mas “dá a impressão de que a mediação se vinga substancializando-se” (p. 46), e ao sair “desses esposais apaixonados”, é que se decide “com conhecimento de causa, lutar contra todas as formas de exploração e de alienação do homem” (p. 47) (Costa & Farias, 2022, p. 355).

Ambos, contudo, articulam a ideia de que a libertação requer ação organizada e coletiva, que resgata o passado e projeta o futuro em uma práxis transformadora. Se, para Martín-Baró, essa práxis precisa se nutrir das virtudes que mantêm viva a esperança popular, para Bulhan ela exige, simultaneamente, a coragem de confrontar os mecanismos que perpetuam a violência.

A síntese de suas contribuições revela que o resgate da memória histórica e das virtudes populares não é um exercício nostálgico, mas um recurso estratégico para fortalecer a luta; e que os mecanismos de confrontação, por sua vez, não podem ser reduzidos a um recurso puramente bélico, mas devem se enraizar nessa mesma tradição histórica e cultural. Dessa forma, memória e luta, esperança e confronto, fé e organização coletiva se articulam como pilares de uma psicologia da libertação comprometida com a emancipação real dos povos oprimidos.

4.2.4. A Psicologia da Libertação como projeto ético-político

A Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró (1986/2011) possui um duplo propósito: libertar a própria psicologia na América Latina e superá-la por meio da formulação de uma Psicologia da Libertação (Costa & Mendes, 2022; Lacerda Jr., 2018). Tal proposta não se configura como uma nova área ou especialidade da psicologia, mas, sim, “um projeto ético-político” (Lacerda Jr., 2018, p. 73). Embora seu projeto ético-político englobe críticas à epistemologia, à metodologia e às práticas da psicologia, também propõe rupturas com a psicologia latino-americana em sua totalidade, ao defender “uma práxis libertadora de uma psicologia popular” (Costa & Mendes, 2022, p. 244), orientada para responder às necessidades mais urgentes das maiorias populares.

Resguardadas as diferenças, Merani também não defendia a criação de uma nova escola ou ramificação da psicologia (Costa & Mendes, 2022). Sua proposta de Psicologia da Libertação surge como superação da psicologia alienada, fundamentando-se em uma antropologia concreta. O autor propõe transformar a psicologia, orientando-a à construção de uma nova sociedade e de um novo ser, voltada ao atendimento das necessidades humanas, configurando uma psicologia humanizada, sustentada em um humanismo radical (Merani, 1972; Costa & Mendes, 2022).

Bulhan (1985), por sua vez, fundamenta sua abordagem na radicalidade de Fanon. Seu propósito, além de libertar a psicologia da opressão, é contribuir para a emancipação das massas exploradas e oprimidas, especialmente dos negros afetados pelo racismo. A Psicologia da Libertação bulhaniana fundamenta-se na negação e superação da psicologia hegemônica. Embora não represente um rompimento absoluto com a disciplina, configura-se como uma outra psicologia, em forma e conteúdo, que procura romper com a naturalização do racismo presente nas práticas, orientando-se às necessidades dos explorados e oprimidos (Costa & Mendes, 2025).

Enquanto Merani aborda os problemas da classe trabalhadora a partir da ciência psicológica, Martín-Baró parte das necessidades das maiorias populares para interpelar a ciência, operando um movimento inverso (Costa & Mendes, 2022). De modo semelhante, Bulhan tem como objetivo a libertação do colonizado, do negro, ainda mais violentado pela psicologia da opressão. Seu projeto de Psicologia da Libertação é explicitamente anticolonial¹⁰, ultrapassando os limites estritamente científicos da disciplina e fundamentando-se em um humanismo radical que, em contexto de colonização, contribua para a superação do colonialismo e do racismo, considerando as “necessidades-poderes” dos oprimidos.

Diante do apresentado, afirmamos que as formulações dos três autores refletem a possibilidade da construção de um projeto ético-político distinto de psicologia, que supere a própria psicologia, por mais que ainda seja psicologia. Ao mesmo tempo, um projeto de psicologia que, sendo desenvolvido e efetivado, contribua para a própria superação da psicologia, ao se pôr a contribuir na transformação da realidade que faz a psicologia, e se reproduz nela/por ela.

A psicologia hegemônica tem se orientado muito mais para a sua reprodução - numa velocidade, intensidade e volume nunca antes vistos. Temos, por exemplo, a massificação da oferta de serviços, como psicoterapia e testes psicológicos, em detrimento de se democratizar a construção de respostas a partir das demandas das populações marginalizadas. Para ilustrar esse cenário, Yamamoto (2012) mostra que, ao serem questionados sobre sua atuação nas políticas sociais, psicólogos frequentemente relatam que sua atividade central é o psicodiagnóstico, seguido da aplicação de testes. Nesse sentido, não há, salvo raras e fundamentais exceções, mudanças substanciais na prática do psicólogo quando este direciona sua atenção às parcelas mais amplas da sociedade, incluindo aquelas em maior situação de vulnerabilidade atendidas nas políticas sociais de saúde, educação e assistência social.

¹⁰ Bulhan acaba caracterizando suas formulações nos marcos da decolonialidade.

Essa constatação nos remete à necessidade, por um lado, de que o psicólogo compreenda mais profundamente as determinações sociais que configuram sua inserção profissional no setor público do bem-estar social, como são os casos das políticas sociais (saúde, assistência social, educação). Por outro lado, exige que amplie seu campo de ação, ultrapassando os limites do mero executor de políticas, indo além das próprias políticas enquanto mediações estatais - muitas delas necessárias para a reprodução e sobrevivência da classe trabalhadora -, reconhecendo que a dimensão técnica é também uma dimensão política. Seja o psicólogo consciente disso ou não, toda ação profissional envolve relações de poder (Iamamoto, 1998). Ignorar esse aspecto significa aderir à já superada tese da neutralidade científica e técnica, criticada por Martín-Baró (1986/2011), Bulhan (1985) e Merani (1972).

Ao avançarmos nas análises, reafirmamos que a psicologia, como qualquer profissão, está situada nos marcos da formação capitalista e subordinada às suas determinações. Em outras palavras, inscreve-se na divisão social do trabalho, operando na reprodução das relações capitalistas. Reconhecemos esse limite, embora não o compreendamos como imutável. Entretanto, também é necessário admitir que o alcance individual da ação profissional é restrito, quase inexistente, e diferente da militância política propriamente dita (sindical, partidária ou ligada a movimentos sociais).

Portanto, a partir desse esclarecimento, reiteramos que não cabe ao(a) psicólogo(a), nem a nenhum outro profissional, desempenhar um papel decisivo em processos de transformação estrutural da sociedade. Isso, porém, não implica que ações profissionais orientadas para a transformação sejam inúteis ou desnecessárias, tampouco significa que a prática, por não ser neutra, não possa se articular e contribuir com instrumentos de luta populares e projetos societários alternativos. É justamente nesse ponto que propomos refletir sobre a viabilidade de um projeto coletivo, um projeto ético-político, e defendemos que as

psicologias da libertação constituem possibilidades para tal construção ao buscar alargar a profissão psicológica.

Por fim, um projeto ético-político não elimina divergências e contradições internas, mas precisa ser construído apesar delas. Martín-Baró já apontava isso ao discutir a importância do horizonte conscientizador em diferentes setores de atuação, como a escola, o campo industrial e a clínica. Como proposta coletiva, o projeto ético-político pretende alcançar toda a categoria profissional, em suas diversas abordagens. Sendo formado por uma “unidade de diversos”, ele é, como afirma Yamamoto (2012, p. 15), uma unidade possível, não uma unidade homogênea. Assim, o que propomos é que o(a) psicólogo(a) se torne co-participante de um projeto ético-político articulado a projetos societários mais amplos, voltados para a transformação estrutural da sociedade capitalista e não para sua manutenção. As propostas de Psicologia da Libertação, ao centrarem sua atuação nas necessidades das maiorias populares, construir um novo horizonte, novas formas de conhecimento e práxis coletiva, buscam ampliar o campo de atuação profissional, ainda que limitado, e sem deixar de ser psicologia, mas o fazem inserindo a prática no interior das lutas da classe trabalhadora. Por isso, entendemos tais propostas como projetos ético-políticos, apesar de suas diferenças e enfoques, voltados a superar o caráter colonial-dependente da psicologia, não apenas por dentro dela, mas por fora, na luta pela superação desta sociedade que a conforma assim (por também ser colonial-dependente) e nela se reproduz.

Trata-se de uma negação da psicologia tal como posta, realizada pela via de sua própria superação: uma psicologia da libertação que, contudo, ainda permanece psicologia. Em seu núcleo, implica a necessidade de denunciar suas origens e sua vinculação ao capitalismo, propondo novos horizontes, debates ontológicos ancorados em seres sociais concretos, orientadas à consciência e à desalienação, além de ser uma práxis ativa na realidade, que recupere a memória histórica, as virtudes populares, os mecanismos de enfrentamento e o

diálogo com movimentos sociais e organizações de luta. Nesse sentido, embora a construção de um projeto ético-político represente um avanço importante, ele continua marcado por limitações e contradições que impedem a ruptura plena com o horizonte de libertação da própria psicologia, mantendo-a como meio para a realização de um fim que a ultrapassa. A seguir, examinamos ainda mais alguns dos desdobramentos das Psicologias da Libertação para a crítica e a superação da psicologia hegemônica no Brasil.

4.3. Desdobramentos críticos e superadores das Psicologias da Libertação para a psicologia brasileira

Não pretendemos aqui fazer um exercício de análise da psicologia brasileira. Contudo, considerando o esforço feito, avaliamos que não só são possíveis alguns diálogos com a realidade brasileira, como estes são necessários - com as devidas mediações para não incorrerem em transposições descontextualizadas.

Apresentamos assim uma breve contextualização histórica, com apontamentos gerais sobre a gênese e o desenvolvimento histórico da psicologia, em um cenário marcado pela gênese e via de desenvolvimento colonial (Chasin, 1978), configurando um capitalismo dependente (Bambirra, 2013; Marini, 2017). Além disso, serão discutidos os desdobramentos das formulações das Psicologias da Libertação para a crítica e superação no campo psicológico hegemônico no país.

A psicologia brasileira deve ser compreendida em sua inserção no contexto da sociedade capitalista e particularidades da formação social brasileira (Antunes, 2012; Boechat, 2017; Lacerda Jr., 2013). Seus pressupostos e fundamentos refletem as necessidades e contradições da sociedade que a produz. Dessa forma, a história da psicologia brasileira não se restringe a um conjunto de ideias abstratas e desvinculadas da realidade, mas encontra-se profundamente enraizada no chão concreto do país (Costa & Mendes, 2021).

Em conformidade com Antunes (2012), não buscamos esgotar o tema da história da psicologia no Brasil, mas seguir o percurso traçado pela autora, apresentando algumas de suas realizações e evidenciando suas contradições. Assim, a psicologia brasileira deve ser entendida como uma construção histórica e social, resultante de múltiplas determinações, orientada por determinadas concepções de homem e vinculada a posições de classe. A tensão entre esses elementos opostos produz movimento, rupturas e possibilita superações (Antunes, 2012).

De início, concordamos com Martín-Baró (2011, p. 84), citado por Costa e Farias (2022, p. 334), ao abordar a miséria da psicologia latino-americana:

[...] tem suas raízes em uma história de dependência colonial que não coincide com a história da colônia ibero-americana, mas com a do colonialismo do “garrote e da cenoura” que foi imposto a nós há um século.

Segundo os autores, embora Martín-Baró tenha utilizado o termo “dependência colonial”, ele se refere à condição subordinada dos países latino-americanos em relação aos países capitalistas centrais, especialmente aos Estados Unidos, mesmo após a superação formal dos regimes coloniais. No que diz respeito à necessidade de conceituar a categoria de dependência, alinhamo-nos à perspectiva de Bambirra (2013, p. 38), importante representante da teoria marxista da dependência (TMD):

Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma situação condicionante. A dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida [...]. Uma situação condicionante determina os limites e as possibilidades de ação e comportamento dos homens [...].

Diante do exposto, em concordância com Costa e Farias (2022), entendemos que a afirmação de Martín-Baró se articula à definição da categoria de dependência proposta por Bambirra (2013). Enquanto os países capitalistas centrais se expandem e se impõem, surgem,

em contrapartida, países dependentes, cujas economias enfrentam graves problemas políticos, econômicos e sociais. Há, portanto, uma dupla face da miséria, conforme apontam Costa e Mendes (2021): o caráter colonial e o dependente.

O capitalismo desenvolveu-se inicialmente por meio da acumulação na Europa Ocidental e do colonialismo (Costa & Mendes, 2021) e essa miséria se manteve na fase *neocolonial* (Bulhan, 2015; Martín-Baró, 1986/2011), ou dependente, sustentada pelo imperialismo capitalista. Mesmo que qualitativamente distinta, prolonga a forma colonial por outros meios. Nessa perspectiva, a psicologia latino-americana não está imune ao contexto que a constitui, ao mesmo tempo em que reproduz e expressa essa condição colonial-dependente (Bulhan, 2015; Costa & Farias, 2022; Costa & Mendes, 2021; Martín-Baró, 1986/2011).

Em um breve recorte histórico do desenvolvimento da psicologia brasileira, é possível identificar essa miséria colonial-dependente, assim como certas especificidades associadas à forma particular que o capitalismo dependente assume em nosso país. No Brasil, a psicologia, enquanto ciência e profissão, foi regulamentada pela Lei nº 4.119, de 1962. Isso não significa que, antes, já não houvesse estudos e práticas profissionais vinculadas ao campo psicológico (Antunes, 2012; Costa & Mendes, 2021; Lacerda Jr., 2013).

Antunes (2012) apontou a presença de saberes psicológicos já no regime colonial e, posteriormente, ao longo do século XIX. Durante o domínio português, o Brasil se configurou como uma colônia de exploração, cuja espoliação das riquezas assegurava às classes dominantes da metrópole uma vida de luxo. A estrutura da empresa colonial demandava, por um lado, um forte aparato repressivo para conter revoltas e insurgências internas, bem como para defender o território de invasões de outras potências europeias, e, por outro, um aparato ideológico no qual os saberes psicológicos tinham papel central, ao servir à imposição e à difusão de ideologias que justificavam e legitimavam a colonização, colaborando para a dominação de africanos escravizados e povos indígenas.

No âmbito ideológico, a Companhia de Jesus desempenhou papel central. Muitos jesuítas dedicaram-se à produção e difusão de conhecimentos voltados à organização da empresa colonial. Sua atuação no Brasil estava diretamente relacionada à educação, especialmente à formação dos filhos de colonos portugueses. Porém, a catequese e a educação destinadas aos povos indígenas eram pedagogias repressivas, isto é, do medo, baseada em castigos, disciplinarização e controle, sustentada pela psicologia moral da época (Antunes, 2012).

Dessa forma, os estudos psicológicos no período colonial, realizados pelos jesuítas, manifestavam-se principalmente em sua atuação como educadores. Sem dúvida, eles ocuparam um lugar ideológico privilegiado, elaborando reflexões sobre a disposição para o trabalho, a aculturação indígena e o controle ou cura das emoções a partir de preceitos morais. Um caso digno de nota, seriam os debates sobre suicídio na colônia, muitos de autoria jesuítica, cujo objetivo central era inibir tal prática entre indígenas e pessoas escravizadas por meio da ideia de danação eterna e punição (Antunes, 2012).

Contudo, uma primeira contradição: alguns jesuítas defendiam concepções teóricas e políticas (saberes psicológicos) que confrontavam a pedagogia do medo. Entre as concepções estavam reflexões sobre a infância, a educação, o reconhecimento do papel do meio na aprendizagem e o reconhecimento da capacidade intelectual das mulheres. Tais elementos se aproximavam do que depois se configuraria como psicoterapia. As contradições manifestavam-se nas posições políticas de alguns jesuítas que entravam em conflito com a metrópole ao se colocarem desfavoráveis a escravidão de indígenas e negros africanos, denunciando as condições desumanas de trabalho e de vida que lhes eram violentamente impostas no Brasil (Antunes, 2012).

Com o fim formal do período colonial, no século XIX, o Brasil passou por profundas transformações econômicas, políticas e sociais com a instalação da Corte portuguesa no Rio de

Janeiro e, posteriormente, durante o período imperial. Na necessidade de formar um aparato repressivo e administrativo, criaram-se escolas, cursos superiores e foram instaladas diversas instituições no território brasileiro, sobretudo nas áreas urbanas. Esse século foi decisivo para o desenvolvimento dos saberes psicológicos, que mantiveram muitas das preocupações do período colonial, mas com avanços qualitativos e maior elaboração conteudista. As questões sociais tornaram-se o principal foco médico e pedagógico, tendo como base saberes psicológicos sem nenhum compromisso social com os interesses da classe operária (Antunes, 2012).

Com o avanço da urbanização e a expropriação da classe trabalhadora de suas pequenas propriedades, grande parte da população, especialmente a negra e pobre, passou a migrar, desempregada, para os centros urbanos, onde as condições precárias de moradia e saneamento agravaram os problemas sociais e de saúde pública. As elites passaram então a se referir à classe trabalhadora empobrecida como composta por “leprosos”, “loucos”, “prostitutas” e “mendigos”. Nesse cenário, surge a então Medicina Social, orientada por ideais de normalização e higienização social, com o propósito de eliminar a desordem e os chamados “desviados” (Antunes, 2012).

Os africanos, arrancados de suas terras, línguas e culturas, encontravam-se física e socialmente fragilizados. Com o avanço do novo ciclo econômico, os negros foram gradualmente marginalizados, processo ao qual se somaram ideias racistas cada vez mais consolidadas, destinadas a garantir a supremacia branca de base europeia. Coube à ciência, especialmente ao campo médico, incorporar saberes psicológicos que legitimavam o racismo (Antunes, 2012).

A psicologia moderna no Brasil começou a se desenvolver entre o final do século XIX e o início do século XX, consolidando-se como um campo científico e profissional que, desde suas origens, esteve associado às classes dominantes da formação social brasileira (Lacerda Jr.,

2013). Reiterando o alinhamento histórico com os colonizadores portugueses, a psicologia moderna atuou da mesma forma: aparato ideológico a serviço da dominação. Como no passado, sem nenhum compromisso social com indígenas e negros, na modernidade continuou permanecendo distante da classe operária no contexto industrial tardio (Antunes, 2012; Lacerda Jr., 2013).

A partir da década de 1930, com a industrialização e as transformações nas relações de produção, a psicologia passou a desempenhar papel central no recrutamento de trabalhadores, adaptando-os às exigências do novo modelo econômico e prevalecendo-se como instrumento de disciplinarização e controle social (Costa & Farias, 2022; Antunes, 2012). A regulamentação da profissão em 1962 representou uma etapa de autonomização formal, mas não de ruptura. A disciplina continuou organizando a força de trabalho e excluindo aqueles considerados “inaptos” ou “insubordináveis” (Costa & Farias, 2022, p. 336). Nessa perspectiva, a psicologia assumiu um duplo caráter: atuava ativamente na dinâmica da sociedade industrial brasileira tardia, mediando capital e trabalho, e funcionava como instrumento psiquiátrico, manicomial e ideológico, patologizando os desviantes, considerados improdutivos (Costa & Farias, 2022).

A função ideológica da psicologia se tornou evidente à medida que seu desenvolvimento se alinhou à ideologia burguesa centrada na propriedade privada e na concepção de indivíduo liberal-burguês. Esse caráter sustentou a atuação da disciplina ao longo do século XX, especialmente após o golpe empresarial-militar de 1964, quando a psicologia reforçou sua compatibilidade com os interesses das classes dominantes. A criação dos Conselhos de Psicologia, entre o final da década de 1960 e o início de 1970, evidencia o diálogo direto entre o campo profissional e o regime militar (Boechat, 2017; Lacerda Jr., 2013).

Durante a ditadura, o regime implementou uma política cultural voltada à consolidação da hegemonia burguesa. Nesse contexto, a psicologia contribuiu para concepções de subjetividade individualizadas e apolíticas, intensificando a psicologização e a

psicopatologização da vida cotidiana ao importar modelos estrangeiros e aplicá-los sem qualquer mediação com a realidade brasileira (Costa & Farias, 2022; Ribeiro, 2025; Lacerda Jr., 2013). Nesse sentido, a disciplina funcionou como veículo de reprodução ideológica, sustentando um formalismo funcionalista e a-histórico (Lacerda Jr., 2013; Martín-Baró, 1986/2011).

Contudo, ressaltamos que emergiram experiências contrárias e de resistência no âmbito da psicologia brasileira. Nessa perspectiva, vertentes críticas, como: a Psicologia Sócio-Histórica, tendo como marcos o Projeto de Psicologia e Compromisso Social, liderada por psicólogos(as) e docentes do Programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como Sílvia Lane e colegas; o desenvolvimento da Psicologia Histórico-Cultural, ancorada nas experiências de Vigotski, Luria, Leontiev e, mais recentemente, desbravando outros autores da Psicologia Soviética; a própria Psicologia Social Comunitária e suas interfaces com a Psicologia Política de caráter crítico, dentre outras. Todas elas se põem a rejeitar o individualismo, o positivismo e o tecnicismo da psicologia dominante (Boechat, 2017). Em termos organizativos, destaca-se a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em 1980, e sua consolidação, bem como de outras organizações, associações, coletivos que, não sem limitações e contradições, dão continuidade e densificam as críticas à psicologia.

Durante o processo de redemocratização, diversos movimentos sociais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), passaram por inflexões; o mesmo ocorreu com o movimento de psicólogos críticos da Psicologia do Compromisso Social e com a ABRAPSO (Boechat, 2017). Esses movimentos adotaram uma perspectiva reformista voltada à emancipação política dentro dos limites da democracia liberal burguesa. Assim, o compromisso social da psicologia, embora relevante, concentrou-se na democracia liberal sem enfrentar a contradição capital-trabalho e sem propor rupturas profundas alinhadas

à superação do capitalismo brasileiro e ao marxismo. Nessa direção acabaram reproduzindo uma função conciliatória, adaptativa e críticas mais limitadas (Boechat, 2017; Lacerda Jr., 2013).

Paralelamente, o processo de redemocratização possibilitou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e, posteriormente, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tudo isso com muita luta popular. Essas mudanças transformaram significativamente a psicologia, mas não alteraram de forma substancial seu processo formativo e profissional que permaneceu hegemonicamente ahistórico, constituindo-se como “alternativas que não alternam”, (Yamamoto, 1987, p. 69) A democratização da psicologia, por meio das políticas sociais, e da centralidade na clínica, continuou disciplinando negros e pobres, mantendo a persistência de práticas de controle social sob uma fachada de ampliação de acesso.

Os movimentos críticos e a ampliação formal da profissão, com sua inserção no SUS e no SUAS, não modificaram de forma estrutural o papel hegemônico da psicologia. O estereótipo do psicólogo clínico continua predominante na prática profissional, enquanto a categoria segue precarizada e vulnerável diante dos desmontes estatais. Somado a isso, a chamada “democratização pelo consumo” converteu a psicoterapia em mercadoria, despolitizando o sofrimento social e reforçando sua função ideológica (Costa & Farias, 2022).

Por fim, no período pós-ditadura até a atualidade, o caráter liberal individualista da psicologia continua a deslocar os conflitos sociais para a esfera privada (Costa & Farias, 2022; Ribeiro, 2025). Essa funcionalidade na manutenção das sociedades dependentes mostra que o problema central não se limita às dimensões epistemológicas, mas envolve também suas bases ontológicas e políticas. Desde suas origens, a disciplina atua na reprodução colonial-dependente, seja por meio de sua função de controle social ou ideológica, reforçando práticas conservadoras e adaptativas (Boechat, 2017; Costa & Farias, 2022; Lacerda Jr., 2024).

Dessa forma, a trajetória histórica da psicologia brasileira evidencia, de maneira contraditória, sua articulação hegemônica com os interesses das classes dominantes e a preservação das estruturas de poder, mesmo quando buscou ampliar sua abrangência social. Embora as vertentes críticas e os avanços institucionais representassem conquistas relevantes, a disciplina permaneceu estruturalmente condicionada à lógica do capital. Tal constatação reforça a necessidade de análises críticas e superadoras, alinhadas a uma práxis comprometida com a transformação das condições concretas de vida, em vez da mera manutenção da ordem vigente.

4.3.1 Apontamentos para a crítica e superação da psicologia brasileira a partir das propostas de Psicologias da Libertação

A psicologia brasileira desenvolveu-se em meio às contradições de um país marcado por uma estrutura colonial-dependente, mantendo e ainda reproduzindo muitos dos impasses destacados por Merani, Martín-Baró e Bulhan, autores da Psicologia da Libertação. Entre os impasses que analisamos neste tópico estão: o alinhamento da psicologia às classes dominantes; sua gênese colonial-dependente; a apropriação acrítica de teorias estrangeiras, especialmente norte-americanas, em detrimento de perspectivas terceiro-mundistas e dialéticas; o racismo e o higienismo; o apoio à superexploração do trabalhador durante o período de industrialização tardia; e, por fim, a despolitização da profissão e o distanciamento em relação aos instrumentos e organizações de luta populares. Assim, apresentaremos pequenos apontamentos à psicologia brasileira hegemônica e alternativas de superação baseadas nas três propostas de psicologia da libertação, bem como em bibliografias secundárias que também se debruçaram sobre o tema. O que faremos aqui são apontamentos, destacando elementos fundamentais a serem considerados para tais exercícios na/pela psicologia e indo além dela, orientada à sua superação.

Conforme mencionamos, desde o Brasil colônia já existiam saberes psicológicos, sobretudo por meio do trabalho educativo e catequético dos jesuítas. Utilizava-se, então, a psicologia moral com o intuito de disciplinar indígenas e negros escravizados. Esse período reforça os apontamentos de Bulhan (1985) e sua denúncia de que a psicologia nunca esteve imune à violência colonial imposta a nós pelos europeus, sendo um de seus instrumentos, ainda que reprima esse fato em sua história. Tais apontamentos também se alinha às denúncias de Martín-Baró.

Posteriormente, com o início da urbanização e da industrialização tardia brasileira, durante o chamado período “moderno”, a psicologia manteve-se como instrumento ideológico, de disciplinarização, racismo e higienismo. Essa orientação se manifestou sobretudo em estudos conduzidos por médicos que buscavam “embranquecer” o país por meio de práticas e teorias psicológicas racistas, voltadas à psicopatologização dos marginalizados e à manicomialização de negros e pobres, considerados improdutivos e insubmissos.

Predominantemente branca e de classe média, desde sua origem colonial e, posteriormente, na fase industrial, a psicologia no Brasil demonstra dificuldade em confrontar os efeitos da colonialidade em suas bases (Costa & Farias, 2022). Essa limitação epistemológica, que é também ontológica, impede o reconhecimento de saberes afro-indígenas, quilombolas, do resgate da memória histórica e das virtudes populares, perpetuando o que Bulhan (1985) denominou “solipsismo”: uma psicologia centrada em um “eu branco”. Para que essa situação seja superada, convergimos com Bulhan (1985) e Costa e Mendes (2025) quanto à necessidade de uma psicologia conscientemente racializada, uma vez que ela já o é de forma inconsciente. Trata-se de uma psicologia racista em seus instrumentos e métodos, ainda que desenvolvida em um país cuja maioria da população é composta por pessoas não brancas, majoritariamente pardas e negras.

Observamos, então, que historicamente a ausência de uma epistemologia adequada na psicologia brasileira também converge com o que Martín-Baró (1986/2011) denominou “mimetismo cientificista”: a adoção acrítica de modelos teóricos e metodológicos estrangeiros, frequentemente descontextualizados. Ao reproduzir tais referenciais, a disciplina compromete sua capacidade de responder aos problemas concretos da população, disseminando saberes inadequados que, além de insuficientes, contribuem para ocultar as reais necessidades sociais, e, como mencionado, reforçam o racismo. Nesse ponto, também ressaltamos o alerta de Martín-Baró (1986/2011): a rejeição acrítica pode gerar uma psicologia do “coqui”, termo cunhado pela psicóloga Milagros, que designa uma psicologia nacionalista que, em vez de resolver problemas, tende a reproduzir perspectivas alinhadas às classes dominantes.

Em consonância com as críticas bulhaniana, martin-baroniana e meraniana, Costa e Farias (2022) destacam que os estudos pós-coloniais e decoloniais denunciaram a persistência do eurocentrismo e reivindicaram a valorização de epistemologias periféricas. Embora relevantes, tais abordagens, ao enfatizarem excessivamente o lugar de enunciação, por vezes incorreram em um epistemologismo (Lacerda Jr., 2016) que acaba por obscurecer os fundamentos materiais da exploração. A dominação colonial e o racismo, contudo, são também expressões das relações de produção e das formas ideológicas que sustentam o capitalismo, em especial nas suas particularidades dependentes, isto é, no desenvolvimento do subdesenvolvimento de determinadas formações sociais (Costa & Farias, 2022). Como o próprio movimento da história tem deixado nítido, não há capitalismo sem racismo e o colonialismo tem sido um dos pilares constitutivos de sua expansão e reprodução ampliada; o mesmo vale para a estrutura patriarcal deste modo de produção da vida.

Desse modo, a crítica ao caráter colonizado da psicologia brasileira não deve se limitar à rejeição formal do pensamento europeu, mas compreender-se como expressão das determinações históricas do capitalismo dependente nas suas particularidades (Costa & Farias,

2022). Os processos que se orientam à descolonização da psicologia devem ter como base uma práxis totalizante que apreenda a colonização na/da psicologia como uma expressão particular do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista, mas que se desdobra na psicologia. Nesse sentido, o problema da colonização ou dependência da psicologia a transcende, sendo econômico, político, social e cultural, por mais que ao se manifestar nela/por ela, requeira ações específicas por dentro da psicologia (Costa & Mendes, 2025). Mas é necessário ir além.

Grosso modo, não é possível descolonizar a psicologia apenas por dentro dela, sem que haja uma descolonização da sociedade, que não só a faz psicologia e por ela é conformada, mas que em nossa particularidade a faz dependente - e é (re)produzida pela psicologia. Portanto, a descolonização enquanto processo se faz na luta, uma luta anticolonial, que também é anticapitalista, antirracista e antipatriarcal. Não há descolonização da psicologia sem se comprometer com uma práxis de luta na/da realidade, e essa práxis se dá pela incorporação das necessidades da classe trabalhadora (Costa & Mendes, 2025).

Avançando na discussão, com a transição para o período nacional-desenvolvimentista e a industrialização tardia, a psicologia continuou a desempenhar um papel funcional às necessidades do capitalismo dependente brasileiro, especialmente na formação do trabalhador adequado às novas exigências econômicas e produtivas. Tal constatação alinha-se às críticas formuladas por Merani (1972) à psicologia hegemônica. Nesse contexto, a disciplina no âmbito da indústria promove a seleção, o ajustamento e o controle social, selecionando trabalhadores (Costa & Farias, 2022) isto é, “trogloditas”. A função alienada da psicologia ao regime industrial adapta os sujeitos aos imperativos de eficiência e produtividade. No Brasil, essa lógica permanece presente, atravessada por uma racionalidade tecnocrática orientada por discursos de desempenho, autogerenciamento e resiliência, que despolitizam e psicologizam a

superexploração da força de trabalho. Tanto que agora não se trata mais de trabalhadores, mas de colaboradores, empreendedores e afins.

Nessa linha, observa-se um crescimento significativo de movimentos ideológicos contemporâneos de *coachings*, que se desdobram da psicologia, simplificando fenômenos humanos complexos em *slogans* motivacionais e promessas de alta performance. Uma das figuras mais conhecidas é Pablo Marçal, recentemente candidato a prefeito de São Paulo, que obteve, de forma expressiva, quase 1,8 milhão de votos. Isso reforça uma lógica individualista, positivista e meritocrática, alinhada à cultura do *self-made man*, na qual o sucesso é sempre atribuído ao esforço pessoal e o fracasso é responsabilizado exclusivamente no indivíduo. Nessa perspectiva, elementos como sofrimento psíquico, desigualdade social, barreiras estruturais e experiências históricas de exclusão são negligenciados ou reduzidos a meras “crenças limitantes”.

Dessa forma, o discurso do *coaching* contribui para a manutenção da ideia de que mudanças profundas dependem unicamente da força de vontade, desconsiderando as complexas determinações sociais que atravessam nossas vidas. Ao transferir questões coletivas para o plano individual e responsabilizar o sujeito por sua dor ou condição social, esse discurso atua como agente de reprodução das desigualdades, camuflado sob a aparência de empoderamento e “autoconhecimento”. Ora, não seria o *coaching* uma ramificação mais simplificada e banalizada de certas psicologias? No mínimo, não tem alguma fundamentação nelas ou estabelece diálogos com elas?

A crítica de Merani à *scientific management* e à *engineering human* mantém-se atual ao evidenciar a cumplicidade da psicologia brasileira com a lógica do capital. Nessa configuração, o psicólogo, reduzido a técnico a serviço da produção, perde a consciência histórica de sua inserção social. Por isso afirmamos a necessidade de que a psicologia brasileira se torne uma ciência humana e humanizadora, voltada às necessidades mais urgentes da classe

trabalhadora, constituindo uma “antropologia concreta”, no sentido de resgatar e compreender o ser humano em sua historicidade, sujeito agente, autônomo e brasileiro (Merani, 1972).

Ainda sobre o individualismo, a psicologia brasileira tem a mesma concepção de indivíduo a-histórico fundamentado na lógica capitalista da propriedade privada (Antunes, 2012). A partir de Martín-Baró, Merani e Bulhan, essa perspectiva reduz o ser humano ao isolamento, desvinculado de seu contexto social, cujas relações com o meio aparecem apenas de forma episódica. Consequentemente, a base científica e metodológica da psicologia concentra-se nos traços subjetivos, nos comportamentos, na personalidade e nas intenções do indivíduo liberal euro-americano, estruturando-se em uma verdadeira gramática intrapsíquica.

Nesse contexto, constatamos o distanciamento da psicologia brasileira das teorias terceiro-mundistas. Entre elas, citamos a pedagogia de Paulo Freire, educador brasileiro e nordestino que, por meio de seu método, buscou promover a conscientização ao alfabetizar as maiorias populares não apenas para escrever e decodificar palavras, mas para ler e compreender o mundo e suas injustiças, tornando-se uma das principais influências de Martín-Baró. Ainda assim, Freire segue frequentemente questionado e marginalizado na ciência brasileira. Teorias (e, melhor dizendo, práxis) anticoloniais, como as de Fanon, chegaram tardiamente ao país e à própria psicologia. Do mesmo modo, o refluxo do marxismo, expresso no afastamento do materialismo histórico-dialético e da Teoria Marxista da Dependência entre as décadas de 1960 e 1990, outra produção relevante do pensamento social brasileiro e latino-americano, resultou em pouca incidência nos estudos da psicologia brasileira. Em síntese, a psicologia brasileira acabou por ignorar todas essas contribuições.

Quanto à ausência de perspectivas dialéticas na psicologia, concordamos com Costa e Farias (2022), que destacaram que tal fenômeno se recrudesceu sob a hegemonia neoliberal e com o colapso do socialismo real, especialmente após a queda da União Soviética, momento em que as categorias marxistas perderam prestígio e foram desacreditadas. Esse movimento é

evidenciado nas críticas de Merani, Martín-Baró e Bulhan à psicologia hegemônica e na defesa de psicologias alinhadas ao materialismo histórico-dialético. Nesse contexto, difundiram-se concepções pós-modernas e pós-estruturalistas que substituíram a crítica materialista por abordagens ainda mais centradas em subjetivismos (Lacerda Jr., 2024), deslocando o foco das determinações estruturais para dinâmicas individualistas, por meio de chaves interpretativas liberais (Costa & Farias, 2022).

Mesmo nas vertentes críticas da psicologia brasileira, noções como dialética, totalidade, classe e práxis revolucionária, estão praticamente ausentes, limitando o alcance da crítica social (Boechat, 2017). Nesse contexto, algumas perspectivas críticas se desenvolvem por meio de críticas caricaturais ao método materialista histórico-dialético, que busca articular universalidade, particularidade e singularidade dialeticamente, proporcionando uma análise totalizante da realidade (Costa & Farias, 2022).

Nesse contexto, ressaltamos que a tendência individualista, não dialética e a-histórica permanece hegemônica na psicologia brasileira. Essas características se manifestam na atuação do(a) psicólogo(a) em políticas sociais e na clínica liberal-privatista. No âmbito do SUS e do SUAS, estes profissionais atendem majoritariamente populações vulneráveis, em um país onde quase 60% da população vive com apenas um salário-mínimo e cerca de oito milhões de pessoas encontram-se em situação de extrema pobreza (Central Única dos Trabalhadores, 2022). Nessa perspectiva, observamos uma tendência a psicologizar, culpabilizar e individualizar os problemas sociais, convergindo com os autores estudados. A psicoterapia, convertida em panaceia para todos os males, reflete também as contradições da própria inserção profissional dos psicólogos no país. A centralidade da clínica autônoma, liberal e branca, muitas vezes reduzida a um subemprego ou a uma “clínica de um paciente só” (Costa & Farias, 2022), reforça a individualização e a privatização do sofrimento e do cuidado, obscurecendo as condições materiais da classe trabalhadora entre elas os psicólogos.

Além disso, essa concepção de cuidado centra a psicologia e a psiquiatria como únicas responsáveis pelo tratamento e reabilitação em saúde mental. Trata-se, contudo, de uma concepção liberal de saúde, ainda compreendida pelo prisma da doença (seja a presença ou a ausência), incapaz de alcançar as dimensões estruturais do sofrimento psíquico da classe trabalhadora. Afinal, sem comida, água, moradia, terra, emprego e renda, em um contexto determinado pelo patriarcado e pelo racismo, não nos surpreende que o Brasil figure entre os países com maiores índices de ansiedade e depressão no mundo (Costa, 2024). Entretanto, não consideramos essa relação de modo linear ou causal. Mesmo diante do racismo, do patriarcado e das demais formas de opressão mencionadas, os sujeitos permanecem agentes em seu processo de constituição como seres humanos (Costa, 2024). Ainda assim, precisamos afirmar: a saúde mental estará sempre fragilizada sem a produção de uma vida digna e verdadeiramente humana em todos os seus âmbitos; e não há cuidado em saúde mental monopolizado por disciplinas parcelares, já que o cuidado se dá nas/pelas relações nas/pelas quais se produz a vida.

A psicologia deve, portanto, reivindicar a si e se pôr a edificar uma práxis comprometida com as necessidades da classe trabalhadora, resgatando a memória histórica de luta, potencializando virtudes populares e criando mecanismos de confrontação, mas não “para” as maiorias populares, e sim “com eles” Sobre essa perspectiva, ressaltamos com orgulho os vários movimentos brasileiros de insurgência, entre eles, movimentos negros e de camponeses, como o Quilombo dos Palmares, em Alagoas, que reivindicava a abolição dos negros escravizados, as Lutas Camponesas em Pernambuco, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na reivindicação da reforma agrária, dentre outros. Esses exemplos se ligam a vários outros, como movimentos feministas, indígenas, religiosos e as revoltas populares do sul ao norte do país, bem como a diversas lutas. Isso evidencia que a classe

trabalhadora não se limitou a assistir passivamente às transformações brasileiras, mas tem lutado de forma contínua e corajosa.

Da mesma forma, não se pode dissociar um conjunto importantes de críticas à psicologia brasileira, que têm resultado em mudanças significativas na construção de uma psicologia mais condizente com a concretude de nossa realidade e seus indivíduos, das lutas e dos movimentos sociais. Citamos como exemplos as transformações as quais a psicologia, felizmente, não tem passado ilesa, oriundas das lutas e dos movimentos antirracistas, feministas, dos povos originários, anticapacitistas, antimanicomiais, entre outros. Em suma, as lutas, a não passividade e o não fatalismo da classe trabalhadora, do conjunto dos explorados e oprimidos, também têm interpelado, atravessado e impactado a psicologia.

Todas essas memórias históricas e suas formas no presente são fundamentais para revigorar a identidade e as biografias fragmentadas da classe trabalhadora brasileira, afastando o fatalismo e o conformismo. Em convergência com Martín-Baró (1986/2011), o povo brasileiro demonstra solidariedade, sacrifício em prol do coletivo e fé, assim como todo latino-americano, que, mesmo diante das opressões, se ergue na luta. Isso se dá não sem inúmeras contradições, importantes de serem consideradas, de modo a não incorrermos em idealizações e romantizações da própria realidade. Esse conhecimento deve ser primeiramente apropriado pela psicologia brasileira e resgatado em sua prática.

A psicologia deve incorporar em seus métodos a conscientização e a potencialização dessas virtudes, além de, à semelhança de Fanon, estimular a criatividade e os mecanismos de confrontação, pois não há liberdade real sem que seja exigida pela própria classe trabalhadora. Qualquer forma de liberdade que não seja forjada por ela é ilusória e conciliatória com a hegemonia das classes dominantes. É preciso lutar pela própria liberdade e identidade, forjando-as ativamente, assim como o povo negro faz, conforme aponta Bulhan (1985).

Como a psicologia brasileira desconhece sua própria cultura, soma-se a isso sua persistente despolitização, evidenciada pelo distanciamento da categoria em relação aos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Esse afastamento, intensificado durante o processo de autonomização profissional no período da ditadura empresarial-militar, contribuiu para consolidar uma prática dissociada das lutas coletivas e das contradições sociais. Tal fenômeno, já denunciado por Martín-Baró e Bulhan, revela que, ao priorizar a neutralidade e a técnica em detrimento do engajamento político e das memórias e potencialidades populares, a psicologia acabou reforçando seu papel de manutenção da ordem vigente, em vez de se afirmar como instrumento de transformação social.

Para superar essa perspectiva, a psicologia brasileira e o(a) psicólogo(a) podem se inserir nos movimentos populares (como os de luta por terra, habitação, saúde, educação, saneamento básico, emprego e renda), além de atuar junto a sindicatos, partidos políticos e demais instrumentos de luta da classe trabalhadora, afinal, só a luta muda a vida. Estamos cientes que isso não é algo compulsório. Para além de psicólogo(a), os indivíduos possuem outras demandas e necessidades, exercem outros papéis e estão em posições distintas. Também não estamos aqui reivindicando uma militância ou, pior, doutrinação pela psicologia, já que isto diz respeito a esferas e momentos outros da vida de quem opta pela militância. Por outro lado, isso não significa alijar a psicologia de tais espaços, organizações, contextos, grupos etc. Questões como essas, frequentemente secundarizadas na psicologia, segundo Martín-Baró, devem fazer parte de seu escopo de atuação. Um exemplo crasso, inclusive criticado por Martín-Baró, e que reproduzimos com intuito de cimentar as reflexões, é o caso dos sindicatos. Como pode a psicologia do trabalho ser tão distante da forma organizativa mais importante aos(as) trabalhadores(as)?

Estes são alguns dos caminhos que dizem respeito à necessidade de a psicologia sair de si mesma, negar a si, ser menos psicologia, ao menos no que ela hegemonicamente tem sido.

Esta saída dela, a nosso ver, também diz respeito à necessidade de ela ser menos psicologia e ser mais economia política, história, sociologia, e as outras ciências parcelares, dialogando com elas, extraindo subsídios delas. O intuito é o de edificar uma análise e práxis totalizantes, em consonância com o próprio movimento totalizante da realidade e sua complexidade, que não podem ser compreendidos por meio da separação das ciências e, muito menos, pelo ensimesmamento de cada uma delas.

Por fim, a psicologia brasileira precisa de um verdadeiro banho de realidade, como aponta Martín-Baró (1987a/2017). Trata-se de uma realidade que suprime o passado e nega o futuro das maiorias populares, marcada pela exploração das mulheres, que enfrentam duplas e triplas jornadas de trabalho. Em 2025, o país registrou 718 mortes por feminicídio e quase 34 mil estupros: uma média de 187 por dia e nove por hora (Rádio Federal, 2025). É também uma realidade em que mais de 900 mil pessoas estão encarceradas, em sua maioria negras e pobres (Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2025), e em que mais de 30 mil negros foram assassinados, configurando-se um genocídio. No momento em que este texto é escrito, mais de 120 moradores dos Complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, foram mortos em uma chacina policial¹¹.

Essa mesma realidade se estende aos trabalhadores precarizados, como os entregadores de aplicativo, e aos cerca de 38 milhões de pessoas que vivem na informalidade, submetidas a jornadas exaustivas de 10 a 14 horas diárias (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024). Soma-se a isso o luto de mais de 700 mil mortes durante a pandemia de Covid-19, quase oito milhões de desempregados e cerca de quatro milhões de desalentados, pessoas que desistiram de procurar emprego (IPEA, 2024). Há ainda mais de 300 mil pessoas em situação de rua (Radioagência, 2025).

¹¹ A chacina mais letal da história do Brasil: Complexo da Penha e Alemão são alvo de megaoperação que deixou mais de 120 mortos. <https://vozdascomunidades.com.br/favelas/a-chacina-mais-letal-da-historia-do-brasil-complexo-da-penha-e-alemao-sao-alvo-de-megaoperacao-que-deixou-mais-de-120-mortos/>.

Resumidamente, este é o banho de realidade brasileira, ainda incompleto, pois os dados disponíveis não expressam toda a dimensão da desigualdade e da violência estrutural que atravessam o país. Diante disso, não creio que devamos nos prender a teorias e esquemas estéreis; o que importa é unir-se às fileiras da luta pela libertação dos oprimidos e explorados. A psicologia, diante dessa realidade, tem pouco ou quase nada a dizer ou fazer.

Para isso, a psicologia brasileira deve romper com sua subordinação, partindo das condições concretas de sua realidade e articulando o rigor científico a um compromisso político-transformador. Essa perspectiva se fundamenta em experiências históricas, como as Psicologias da Libertação aqui discutidas, que integraram o trabalho psicológico à luta política dos oprimidos. Inspirada nessa tradição crítica, a superação da dependência exige a reconstrução de um horizonte socialista e libertador, sustentado por uma nova epistemologia e por uma práxis comprometida com a emancipação humana. Tal horizonte pressupõe não apenas a libertação das amarras impostas pelo modo de produção capitalista, mas também a libertação da própria psicologia.

Em suma, a libertação da psicologia latino-americana, e, de modo particular, brasileira, depende da superação dialética de sua condição dependente, o que só pode ocorrer mediante a transformação das bases materiais do capitalismo periférico. Essa tarefa envolve resgatar a memória histórica, fomentar a conscientização e fortalecer as virtudes e mecanismos de confrontação das majorias populares, inserindo o saber psicológico na luta de classes. Assim, as críticas e superações formuladas por Merani, Martín-Baró e Bulhan convergem para a necessidade de uma psicologia libertadora, capaz de compreender o sofrimento como expressão das contradições sociais e políticas, e orientada pela práxis, pelo diálogo com os oprimidos e pela criação coletiva de novas formas de subjetividade baseadas não na submissão, mas na resistência e na transformação do mundo vivido.

Em síntese, apresentamos e analisamos três projetos de Psicologias da Libertação, ao passo que também os colocamos em diálogo a partir de críticas e propostas de superação. Nesse movimento, esses projetos permitem interrogar o caráter capitalista da psicologia e seus alicerces coloniais, dependentes, racistas, dentre outros, que expressam e reproduzem nossas estruturas sociais, refletindo e reproduzindo a realidade que a forja e que é forjada por ela. Esses projetos abrem a possibilidade de novos horizontes alinhados às necessidades da classe trabalhadora, na sua diversidade e concretude, oferecendo outras maneiras de produzir conhecimento, mas, sobretudo, convocando a uma práxis comprometida, enraizada nos instrumentos de luta e nos problemas históricos que atingem cotidianamente as maiorias populares. As proposições destas psicologias sustentam a luta dentro da própria disciplina e que, ainda que limitadas pelos seus marcos, devem ser fortalecidas. Ao mesmo tempo, indicamos a necessidade de ir além dela; afinal, quem interpreta a realidade e/ou age nela e com ela apenas pela psicologia, pouco compreende da realidade, estando também obstaculizado para transformá-la. Sair da psicologia, aqui, no sentido de ir além dela, significando tensionar e ampliar as fronteiras abstratas do conhecimento fragmentado, buscar referências em outros campos e saberes, e atuar conjuntamente com outras áreas profissionais. Significa também assumir as necessidades da classe trabalhadora, seus problemas e respostas, substituindo idealismos metodológicos e epistemológicos por um realismo crítico.

Que a nossa práxis parta das contradições e determinações de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade, das suas materializações nos territórios e nas/pelas singularidades dos indivíduos, inscritas em nosso capitalismo dependente, compreendendo como tais dimensões se manifestam também na psicologia, a fim de problematizá-las e buscar superá-las, ainda que essa superação não se realize apenas dentro da psicologia. Entendemos que os três projetos ou formulações aqui abordados, analisados em conjunto e dialogados, nos permitem uma síntese superadora dialética, superando-os individualmente e sendo mais que a mera somatória dos

três. Assim, ao analisá-los, sem nenhum intuito receituário, esboçamos caminhos, fazemos sinalizações para uma Psicologia da Libertação que se fundamente e incorpore em cada um dos três, mas que os supere qualitativamente, nas relações entre eles. Uma Psicologia da Libertação que aponte igualmente para nossa libertação da própria psicologia: um processo que se dá tanto no interior da disciplina, enquanto horizonte e crítica aos seus fundamentos, quanto fora dela, numa práxis comprometida com a transformação da realidade. Em última instância, essa síntese possibilitada pela amálgama dos projetos de Psicologia da Libertação de Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró e Hussein Bulhan, não pode ser entendida apenas como *mais uma forma de psicologia* (da Libertação), mas como um projeto ético-político distinto de psicologia e que contribui, em seu próprio desenvolvimento e movimento, para a nossa libertação da psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como propósito analisar de forma imanente três projetos de Psicologia da Libertação, a saber, de Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró e Hussein Bulhan. Aliado a isso, buscou-se compreender suas convergências, divergências e possíveis contribuições para a psicologia brasileira no presente. Ao longo do percurso, buscou-se evidenciar como cada autor, situado em seu contexto histórico, propôs modos de romper com a psicologia hegemônica e instituir uma práxis enraizada nas reais necessidades das realidades das maiorias populares, sobretudo as da periferia do capitalismo, em contextos de colonização e ainda maior opressão.

A análise permitiu compreender que, embora partam de contextos distintos, dando ênfase a particularidades das realidades vividas (o regime industrial e tecnocrático em Merani, a guerra civil salvadorenha em Martín-Baró e o colonialismo africano e o racismo estrutural em Bulhan), suas propostas se desenvolveram na periferia do mundo capitalista. Isso não é um acaso, nos ensinando sobre as contradições internas do desenvolvimento capitalista e das lutas dos *de baixo* e da periferia. Além disso, os três autores compartilham um mesmo horizonte ético-político: a superação da psicologia alienada, miserável e opressora e a construção de uma nova psicologia voltada à libertação dos povos explorados e oprimidos, como mediação tática necessária à superação desta sociedade. Trata-se de uma superação que não deixa de ser psicologia, mas é outra em sua forma e conteúdo. Essa convergência manifesta-se na defesa de um debate ontológico rigoroso, com continuidades e desenvolvimentos epistemológicos, práticos e ético-políticos, de uma práxis comprometida com a realidade histórica e na centralidade da dimensão coletiva do sofrimento e da resistência.

As formulações críticas de Merani evidenciaram que já havia psicologia na tradição grega, acompanhando, em certa medida, o desenvolvimento humano e suas indagações sobre si mesmo e a vida. No entanto, em vez de se constituir como uma antropologia concreta, de base historicista, a psicologia permaneceu presa a dicotomias, como a oposição entre ciências

naturais e estudos da consciência. Enquanto se debatia essa divisão, com a Revolução Industrial, a psicologia, em sua vertente instrumentalista, passou a se alinhar à tecnocracia, atuando na seleção de trabalhadores e enfatizando a avaliação e a mensuração de aptidões e intenções. Posteriormente, com o surgimento da psicanálise, os estudos sobre a consciência também foram incorporados a esse processo: as intenções dos trabalhadores passaram a ser captadas por orientadores de consciência, configurando um mecanismo sutil de alienação. Além disso, a publicidade e a propaganda passaram a utilizar a psicologia e a psicanálise para distorcer mentes e personalidades. Assim, a psicologia acabou se tornando uma máscara humanizadora e alienadora, voltada aos interesses do capital.

Como proposta de superação da psicologia alienada, Merani apresenta reflexões iniciais sobre sua Psicologia da Libertação. Para ele, essa psicologia deve ter como base a natureza humana, que é histórica e dialética, em oposição à imutabilidade e à fixidez. A partir da consciência crítica e da práxis, o ser humano objetiva o mundo e o apreende como histórico, não se submetendo a ele, mas assumindo-o. Assim, a psicologia se tornaria uma ciência humana e humanizadora, uma antropologia concreta, fundamentada em um humanismo radical que tem como horizonte as necessidades da classe trabalhadora e a superação de uma ordem que possa atendê-las plenamente, isto é, de maneira realmente humanizada.

Martín-Baró, por sua vez, constrói sua crítica à miséria da psicologia latino-americana, evidenciando seu mimetismo cientificista - caracterizado pela apropriação acrítica de modelos estrangeiros e pela ausência de uma epistemologia adequada, marcada por um viés positivista, individualista e a-histórico. Essa psicologia, segundo ele, permanece atrelada a falsos dilemas e discussões estéreis, afastadas das necessidades mais urgentes das maiorias populares. Além disso, Martín-Baró denuncia o fatalismo presente na psicologia, expresso na psicologização dos problemas sociais e na primazia de estudos sobre traços psicológicos, submissão e conformismo. Neste sentido, ao invés de um fatalismo da população, sobretudo da classe

trabalhadora mais pauperizada, temos a psicologia como produtora de fatalismo; como fatalista.

Como forma de superação, o salvadorenho propõe seu projeto de Psicologia da Libertação, fundamentado em um novo horizonte e voltado às necessidades das maiorias populares. Essa proposta implica a construção de uma nova epistemologia, capaz de produzir conhecimento a partir dos de “baixo”, por meio de uma perspectiva dialética e de estudos voltados a sindicatos, à consciência popular e ao resgate das virtudes e organizações populares. Além disso, Martín-Baró defende uma nova práxis, na qual o psicólogo deve abandonar sua posição de superioridade e tomar partido das maiorias populares, atuando de forma solidária e comprometida. Essa nova práxis inclui a recuperação da memória histórica das lutas do povo, o resgate de suas raízes e a desideologização do senso comum, libertando-o de concepções enganosas por meio da conscientização. Por fim, a psicologia deve aproximar-se dos instrumentos de luta coletiva, como sindicatos e partidos, superando o individualismo e o fatalismo e fortalecendo as formas organizativas que impulsionam a consciência popular.

Bulhan, em suas críticas oriundas do diálogo com Fanon, evidencia o envolvimento da psicologia da opressão, e da opressão pela psicologia, na imposição violenta euro-americana sobre negros, pobres e imigrantes; uma psicologia que reprime sua própria história colonizadora e racista, naturalizando-a. Ele também identifica nas ideias psicológicas dos gregos elementos que foram incorporados pela psicologia moderna, especialmente a partir das transformações da Revolução Industrial. Bulhan aponta a dicotomia entre os defensores da natureza e do ambiente: os primeiros, mais coesos, assumidamente eugenistas e racistas, alinhavam-se aos interesses dos magnatas do capital, desenvolvendo a tradição psicométrica da psicologia; os segundos, ainda que menos abertamente racistas, mantinham um caráter paternalista, promovendo, por meio da psicanálise e do behaviorismo, o ajustamento, o controle e a adaptação ao *status quo*. Além disso, Bulhan denuncia a base branca e de classe média

dessa psicologia, que se impõe como um imperialismo psicológico, tendo o homem europeu branco como medida de seus métodos e conceitos, expressão de um solipsismo epistemológico. Por fim, ele destaca o maniqueísmo presente na psicologia, que atribui ao opressor qualidades superiores e ao oprimido características negativas.

Como forma de superação dessa psicologia racista e opressora, Bulhan propõe caminhos para transcender seu individualismo branco, por meio da descolonização e da desracialização de seus conceitos. Essa transformação passa pela liberdade coletiva de negros e pobres, com a priorização de suas necessidades fundamentais, como acesso à água, alimentação, história, cultura e enraizamento. Assim, a psicoterapia deve abandonar seu viés niilista e desenvolver uma psicopráxis voltada à autodeterminação e à criação de táticas de enfrentamento. Além disso, é necessário adotar uma perspectiva dialética, que deixe de patologizar e criminalizar pessoas negras, analisando a relação intrínseca entre loucura e opressão. Por fim, a psicologia deve colocar a coletividade no centro de sua atuação, aproximando-se e fortalecendo o ativismo social e a organização popular, priorizando o empoderamento em vez do ajustamento.

Entre as convergências nas críticas dos três autores, destaca-se a compreensão da psicologia como um desdobramento das transformações capitalistas, orientada às necessidades das classes dominantes, em especial dos capitalistas brancos. Em suma, temos a psicologia como uma ciência e profissão hegemonicamente engendrada para a reprodução social capitalista. Além disso, eles apontam a apropriação de teorias e epistemologias estrangeiras que, em vez de nitidificar, ocultam os problemas das maiorias populares, dizendo de um desenvolvimento desigual e combinado na/da própria psicologia. Dessa forma, a psicologia acaba por alienar a visão de mundo do psicólogo, sustentando falsos e estéreis dilemas teóricos que contribuem para a patologização e criminalização de negros e pobres. Contudo, os autores divergem quanto aos caminhos percorridos em suas análises críticas.

Ainda quanto às convergências nas formulações das Psicologias da Libertação, evidenciou-se a construção de um projeto ético-político para a psicologia, voltado a um novo horizonte alinhado às necessidades das maiorias populares. Destacam-se ainda um consistente debate ontológico, que também envolve dimensões epistemológicas e metodológicas, a proposta de uma nova práxis, o resgate da memória histórica e das potencialidades populares, bem como a inserção nas organizações populares e a criação de táticas de confrontação. Nisso, reside também a importância do marxismo, explícita ou implicitamente, ao menos em um diálogo prolífico com ele.

Contudo, também se identificaram divergências em suas abordagens analíticas. Entre elas está a necessidade de uma racialização consciente da psicologia presente em Bulhan, ausente em Merani e lacunar em Martín-Baró. Isso se torna ainda mais necessário já que a psicologia opera, de forma inconsciente, como uma psicologia racista, expressando e reproduzindo o racismo inerente ao capitalismo, e ainda mais recrudescido quanto a determinados grupos, indivíduos e na periferia do sistema. Soma-se a isso a crítica à opressão antipatriarcal dessa mesma sociedade, e que carece de ser criticada também quanto ao se reproduz na/pela psicologia, que mantém mulheres aprisionadas no modelo de família burguesa tradicional, restringindo seu desenvolvimento pessoal e social, como indicado por Martín-Baró.

Grosso modo, avaliamos que, nas divergências e convergências, temos a possibilidade de uma síntese, que dialeticamente supere as três propostas em separado, ao passo que em certa medida as incorpora, só que as reposicionando por meio de um salto qualitativo. Esta síntese, aliás, nos possibilita inclusive um diálogo profícuo com a realidade brasileira, a psicologia desenvolvida em tal solo, e suas particularidades, sem incorrer em uma transposição descontextualizada, da mesma forma que possibilita mais sínteses superadoras e a continuidade deste processo. O fato de as três propostas advirem a periferia capitalista reforça ainda mais as

possibilidades de diálogos com a realidade brasileira, considerando também que os autores tiveram algum tipo de trânsito nos países centrais do capitalismo (Europa e Estados Unidos).

Quanto aos desdobramentos das três formulações para a psicologia brasileira, observa-se que, no Brasil, a psicologia possui em sua gênese um caráter colonial e dependente, marcado por ideias psicológicas disciplinadoras, sobretudo quanto à classe trabalhadora e racistas desde o período colonial, consolidando-se no contexto desenvolvimentista de nosso capitalismo dependente. Além disso, destaca-se a apropriação de teorias estrangeiras sem mediação crítica, o que a tornou um instrumento ideológico em grande parte das vezes, distante dos movimentos populares e alinhado às classes dominantes desde sua origem. Mesmo com movimentos contraditórios, e com críticas, a psicologia mantém-se vinculada, na sua hegemonia, ao caráter dependente brasileiro e à concepção individualista e liberal de homem típicas do capitalismo.

Neste sentido, as críticas realizadas pelos três autores apresentam convergências não só entre si, mas com a psicologia brasileira e sua crítica. Ou seja, diante das particularidades desse cenário brasileiro, muitos dos impasses apontados por Martín-Baró, Merani e Bulhan se solidificam e ganham ainda mais relevo, dizendo de sua pertinência para a avaliação crítica da psicologia como um todo e, nisso, do próprio capitalismo e seu desenvolvimento que se expressa na/pela psicologia, ao passo que é conformado por ela. As propostas de Psicologia da Libertação não só podem reforçar uma série de críticas à psicologia brasileira, como, dialeticamente, também já são reforçadas pelas convergências com tais críticas, suas implicações e horizontes.

Como forma de superação, a psicologia brasileira deve alinhar-se às necessidades da classe trabalhadora, construindo novos conhecimentos a partir das lutas e dos saberes populares, negros, quilombolas e indígenas, resgatando suas lutas e insurgências. Além disso, deve inserir-se nos movimentos de resistência, que vão desde as revoltas de negros escravizados, às ligas camponesas até os breques e lutas dos precarizados do tempo presente.

Tudo isso converge com as propostas dos autores: a psicologia brasileira precisa buscar, “fora” de si, teorias e experiências práticas que a libertem, e libertem também os oprimidos e explorados, no sentido de sua superação, o que implica igualmente a superação do modo de produção capitalista em direção a um horizonte socialista. Cabe ressaltar que isso, em certa medida, mesmo que ainda contra hegemônica tem sido feito. Não à toa, não se pode dissociar alguns avanços na e da psicologia brasileira e sua crítica, do imbricamento com os movimentos e lutas sociais (antirracistas, feministas, dos povos originários, anticapacitistas, a luta antimanicomial, dentre outros).

Dessa forma, este é um trabalho teórico, mas com orientações e implicações práticas e políticas – não à toa a práxis é uma categoria central. Os três projetos de Psicologia da Libertação, bem como o diálogo entre eles e a síntese superadora deles, nos permite afirmar que qualquer psicologia que almeje contribuir para a libertação humana não pode se resumir a um conjunto de ideias e de elaborações, de teorias e conceitos, por mais que sua formulação passe pela elaboração deles. Trata-se de um projeto a ser efetivado, colocado em prática, a mediar uma série de contradições, sejam elas da própria psicologia, em conjunto às da concretude de nossa sociedade e suas particularidades brasileiras.

Por fim, a articulação entre os três projetos analisados nos permite uma síntese dialética que vai além da soma de cada um isoladamente, delineando caminhos para uma Psicologia da Libertação que se apoie neles, mas os transcenda. Trata-se de uma perspectiva que indica não só a transformação interna da psicologia, mas também nossa libertação em relação a ela, por meio de uma práxis comprometida com a mudança da realidade, evitando epistemologismos abstratos, a partir de um debate ontológico mais coerente. Assim, essa síntese não constitui apenas outra modalidade de psicologia, mas um projeto ético-político distinto, voltado à libertação da própria psicologia e de nós em relação a ela.

REFERÊNCIAS

- Antunes, M. A. M. (2012). A psicologia no Brasil: Um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, 44-65. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>
- Ardila, R. (2017). ¿Es la psicología una ciencia?. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 4(1). <https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v4i1.580>
- Bambirra, V. (2013). *O capitalismo dependente latino-americano*. Insular.
- Bezerra, W. A. (2010). *Da clínica do desejo a sua escrita: incidências do pensamento psicanalítico na escrita de alguns autores do Brasil e Caribe (1918-1990)*. [Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/5994>.
- Bock, A. M. B., Ferreira, M. R., Gonçalves, M. da G. M., & Furtado, O. (2007). Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 46–56. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500018>.
- Boechat, F. M. (2017). A psicologia brasileira nos ciclos democrático-nacional e democrático-popular. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 57-70. <https://doi.org/10.1590/1982-3703040002017>
- Bonfigli, J. A. C. (2009). Una aproximación bibliográfica a la obra del Dr. Alberto L. Merani. *Psicologia para América Latina*, (16) http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2009000100002&lng=pt&tlng=es.
- Bulhan, H. A. (1985). *Frantz Fanon and the Psychology of Oppression*. Plenum Press.

- Bulhan, H. A. (2015). Stages of Colonialism in Africa: from occupation of land, occupation of being. *Journal of Social and Political Psychology*, 3(1), 239–256.
<https://doi.org/10.5964/jspp.v3i1.143>
- Carneiro, A. S. (2023). *Dispositivo da racialidade: A Construção do Outro Como Não-Ser Como Fundamento do Ser*. Zahar.
- Central Única dos Trabalhadores (2022). Quase 63 milhões de brasileiros sobrevivem com menos da metade de um salário mínimo. Disponível em:
<https://www.cut.org.br/noticias/quase-63-milhoes-de-brasileiros-sobrevivem-com-menos-da-metade-de-um-salario-min-13f1>
- Chasin, J. (1978). *O Integralismo de Plínio Salgado: formas de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. Editora Ciências Humanas.
- Chasin, J. (2009). *Marx: o estatuto ontológico e resolução metodológica*. Boitempo.
- Conselho Federal de Psicologia (2022). *Quem faz a psicologia brasileira?* Disponível em:
<https://site.cfp.org.br/censopsi-2022-cfp-divulga-os-resultados-da-maior-pesquisa-sobre-o-exercicio-profissional-da-psicologia-brasileira/>
- Costa, G. C., & Souza, M. P. (2020). O contexto político da produção de Ignacio Martín-Baró. *Cadernos Prolam/USP-Brazilian Journal of Latin American Studies*, 19(36), 20-40.
<https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.167973>
- Costa, G. M. (2009). Contribuição da análise imanente à pesquisa de textos. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, 1(1), 1-33.
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23027/1/2009_art_gmcosta.pdf
- Costa, P. H. A. & Farias, T. M. (2022). Contribuições da Teoria marxista da dependência à (crítica) da Psicologia brasileira. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 14 (1), 331-360. <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48030>

- Costa, P. H. A. & Mendes, K. T. (2025). “A descolonização jamais passa despercebida”. Fanon e a descolonização da e na psicologia brasileira. *Revista História e Luta de Classes*, 40, p. 50-53.
- Costa, P. H. A. & Mendes, K. T. (2025). Ventos de Fanon na Psicologia: Hussein Bulhan e a Psicologia da Libertação. *Estudos de Psicologia*, 42. <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estpsi/article/view/16499>
- Costa, P. H. A. (2023). *Marx e a loucura no/do capitalismo: caráter e determinação sociais da loucura e do campo psi e superação da lógica asilar-manicomial*. In P. H. A. Costa (ed.), *A loucura e o marxismo* (pp. 35-152). São Paulo, SP: Lavra Palavra.
- Costa, P. H. A. (2024). *Saúde Mental e Luta: a luta (é) por saúde mental*. Usina Editorial.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020). Colonização, Guerra e Saúde Mental: Fanon, Martín-Baró e as Implicações para a Psicologia Brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(spe), e36nspe14. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe14>
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2021). A miséria da Psicologia Brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16(2), 1-17. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082021000200009&lng=pt&tlng=pt
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2022). Psicologia (s) da Libertação: Costuras entre Alberto Merani e Ignacio Martín-Baró. In K. T. Mendes & P. H. A. Costa (Orgs.), *Nuestra América, Nuestra Psicología? Psicología, Crítica (s) e Caminhos possíveis* (pp. 219-255). São Paulo, SP: Lavra Palavra.
- Cuellar, E. B. (2020). *Para um homem novo, uma nova psicologia: a psicologia da libertação - de Che Guevara a Martín-Baró*. Terra Sem Amos.
- Díaz, J. S. (1984). Alberto L. Merani (1918-1984). *Revista Latinoamericana de Psicología*, 16(3), 481-483. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe14>

- Dobles, I. (2016). *Ignacio Martín-Baró: Una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas*. São José: Alerkín.
- Fanon, F. (1982/2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Ferreira, P. D. (2022). A recepção da psicanálise em Frantz Fanon: uso e implicação para o campo psicanalítico [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/45742>
- Goes, N. A., Ximenes, V. M., & Moura Júnior, J. F. (2015). Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da dialética dominação-opressão. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, 140-161. <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/60>
- Gutiérrez, G. (1971). *Teologia da Libertação: Perspectivas*. Petrópolis: Vozes.
- Guzzo, R. L. (2010). Da opressão à libertação: uma perspectiva urgente para a psicologia. In.: *Psicologia e Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social*. F. Lacerda Jr., & R. S. L. Guzzo (Orgs), Campinas, SP. Editora Alínea.
- Hur, D. U., & Lacerda, F. (2017). Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência Armada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(spe), 28–43. <https://doi.org/10.1590/1982-3703020002017>.
- Iamamoto, M. V. (1998). *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação social*. São Paulo: Cortez.
- Ibanez, L. C. (1998). Compromiso y ciencia social: El ejemplo de Ignacio Martín-Baró. [Tese de Doutorado, Universidade Autónoma de Madrid] <https://uca.edu.sv/facultad/chn/c1170/testo.html>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2024). *Desemprego, informalidade, subutilização e inatividade*. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/apresentacao>

- Lacerda Jr., F. (2010). *Psicologia para fazer a crítica? apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi*. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas]. Repositório da PUC-Campinas. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/15717>
- Lacerda Jr., F. (2016). *Marxismo e Psicologia: notas críticas sobre epistemologismo, emancipação e historicidade*. In I. F. Oliveira et al. (Orgs.), *Marx hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 255-276). São Paulo, SP: Outras Expressões.
- Lacerda Jr., F. (2017). *Colocando a psicologia contra a ordem: introdução aos escritos de Martín-Baró*. In: F. Lacerda Jr. (Org.) *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais/Ignacio Martín-Baró*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lacerda Jr., F. (2018). *Historicizar para libertar: a proposta de Psicologia da Libertação*. In: F. T. Portugal, C. Facchinetti., & A. de C. Castro, (Orgs.). *História social da psicologia*. (1. ed., p. 55-82). Rio de Janeiro, RJ: NAU Editora.
- Lacerda Jr., F. (2024). *O subjetivismo e a Psicologia Crítica no Brasil: problematização do irracionalismo pós-moderno e decolonial em tempos de negacionismo neofascista*. In Tuleski, S. C. et al. (Orgs.). *Novas roupas, velhos fios: metamorfoses do fascismo na sociedade contemporânea e o papel de uma psicologia anticapitalista*. Marília, SP: Lutas Anticapital.
- Lacerda Jr., F. (2013). *Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica*. *Teoria y critica de la psicologia*, 3, 216-263. <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/tcp/article/view/110>

- Lane, S. T. M. (1984) Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense.
- Lima, M. R., Carvalho, M. B., Andrade, S. S., & Costa, P. H. A. (2023). Miséria e Libertação na Psicologia Brasileira: reflexões com e a partir de Martín-Baró. *Teoria y Critica de la Psicologia*, 19, 218-238.
<https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/407/385>
- Lukács, G. (2020). *A destruição da razão*. Instituto Lukács.
- Luz, H., Meneses, B. M., & Aanache, A. A. (2015). Interloquções entre psicologia crítica e método histórico. *Diaphora*, 2(1), 70-76.
<http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/87>.
- Makkawi, I. (2017). The rise and fall of academic community psychology in Palestine and the way forward. *South African Journal of Psychology*, 47, 482–492.
<https://doi.org/10.1177/0081246317737945>
- Malheiro, D. P., & Nader, R. M. (1987). Contribuição a uma análise da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 7(2), 9–13. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931987000200003>.
- Marini, R. M. (2017). Dialética da Dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 9 (3), 325-356. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/issue/view/2292>
- Martín-Baró, I. (1980/2017). O psicólogo no processo revolucionário. In F. Lacerda Jr. (Org.), I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 25-29). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1982/2017). Um psicólogo em frente à guerra civil em El Salvador. In F. Lacerda Jr. (Org.), I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 233-250). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Martín-Baró, I. (1983a/2017). Entre o indivíduo e a sociedade. In F. Lacerda Jr. (Org.), I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 101-161). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1983b). Votar em El Salvador: Psicologia Social da desordem política. In F. Lacerda Jr. (Org.), I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 142-151). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1985a/2017). Conflito social e ideologia científica: do Chile a El Salvador. In F. Lacerda Jr. (Org.), I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 30-54). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1985b/2017). A desideologização como contribuição da Psicologia Social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In F. Lacerda Jr. (Org.) I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 46-55). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1986/2011). Para uma psicologia da libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Eds.), *Psicologia social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação* (pp. 101-120). Campinas, SP: Alínea.
- Martín-Baró, I. (1987a/2017). O desafio popular à Psicologia Social na América Latina. In F. Lacerda Jr. (Org.), *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 66-88). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1987b/2017). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In F. Lacerda Jr. (Org.), I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 152-178). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>

- Marx, K. (1998). Teses sobre Feuerbach. In K. Marx, & F. Engels, *A ideologia alemã* (pp. 99-103). São Paulo, SP: Boitempo.
- Mendonça, G. S., Souza, V. L. T., & Guzzo, R. L. (2016). O conceito de ideologia na Psicologia Social de Martín-Baró. *Psicologia Política*, 16, (35), 17-33.
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2016000100002
- Merani, A. (1972). *Psicologia e alienação*. Paz e Terra.
- Merani, A. (1976). *Historia critica de la Psicología*. Ediciones Grijalbos, S.A.
- Montero, M. (1990) Ideology and Psychosocial Research in Third World Context. *Journal of Social Issues*, 46 (3), 43-55. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1990.tb01933.x>
- Oliveira, L. B., Guzzo, R. L., Tizzei, R. P., & Silva Neto, W. (2014). Vida e a obra de Ignácio Martín-Baró e o paradigma da libertação. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, 3(1), 205-230.
https://www.academia.edu/7855177/Vida_e_a_Obra_de_Ign%C3%A1cio_Mart%C3%ADn_Bar%C3%B3_e_o_Paradigma_da_Liberta%C3%A7%C3%A3o1
- Pavón-Cuéllar, D. (2022). *Além da psicologia indígena: concepções mesoamericanas da subjetividade*. Perspectiva.
- Pereira, T. S. (2013). *Projeto ético-político da Psicologia da Libertação: perspectiva histórica*. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17027/1/Thiago%20Sant%20%20Anna%20Pereira.pdf>
- Prashad, V. (2019). *Estrela vermelha sobre o terceiro mundo*. Expressão Popular.
- Rádio Senado (2025). *Mapa Nacional da Violência de Gênero aponta alta nos casos de feminicídio*. <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2025/09/03/mapa-nacional-da-violencia-de-genero-aponta-alta-nos-casos-de-feminicidio>

Radioagência (2025). *Número de pessoas sem moradia no Brasil chega a 328 mil.*

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2025-01/numero-de-pessoas-sem-moradia-no-brasil-chega-328-mil>

Ribeiro, G. F. (2025). Faça terapia! A psicologização das expressões da questão social na realidade brasileira. *Humanidades e Tecnologia*, 57, 96-117.

https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/6084

Secretaria Nacional de Políticas Penais (2025). *SENAPPEN divulga levantamento de informações Penitenciárias referente ao primeiro semestre de 2025.*

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-divulga-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referente-ao-primeiro-semester-de-2025>

Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro ou as Vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.* Zahar.

Tonet, I. (2013). *Método científico: uma abordagem ontológica.* Instituto Lukács.

Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia.* Edicon.

Yamamoto, O. H. (2012). 50 anos de profissão: Responsabilidade social ou projeto Ético-Político? *Psicologia, Ciência e Profissão*, 32, 6-17.